

ZILDA GASPAR OLIVEIRA DE AQUINO

CONVERSAÇÃO E CONFLITO:

UM ESTUDO DAS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS EM INTERAÇÕES POLÊMICAS

Tese apresentada à Área de Pós-Graduação
em Semiótica e Lingüística Geral, do
Departamento de Lingüística da Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo para a
obtenção do Título de Doutor.

Orientadora: Profa. Dra. *Leonor Lopes*
Fávero

SÃO PAULO

1997

Comissão Examinadora

Manoel Antônio S. Soares
Diego de Fátima
Paulo Roberto de Fátima
Luiz Carlos Stronaglia
Leonardo de Fátima
Silvia Gill

Aos meus queridos

Manoel Rufino,

Fabiano,

Caio Gustavo

e Glauco

presentes celestiais que compõem
a sinfonia de minha vida- exemplares
pelo incentivo, paciência e carinho.

AGRADECIMENTOS

À Professora e Orientadora Dra. *Leonor Lopes Fávero* pelas marcas inesquecíveis que fez registrar em minha vida, abrindo meus caminhos para a pesquisa e para a vida acadêmica, num tratamento pleno de dedicação, minha gratidão eterna;

Às Professoras Dras. Diana Luz Pessoa de Barros e Maria Adélia Ferreira Mauro pela amizade e pelas indicações proveitosas durante o processo de Qualificação;

Aos Professores Drs. Ataliba Teixeira de Castilho - por permitir minha participação no Projeto da Gramática do Português Falado, como pesquisadora - auxiliar - e Luiz Antonio Marcuschi - pela gentil concessão de material de pesquisa - os quais reverencio, sem desmerecer os demais, pelo que têm realizado em relação às pesquisas com textos falados no Brasil;

À Professora Dra. Elisa Guimarães pela amizade sincera, exemplo de ternura e de amor - meu ponto de referência para a vida;

À Professora Dra. Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade, amiga incansável, pelo imenso apoio durante a pesquisa;

Aos amigos que sempre me abrem os braços e o coração durante os momentos difíceis;

Aos meus queridos pais e irmãos que deixaram de dividir comigo o espaço visível, minha saudade. À que ficou, meu carinho;

À CAPES, por ter permitido que esta pesquisa se viabilizasse.

RESUMO

Este trabalho trata o evento discursivo como um conjunto de atividades responsáveis pela construção textual, buscando detectar traços significativos de conflito na conversação. Para isso, atenta para a realização das atividades que resultam de diferentes fatores organizados por estratégias selecionadas e acionadas pelos participantes durante a situação interacional.

Nessa perspectiva, a linguagem é vista como um modo de interação que ao mesmo tempo modela, expande e muda o contexto numa complexa articulação colaborativa na qual os participantes estão envolvidos, especialmente quando ocorre conflito.

Além disso, a pesquisa volta-se para as estratégias argumentativas inclusas no texto e que trabalham como pistas para facilitar a construção do sentido, já partimos da consideração de que a estrutura da conversação providencia os mecanismos pelos quais os falantes podem constatar a compreensão do discurso que estão produzindo.

Para alcançar os objetivos propostos, tomamos como embasamento para a pesquisa mais de uma linha teórica, englobando os domínios da Teoria da Argumentação, da Retórica, da Análise da Conversação e da Sociolinguística Interacional.

O *corpus* utilizado refere-se à transcrição de conversações espontâneas que ocorreram em encontros entre amigos e de programas de entrevistas transmitidos pela televisão dos quais participaram políticos.

ABSTRACT

This research attempts to discourse events as a set of activities which are responsible for textual construction, in search of detect significative features of conflict talk. In order that, it observes the realization of activities wich results from differents factors organized by strategies selected and actioned by participants during the interactive situation.

Thus, language seen as a mode of interaction that at the same time shapes, expands and changes the context from a intricate collaborative articulation which participants are engaged in, specially when conflict occurs.

Moreover, the research turns to argumentative strategies which are included in the text and work as clues to facilitate the meaning construction, since we consider that the structure of conversations provides mecanisms whereby participants can check understanding of the discourse they are creating.

To reach the purposes, we take theories from Argumentation Theory, Rethorics, Conversation Analisys and Interactional Sociolinguistics.

Data was taped and transcribed from casual conversations among friends and interviews about politicians transmitted by television.

SUMÁRIO

VOLUME I -

INTRODUÇÃO

I. Considerações Preliminares e Justificativa.....	14
II. Objetivos	
2.1 Gerais.....	16
2.2 Específicos.....	16
III. Constituição do <i>Corpus</i>	18
IV. Procedimentos Metodológicos.....	21
V. Delimitação da Pesquisa.....	23
VI. Organização do Trabalho.....	26

CAPÍTULO I -

Discurso e Cognição: Relações Indissociáveis

1.1 O texto como atividade significativa.....	30
1.2 O papel da memória.....	33
1.3 O mundo dos conhecimentos.....	35
1.4 Os modelos cognitivos.....	39
1.4.1 Os esquemas.....	42
1.4.1.1 Enquadres, <i>footing</i> e alinhamento.....	44
1.4.2 Os <i>frames</i>	48
1.4.3 Os <i>scripts</i>	51
1.5 A questão das estratégias.....	52
1.5.1 O papel das inferências.....	56
1.6 A importância do contexto.....	63
1.6.1 A relação: contexto, prosódia e cognição	71

CAPÍTULO II -

O Poder da/na Linguagem: o Caso das Entrevistas

2.1 A língua como forma de ação.....	78
2.2 Poder vs acesso ao poder.....	83
2.3 As entrevistas e as relações de poder.....	86
2.4 As formas de controle do discurso.....	89
2.4.1 O papel das perguntas.....	89
2.4.2 Outros elementos sinalizadores de controle do discurso.....	91
2.5 O foco de atenção e os efeitos nas relações de poder.....	95
2.6 Especificidades na condução das entrevistas.....	98
2.7 Quando um político é o entrevistado.....	104

CAPÍTULO III

Conflito: Possibilidades de Ocorrência no Discurso

3.1 As pesquisas existentes na área.....	107
3.2 As perspectivas organizacionais.....	108
3.2.1 Orientações gerais.....	109
3.2.2 Orientações específicas.....	110
3.2.2.1 As variáveis sociológicas.....	110
3.2.2.2 A posição dos analistas do discurso.....	111
3.2.2.3 A teoria dos atos de fala e das trocas interacionais.....	111
3.2.2.4 Sobre as tipologias do conflito na conversação.....	113
3.3 Conceituando conflito.....	114
3.4 Sobre as possibilidades de instauração do conflito.....	118
3.5 Interação, negociação e conflito.....	120
3.5.1 A interação.....	120
3.5.2 A negociação.....	126
3.5.3 A participação do auditório nos conflitos.....	129
3.6 O contexto, a organização do tópico e o conflito.....	130
3.6.1 O tópico discursivo.....	131

3.6.1.1 A mudança de tópico.....	135
3.6.1.2 A digressão.....	137

CAPÍTULO IV

A Argumentação e suas Sutilezas

4.1 Das razões em se associar argumentação e conflito.....	143
4.2 Os domínios da argumentação.....	145
4.2.1 A argumentação persuasiva vs. demonstrativa:	
o papel da Retórica.....	147
4.2.2 A Nova Retórica.....	154
4.2.3 Os argumentos: elementos de um universo	
altamente organizado.....	168
4.2.3.1 A estrutura dos argumentos.....	171
4.2.3.2 A orientação argumentativa.....	173
4.2.3.3 As estratégias argumentativas: considerações gerais.....	174
4.2.3.4 A seleção dos argumentos.....	179
4.2.3.5 A ordem.....	182
4.2.3.6 A amplitude.....	183
4.2.3.7 Dos recursos de que dispomos para	
a construção dos argumentos.....	184
4.2.3.8 Algumas possibilidades de ocorrência	
das estratégias argumentativas.....	194
4.3 Reorganizando as estratégias.....	205

CAPÍTULO V -

Análise do *Corpus*

5.1 Análise dos textos de entrevistas.....	209
5.1.1 Roda Viva: Paulo Salim Maluf - N.1.....	210
5.1.2 Opinião Nacional: Paulo Salim Maluf - N.2.....	242
5.1.3 Roda Viva: Ciro Gomes - N.3	259

5.1.4 Roda Viva: Luiz Antonio Fleury Filho - N.4.....	296
5.2 Resultado das análises dos textos de entrevistas.....	324
5.3 Análise das conversações espontâneas	
5.3.1 Conversação espontânea N.5.....	332
5.3.2 Conversação espontânea N.6.....	335
5.3.3 Conversação espontânea N.7.....	338
5.4 Resultado das análises dos dados de conversações espontâneas.....	340
5.5. Conclusão das análises.....	343
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 347
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 355

VOLUME II -

ANEXOS

Corpus A - Entrevistas

N.1.....	01
N.2.....	52
N.3.....	66
N.4.....	122

Corpus B - Conversações Espontâneas

N.5.....	185
N.6.....	190
N.7.....	194

*O coração do sábio instruirá sua boca
e acrescentará graça aos seus lábios.*

Provérbios 13,23

INTRODUÇÃO

I. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES e JUSTIFICATIVA

A argumentação tem sido tema de estudos desde longa data. Aristóteles já lhe dava importância ao tratar de questões relacionadas à Retórica e Maquiavel, no século XVI, também por ela se interessou, desenvolvendo um trabalho em que se utilizou dos recursos argumentativos para construir seu discurso, lançando mão de uma série de figuras retóricas, como ilustrações e analogias, para buscar convencer seu enunciatário de um modo especial (utilizou-se de expressões linguísticas não só para referir-se à proposição, mas também para revelar a força de um argumento, conduzindo o enunciatário a aceitar um contrato)¹.

A partir dos trabalhos de Toulmin e de Perelman, publicados em 1958, ressurge o tema como sendo de interesse na investigação científica, conforme salienta este último:

“A importância dada, no século XX, à filosofia da linguagem e à filosofia dos valores contribuiu para o renascimento da teoria da argumentação, cujos efeitos se revelam especialmente relevantes na renovação do estudo do raciocínio jurídico e filosófico.”²

¹ Veja-se Maquiavel, N. *O Príncipe : escritos políticos*. Trad. Lívio Xavier. São Paulo, Nova Cultural, 1987 (Os pensadores) e também Cortina, A. *Leitura como processo de compreensão e interpretação*. “O príncipe” e seus leitores. Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH/USP, 1994.

² Cf. Perelman, Ch. *Argumentação*. In *Oral/ Escrito - Argumentação*. Enciclopédia Einaudi. vol. 11. Portugal, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1987: 264.

Dos estudos realizados em nossa área, o tratamento tem-se direcionado às relações histórico-sociais, ideológicas, não se localizando pesquisas que explorem específica e sistematicamente essa manifestação em algum tipo de texto oral, em que se observem os pressupostos teóricos indicados pela Teoria da Enunciação, voltados para a Análise da Conversação e para a Sociolinguística Interacional.

Assim, esta pesquisa representa uma possibilidade de descrição do(s) procedimento(s) argumentativo(s) utilizado(s) no discurso, a partir da correlação entre as áreas acima indicadas, incluindo pressupostos da Teoria da Argumentação e da Retórica, observando como interagem pelo menos dois interlocutores que tentam persuadir um ao outro, utilizando-se de determinadas estratégias discursivas que criam uma situação em que se detecta uma tensão conversacional que pode, muitas vezes, não se explicitar por alterações na altura da voz, nem pela utilização de gestos mais agressivos, como usualmente se espera em interações consideradas como sendo de conflito.

O número de situações em que se detecta conflito na vida diária nos mais diversos contextos é elevado e não se pode negar que a conversação desempenha importante papel, senão primordial, nessas ocorrências em que se coloca como provedora, como mediadora e solucionadora ou não desses eventos discursivos.

A observação da complexidade desse fenômeno e de suas implicações em todas as dimensões da vida do homem permitem considerar relevante a investigação de interações em que se identifica a ocorrência de conflito. Algumas variáveis foram privilegiadas, tais como a consideração da influência do tipo de falante, de seu modo

de participação e da observação do contexto nas relações com os procedimentos argumentativos utilizados, por constituírem elementos imprescindíveis para a consecução das análises.

Desse modo, justifica-se a pesquisa na tentativa de investigar a organização do discurso falado em textos de entrevistas e de conversações naturais, focalizando pontos de ocorrência de conflito.

II - Objetivos

Gerais -

Este trabalho tem como propósito:

- investigar as dimensões da argumentação no discurso falado, procedendo à análise do material coletado a partir de uma perspectiva textual-interativa.

Específicos -

Os objetivos desta pesquisa, especificamente, são:

- apontar para o conflito na conversação, descrevendo sua estrutura, salientando as estratégias utilizadas pelos interlocutores que criam argumentos, elaboram seus enunciados de tal forma que se possa dizer que a situação seja

realmente de conflito. O que provocou, como se instaurou um evento discursivo de tal natureza, o que fazem os interlocutores para coibi-los, mantê-los ou resolvê-los, tendo em vista as relações de poder, serão pontos a elucidar com a pesquisa;

- descrever as ocorrências que possam assinalar tendências no comportamento argumentativo de determinados falantes, a partir das estratégias de que se utilizem durante a interação;

- examinar o funcionamento dessas estratégias, não só do ponto de vista do falante, mas também do ouvinte, destacando-se a importância do papel do auditório, mencionado como terceira-parte;

- indicar de que modo se relacionam discurso e conflito entre adultos, observando em que condições/circunstâncias ocorre e qual o papel de cada participante nesse evento discursivo;

- observar o papel da cognição, principalmente na relação *frame* vs conflito em textos de entrevistas e em conversações espontâneas, apontando para a especificidade dessa relação na condução das entrevistas;

- verificar o tópico discursivo nos textos indicados, examinando se o percurso é revelador de conflito.

III - Constituição do *corpus*

Sabemos que há diversidade nas disputas que envolvem vários tipos de participantes em diferentes ocorrências e com diferentes objetivos interacionais. Serão aqui examinadas algumas similaridades, delineando as dimensões dos conflitos conversacionais dos quais participam adultos, com o intuito de se maximizar a variabilidade em relação às características, ao papel específico, pessoal de quem participa da situação de conflito.

Os dados a serem trabalhados resultaram da seleção de dois tipos de material: um, coletado a partir de gravações de programas de TV em que são focalizados contextos de entrevistas para as quais foram convidadas personalidades do setor político do país e das quais participam mais de um entrevistador; outro, coletado especificamente para esta pesquisa, correspondente a ocorrências de língua falada em interações espontâneas entre amigos, adultos, durante encontros informais em que os participantes não apresentavam variações sociais de idade nem formação diferenciada, embora variem os contextos.

A seleção de dois tipos de material levou em conta a hipótese de que, na conversação espontânea, o conflito poderia se encaminhar de forma diferente daquela apresentada nas entrevistas, em relação a questões como a da polidez e da participação da terceira-parte, por exemplo. Foram realizadas várias gravações de

conversações espontâneas, entretanto nem todas foram significativas para a observação do fenômeno indicado e, assim, selecionamos para exame apenas o que era de interesse para o trabalho.

As gravações foram feitas em fita cassete e, principalmente, em vídeo-tape, a fim de permitirem análises diferenciadas; as gravações coletadas por meio de fita cassete, por serem secretas, garantem a espontaneidade da conversação, enquanto as registradas em vídeo possibilitam a recuperação de fatores relevantes na interpretação funcional dos dados, fatores estes que não têm configuração apenas verbal, pois incluem gestos, expressão facial e outros.

Em transcrições de áudio, é perceptível o fato de que muitos elementos do contexto situacional ficam apagados; já as gravações em vídeo permitem que os elementos contextuais sejam resgatados, possibilitando uma análise mais acurada, em que pouco ou nada se perde, razão pela qual damos preferência a estas últimas. Além do que, devemos assinalar a incômoda posição do analista que passa a ser um interpretante fora da situação discursiva; o que pode fazer para minimizar a questão é utilizar-se de bases teóricas adequadas e lançar mão do conhecimento que tem da situação que se apresenta e do que conhece a respeito dos interlocutores para proceder com maior adequação às análises.

As gravações em vídeo correspondem a programas apresentados e cedidos pela TV Cultura de São Paulo, da forma como se descreve a seguir:

I - Programa Roda Viva, apresentado no dia 16/10/1995, em que foi entrevistado o então Prefeito de São Paulo, Paulo Salim Maluf,

II- Programa Opinião Nacional, apresentado no dia 08/02/1995, em foi entrevistado o então Prefeito de São Paulo, Paulo Salim Maluf;

III- Programa Roda Viva, apresentado no dia 24/10/1994, em que foi entrevistado o Ministro da Fazenda, Ciro Gomes;

IV- Programa Roda Viva, apresentado no dia 26/12/1994, em que foi entrevistado o então Governador de São Paulo, Antonio Fleury Filho.

Os encontros em que ocorrem conversações espontâneas foram registrados somente em áudio, dada a impossibilidade de se proceder a gravações em vídeo e correspondem a:

I- Conversação espontânea, gravada durante encontro entre amigos, ocorrido em 02/09/1996, com a participação de sete pessoas, todos adultos e pertencentes à 2ª faixa etária (36/55 anos);

II- Conversação espontânea, gravada durante jantar em restaurante, ocorrido em 10/12/1996, em que comparecerem os mesmos sete amigos, discriminados no item anterior;

III- Conversação espontânea, gravada durante encontro entre amigos, ocorrido em 24/01/97, com a participação de duas pessoas, adultas e pertencentes à 1ª faixa etária (25/35 anos).

O conjunto dessas gravações perfaz um total de 6h30min de gravações e encontra-se sob a forma transcrição, correspondendo ao volume II desta pesquisa, denominado Anexos.

O material transcrito obedeceu às normas estabelecidas pelo Projeto NURC, da forma como aparecem em Castilho e Preti (1987:9-10). Entretanto, para os propósitos da análise desenvolvida, houve a necessidade da inclusão de alguns elementos à convenção de transcrição anteriormente proposta, da forma como se descreve nos Procedimentos Metodológicos.

IV - Procedimentos Metodológicos

Para a execução do trabalho, realizaram-se as seguintes etapas:

- aprofundamento teórico de questões relacionadas a Cognição, Interação e Contexto, bem como voltadas à Retórica e à Argumentação;
- montagem dos instrumentos para o tratamento dos dados, quais sejam:
 - determinação das variáveis, tanto no processo interacional em que se observam falante, ouvinte e auditório (terceira-parte), troca de turnos e desenvolvimento tópico, quanto na relação sócio-contextual em que se atentam para as relações de poder;
 - seleção e transcrição do *corpus*;

- análise dos dados efetuada a partir de microanálises dos textos colhidos em situação naturais de fala.

Para os propósitos da análise desenvolvida, a convenção de transcrição adotada corresponde àquela mesma utilizada pelo Projeto NURC-SP, do qual fazemos a indicação³:

Ocorrências	Sinais
Incompreensão de palavras ou segmentos	()
Hipóteses do que se ouviu	(hipótese)
Truncamento	/
Entoação enfática	maiúsculas
Alongamento de vogal ou consoante	::
Interrogação	?
Qualquer pausa reunido	...
Comentários descritivos	(())
Superposição; simultaneidade de vozes	ligando as linhas
Citações literais, reproduções de discurso direto, durante a gravação	" "
Observações:	

1. Iniciais Maiúsculas: não se usam em início de períodos, turnos e frases.
2. Fáticos: ah, éh, eh, ahn, uhn.
3. Nomes de obras ou nomes comuns estrangeiros são grifados.
4. Números: por extenso.
5. Não se indica o ponto de exclamação.
6. Não se anota o cadenciamento da frase.

³ Veja-se página anterior deste trabalho.

7. Podem-se combinar sinais. Por exemplo: alongamento e pausa.
8. Não se utilizam sinais de pausa típicos da língua escrita, como ponto-e-vírgula, ponto final, dois pontos, vírgula. As reticências servem para marcar qualquer tipo de pausa.

Ampliamos, por necessidade, essa convenção, incluindo os sinais de:

- parênteses duplos (()) para registrar ocorrências de qualquer atividade não - verbal, ampliando, assim, o uso que dele faz o projeto NURC;
- colchetes [] para indicar que não se detecta o enunciador;
- colchetes com pontilhados [...] para assinalar que o segmento seguinte é parte de um turno mais amplo.

V - Delimitação da pesquisa

É notório o fato de que muitos trabalhos têm-se realizado a respeito da Argumentação e de sua função na estrutura conversacional. Podemos destacar as investigações de Roulet, Van Eemeren, Ducrot que consideram as estratégias argumentativas no âmbito do discurso sem que ocorram situações que evidenciem conflito.

Entendemos que nossa proposta se insere nos domínios da Argumentação, da Retórica, da Análise da Conversação e da Sociolingüística Interacional, já que na descrição e análise podem intervir uma série de critérios/procedimentos dentre os quais se destacam os argumentativos, retóricos, semânticos, contextuais e funcionais.

Não trataremos da Argumentação Lógica a qual apresenta como característica básica unicamente o *rigor*; interessa-nos o *vigor* que arrasta, que apresenta um movimento constante, indo muito além da Lógica, chegando à Retórica.

Levamos em consideração, ainda, questões relacionadas à Cognição, por entendermos que ela subjaz a vários procedimentos decisivos de interpretação que ocorrem durante a situação comunicativa, propiciando a observação de que o contexto instaurado é de conflito ou não e, também, porque é a Cognição que vai monitorar, por meio das estratégias metacognitivas, todo o evento discursivo.

Convém destacar que nossa abordagem refere-se especificamente à língua enquanto realização no discurso, enquanto processo em que interessam não só os elementos lingüísticos, mas também as relações entre estes e os participantes da situação discursiva, chegando-se a indicar apenas algumas ocorrências ou tendências a partir do que efetivamente se observa, sem predições, sem generalizações. Conforme Brown e Yule já salientavam em seu trabalho de 1983, trata-se de observar freqüências de uso em determinados dados num processo dinâmico para o qual concorrem fatores lingüísticos e também extralingüísticos.

A análise de conversações autênticas interessou primeiramente aos sociólogos, aos etnólogos e, posteriormente, aos analistas do discurso. Não localizamos pesquisas na área anteriores à década de 70 que tratassem de questões relacionadas aos estudos da linguagem e que se utilizassem de gravações e transcrições de materiais colhidos a partir de interações concretas. Nem mesmo

trabalhos relacionados à argumentação, como os de Ducrot e Anscombe, remetem a um *corpus* coletado a partir de ocorrências reais de utilização da fala.

Parece-nos que as pesquisas relacionadas ao conflito também seguiram um roteiro próximo ao indicado no parágrafo anterior, ao que se refere à delimitação da área de interesse, já que se encontram no âmbito da Sociologia os trabalhos voltados a interações verbais em que se detecta a presença de conflito, como observamos em capítulo específico.

Por mais que se quisesse restringir o escopo do trabalho, não seria possível o tratamento puramente lingüístico da questão, dado ser o conflito um fenômeno tipicamente social, mas é preciso, por outro lado, salientar que, na maior parte das vezes, ele não se desvincula da fala. Assim, consideramos a posição de Grimshaw (1990), por entendermos que muito do que os estudiosos têm a dizer sobre o conflito como processo social pode auxiliar-nos no entendimento sobre o conflito na fala, o que significa dizer que seus dados não podem ser ignorados.

As bases teóricas selecionadas permitem a observação do fenômeno de forma a não se tomar apenas uma perspectiva, por exemplo, considerando-se somente o ponto de vista do locutor. Entendemos que a elaboração das análises nessa direção implicaria a necessidade de se trabalhar com outras perspectivas teóricas além das que elegemos, como os estudos da Psicanálise que apontam para a possibilidade de tomar-se o indivíduo bipartido, muitas vezes sem direção, com raiva de si mesmo, revelando um viver ou um estar em conflito.

Enfim, penetrar na profundidade da argumentação e desvendar a organização do discurso que não se contenta em persuadir somente, mas em promover conflito é a marca que queremos imprimir a esta pesquisa que não fará prevalecer dados quantitativos.

V - Organização do trabalho

As partes de que se constitui o trabalho são as seguintes:

No Volume I, localizam-se -

Introdução - em que se indicam as justificativas em relação ao tema selecionado, os objetivos gerais e específicos da pesquisa, seguindo-se as observações quanto ao *corpus* selecionado, à metodologia utilizada e à delimitação teórica do trabalho.

Capítulo I - Discurso e Cognição: relações indissociáveis - apresenta-se o texto como atividade significativa, indica-se o papel da memória e dos conhecimentos adquiridos, apontando-se para a organização dos modelos cognitivos em que se destacam os esquemas - *frames* e *scripts*. São estudadas as estratégias cognitivas e o papel que desempenham as inferências junto ao processo de compreensão; além disso, observa-se a importância do contexto na construção do sentido.

Capítulo II - O poder da/na linguagem: o caso das entrevistas - salienta-se a organização do discurso durante a ocorrência de entrevistas, indicando-se como se processam as relações de poder nesses textos, especificamente quando dele

participam políticos; são também registradas as relações linguagem/poder em conversações espontâneas.

Capítulo III - O Conflito: possibilidades de ocorrência no discurso - faz-se um levantamento das pesquisas existentes na área e como estão organizadas; procede-se à conceituação de conflito e indicam-se algumas possibilidades de instauração do mesmo, para o qual concorrem a negociação, a interação e o tópico discursivo.

Capítulo IV - A argumentação e suas sutilezas - procede-se à revisão da literatura lingüística a respeito da argumentação, destacando-se os principais estudiosos na área; apresentam-se como estão organizados os argumentos, quais as possibilidades de ocorrência das estratégias argumentativas (sem a pretensão de esgotá-las) e indica-se uma reorganização das mesmas a partir do critério de fortalecimento/enfraquecimento do locutor.

Capítulo V - Análise do *Corpus* em que são tomados, primeiramente, os textos de entrevistas na seguinte ordem: Paulo Maluf, no Roda Viva; Paulo Maluf, no Opinião Nacional; Ciro Gomes, no Roda Viva; Antonio Fleury, no Roda Viva - os quais são analisados separadamente e, num momento posterior, são correlacionados; a seguir, são examinados os textos de conversações espontâneas que assim se apresentam: conversação entre amigos n.5, depois a de n.6 e, por fim, a de n.7 em que também se analisam separadamente, depois estabelecendo-se correlações; apresentam-se, então, as conclusões gerais das análises, englobando-se entrevistas e conversações espontâneas.

Nas Considerações Finais procedemos à revisão dos objetivos, bem como à avaliação dos resultados obtidos.

No Volume II - Anexos, encontram-se as Transcrições, assim indicadas:

Corpus A - Entrevistas e *Corpus B* - Conversações espontâneas.

CAPÍTULO I

DISCURSO E COGNIÇÃO:

RELAÇÕES INDISSOCIÁVEIS

*"Plutôt que de prendre la parole,
j'aurais voulu être enveloppé
par elle, et porté bien au-delà
de tout commencement possible."*

Michel Foucault

1.1 O texto como atividade significativa

O ato comunicativo pode envolver uma série de atividades e, dentre elas, interessam-nos as atividades de *processamento textual*. Para sua realização, concorrem diversos fatores os quais se efetivam por meio de estratégias selecionadas pelos interlocutores e postas em ação durante a situação discursiva. O conjunto de atividades por eles realizadas não são de uma só ordem; se ao nível de superfície textual detectamos as atividades verbais, não podemos isolá-lo de outro, o interacional, necessário para que aquele se efetive.

Focalizar a linguagem a partir de uma concepção textual-interativa corresponde a entendê-la como forma de ação entre dois ou mais interlocutores que ocorre num contexto determinado e cuja formulação leva em conta circunstâncias de enunciação para a qual concorrem elementos do espaço físico, temporal, histórico e social em que atuam os participantes da atividade discursiva.

Conforme proposta teórica do subgrupo "Organização textual-interativa"¹ que integra o Projeto da Gramática do Português Falado no Brasil (1993:2), "no quadro de uma descrição textual-interativa, é fundamental que o produto lingüístico sob análise seja abordado dentro do contexto sócio-comunicativo de onde emergiu, a partir de marcas concretas que a situação discursiva imprime nos enunciados. É igualmente fundamental que o texto, definido como produto lingüístico marcado pela dinâmica de atuação interacional, seja postulado como unidade global de análise. Isto porque a competência comunicativa é exercida por meio de textos." Desse modo, não interessa a observação de atividades isoladas, mas o exame daquilo que elas representam no conjunto da produção discursiva. Também não nos direcionamos ao estudo dos subsistemas - fonológico, morfossintático - individualmente, senão como princípios de estruturação textual que se manifestam por meio de regularidades que se podem detectar pela recorrência de procedimentos de formulação de textos em contextos específicos, pelas marcas que apresentam e que os modelam, além de apontarem para funções específicas a determinada ocorrência.

Além disso, é preciso considerar as especificidades que apresenta o texto na sua modalidade falada², objeto de nossa investigação, quanto ao modo de interação - face a face - em que produção e recepção coincidem no tempo e, por vezes, no espaço e quanto ao fator dialogicidade - aqui entendida como troca de turnos entre os

¹ Para o qual contribuí como Pesquisadora Auxiliar.

² O texto na sua modalidade falada tem sido motivo de trabalhos apresentados em conjunto com Leonor Lopes Fávero e Maria Lúcia C.V.O.Andrade, conforme indicamos na bibliografia.

participantes a qual tende a ser mais marcada nas conversações espontâneas - no momento em que afloram os papéis representados pelos interlocutores.

Como num trabalho artesanal, a quatro mãos, o texto falado ganha forma num processo dinâmico de co-produção que deixa marcas de/em sua formulação. Vários fenômenos se evidenciam e ao mesmo tempo que nascem já se dão como prontos num texto em que os subsistemas se associam, possibilitando aos interlocutores a construção de sentido, muito distante da pura materialidade lingüística.

Interessa-nos acrescentar que o conjunto de atividades lingüísticas e interacionais indicado apresenta-se organizado por outras atividades, as mentais, as quais, na verdade, são básicas, por se instituírem como possibilitadoras de todas as demais atividades. Podemos, então, firmar a necessidade de se considerar o processo mental, cognitivo que entra em ação no momento em que os interlocutores processam seu texto.

Essas colocações permitem estudar o texto de modo muito distante de uma simples manifestação verbal constituída de elementos lingüísticos selecionados e ordenados em seqüência na superfície textual, lembrando que os participantes associam elementos não lingüísticos, como conhecimentos, experiências e intenções, entre outros à manifestação verbal, ou melhor, textual, o que possibilita um recorte voltado à compreensão que corresponde a todo um processo de criação de significados, de construção de sentido. Ora, sabe-se que esse é exatamente o campo de atuação da *ciência cognitiva* que se presta a investigar os significados como

representações mentais e a descrever a compreensão como um processo de construção possível a partir de modelos cognitivos para os quais são indicadas percepções, idéias, imagens, crenças, hipóteses, entre outras, como símbolos de algum tipo desses modelos.

A partir dos anos 70, estudiosos do campo da Inteligência Artificial têm contribuído significativamente em relação a questões de como se processa a compreensão nas línguas naturais. Entre os pesquisadores, destacamos a posição de Schank (1975), para quem é impossível tratar do processo de compreensão sem falar do papel da memória, dado ser esta parte integrante do referido processo.

1.2 O papel da memória

Segundo Schank (1975:167), a memória é a base do processo de compreensão:

"memory controls and underlies the whole process of understanding".³

Salienta que os enunciados não estão representados na memória da maneira como ocorrem na formulação lingüística e que o homem possui uma forma canônica para armazenar as informações, retendo, assim, o que é essencial e não todo o enunciado. Além dessa indicação, Schank afirma que o papel da memória é armazenar

³ "A memória controla e sustenta todo o processo de compreensão".

conhecimentos os quais são utilizados pelas inferências para chegar às intenções, aos efeitos das ações de uma seqüência enunciada.

Pode-se dizer que a memória corresponde a um repositório de informações sobre o mundo em geral e sobre pessoas e coisas em particular; essas informações são capturadas e armazenadas por um complexo sistema que se estabelece como uma verdadeira rede não compartimentada, mas organizada. Em relação a essa organização e no que concerne à questão do armazenamento de informações, os estudos de Kato (1986) permitem o reconhecimento de três tipos de memória - de curto, médio e longo termo.

A memória de *curto termo* armazena a forma superficial dos enunciados e apresenta limitação quantitativa, já que opera com palavras; a de *médio termo* ou operacional comporta o armazenamento do conteúdo proposicional e sua restrição; segundo essa autora, é qualitativa, de relevância e de coerência, operando com significados e a de *longo termo* guarda a informação mais permanente; não só comporta o conhecimento lingüístico, como o conhecimento de mundo, permitindo que organizemos estruturas cognitivas de expectativas, as quais são apenas representativas e não fixas, preenchendo-se de acordo com cada situação/contexto. A memória de longo termo, ainda segundo Kato, comporta a memória episódica - que registra fatos particulares - e a memória semântica.

Observamos, então, que a compreensão vai muito além da simples decodificação de um enunciado; um processo ativo - que estrategicamente reúne traços desse enunciado em vários níveis de representação que se armazenam na

memória (de longo termo) - permite que se chegue à compreensão. Essas representações são protótipos de uma diversificada coleção de elementos, alguns lingüísticos, outros não. Assim, o significado de uma palavra, de um enunciado, de uma formulação ainda que não organizada com todos os elementos sintáticos previsíveis pela escrita, corresponde a um grupo de eventos ou de entidades que o nosso sistema cognitivo associa, num trabalho em que a memória desempenha papel preponderante. A compreensão torna-se resultado da interação processada pelo trabalho da memória entre a interpretação de enunciados presentes no instante mesmo da enunciação e os conhecimentos anteriores retidos pela memória de longo prazo (Tommla,1978). Entendemos, pois, que a interpretação corresponde a um processo que precede a compreensão.

1.3 O mundo dos conhecimentos

Entre os pesquisadores que têm trabalhado com questões relacionadas à cognição, ou mais especificamente, aos tipos de conhecimento e como são adquiridos, observa-se que são unânimes em considerar que os conhecimentos se encontram representados na memória diferentemente.

Podemos citar, por exemplo, Beaugrande e Dressler (1981), Marcuschi (1983), Fávero (1995) os quais indicam uma tipologia que engloba os conhecimentos declarativo e procedimental. O primeiro, dado pelas seqüências lingüísticas, propicia a

organização do que se conhece sobre fatos, situações, estabelecendo relações entre eles. O segundo, determinado culturalmente, corresponde ao conhecimento que se adquire a partir de fatos e experiências diárias.

O conhecimento procedimental está formalizado na memória episódica, para ser resgatado numa determinada interação verbal. Nesse momento, esse conhecimento desloca-se até a memória de curto e de médio termo, para que se juntem o conhecimento declarativo e a produção de sentido, viabilizando, enfim, a coerência discursiva.

Outra possibilidade de abordagem terminológica, com respeito aos processos cognitivos ativados durante a interação verbal, consiste em considerar-se o conhecimento prévio como possibilitador de compreensão. Esse conhecimento, que é adquirido ao longo da vida, comporta outros, como: conhecimento lingüístico, textual e de mundo. O primeiro, internalizado no falante, constitui-se no próprio conhecimento das regras lingüísticas do sistema e incumbe-se da tarefa de interagir no momento de percepção das palavras, observando a coesividade dos enunciados. Consiste na capacidade que um falante possui de conseguir reconstruir o que seu interlocutor quis fazer significar a partir dos elementos lingüísticos selecionados. Este conhecimento, primeiro e indispensável para o processamento do ato comunicativo, associa-se ao textual - relativo ao conhecimento que se tem das possibilidades de composição de um texto a partir de sua estruturação, determinando expectativas em relação a esse texto - para que melhor se processe a compreensão.

O outro conhecimento, o de mundo - também denominado enciclopédico-, é abrangente e corresponde a qualquer tipo de conhecimento que tenhamos armazenado; engloba desde a formação de conceitos até, por exemplo, o domínio de como se deva agir numa determinada situação social. Por ser amplo, os participantes da ação discursiva somente ativarão parte desse conhecimento no momento da interação. Normalmente, ativa-se o que é relevante, entretanto a relevância constitui-se num fator de certa forma complexo e delicado, já que aquilo que é relevante para um participante pode não o ser para outro.

Além das posições citadas, há que se indicar, ainda, os estudos de Koch (1996) que vem destacando, em seus trabalhos mais recentes, quais sistemas de conhecimento são ativados quando do processamento textual e direciona a questão para a possibilidade de se localizarem três desses sistemas, todos determinados sócio-culturalmente: o lingüístico, o enciclopédico e o interacional. A cada um deles corresponde um conhecimento procedimental que se constitui de estratégias e rotinas as quais têm por função atualizar tais sistemas.

O tratamento dado ao conhecimento lingüístico e ao enciclopédico por essa autora corrobora a indicação de outros especialistas, já que entende o primeiro como o conhecimento que um falante tem da língua que utiliza, de suas regras e de seu funcionamento, o que lhe permite perceber vocábulos, agrupá-los, identificar sua categoria e reconhecer suas funções; e o segundo, conhecimento enciclopédico ou de mundo, como aquele adquirido pelo indivíduo, formal ou informalmente. Koch acresce aos anteriores o conhecimento interacional que inclui quatro componentes: o

ilocucional - que ajuda a reconhecer os objetivos comunicacionais; o comunicacional - que orienta a quantidade de informações, indica quais são as regras e remete à adequação; o metacomunicativo - que orienta a construção de sentido, a partir de marcas, pistas; e o superestrutural - que permite reconhecer os tipos de texto e sua ordenação.

Observa-se que os conhecimentos indicados correspondem a sistemas que não atuam separadamente. Os interlocutores fazem uso de uma série de estratégias, cognitivas, para ativar esses conhecimentos que se constituem numa intrincada rede de processos que possibilitarão a produção de sentidos. Além disso, deve-se salientar que todos esses conhecimentos encontram-se armazenados na memória dos falantes e são ativados no momento adequado durante a atividade discursiva.

Embora Brown e Yule (1983) considerem encontrar-se nosso conhecimento prévio armazenado na memória em blocos e corresponder cada um deles a “uma unidade completa de conhecimento estereotipado”, muitos outros pesquisadores - vejamos, Tannen (1979), Frederiksen (1981) e Lakoff (1987) - questionam a colocação, acrescentando que o conhecimento prévio é corporificado, imaginativo e não fixo. Entre os blocos de conhecimento é possível destacarem-se os esquemas que organizam o armazenamento das seqüências de uma dada situação e que compreendem os *frames* - que reúnem conceitos sobre determinadas situações e os *scripts* - que comportam roteiros previsíveis a uma certa situação⁴.

⁴ Trataremos de esquemas (*frames* e *scripts*) num item à parte, dada a relevância que assumem em nosso trabalho.

Pelo que se apresenta, não se pode indicar possibilidade de ocorrência de uma constituição prévia da significação; os sentidos não são dados *a priori*, mas se constituem no/durante o processamento discursivo em que atuam os vários componentes da memória que se imbricam com todos os elementos presentes na atividade conversacional. Nesse jogo de atuações, o centro da relação de significação não se concentra em um ou outro participante da atividade, mas no espaço⁵ mesmo que se vai construindo, fruto de um trabalho cognitivo que permite a formulação discursiva, a qual se esvai no momento em que é constituída, mas que pode ser resgatada pela memória. Entende-se, desse modo, que a significação não se apresenta como um processo isolado e que o domínio de cada um dos interlocutores é parcial, observando-se unidade somente na constituição do que é formulado durante o processo interacional e que se pode chamar de texto.

1.4 Os modelos cognitivos

A noção de modelo mental foi introduzida pela teoria cognitiva de produção e compreensão do discurso, nos moldes propostos por Johnson-Laird (1983) e Van Dijk e Kintsch (1983), para quem os usuários da língua constroem um modelo da situação específica que se adiciona à representação mental do texto. A inter-relação

⁵ Pêcheux (1969) já se referia ao fato de que sujeito e sentido constituem-se simultaneamente no discurso e que, assim, palavras, expressões, proposições podem mudar e mudam de sentido segundo a posição daqueles que as empregam. Também Orlandi (1987) detém essa posição, apontando para a questão da incompletude.

entre o modelo construído e a representação mental do texto vai promover o estabelecimento da coerência, a qual pode variar de acordo com o interlocutor. Os modelos não são estanques, podem ser reconstruídos, atualizados, compartilhados com outros membros da sociedade, ocorrendo a possibilidade de se padronizarem, acabando, por fim, por se armazenarem na memória semântica.

Os modelos cognitivos funcionam como ponto de partida, como base da referenciação textual de que necessitamos para dar conta da correferência e da coerência. Assim, a referência do discurso encontra-se cognitivamente representada num modelo de situação. Esses modelos, ao mesmo tempo, colocam-se como ponto de partida para a construção das representações semânticas que se expressam no discurso e como elementos que suprem informações implícitas e pressupostas durante a interpretação, para que se chegue à compreensão. Os modelos derivam de experiências pessoais e podem, portanto, ser subjetivos, variando de um para outro interlocutor.

As estruturas dos modelos cognitivos definem-se pelos seus esquemas recursivos, hierárquicos, pelas suas categorias de situação prototípicas que dominam seqüências de proposições as quais se podem organizar em macroproposições. Há que se ressaltar o caráter único, particular e, portanto, variável de cada modelo, de acordo com o falante e com o contexto do qual o texto faz parte.

Segundo observa Toulmin (1958), essa questão diz respeito ao fato de que o falante quer que o ouvinte crie, durante o processo de compreensão discursiva, uma representação mental próxima àquela que ele teve intenção de transmitir e, para

auxiliar o ouvinte a criar tal representação mental, o falante engaja-se nesse discurso com seu interlocutor de modo a processar *on-line* a representação textual. Esta reflete a preocupação (ou não) do falante e sua avaliação em relação à familiaridade do ouvinte no tocante à organização da informação.

Na verdade, pode-se indicar uma família de tipos de representação mental de aspectos do mundo, os quais, embora diferentes, agrupam-se, são interdependentes, sobrepõem-se para funcionar como procedimentos interpretativos. Há uma certa tendência, entre os pesquisadores, em se considerarem os esquemas (como se fora um termo abrangente que engloba *frames* e *scripts*) como elementos organizadores da produção discursiva.

Nessa acepção, o esquema corresponde a um tipo de atividade particular; é a representação mental de estruturas textuais em larga escala. O *frame* diz respeito à representação de qualquer coisa que pode figurar como tópico ou assunto ou referente dentro de uma atividade; corresponde a entidades passíveis de serem evocadas ou referidas nas atividades e representam pessoas, tipos, processos, objetos, conceitos abstratos ou processos que combinem entidades. Os *scripts* - também denominados roteiros - apontam para os sujeitos que estão envolvidos nessas atividades e seus relacionamentos; desse modo, observa-se que as pessoas mantêm *scripts* para médicos e pacientes, por exemplo, alimentando uma possibilidade em relação ao “como” esperam que estes interajam.

Esses tipos de representação mental descritos podem-se sobrepor, pois identificam amplas dimensões no conglomerado de representações mentais; são

interdependentes e funcionam como procedimentos interpretativos. Dada sua importância no que se refere ao processamento da compreensão, esses procedimentos são destacados a seguir, visando a um melhor aprofundamento da questão.

1.4.1 Os esquemas

No contexto da cognição, o termo esquema foi, inicialmente, proposto por Kant já no século XVIII. Posteriormente, Rumelhart (1980) o define como os “tijolos da cognição” que representam e organizam o uso do conhecimento. Nesse processo, os esquemas correspondem a redes de inter-relações, resultam de cognições previamente memorizadas e servem como dados dos quais deriva a interpretação de novas cognições.

Os trabalhos de Rumelhart são considerados de grande utilidade para se descobrirem certas propriedades de operacionalização cognitiva dos participantes no discurso. De acordo com esse autor, o entendimento que se faz de uma situação ou de um segmento textual torna-se equivalente à seleção ou verificação das representações abstratas ou dos esquemas que caracterizam os elementos centrais de uma atividade.

Embora pertença a outra linha de pesquisa, Tannen e Wallat (1987) também se referem aos esquemas, porém a eles se referindo como *esquemas de conhecimento*. Afirmam que estes se constituem num dos tipos de *estruturas de expectativa*, sendo, então, utilizados com referência às expectativas dos participantes da situação enunciativa quanto às pessoas, objetos e cenários do mundo. Esses esquemas irão

propiciar a compreensão dos enunciados, dos mais simples aos mais complexos, já que depende de conhecimento prévio, ou seja, do reconhecimento de modelos anteriores. Embora não haja regras fixas, pré-determinadas que ocorram durante o processo de compreensão de enunciados, podem-se indicar operações realizadas pelos interlocutores para que se compreenda qualquer discurso. Essas operações vão muito além da necessidade de se preencherem informações explicitadas linguisticamente e, para se efetivarem, tomam por base certos esquemas organizacionais.

Segundo Kallmeyer (1977)⁶, tais esquemas seriam constituídos nos seguintes níveis:

- de organização conversacional. em que se situam os esquemas conversacionais básicos;
- de constituição das ações. em que se observam os esquemas de ação;
- de representação dos fatos. em que se verificam os esquemas cujo formato pode ser a narrativa, a descrição, etc
- de modos de interação. em que se constituem os esquemas de modalidades como, por exemplo, ironia, jocosidade, seriedade.
- de relações sociais. em que se estabelecem esquemas referentes aos papéis sociais, como: aluno-professor, médico-paciente, patrão-empregado, etc.

Deve-se salientar que as operações indicadas são realizadas em dupla mão de direção, tanto por quem compreende quanto por aquele que formula os enunciados, já que no momento da formulação também é necessário que se proceda a uma seleção que tem origem nos esquemas de conhecimento dos participantes. Tal seleção apresenta um sentido amplo, já que pode corresponder desde a escolha lexical,

⁶ Kallmeyer, W. "Verstaendigungsprobleme". In: *Alltags Gespraechen, Der Deutschunterricht*, 29:52-69, 1977. Apud Marcuschi, L. A., 1991.

sintática, prosódica, de argumentos, chegando à busca adequada de informações, para atingir determinado efeito de sentido, além da observação de todos os demais elementos que tomam parte no contexto.

Ainda que esses níveis sejam indicados, deve-se lembrar que os mesmos podem ser manipulados de acordo com os interesses dos interlocutores que acabam optando, algumas vezes, pela utilização de esquemas paralelos. Com isso, quer-se dizer que tais níveis constituem-se em indicadores heurísticos, mas não em elementos que apontam para a operacionalização geral do processo de formulação do texto, no sentido de que, individualmente, só correspondem a parcelas desse mesmo processo.

1.4.1.1 Enquadres, footing e alinhamento

Podem ocorrer diferenças entre os esquemas dos participantes e a divergência entre estes promove a mudança nos *enquadres* - este termo foi proposto por Bateson (1972) e corresponde a outro tipo de estrutura de expectativa. Tomando por base o que Goffman (1974, 1981)⁷ indicou para *footing* - termo que descreve como os participantes enquadram os eventos e ao mesmo tempo negociam as relações interpessoais que constituem tais eventos - e *alinhamento* - relações interpessoais -, Tannen salienta que os enquadres comportam uma noção interativa e referem-se àquilo que está acontecendo durante a interação. Os interlocutores precisam perceber

⁷ Este delineou seu trabalho a partir das propostas de James, Schutz, Garfinkel, Austin e Wittgenstein.

qual é o enquadre correspondente a determinada situação da qual estão participando; é preciso reconhecer a atividade que está sendo desenvolvida e qual o sentido que se deve dar ao que está sendo dito.

O sentido é decorrente do modo de interação e os enquadres constituem-se a partir de interações verbais e não-verbais. Segundo Tannen e Wallat (1987), enquadres e esquemas de conhecimento são estruturas de expectativa continuamente revisadas e, assim, dinâmicas; diferem e interagem de tal forma que, se os esquemas são discrepantes entre os interlocutores, observa-se uma mudança nos enquadres. Os enquadres são identificados por meio de marcas que os enunciados deixam transparecer, por meio de pistas lingüísticas e paralingüísticas, pela maneira como as palavras são ditas e não apenas por seu significado - fato que aponta não só para a questão da polidez, mas também das modalizações e da prosódia.

Tannen (1984), em sua pesquisa, trata de enquadres e esquemas em determinados contextos e observa a possibilidade compreensão de incidência de conflito nos enquadramentos; indica que esse fato ocorre devido, exatamente, à discrepância entre os esquemas de conhecimento dos participantes envolvidos em determinada interação. A mudança de enquadre pode ser decorrente da mudança de registro e, a cada enquadre interativo, é possível que se estabeleça um *footing*, um alinhamento diferente. Os enquadres são negociáveis durante a interação e pressupõem maneiras de se comportar e, quando os participantes não observam essa questão, podem ocorrer conflitos. Entretanto, há outras situações em que o conflito pode-se instaurar; por exemplo, em ocorrências nas quais os interlocutores são orientados para

diferentes enquadres, ou, ainda, quando se apresentam expectativas diferentes associadas a um determinado enquadre.

De acordo com o exposto, não se pode dizer que a compreensão corresponda a um simples processo de organização interacional; ela corresponde, isto sim, a algo que ultrapassa essa organização e precisa ser complementado com outros elementos. A esse respeito, Cicourel tem demonstrado em suas pesquisas a importância de um modelo interativo de análise que dê ênfase ao inter-relacionamento entre os elementos lingüísticos, cognitivos e sociais no estudo da linguagem. Seu trabalho de 1980, por exemplo, teve como objetivo demonstrar que

" the study of discourse and the larger context of social interaction requires explicit references to a broader organizational setting and aspects of cultural beliefs often ignored by students of discourse and conversational analysis " (p 102) "

A relevância de seu trabalho não reside apenas no fato de que se deve observar a inter-relação por ele apontada, mas ainda por mostrar que a estrutura formal do discurso é contingente as condições locais de interação na atribuição da significação semântica do que é dito em eventos de discurso específicos. Cicourel ainda salienta que um modelo interativo de discurso precisa se aplicar à observação dos processos cognitivos que os participantes utilizam na articulação dos vários níveis de informação em eventos reais de fala

⁸ "o estudo do discurso e do amplo contexto de interação social requer referências explícitas a um conjunto organizacional extenso e a aspectos de crenças culturais freqüentemente ignorados pelos estudiosos da análise do discurso e da conversação ".

Ao construir seu modelo interativo de como os participantes fazem uso de vários aspectos da cognição e têm habilidade de articular vários níveis de informação, o autor trabalhou com noções clássicas desenvolvidas por Pierce (1960) e por Rumelhart em mais de um estudo (por exemplo: 1975, 1978, 1981) sobre processamento de informação.

Ao aplicar essa noção ao discurso, Cicourel (id.:29) mantém a posição de que circunstâncias particulares existentes durante o discurso proporcionam

"the recognition or creation of facts that contextualize the inferencial step of making guesses about what is happening in the social exchange".⁹

Nessa perspectiva, Corsaro (1979) indica que a análise do discurso precisaria, então, fazer referência a regras autônomas, à recongnição de traços locais, específicos do cenário interativo, de estratégias cognitivas que os participantes utilizam para relacionar regras formais a traços específicos do que está ocorrendo nos eventos interativos.

Assim, no momento em que formulam seus enunciados, os participantes da ação discursiva procedem a uma seleção que tem origem em seus esquemas de conhecimento. Tal seleção apresenta um sentido amplo, já que pode corresponder desde a escolha lexical, sintática, de argumentos, chegando à busca adequada de informações, para atingir determinado efeito de sentido.

⁹ "o reconhecimento ou a criação de fatos que contextualizem a etapa inferencial de fazer previsões sobre o que está acontecendo na troca social".

1.4.2 Os frames

Após o trabalho de Minsky (1975), a noção de *frame* tem sido muito discutida, algumas vezes, confundindo-se com outras acepções como *scripts*, cenários, esquemas, etc. Esse termo foi inicialmente tomado pelos trabalhos em Inteligência Artificial e Psicologia Cognitiva e, por todas essas razões, merece ser delimitado.

Tomando o *frame* numa perspectiva interacionista, verifica-se que os participantes da interação verbal produzem estruturas de conhecimento que se refletem diretamente sobre a contextualização. A indicação de que essas estruturas são produzidas durante o jogo interacional alerta para o fato de que o *frame* precisa ser visto não como uma noção que se utiliza de esquemas cognitivos fixos, como indicavam a Inteligência Artificial e a Psicologia Cognitivista¹⁰, mas como numa acepção realmente interativa em que a negociação funciona como elemento primordial para a interpretação do contexto. Porque são negociáveis, podem, então, ser quebrados, atualizados durante a situação discursiva; além disso, nossa memória é ativa e está em constante evolução, não se limitando a uma mera reprodução de fatos (a menos que o participante da interlocução apresente problemas de ordem neurológica). Preferimos, desse modo, tomar a proposta de Frederiksen (1981), para quem o *frame* apresenta essa característica expandida, dinâmica, possível de ser

¹⁰ Representados por Minsky, Schank e Abelson, Johnson-Laird, entre outros.

negociada durante a interpretação contextual e, assim, eles não se estabelecem completamente antes da interação discursiva, mas ali se constituem.

Goffman (1974) já apontava para o caráter dinâmico do *frame* ao defini-lo como o princípio de organização que governa eventos sociais e envolvimentos subjetivos dos participantes da ação discursiva. Para o autor, esse quadro ou moldura corresponde a um conjunto de instruções que permite aos participantes o entendimento do discurso e a possibilidade de interagir através de desenvolvimento, manipulação ou corte desse discurso. Enfim, o interlocutor posiciona-se como alguém que tenta entender o significado da atividade interacional a partir da observação do contexto situacional.

O conceito de *frame* é, ainda, fundamental para se dizer que as inferências são condicionadas contextualmente. Esse condicionamento ocorre devido não só a fatores de estruturação lingüística, mas ainda a elementos relativos às estruturas cognitivas e discursivas, levando-se em consideração aspectos da estrutura social relevante, já que esta também é mentalmente representada.

Acabamos reagindo a um grupo de elementos textuais - marcas, sinais, traços - que agem como pistas para se chegar a um *frame* particular, já que dispomos de mecanismos capazes de auxiliar a armazenagem na memória de situações e possibilidades de ocorrência de ações verbais e não-verbais produzidas na situação comunicativa.

Assim entendido como uma estrutura que modela e dá suporte à situação enunciativa, o *frame* coloca-se como um mecanismo facilitador da cognição, como um

potente auxiliar no processo de interpretação e instauração de sentido, procedendo a um rastreamento dos elementos presentes na interação.

Embora comportem um certo grau de previsibilidade, os *frames* não são - deduz-se pelo exposto - estanques; amoldam-se aos mais diferentes contextos situacionais. Ao mesmo tempo que se colocam como uma estrutura mental que auxilia na interpretação do que ocorre em determinada situação, são sensíveis à percepção de elementos novos, capturando-os, trazendo-os para ampliar ou alterar o formato que se criou durante o evento discursivo - isto quando não ocorre resistência por parte de algum participante desse evento.

Durante a situação comunicativa, muitas vezes, negociam-se¹¹ os *frames* e, é possível que os participantes da interlocução os reorganizem e os alimentem com novas informações que vão sendo introduzidas. Assim, pode ocorrer que um dado *frame* “p”, dependendo da situação, dos participantes, do tópico, das relações que se instauram entre eles, seja reorganizado e passe a constituir não só “p”, mas também p1, p2, p3, p4... Outras vezes, o falante pode resistir à negociação ou mesmo tentar impor seu *frame* ao interlocutor; casos como esses podem-se constituir em base geradora de conflito na conversação.

Embora se verifique o importante papel desempenhado por esse elemento no processo de constituição da significação, é preciso lembrar que não somente o *frame*, mas a cognição como um todo se estabelece como um sistema de captação,

¹¹ A negociação será motivo de abordagem no capítulo III, à página 126.

armazenamento e leitura de dados; uma verdadeira rede não compartimentada, mas organizada.

Modelo cognitivo global que permite aos interlocutores inferir, interpretar, modificar uma certa situação discursiva, o *frame*, de acordo com Frederiksen (1981), não se formata anteriormente à situação discursiva, à interação, não é acionado pelos interlocutores antes de conhecerem o texto, mas transparece no momento da interlocução.

O *frame* que um interlocutor emoldura o auxilia a reconhecer o do outro - por meio de marcas, pistas lingüísticas ou não - ao mesmo tempo que o ajuda a selecionar elementos para projetar esse *frame* durante a situação enunciativa, podendo ocorrer coincidência ou choque com o de seu interlocutor. Durante o processo de reconhecimento é que podem ocorrer conflitos; no momento em que o *frame* de um interlocutor não coincide com o do outro, ocorre uma negociação que pode resultar ou não em conflito.

1.4.3 Os scripts

Diferentemente dos *frames*, os *scripts* correspondem a roteiros que se conhecem previamente à interação e relacionam-se aos papéis que desempenham e às ações praticadas pelos participantes da atividade conversacional; formam-se a partir do conhecimento adquirido em relação às diferentes possibilidades de participação

durante interações em geral. Embora pareçam fixos, observa-se que podem ser ampliados, alterados de acordo com a própria evolução de uma determinada sociedade e podem diferir em relação aos participantes das diferentes classes sociais.

Em seus estudos, Schank e Abelson (1977) utilizaram-se do termo para caracterizar o conhecimento que as pessoas possuem a respeito de uma seqüência de ações estereotipadas as quais ocorrem em algum tipo de atividade social. Os *scripts* são acionados sempre que precisamos realizar uma ação de qualquer natureza, nos mais diversos contextos, com determinado objetivo.

O *script* comporta uma certa previsibilidade por incluir o que se espera que alguém - seja falante ou ouvinte - faça, use e diga numa situação específica; assim, no momento em que participamos de uma atividade conversacional, tanto utilizamos, como avaliamos nossos *scripts*, em relação à adequação de nossa participação; além do que, observamos e podemos controlar o roteiro seguido por nosso interlocutor. Essa indicação aponta para a utilização de estratégias durante o jogo discursivo.

1.5 A questão das estratégias

O processamento cognitivo é indicado por Van Dijk (1992) como um processo estratégico que se caracteriza por inúmeras atividades tentativas, flexíveis, direcionadas que se efetivam em vários níveis ao mesmo tempo. Considera ser também de modo estratégico que a memória de curto termo analisa, interpreta as palavras que

vão veiculando informações, as quais são transferidas, por um sistema de controle global, para a memória episódica alocada na de longo termo.

As estratégias relacionam-se ao "*probabilistic knowledge that language users have*"¹² (Tommola, 1978) - e complementaríamos - a respeito de uma dada ocorrência numa determinada situação enunciativa. Correspondem a pistas auxiliares no processo de percepção, de formulação e de compreensão do discurso; encontram-se diretamente associadas às expectativas que se formam durante a atividade discursiva e sua utilização, junto à multiplicidade de pistas que se localizam na atividade em curso, possibilita maior facilidade e maior agilização do processo de compreensão.

Os estudos de Vigotsky (1962) possibilitaram a observação de estratégias que operam de forma inconsciente- as cognitivas- ou de modo consciente - as metacognitivas¹³. Seguiram-se outros autores, dentre os quais destacamos Brown, Moore, Kato. De modo geral, essas pesquisas entendem por estratégias cognitivas aquelas que correspondem a uma fase de desenvolvimento automático do saber; as outras, conhecidas como metacognitivas, situam-se entre as estratégias controladoras do conhecimento que se adquire. Esta indicação permite apontar para a posição de Kato (1985:108) para quem existem apenas duas estratégias básicas, das quais dependem outros subtipos:

"a) de estabelecimento de um objetivo explícito;

¹² "conhecimento probabilístico que os usuários da língua possuem".

¹³ As estratégias cognitivas e metacognitivas mereceram atenção de estudiosos de mais de uma área, como aquisição da linguagem e compreensão na leitura, entre outras.

b) de monitoração da compreensão, tendo em vista esse objetivo.”

Acrescentamos uma reflexão à posição de Kato, entendendo que ela objetiva especialmente o processo de compreensão em leitura e atentamos para o fato de que, no nosso caso, a questão se reveste de uma maior complexidade por observarmos que o interlocutor não encontra apenas um texto pronto para interagir, devendo estar, ao mesmo tempo, organizando estratégias que objetivam sua produção textual, a de seu interlocutor e a compreensão de toda a atividade discursiva, com todos os elementos que dela tomam parte.

Parece possível indicar o seguinte quadro de estratégias necessárias ao desenvolvimento de uma atividade discursiva, tendo em vista a proposta de nosso trabalho:

- observar o objetivo do encontro (no caso, a entrevista ou o encontro entre amigos);
- detectar o tópico discursivo e tomar as decisões quanto ao seu desenvolvimento;
- verificar a consistência e a coerência interna em relação ao que diz o locutor e ao que diz o interlocutor;
- observar a coerência entre o que está sendo exposto e os pronunciamentos anteriores de ambos;
- considerar a adequação quanto à participação, tanto do falante quanto do ouvinte, no que concerne ao papel que representam e à imagem que já se construiu a respeito de ambos e aquela que se constrói no momento da atividade em curso;
- avaliar o discurso que se constrói do princípio ao fim do encontro.

Podemos, com esses autores, afirmar que as estratégias metacognitivas regulam as cognitivas e que, se estas são importantíssimas, as outras são também imprescindíveis. Além disso, é possível a observação de que essas estratégias operam concomitantemente a nível local e temporal em todo o sistema de conhecimentos e são indicadas como integrantes do conhecimento procedimental.

Identificar, analisar as estratégias empregadas é prática comum para os participantes de qualquer atividade discursiva, entretanto, para o analista não se constitui em tarefa tão simples, pois implica o reconhecimento de todo o complexo sistema de conhecimento desses interlocutores, seus objetivos, a situação que os envolve, para que possa reconstruir o sentido do texto entre os sentidos possíveis.

Observa-se, também, que, na tentativa de recuperação de um sentido, é necessário que se focalizem não só as estratégias de compreensão do discurso voltadas para o ouvinte, como fazem quase todos os estudos, mas devem-se entender as estratégias utilizadas também pelo falante na produção discursiva. Faz-se necessário, ainda, salientar que nem sempre as estratégias de produção e de compreensão do discurso são as mesmas; além do que, sabe-se que a recuperação de um sentido pode implicar a perda de outros; mas estes correspondem aos riscos a que estão expostas uma pesquisa ou qualquer interação.

Não há uma única possibilidade de se indicarem as estratégias discursivas. Enquanto alguns destacam as inferências, a remodelação do contexto, a negociação dos *frames*, as reformulações, as modalizações, a argumentação, por exemplo, como estratégias que ancoram fortemente o processamento textual, salientando que todas

elas são demarcadas pelas atividades interacionais, as quais também se efetivam por meio de estratégias; outros, como Van Dijk e Kintsch (1983) incluem, nas estratégias de processamento cognitivo, as proposicionais, as de coerência local, as macro, as esquemáticas, as estilísticas, as retóricas, as não-verbais e as conversacionais.

Pelo que expusemos, a teoria de base cognitiva compreende não só regras e conceitos, mas ainda estratégias e esquemas que fazem com que o processamento da informação seja agilizado. As estratégias e os esquemas são básicos para que uma primeira interpretação, hipotética e passível de rejeição, se processe.

1.5.1 O papel das inferências

Schank (1975) concebe o processo de compreensão como um conjunto de procedimentos que busca extrair o que foi explicitado no enunciado e o que não foi. E, nessa operação, observa-se que a interação se processa, muitas vezes, mais em relação ao que não foi explicitado do que ao que está explícito. O falante está sempre mais propenso a dizer apenas o suficiente para assegurar o processo de compreensão; por essa razão, esse autor observa que

"the problem of understanding is the problem of recreating what has been left out"¹⁴ (p.167).

¹⁴ "O problema de compreensão é um problema de recriação daquilo que foi omitido".

As inferências correspondem a um dos fundamentos primordiais das ciências da linguagem, por ser evidente o fato de que um enunciado comunica muito mais do que diz. O problema consiste em se estabelecer em que medida o que não se disse explicitamente está contido implicitamente nos elementos lexicais, na estrutura sintática do enunciado ou deriva de princípios extralingüísticos, de informações contextuais ou de conhecimentos compartilhados e em se estabelecer que tipo de implícitos são relevantes nos processos comunicativos.

Atividades que os interlocutores realizam para alcançar a compreensão textual, as inferências apresentam-se como elementos essenciais na produção de sentido, podendo-se caracterizar também como possibilitadoras da recuperação de informações não explicitadas pelos elementos lingüísticos presentes no texto, sendo apontadas como preenchedoras das lacunas por ele deixadas (v. Koch, 1995).

Sobre a maneira como procedem as inferências, pode-se dizer que elas recorrem/dependem do conhecimento previo, mais especificamente do conhecimento de mundo ou enciclopédico dos falantes, armazenado na memória por meio de esquemas e também do conhecimento partilhado pelos interlocutores.

De fato, o conhecimento previo que se tem sobre determinado tópico, por exemplo, permite fazer inferências que podem ser motivadas pelos elementos lingüísticos selecionados pelos interlocutores durante a formulação e presentes no tecido textual; além disso, a própria organização do tópico discursivo permite a ocorrência do processo inferencial, tanto como facilitador deste ou ainda como

gerador de conflito nos pontos em que se detectam mudanças¹⁵ nesse determinado tópico, como veremos posteriormente. Neste ponto, é importante lembrar que não só a micro, mas também a macroestrutura precisa ser levada em consideração, já que é imprescindível que se pense o texto como um tecido único, em que se observa a unidade textual.

A referência, a recorrência e a seqüenciação, elementos que permitem a coesão textual, nos moldes propostos por Fávero (1995) são, também, pistas locais e, por isso, mecanismos possibilitadores do processo inferencial, organizando a coerência local do texto.

Mecanismo que relaciona partes para se chegar a um todo em termos de compreensão, as inferências permitem que se busque fora do enunciado o que se comunicou, já que os falantes não querem, muitas vezes, ser responsabilizados pelo que tenham dito. Pelo que conhecemos de nosso interlocutor, sabemos até ou em que ponto da interação podemos contar com a capacidade inferencial do outro participante, hábito comum aos políticos, conforme observa Schank (1975).

Há inferências autorizadas e que se colocam como possibilitadoras da compreensão e, conseqüentemente, da apreensão e da memorização do conteúdo significado. Ancorados na questão de que há níveis diversos, ou seja, uma escala possível de compreensão, observa-se que o interlocutor sagaz pode organizar seu

¹⁵ Sobre essa questão veja-se Aquino, Z.G.O. *A mudança de tópico no discurso oral dialogado*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1991.

processo de compreensão a partir de um percurso em que ele não só chega à compreensão adequada, relevante, mas também consegue ultrapassá-la, tomando um caminho desviante e criando enunciados a partir da distorção do que o outro participante quis dizer. Procedimentos como esse podem promover conflito, quando o falante percebe o percurso inferencial inadequado do interlocutor; por isso, durante o jogo enunciativo, é preciso que estejamos atentos para não cairmos nas armadilhas, como essa citada, criadas pelo interlocutor.

Não se pode esquecer de que a imagem visual corresponde a um requisito importantíssimo na composição do significado. Dessa forma, a postura, o gesto, a fisionomia, e todos os elementos prosódicos, tais como: ritmo, melodia, sonoridade, acento, entoação, velocidade, altura, dentre outros, constituem material concreto, parte integrante do processo de significação, possibilitando a ocorrência de inferências.

Para os estudiosos, parece não importar o modelo de compreensão adotado, mas todos concordam em salientar que a inferência e o conhecimento são elementos imprescindíveis em qualquer modelo utilizado, dada a impossibilidade de se compreender um enunciado sem que se conheça a respeito do que se está tratando e sem que se proceda às inferências a respeito do que se disse.

O estudo dos aspectos inferenciais requer a consideração de pesquisas relacionadas ao implícito, seja ele pressuposto ou subentendido. Embora se conheça

mais de uma abordagem a respeito da pressuposição¹⁶, nossas reflexões partem de Ducrot (1987), para quem o implícito tem por base a língua e o contexto, comportando, assim, a possibilidade de ser entendido como decorrência de fatores semânticos e pragmáticos. Para que se chegue aos pressupostos, esse estudioso indica a necessidade de se observar a formulação lingüística e o sentido de seu conteúdo, bem como do contexto - já no caso dos subentendidos, refere-se ao fato de que são construídos a partir do enunciado, porém acrescidos de um questionamento quanto ao seu uso num contexto determinado. Ao formularmos um enunciado deixando ao outro a recuperação do subentendido, podemos considerar tratar-se da utilização estratégica de uma forma atenuada, dependente de escolhas efetuadas pelo enunciador e que encontra suporte na retórica.

Ducrot indica que, uma vez localizados, pressupostos e subentendidos não excluem a ocorrência um do outro; além disso, refere-se ao fato de que o pressuposto relaciona-se ao eu e ao tu, enquanto o subentendido aponta somente para o tu.

Enquanto esse estudioso trabalha com a pressuposição tendo em vista a Semântica Argumentativa, Grice (1975) estuda a implicatura, levando em consideração a Pragmática, indicando que as inferências se viabilizam graças aos elementos presentes no contexto, relacionando o processo inferencial ao princípio de cooperação, numa abordagem que inclui um outro elemento - o social.

A questão das pressuposições semânticas tem sido motivo de discussões que mostram não serem as pressuposições estáveis, nem variáveis, mas que se anulam ou

¹⁶ Veja-se, por exemplo, a noção apresentada por Tarski (1972) e Frege (1978).

se bifurcam no discurso, caso não estejam presentes determinados conhecimentos. Uma dessas possibilidades pode ser observada, se considerarmos enunciados ambíguos,¹⁷ em que os conhecimentos extralingüísticos que intervêm no processo de compreensão desses enunciados podem: auxiliar a pressuposição semântica, destruí-la ou não dar conta do processo de compreensão, clamando pelo contexto para que a ambigüidade se desfça. Nesta amplitude, Koch (1996) destaca as inferências como possibilitadoras de informação semântica a partir do que foi dado pelo contexto, permitindo a construção de novas representações mentais que englobam, inclusive, não só aquele texto, ou apenas o que está explicitado.

Para Sperber e Wilson (1986) interpretar um enunciado consiste em estabelecer sua pertinência, observando-se que os conhecimentos introduzidos pelo enunciado cruzam-se com os conhecimentos dos interlocutores. Voltam-se, assim, à teoria pragmática para afirmar que o processo de compreensão de enunciados corresponde a um processo inferencial fundado no princípio da pertinência, já que os falantes podem utilizar-se de vários expedientes lingüísticos ou extralingüísticos para focalizar o que consideram mais importante nesse enunciado, como, por exemplo, a utilização do deslocamento à esquerda, do acento contrastivo, dos alongamentos.

A pressuposição pode corresponder a um primeiro momento no processo de significação e é necessária para que se estabeleça a pertinência no discurso. Sua ocorrência só é possível graças a uma base lingüística segura, sobre a qual operam as regras pragmáticas; é preciso observá-la segundo a semântica cognitiva, a qual está,

¹⁷ Veja-se para questões a esse respeito: Fávero, L.L e Barian, E.M. A frase no texto/contexto. In *Gramática portuguesa na pesquisa e no ensino*, 3. São Paulo: Cortez, 1980:9-43.

assim, mais próxima da pragmática, razão por que não nos interessamos pelos pressupostos da semântica lógica, que opera com as noções de verdade e de inferência lógica, por exemplo.

Alguns pesquisadores, como Jackendoff (1985), sustentam que semântica e cognição não constituem campos separados, mas estão em correlação estreita, e confirmam que os elementos lingüísticos possibilitam as primeiras informações para que se procedam às inferências, pressuposições e se chegue à interpretação com a ajuda da pragmática. Neste ponto, é importante destacar que a formulação textual deixa, atrás de si, uma série de vazios que deverão ser preenchidos pelos participantes da ação discursiva e que o processo inferencial torna-se imprescindível nesse sentido, para que se efetive a compreensão.

Pode-se dizer que a cognição nos auxilia na transposição do abismo existente entre a formulação textual e a consecução do sentido, para melhor atingirmos a compreensão do jogo discursivo.

Van Dijk (1992) salienta que não se dispõe, ainda, de uma teoria pronta, acabada a respeito dos processos cognitivos subjacentes ao planejamento, execução e controle da organização verbal e que se podem considerar as pesquisas na área num primeiro estágio no tocante à compreensão do domínio interdisciplinar entre língua, ação, significado, cognição. Mas entende-se que tal fato não seja razão suficiente para que se deixe de considerar esses elementos na análise de uma interação verbal.

1.6 A importância do contexto

Se, até 1976, Ducrot pensava a pressuposição com base exclusivamente no componente semântico, acabou por rever sua teoria e por incluir nesta o componente pragmático, levando em consideração o contexto.

Linguagem e contexto constituem-se em fenômenos interdependentes e que precisam ser analisados tendo em vista a concernência entre eles. Essa proposta já podia ser encontrada nos estudos de Bakhtin, (1973: 95), da forma como indicamos:

"Verbal communication can never be understood and explained outside of... connection with a concrete situation... Language acquires life and historically evolves ... in concrete verbal communication, and not in the abstract system of language forms, nor in the individual psyche of speakers."¹⁸

Também Taylor (1986) salienta que não só a análise do tipo de formulação, mas a observação de que aquela se situa num contexto de uso adequado, são elementos significativos nos processos de compreensão. Além disso, os indivíduos invocam uma série de evidências (como, por exemplo, a utilização de marcas de assentimento: *não é? tá? tá certo? entendeu?* entre outras), para se certificarem de que foram compreendidos pelos seus interlocutores, não admitindo, simplesmente, a transferência de idéias.

¹⁸ "A comunicação verbal nunca deve ser entendida e explicada fora da conexão com uma situação concreta.... A linguagem adquire vida e se desenvolve historicamente numa comunicação verbal concreta e não num sistema lingüístico de formas de linguagem, nem na psiqué individual dos falantes."

Embora não se deva partir do tipo de comportamento para observar se ocorreu compreensão, deve-se atentar para a questão de que aquele corresponde a um dos elementos para que se possa dizer que ela efetivamente ocorreu. E ainda, nossos enunciados nem são dependentes das condições gramaticais de uso, nem são independentes do contexto em que estão instaurados. O sentido concretiza-se no contexto (Marcuschi, 1991).

O fenômeno não tem sido estudado numa única acepção. Tomamos a relação linguagem e contexto como um processo que emerge e muda através do tempo e do espaço. Nesse sentido, os analistas do discurso indicam que é preciso observar o que ocorre naturalmente na fala não planejada e para isso há um consenso de que é imprescindível saber sobre os contextos textual e situacional da fala estudada; entretanto, a própria elucidação do que constitui contexto comporta importantes questões de definição entre os estudiosos do discurso.

As pesquisas sobre contexto social, por exemplo, orientam-se no sentido de investigar a linguagem em cenários sociais verdadeiros, indicando que é necessário providenciar uma descrição etnográfica desses cenários, o que Hymes (1964) denomina etnografia da fala. A situação que envolve a fala é descrita em termos dos traços tal qual ocorre no cenário, os tipos de participantes presentes, os atos de fala que ocorrem naquele cenário, os gêneros de fala, etc. Em essência, essas pesquisas têm indicado que a organização da fala é decorrente e organizada pelo seu contexto etnográfico.

Sacks, Schegloff e Jefferson (1974) tratam do contexto quando observam a organização seqüencial da conversação e afirmam que um recurso chave que os participantes usam para construir e entender a fala é o posicionamento preciso de um enunciado dentro de uma ocorrência de outra fala (ou outra ação). Aquela ocorrência seqüencial constitui um aspecto central do contexto que os participantes utilizam para entender a fala que eles estão ouvindo e para se engajar nas atividades que eles estão realizando.

Esse mesmo aspecto pode ser verificado nos trabalhos de Heritage e Atkinson (1984:11):

"... in examining talk the analyst is immediately confronted with an organization which is implemented on a turn-by-turn basis, and through which a context of publicly displayed and continuously updated intersubjective understanding is systematically sustained".¹⁹

O contexto pode ser definido como o conjunto de procedimentos e condições discursivas que organizam as qualificações e as oportunidades que os falantes têm de formular seus enunciados e que estabelece as condições em relação ao modo como esses enunciados podem ser interpretados. (Lindstrom, 1992:104)

Ao tratar da importância do contexto em interações, a pesquisa de Goodwin e Goodwin (1992) merece destaque. Esses autores salientam que as atividades criam o

¹⁹ "... ao examinar a conversação, o analista confronta-se imediatamente com uma organização que é implementada turno a turno, e por meio da qual um contexto manifestado publicamente e continuamente atualizado pelo entendimento intersubjetivo é sistematicamente mantido".

contexto que guia a interpretação dos eventos nele alocados e indicam que os interlocutores tanto se utilizam de atividades para alcançarem determinada interpretação, quanto as constroem. Acrescentam que tal processo de construção de significação é bastante complexo e nele tomam parte as ações realizadas, as inferências e o comportamento num determinado tempo e espaço.

De acordo com esses autores, a importância da investigação do processo de participação em atividades reside no fato de que, por seu intermédio, é possível

"to view that actor are not simply embedded within context, but actively involved in the process of building context through intricate collaborative articulation of the events they are engaged in". (p.149)²⁰

Assim, dizemos que os interlocutores não estão simplesmente situados num determinado contexto, mas são responsáveis pelo contexto no qual interagem.

Sabemos que não há uma organização imposta e abrangente a todos os tipos de contexto, como não há também regras pré-determinadas para a compreensão de enunciados em interações particulares. A compreensão ocorre, portanto, como um processo público, numa atividade cooperativa; entretanto, nós só temos acesso a esse processo na interação concreta da qual participamos.

Van Dijk (1992) indica que é relevante a análise do contexto em relação ao qual um determinado evento de fala ocorre, antes que se relacionem as informações

²⁰ "visualizar que os participantes não estão simplesmente situados num determinado contexto, mas ativamente envolvidos no processo de construção do contexto, através de uma intrincada articulação colaborativa nos eventos nos quais estão engajados".

recebidas lingüisticamente. E que, para compreender, o interlocutor estará atento às propriedades específicas da situação, importantes para determinar corretamente a interpretação tanto do referente/significado, como das intenções/objetivos pragmáticos. Para esse autor, é possível dizer que a compreensão pragmática ocorre paralelamente ao processo de compreensão semântica; entretanto, entendemos que tanto uma quanto outra se constituem em processos que ocorrem conjunta, simultânea e não paralelamente, nem de forma compartimentada.

Esse estudioso salienta, ainda, que o contexto pragmático é estruturado hierarquicamente e que essa hierarquização é definida pelas estruturas sociais, dada a própria natureza de um evento de fala. Tal fato implica indicar que um evento poderá ser entendido como apropriado, após observarmos o contexto mais geral em que este se encontra inserido e as particularidades deste contexto no que se refira, por exemplo, às especificidades dos participantes. A estrutura social relevante encontra-se, assim, mentalmente representada, e o que muitas vezes pode contar *não é a interpretação da situação em si, mas a compreensão que os interlocutores têm ou fazem da situação.*

O contexto social acaba por se colocar como um constructo teórico em relação a situações verdadeiras. Além do que, devem-se considerar os contextos sociais globais, categorizados como:- públicos, privados, formais/institucionais e informais - os quais podem e são definidos por: propriedades (sexo, idade...), posições (papéis, *status*...), relações (autoridade, dominação...) e funções (pai, juiz, professor...), todas elas definidas por um conjunto de convenções (regras leis, princípios, valores), determinados socialmente. Van Dijk, (op.cit) lembra que essas

propriedades dos contextos sociais relacionam-se de modo a definir as ações dos interlocutores nos respectivos contextos.

Tais contextos podem ser organizados de forma ordenada e, nesse sentido, os esquemas (os quais comportam *frames* e *scripts*) são ativados e vão-se propor a regular os tipos de ações que possivelmente serão realizadas (por exemplo, no tribunal, como se comportarão a a acusação, a defesa, etc).

Para uma análise do contexto, deve-se levar em conta: seu tipo específico, o que nesse contexto está em relevância, as propriedades dos membros envolvidos; a partir daí é que se poderão analisar as propriedades específicas em termos de ações, interações dos falantes, atentos as suas especificidades no que concerne a seus conhecimentos, suas crenças, seus valores, seus desejos, seus sentimentos, suas emoções, etc.

A observação, a análise não devem apenas revelar o modo como o texto conversacional está organizado lingüisticamente, nem somente observar como o lingüístico se relaciona ao cognitivo, ao interacional, mas revelar a sua estreita relação e dependência ao contexto, desnudando a questão da produção discursiva inocente, neutra, desprovida de uso intencional.

Dessa forma, deve-se pensar que o contexto relevante de um enunciado nem sempre é outro enunciado, às vezes é a própria situação (Goffman, 1981). À matriz contextual significativa, que torna os enunciados significativos, ou muitos deles, pode corresponder um tipo de plano global para a realização da atividade em curso.

Através do que eles dizem e de como o formulam, os participantes constituem e sombreiam a atividade em andamento (Goodwin e Goodwin, 1992). É assim que, a partir do processamento das formulações, vai-se delineando o contexto e se projetando um possível próximo contexto. Além do que, durante a situação enunciativa vão-se constituindo contexto e locutor num jogo que não permite que se estipulem os limites de um ou de outro.

Além disso, esses autores, indicam a possibilidade de localização de um tipo especial de contexto - o *contexto relevante* - o qual é modelado por atividades específicas que estão sendo realizadas naquele momento, observando que existe uma capacidade do ser humano em remodelar dinamicamente o contexto, propiciando uma organização diferenciada para suas ações dentro da interação.

Importa destacar a posição de Kendon (1979), segundo a qual as microanálises devem comportar uma base teórica que envolva uma análise contextual, já que a interação só pode ser entendida em contexto. As ações e intenções dos participantes - que não são meros emissores e receptores - só podem ser entendidas em relação a um contexto imediato, o qual apresenta um caráter retro e prospectivo, incluindo o que aconteceu anteriormente e a previsão do que sucederá.

Pelo que expusemos, vários estudiosos tratam do contexto, mas nenhum dos anteriormente citados relacionam contexto ao componente modal para o qual concorre o fato entonacional. Nesse sentido, destacamos De Dominicis (1992:VIII) que considera ser a situação

" (...)l'effetto e la representatione dei risultati di un gioco di presupposizioni che i partecipanti (parlante e ascoltatore) esercitano reciprocamente, e che riguardano essenzialmente i condizionamenti e le restrizioni che ciascuno de essi pone e pensa che l'altro ponga sull'azione (verbale) in corso e sul modo in cui ciascuno la interpreta e pensa che l'altro la interpreti. In breve, questa nozione di situazione comunicativa corrisponde all'analisi e alla rappresentazione della competenza modale dei partecipanti." ²¹

A análise do evento discursivo que incorpora o fenômeno entonacional permite observar o quanto este condiciona a adequação de um certo enunciado num determinado contexto. De Dominicis leva em consideração que, no momento em se produz um enunciado, constrói-se implicitamente o contexto, e nisto aproxima-se de Goodwin, conforme observamos à pagina anterior do presente capítulo.

Pode-se, então, dizer que a construção de um texto engloba um complexo de sistemas que são ativados por meio de operações as quais se realizam num contexto específico, a partir da seleção de estratégias também específicas. Ocorre como que uma reação em cadeia, de modo a não se conseguir uma identificação precisa do motivo único desencadeador de uma organização textual específica. O texto e todos os seus elementos constitutivos correspondem a um espaço para cujo espetáculo foram selecionados não só atores, mas adereços, tipo de peça a ser representada, tendo em vista a platéia presente.

²¹ "(...) o efeito e a representação dos resultados de um jogo de pressuposição que os participantes (falante e ouvinte) exercitam reciprocamente e que dizem respeito, essencialmente, aos condicionamentos e às restrições que cada um deles faz e pensa que o outro faça sobre a ação (verbal) em curso e sobre o modo pelo qual cada um interpreta e pensa que o outro a interprete. Em suma, esta noção de situação comunicativa corresponde à análise e à representação da competência modal dos participantes."

Essa perspectiva interpretativa reflete a questão de que os interlocutores podem inferir as intenções e as interpretações de forma recíproca. Assim, entendemos que a significação não deve ser tomada de forma abstrata, mas como resultante de sua real ocorrência na situação interacional. Entendemos a significação como um processo que se constrói durante a interação e de acordo com os participantes, não ocorrendo de uma forma fixa, mas ajustando-se conforme o contexto situacional, incidindo sobre as atitudes adotadas pelos interlocutores, levando-se em conta, inclusive, sua posição social.²²

1.6.1 Contexto, prosódia e cognição

De Dominicis (op.cit.), ao estudar a língua italiana, propõe um modelo interpretativo do fato entonacional e de seu condicionamento pragmático, destacando que contorno prosódico, contexto e formulação lingüística estão inter-relacionados. Salienta que, durante a atividade discursiva, os interlocutores exercitam um variado jogo de pressuposições que só pode ser adequadamente analisado se considerarmos a competência modal dos participantes da interação

²² Essa posição aproxima-se daquela de P.Charaudcau et alii (1986), *Análisis del discurso y sus implicaciones pedagógicas*. Cali. Universidade del Valle, diferenciando-se no que se refere à questão dos atos de fala, já que a eles não nos reportaremos, como também não trataremos da interpretação voltada ao discurso pedagógico, como eles o fizeram.

Na verdade, a prosódia funciona estrategicamente como pista auxiliar de extrema importância no processo de percepção e de compreensão da linguagem; entretanto, não se localizam trabalhos editados a respeito da questão em que se observem os textos falados do português do Brasil e especialmente aqueles em que se localizem conflitos.

Conforme já observamos, o enunciado comporta um significado que vai muito além do seu sentido literal. Hatch (1992:275) salienta que

*"sociolinguistic information such as where speakers are from, their social membership, their status, or the formality they think situations have, much of this information comes from prosody, the suprasegmental system made up of intonation, stress, rhythm, and pitch."*²³

As pesquisas que temos realizado junto a textos falados, permitiu-nos observar, por exemplo, a presença de entonação ascendente ou descendente nas passagens de turno - ascendente em pedidos de colaboração, de assentimento, por exemplo e descendente em que se marca término de tópico ou de um segmento tópico. Além disso, detectam-se certas quebras, interrupções no ritmo normal de um enunciado que se evidenciam na formulação lingüística e que atuam interacionalmente de modo a salvar a face do locutor, ou a expor a face negativa do interlocutor; tais ocorrências são citadas como falsos inícios, correções, por exemplo.

²³ "informações sociolingüísticas tais como de onde são os falantes, qual sua classe social, seu status, ou o grau de formalidade que eles pensam que a situação comporta, grande parte dessa informação vem da prosódia, o sistema suprasegmental constituído de entoação, acento (intensidade), ritmo e tom (altura)."

Pragmaticamente, a prosódia auxilia na interpretação dos enunciados, e pode indicar ironia, sarcasmo, os quais aparecem assinalados no discurso não pelos elementos lexicais, mas pela entoação especial com que marcamos esses enunciados. Desde 1977, Gumperz tem sugerido que lancemos os olhos à conexão entre a entoação e o significado no discurso.

De Dominicis atenta para a análise da dimensão interpessoal - segundo modelo proposto por Halliday²⁴ -, indicando que esta possibilita a observação de como está estruturada a formulação do ponto de vista modal que, por sua vez, remete às relações entre os participantes do evento discursivo. Este tipo de análise relaciona-se ao aspecto cognitivo do discurso, pois que a estrutura modal permite que se ative o processo inferencial.

Sugere, esse autor, que toda interação comporta contrato e efeito, os quais correspondem a duas fases complementares, mas independentes. Consideramos tangenciar essa proposta a questão da possibilidade de instaurar-se acordo ou desacordo entre os interlocutores, já que destaca o fato de que

"oltre a um contratto cooperativo, è possibile anche un contratto conflittuale: il primo è un caso particolare di cooperazione comunicativa; il secondo rende conto di fenomeni disaccordo, malinteso, e così via".²⁵ (p. 27)

²⁴ Halliday (1978) indica três dimensões que devem ser consideradas quando se analisa o discurso - o quê se comunica, como o conteúdo se textualiza e qual o tipo de relação que se estabelece entre os participantes da atividade. Esses três itens correspondem às dimensões textual, ideacional e interpessoal na terminologia desse estudioso.

²⁵ "junto a um contrato cooperativo, é possível um contrato conflitual: o primeiro é um caso particular de cooperação comunicativa; o segundo comporta o fenômeno do desacordo, do mal-entendido e coisas do gênero".

À indicação de De Dominicis (id.ib.), consideramos a necessidade de se observar o contorno entonacional²⁶ e o efeito por ele provocado, para que se chegue à análise correta do conflito no discurso. Entendemos, pois, que a formulação lingüística mescla-se à estrutura modal num determinado contexto para atingir determinado efeito de sentido.

O contorno entonacional é um fato concreto, não tem significado fixo, nem efeito pragmático constante, conforme observa o autor. Os efeitos de sentido de um dado contorno são condicionados pelo material segmental em que se incluem enunciado e contexto. O contorno apresenta uma natureza heterogênea, pois que, além de reunir elementos prosódicos, comporta os lexicais, sintáticos, semânticos e pragmáticos, além de estar cognitivamente representado.

Hatch (op.cit.) também indica a importância da entoação, do acento e do tom na organização retórica dos argumentos no discurso falado, e que, se observarmos o discurso político, detectamos que seus desejos, seus impulsos requerem grande controle dos traços prosódicos, já que pela prosodia identificamos rudeza, delicadeza na interação discursiva, traços de certa forma irrecuperáveis no texto escrito²⁷.

Pelo que expusemos no presente capítulo, o trabalho com questões relacionadas ao discurso não pode prescindir da utilização de uma teoria de base cognitiva, tendo em vista a necessidade de se operar com aspectos do processamento

²⁶ Ainda que a ele não nos reportemos com profundidade, dado o recorte de nossa pesquisa.

²⁷ Essa pesquisadora tem salientado o quanto os estudos em aquisição da linguagem perdem, principalmente em segunda língua, por não se dedicarem a uma abordagem do sistema suprasegmental; acrescenta, também, que o continente americano tem muito o que realizar nesse sentido.

da compreensão. Entendemos que a compreensão resulta de um processo de associação possível graças aos objetivos da interação, às informações veiculadas ou inferidas que nos chegam e são levadas até a memória para se associarem ao que já está arquivado. Ocorre, então, uma avaliação em termos de pertinência para se chegar ao sentido. As lacunas que ocorrem quanto ao entendimento serão preenchidas pelos modelos mentais já existentes ou pelos que se formam durante a realização da atividade discursiva.

No caso de nossa pesquisa, parece crucial, que se proceda a uma abordagem cognitivista, já que partimos da hipótese de que as diferentes possibilidades de realização da compreensão podem apontar para a ocorrência do conflito ou não durante uma interação. A teoria acima indicada operará em diversos níveis de análise, desde a análise do contexto (pragmática), importante mas não suficiente para a compreensão do enunciado, até a análise semântica, de compreensão do próprio enunciado.

Nesse ponto, destacamos, também, a importância de uma análise direcionada ao fato de *como* ocorreu a compreensão e não simplesmente à observação de que esta existiu, já que, neste caso, corre-se o risco de se cair num descritivismo sem perspectivas de explicação. Torna-se importante, então, analisar o conjunto de atividades realizadas pelos interlocutores, porque elas são sinalizadoras dos processos de compreensão e de ocorrência de conflito na atividade interacional.

Não podemos deixar de mencionar que a direção da análise quanto aos procedimentos interpretativos não se coloca de forma fixa, podendo alterar-se durante

o curso da interação, de acordo com uma série de fatores contextuais condicionantes; às vezes, ocorre que um participante com poder tenta impor sua interpretação sobre os participantes com menor poder.²⁸

Além disso, há situações em que a posição dos participantes constitui-se num problema, como se verifica, por exemplo, no caso de entrevistas em que um político pode estar tentando criar um senso-comum de lealdade, por exemplo, entre a audiência (terceira-parte), embora o conhecimento destes remeta a uma avaliação exatamente contrária.

É notório o fato de que o contexto constitui-se num campo em que se podem verificar todos os tipos de relações de poder. E, para auxiliar no processo de produção e compreensão discursiva, parece-nos essencial que se levem em consideração os inter-relacionamentos entre linguagem e poder, tarefa a que nos propomos no capítulo a seguir.

²⁸ Sabemos que há razões sociais para isto, mas não trataremos dessa questão no presente trabalho.

CAPÍTULO II

O PODER DA / NA LINGUAGEM :

O CASO DAS ENTREVISTAS

"O diálogo não se impõe a ninguém.

Responder não é um dever, mas é um poder."

Martin Buber

2.1 A linguagem como forma de ação

As pesquisas que se utilizam de exemplos extensos de conversação têm demonstrado que esta se apresenta sistematicamente estruturada, evidenciando uma orientação dos participantes na organização de tais estruturas pelo modo com o qual eles modelam, delineiam, formulam seus próprios enunciados e reagem aos dos interlocutores. Não se pode esquecer de que estas estruturas conversacionais são também sociais, estão presentes e são produzidas na ação interacional diária, não se caracterizando, pois, como uma propriedade abstrata das macroestruturas sociais. Importa observar a conexão entre as microestruturas da conversação e as macroestruturas das instituições sociais a qual irá se processar à medida que se observam as dimensões do poder na linguagem.

Em vista do exposto, entendemos que as análises efetuadas numa pesquisa devam permitir a descrição não apenas do ato lingüístico, indicando o que ali se encontra formulado, mas o como se modulou o enunciado, descrevendo-se também a situação enunciativa, para que juntos possam ser interpretados; é preciso descrever a ação e esta atravessa a interpretação do fato; nesse quadro, torna-se necessária a

associação dos pressupostos da Análise da Conversação aos da Sociolinguística Interacional.

Não se pode negar o fato de que o discurso seja determinado socialmente por um conjunto de convenções associadas às instituições sociais. As produções discursivas são moldadas pelas relações de poder das instituições sociais e da sociedade como um todo e as ações dos participantes podem ou não ser garantidas pelo seu papel social, institucional.

Há várias modalidades de poder e Van Dijk (1992) aponta o *poder persuasivo* como sendo a mais coercitiva dentre elas; indica-a como um complexo modo de domínio já que interfere e controla o processamento cognitivo dos indivíduos, influencia as intenções dos participantes do jogo conversacional e, por meio destas, controla suas ações. As ações são assim analisadas como combinações de intenções e de atividades.

A formação das intenções é monitorada por estruturas mentais cujo controle é feito de modo mais indireto, mas que possivelmente ocorre de forma mais efetiva, por meio de conhecimentos, crenças, valores, atitudes. Se tal forma de controle for bem sucedida e se ocorrer de modo freqüente, poderemos detectar o domínio.

Para que haja poder e domínio é necessário que as relações sejam sistemáticas e que se exerça o controle em todas ou em muitas situações sociais. Isso implica dizer que o poder ou a dominância não ocorrem de uma só vez, de modo absoluto, mas instauram-se a partir de relações graduais. Além disso, há vários níveis de análise que dimensionam as relações de domínio e poder. Por exemplo, em relação ao número de

pessoas atingidas, o poder pode ter maior ou menor escopo; em relação às conseqüências, temporárias ou não sobre as vidas dos indivíduos atingidos; pode também ocorrer resistência ao domínio ou coparticipação em que um apóia o outro no exercício do poder. Enfim, são amplas as dimensões do poder e algumas delas nos interessam mais de perto porque se reproduzem no discurso, na fala dos indivíduos que participam de uma atividade conversacional¹.

O papel desempenhado pelo discurso no exercício do domínio é muito bem percebido nos atos de fala diretivos, da forma como foram apresentados por Roulet (1981), seja nas ordens, ameaças, recomendações e avisos. Entretanto, pode ocorrer de modo muito mais sutil, e será este o aspecto que iremos priorizar.

Modificar a opinião do outro é o principal objetivo do discurso, atestam vários estudiosos. Van Dijk (1992) comenta que, em termos mais técnicos, isto significa que as estruturas e as estratégias cognitivas são afetadas pelo discurso, pela fala, ou melhor, pelo processo que ocorre no momento em que se verificam o entendimento e a memorização do discurso. Esta posição permite-nos entender que os modelos mentais podem formar-se e transformar-se, determinados por uma influência de certas ou várias propriedades do discurso; assim, *frames*, *scripts*, opiniões, atitudes ou outras cognições sociais podem ser alterados, influenciados pela entonação, ordem sintática, seleção lexical, ou, ainda, por certas estratégias de formulação textual, principalmente pela repetição, mudança de significado, figuras retóricas ou, ainda, pelas formas de

¹ Convém salientar que o discurso não é a forma exclusiva por meio da qual se alteram pensamentos ou ações dos indivíduos. Qualquer tipo de ação não-verbal pode caracterizar uma alteração no sentido indicado.

diálogo (tais como narração ou argumentação), pelas trocas dialógicas ou pela natureza dos atos de fala, entre outros elementos que agem no discurso tanto separadamente como de forma combinada.

Se uma das grandes tarefas dos estudos de discurso cognitivo é apontar como estas propriedades podem influenciar a formação de modelos de eventos ou de situações sociais, muito está por ser feito. Além disso, é preciso observar que os modelos mentais que representam tais definições não dependem meramente das propriedades estruturais do discurso, antes dependem dos modelos já apresentados, conhecimentos, atitudes, normas, valores e opiniões dos interlocutores. Exercer domínio persuasivo envolve, assim, representações cognitivas muito complexas e estratégias para ativação, formação, estocagem, troca ou usos de tais representações (Van Dijk e Kintsch, 1983).

A influência de intenções precede a das ações de tal modo que aquelas podem ser conceituadas como modelos de futuras ações. Para que se efetive o controle das ações, é preciso primeiramente controlar os modelos mentais, cuja formação ou mudança resulta das atividades discursivas, tanto quanto de cognições sociais. Significa, assim, que, se certos grupos influenciam a formação de conhecimentos e crenças (como, por exemplo, a escola, a mídia), eles são também capazes de controlar, ainda que indiretamente, a formação de modelos mentais (considerados num primeiro nível como intenções) derivados desses conhecimentos e crenças (Van Dijk, 1992). Além disso, o controle do conhecimento garante o controle das atitudes, ideologias, normas e valores dos indivíduos.

Muitas questões ainda estão aguardando resposta da análise cognitiva do discurso; entre elas encontram-se as indagações, por exemplo, a respeito da forma dos modelos citados, da maneira pela qual e com quais propriedades o discurso influencia a formação de tais representações, bem como os conhecimentos, crenças e valores, e ainda, como se expressam no discurso ou na interação.

A importância da interface sociocognitiva, como aponta Van Dijk (id.), revela-se crucial, levando em conta a maior parte das estratégias de controle da mente como manipulação, manufatura de consenso, definição de situações ou meios relacionados à formação de crenças -indiretamente de ações, já que poder e hegemonia não são meramente definidos social e economicamente, mas também encontram-se cognitivamente representados, seja por meio de esquemas sobre determinado grupo, seja segundo preconceitos constituídos a partir de valores e interesses.

A esse respeito, observa-se uma bipolaridade quando se analisa a questão levando-se em conta os papéis discursivos: é possível que um indivíduo construa esquemas em relação a um grupo de poder dominante, ou pode ocorrer o inverso, que as representações cognitivas (modelos e atitudes) sejam construídas a partir da observação de grupos minoritários. Exemplificam esta última a formação do discurso diário dirigido às minorias pelos políticos, jornalistas, dirigentes, etc.

2.2 Poder vs. acesso ao poder

O tratamento adequado da questão pede que se toque em pontos relativos ao “acesso”, por ser este um dos principais elementos na reprodução do poder discursivo. De forma similar, como ocorre com outros recursos sociais, o acesso ao poder discursivo encontra-se distribuído desigualmente. Assim, é preciso examinar quem fala para quem, sobre o quê ou a respeito de quem (qual o tópico e os referentes do discurso), quando e em que contexto, ou quem pode participar de tais eventos comunicativos, desempenhando qual papel participativo.

Estudos de diversos especialistas (Edelman, 1977; Connolly, 1983; Wodak, 1989; Wilson, 1990) apontam para o fato de que quanto maior for o acesso aos diferentes papéis dos participantes, maior será o poder persuasivo correspondente, fator que ocorre em larga escala no discurso político. Nas conversações diárias, o acesso é mais ou menos irrestrito; algumas restrições podem existir entre crianças, mulheres, velhos. Similarmente, idade, *status*, gênero podem também definir o modo de acesso, ou seja, quem inicia ou termina a fala, quem controla a tomada de turno e de tópico (v. Atkinson e Heritage, 1984; Boden e Zimmerman, 1991).

Para que se proceda à análise do acesso, torna-se necessária a determinação de um certo número de distinções analíticas. Embora seja um conceito muito relevante nos estudos em que se trate de discurso e poder, corresponde a uma noção ainda vaga e que precisa de melhor especificação. Ela envolve o modo como as pessoas tomam

iniciativa nos eventos comunicativos, as modalidades de sua participação, os meios que controlam as várias outras propriedades do discurso, tais como tomada de turno, seqüenciação, tópicos. Em geral podemos dizer que é possível definir o poder em termos de controle de ações e mente dos outros e que a habilidade de colocar mais coações sobre eventos comunicativos pode ser um critério seguro de poder social.

É criterioso observar que o acesso aos eventos comunicativos pressupõe uma certa medida de controle sobre o evento em si. Esse controle pode ser exercido sobre o discurso, ocultando-se sob as mais diversas formas de participação e correspondem ao acesso à tomada de turno, a tópicos específicos, ou ainda a um estilo determinado, por exemplo. O que precisa ser considerado é que as pessoas podem participar de um encontro, parecendo, assim, que têm acesso a ele, mas podem ser proibidas de falar ou falar só quando forem requisitadas. Além do que, as medidas de acesso podem ser indicadoras de poder: falantes que controlam o turno, o tópico, o estilo, acabam por reprimir a liberdade discursiva dos outros, têm mais poder do que os outros participantes.

Muitos eventos apresentam tópicos forçados, relacionados a um roteiro- e este pode bem ser o caso das entrevistas- ou iniciados por um falante mais poderoso ou principal. Quando se trata de um programa de TV, podem ocorrer diferentes formas de acesso entre os participantes, inclusive desiguais, além do que, esse programa pode compreender um acesso a um público maior ou menor.

Uma análise focalizadora dos processos de controle mental no turno revela que estes requerem propriedades discursivas específicas, sejam relacionadas ao tópico,

a estilo, à retórica, ou a outros recursos não-verbais. Adicione-se o fato de que toda variação e controle são limitados pelas restrições sócio-culturais do contexto e da situação de fala, de tal forma que é possível indicar uma interdependência entre poder e acesso-controle sobre as condições, propriedades estruturais e conseqüências no discurso (Van Dijk, 1992). O acesso parece ser uma noção complexa que envolve diferentes estágios, níveis, modos ou medidas e apresenta-se com um aspecto bipolar, de tal sorte que quem não tem acesso à forma, estilo ou conteúdos precisos, acaba dominado por ele, tratando-se, assim, de uma relação em que inexiste o meio termo.

O estudo da organização discursiva permite examinar os processos de controle ou como os pensamentos e as ações dos outros estão sendo influenciadas, de que modo isto ocorre, quais as medidas utilizadas, qual o nível de acesso, etc.

Cada gênero discursivo está embutido em uma teia social de modelos de acesso: quem (quais grupos, quais pessoas) controla quais elementos do texto e contexto de tal gênero? Inversamente, para cada grupo social, instituição ou seus membros, é possível mapear uma lista de acessos que eles têm a vários gêneros do discurso, permitindo, desse modo, que se estabeleça seu limite, escopo do poder simbólico da sociedade. É possível, ainda, apontar como domínio e poder são decretados por membros de grupos ou individualmente em situações concretas.

Em decorrência do que expõe anteriormente, Van Dijk observa que o poder, definido como o controle sobre as mentes e as ações dos outros, necessita, assim, de uma análise em ambos os níveis macro e micro e do estabelecimento dos laços entre esses níveis. Além disso, é possível a focalização do poder persuasivo no discurso e

por trás dele e, nessa perspectiva, o discurso é visto como lugar onde as relações de poder são realmente exercidas e aprovadas, representadas, feitas. Citem-se o poder no discurso falado face a face, ou o poder velado no discurso da mídia, no discurso dos políticos, etc.

2.3 - As entrevistas e as relações de poder

As pesquisas realizadas com textos falados têm-se caracterizado pela apresentação dos traços gerais que modelam as estruturas textuais; dentre eles destacam-se: a dialogicidade, a interação centrada, o planejamento local, etc; entretanto, há muito o que se dizer a respeito desses textos, especialmente quando se trata de *entrevistas*.

Os textos de entrevistas correspondem a uma atividade em que todos nós, de uma forma ou de outra, participamos como entrevistadores ou entrevistados (v. Garret, 1981) e é comum que sejam tomados como tipicamente assimétricos em que um dos participantes tem o direito de iniciar, orientar, dirigir, concluir a interação e exercer pressão sobre o(s) outro(s) participante(s) (Marcuschi, 1986:16).

Na verdade, voltar a atenção para textos que se constroem sob a forma de entrevistas significa deparar-se com uma escala de possibilidades que abrange do menor ao maior grau de dialogicidade. Dependendo de quem seja o entrevistador ou

do papel que lhe destinam, a entrevista pode constituir apenas uma técnica em que se obtém respostas esperadas a partir da organização de um simples questionário e, neste caso, um pré-texto já estaria construído anteriormente ao encontro e seria preenchido tão somente com as respostas do entrevistado.

Tomando-se a interação em termos de possibilidade de enquadramento em uma escala, poder-se-ia dizer que, nos textos construídos segundo a indicação apresentada no parágrafo anterior, observa-se um direcionamento para o menor grau nessa escala de interação. Por outro lado, pode ocorrer um grau elevado de dialogicidade em que o entrevistador deixa o texto fluir e transcorrer de tal forma que este não se identifique com um mero monólogo. Fatos como os indicados podem ser facilmente observáveis e um ouvinte ou um telespectador não precisa de grandes conhecimentos lingüísticos para detectá-los. Assim é que muitas pessoas comentam a respeito deste ou daquele entrevistador que, em casos extremos, mal deixa o entrevistado completar seu enunciado, cortando ou sobrepondo-se a sua fala, detectando-se um “dirigismo” na tarefa executada pelo entrevistador, que imprime um ritmo em sua pauta, preestabelecendo as respostas de modo a obter tais resultados do interlocutor que é conduzido.

Segundo Medina (1990:7), os meios de divulgação atuais acentuam a incomunicação. Entretanto, é possível, embora não seja usual, que entrevistado e entrevistador saiam modificados após terem participado de uma verdadeira atividade interacional, no sentido de que há possibilidade de ser atingido um alto grau na escala da interação, da construção espontânea. “Em certos casos felizes, a entrevista torna-se

diálogo; este é uma busca em comum em que entrevistador e entrevistado colaboram no sentido de trazer à tona uma verdade que pode dizer respeito à pessoa do entrevistado ou a um problema.”

Embora se possa analisar, por exemplo, ontologicamente o jogo de aparências que, muitas vezes, se instaura entre entrevistador e entrevistado, importa descrever e analisar o modo como esses participantes da atividade conversacional constroem seus textos, elaboram seus enunciados de forma a atingir os objetivos a que se propuseram. Ressalta-se como necessário um enfoque que tome certas formações lingüísticas e observe como se inserem no texto que vão criando, no sentido de se detectar que tipo de interação promovem.

Muitos estudiosos não a consideram uma ocorrência de fala espontânea, mas para Lavandera (1990:146) parece correto tomar esses textos como naturais, já que se constituem em textos cujas regras são bem conhecidas e compartilhadas por nossa sociedade e caracterizam-se pelo fato de que se pede a um informante que expresse sua opinião sobre determinado tópico e este pode expressar e até mesmo justificar sua opinião. Essa pesquisadora destaca que, embora o entrevistador possa trazer sua fala planejada em forma de *script*, dificilmente conseguirá seguir à risca o roteiro, pois a tendência é que os participantes se envolvam na atividade conversacional, fato que pode resultar num texto extremamente espontâneo. Devemos ressaltar que a questão não se coloca com tanta tranquilidade quando o material não tenha sido coletado “naturalmente” ou tenha sido coletado com fins específicos.

Barros (1991:260) já indicara o estatuto particular, o caráter específico de certas entrevistas², estudando-as a partir de sua organização narrativa. Comenta que algumas se constituem num caso à parte, já que o entrevistador pode não estar preocupado com as informações que o entrevistado possa dar, cumprindo apenas um papel que lhe determinaram. Resulta, então, que também em textos de entrevistas, de acordo com os objetivos conversacionais que se pretenda alcançar, ocorrerão marcas específicas que poderão diferenciá-los.

2.4 As formas de controle do discurso

2.4.1 O papel das perguntas

Muitas vezes, o entrevistado pode ser chamado de *interrogado*, tal é sua função de responder a um interrogatório, como é o caso de certas entrevistas que se prestam a colher informações - para preenchimento de cargos, por exemplo. Nelas se observa um planejamento específico, detectando-se uma assimetria nas relações entre os participantes, o que resulta num texto que apresenta um menor grau de dialogicidade.

Nesses casos, as formulações do entrevistador podem corresponder, basicamente, a perguntas. Os segmentos ocorrem sem assaltos, sem sobreposições e

² Barros trabalhou especificamente com textos de entrevistas gravadas e transcritas pelo Projeto NURC-SP (Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta da Cidade de São Paulo) do qual participa. Ressalte-se que a coleta do material foi nortçada por uma preocupação exclusivamente lingüística, dados os objetivos do Projeto.

os momentos de espontaneidade, de descontração ficam em segundo plano (ou em plano algum). A participação do entrevistador pode ser maior do que a do entrevistado, a qual, muitas vezes, pode-se resumir à emissão de sinais de assentimento do tipo “uhn uhn”, “sim” ou “certo”. Porém, dependendo do entrevistador ou do entrevistado, podem ocorrer momentos em que se registre a ocorrência de uma interação mais “natural”, com formulações que se distanciem do par pergunta - resposta (P/R).

Assim, considera-se que, de acordo com o material coletado para análise, é possível que se obtenham resultados diferenciados. Quando se analisam entrevistas apresentadas pela televisão, muitas perguntas também ocorrem, mas são utilizadas de forma estratégica, dinamizam a interação verbal, ajustam a participação dos interlocutores, reorganizam o contexto e permitem ao entrevistador explorar a organização seqüencial e, automaticamente, a organização contextual como recurso criativo para a organização das atividades em que entrevistador e entrevistado estejam envolvidos.

Dentre as formações linguísticas passíveis de observação, destacam-se as perguntas como elementos que, de acordo com os objetivos conversacionais e com o contexto, permitem a organização do texto falado, especificamente o de entrevistas, delineando graus diferentes de interação.

Apontando para o fato de que os participantes, através do que formulam, constituem e sombreiam a atividade discursiva em andamento, verifica-se que a primeira parte do par P/R (pergunta-resposta), cria, muitas vezes, um campo de

relevância que pode focalizar não só o que ocorre, por exemplo, com o tópico discursivo, mas ainda com o processamento do texto como um todo.

As perguntas passam a se constituírem, muitas vezes, em estratégias cujos efeitos são cumulativos; além de um pedido de informação, esclarecimento, o entrevistador consegue, muitas vezes, mostrar, reforçar a face negativa ou positiva do entrevistado. É preciso, para isso, perspicácia e o contexto precisa ser considerado relevante³ para que se efetive a intenção do condutor da entrevista.

Ao fazer projeções sobre o futuro curso que um enunciado (uma pergunta) pode tomar, o interlocutor reorganiza suas ações, redireciona a conversa; desse modo, as perguntas colocam-se como elementos que organizam o texto, modificam as relações entre os interlocutores, imprimindo um caráter vivo às entrevistas.

2.4.2 Outros elementos sinalizadores de controle do discurso

Há inúmeras formas de organização discursiva reveladoras de controle do discurso. Constituem-se em verdadeiras estratégias utilizadas no jogo conversacional, apresentando finalidades específicas. Procedemos ao levantamento de algumas possibilidades de ocorrência, entretanto sem o intuito de apresentá-las de forma exaustiva:

³ A respeito de *contexto relevante*, veja-se o posicionamento de Goodwin, à página 69 deste trabalho.

- a presença da *interrupção*, concretizando a sobreposição, para controlar o discurso do outro nas relações desiguais de participação. Para um igual ou mais poderoso, isto seria tomado como deselegante, presunçoso, arrogante;

- a *forma gramatical das questões*: com negação: “ninguém faz isso?” - com *question tags*: “você vai, não vai?”, por exemplo;

- as questões que parecem reduzir o papel do controlador: “agora o que faremos? - qual o próximo passo importante?”;

- o uso da ironia;

- o uso das digressões;

- a inversão de papéis, em que entrevistador vira entrevistado;

- outros fatores podem ser observados em conjunto com os anteriormente mencionados; entre eles, a *entonação* destaca-se como dos mais relevantes, possibilitando ainda mais a observação de como se efetiva o controle.

Há uma força intencional dos participantes poderosos que controlam e direcionam as contribuições de participantes não poderosos (nas relações desiguais) e nisto resume-se o poder no discurso. Observa-se uma tendência à indicação de que as formas linguísticas são específicas a cada tipo de discurso e que suas ocorrências se verificam de acordo com as coerções que se desejem promover. As relações de conteúdo (o que é dito ou feito), estariam imbricadas, dessa forma, às relações sociais e às posições que o sujeito pode ocupar no discurso.

Quando o discurso se instaura, as convenções sociais aplicam-se a todos os participantes e pode-se observar que varia o grau de possibilidade de acesso (maior ou menor) de acordo com a variação do grau de latitude (do mais para o menos poderoso) dos participantes.⁴

No caso das entrevistas, é comum ao entrevistador o conhecimento dos meios de dominar a conduta do(s) participante(s) e, neste caso, pode ocorrer que a simples percepção de manuseio de poder seja geradora de conflito entre os participantes da ação discursiva.

Muitas vezes, entretanto, a formulação dos enunciados toma uma direção no sentido de não deixar transparecer algum aspecto, por exemplo, o de causalidade que pode encontrar-se velada sob a forma gramatical de uma nominalização: o processo é expresso por um nome, como se fosse uma entidade. Formulações dessa ordem escondem quem ou o quê especifica a causalidade.

Esta é uma forma de poder imposto pelo conteúdo: favorece certas interpretações, enquanto exclui outras; é uma forma de poder oculto. As interpretações oferecidas e as palavras são aquelas dos donos do poder. É possível selecionar técnicas particulares para passar impressões específicas às pessoas e os efeitos registrados são cumulativos; trabalhando, por exemplo, com as atividades de repetição, com interrupções, manuseando a causalidade com o uso das nominalizações, lidando com a concessão, perguntando negativamente, etc..

⁴ Convém salientar que isto se refere a nossa cultura.

Nas conversações face a face, o poder também pode estar, algumas vezes, escondido. Há uma clara conexão entre pedido, solicitação e poder. Há diferentes formas gramaticais de organizar pedidos, seja de forma direta - que se apresenta de modo explícito e é formulado com frases imperativas, seja indireta - em que se pode detectar mais o implícito e a formulação ocorre por meio de insinuações, do tipo: “você poderia...”, ou “você gostaria...”, “você acha que dá para...” - as quais correspondem a construções que escondem o poder dentro do discurso.

Na verdade, a questão de que todos são livres para dizerem o que quiserem é uma brincadeira bastante poderosa. O tratamento da questão impulsiona para o estudo das formas da *polidez* a qual se baseia na reconhecimento das diferenças de poder, no grau de distância social; é considerada uma propriedade de situações sociais que têm efeitos peculiares sobre as formas da linguagem e se manifesta, indistintamente, nos três tipos de coações que se associam às relações de poder: conteúdo, relações, sujeito.

O participante da ação discursiva pode não responder à questão que lhe foi formulada e mudar a direção da conversa; pode, também, ocorrer uma inversão nos papéis dos participantes, de forma que o entrevistado questione e o entrevistador responda; um dos participantes pode reclamar por relevância, quando observa um direcionamento inadequado da conversa; o discurso pode não apresentar sinais de adaptação da fala à situação; pode ocorrer, ainda, quebra na expectativa quanto à polidez, em que não se verifique, por exemplo, o implícito, deixando-se revelar a face negativa (v. Goffman, 1972) do participante controlador, propositadamente.

Deixar passar uma situação, sem que se faça qualquer comentário, é parecer aceitá-la e pode-se constituir numa poderosa estratégia de manutenção de poder. Ressalte-se o fato de que é consenso entre os estudiosos tomar-se o discurso como um poderoso mecanismo de sustentação de poder.

2.5 O foco de atenção e os efeitos nas relações de poder

Van Dijk (1992) elabora um quadro significativo, elucidador em relação a como se constitui a coação e quais os efeitos estruturais que promove:

coação:	efeitos estruturais:
conteúdo	conhecimentos e crenças
relações	relações sociais
sujeito	identidades sociais

A inter-relação entre a linguagem e o poder da persuasão, pelo que se pode apreender, constitui-se em algo rico e complexo, mas a maior parte dos estudos descreve a questão de modo a fazer com que prevaleçam as convenções sociolingüísticas, por exemplo, de como se distribui o poder desigualmente. Tais estudos não têm explicado as convenções como geradoras de relações de poder e de lutas pelo poder e partem do princípio de que há um senso-comum que está implícito nas convenções de acordo com as quais as pessoas interagem lingüisticamente, fato que muitas vezes parece ser tratado como inquestionável por parte do mais fraco dos participantes de uma atividade discursiva. Por exemplo, quando tomamos as convenções de um tipo tradicional de consulta entre médico e paciente, observamos ser natural que o médico conduza a consulta e que o paciente aceite tudo, partindo de suposições de senso-comum em relação à hierarquia e à autoridade. O interessante é que se podem encontrar sinais desta suposição que condiciona à aceitação nas formas de linguagem que eles utilizam.⁵

Não se quer sugerir que somente o poder seja um assunto de interesse da linguagem, pois sabemos dos riscos que se corre ao focalizar apenas um dos aspectos de uma relação ou de um processo - pois que a pesquisa fica assim caracterizada como parcial - entretanto, não se deve deixar de mencioná-lo.

Segundo Van Dijk, o poder relaciona-se à noção fundamental de controle social - grupos, instituições exercem poder quando são capazes de controlar o

⁵ Embora se saiba que as ideologias estão estreitamente relacionadas ao poder e que se considere a linguagem como tendo uma natureza ideológica, este não será o enfoque deste trabalho, já que o tratamento de questões desta natureza pertencem à Análise do Discurso, principalmente na linha de Pêcheux, ou da CLS (Critical Language Study) que especificamente apontam para a linguagem, o poder e a ideologia.

pensamento e as ações dos outros. Controlar implica uma limitação da liberdade ou da independência dos outros que não estão livres para pensar ou fazer o que querem - ou queriam - sem tal controle.

Parece possível o estabelecimento de níveis na efetivação de controle e de poder; em sua dimensão mais ampla, quando ocorre o abuso, pode-se definir a questão como sendo de “infração às leis, regras, normas, princípios que regulam a ação ou interação social aceitável”.

O poder social está fundamentado em recursos valiosos, ou em ataques especiais a estes recursos, como força, opulência, renda, posição, *status*, privilégios, conhecimento, educação e uma das metas da dominação é proibir ou limitar acesso igual a tais recursos.

O poder e o domínio social exercem muitas modalidades diferentes de controle social e um modo elementar consiste na proibição ou no uso da força para obrigar ou impossibilitar a ação dos outros de um modo específico, como no caso dos militares ou da força policial, ou no subjugo forçoso da mulher pelo homem ou das crianças pelos adultos, e todos estes fatos podem ser detectados pelos estudos da linguagem.

Outras formas de controle podem ser observadas quando se priva alguém de moradia, de trabalho, de viver, como tem ocorrido em vários países e, talvez, seja necessária uma ampla distinção entre os vários tipos de exercício do poder pela coerção, incluindo-se a violência física e o exercício do poder pelo consentimento que resulta da manipulação. Além dos autores citados, não se pode deixar de mencionar Fairclough (1992), já que seus trabalhos têm contribuído para a formação de uma

resulta da manipulação. Além dos autores citados, não se pode deixar de mencionar Fairclough (1992), já que seus trabalhos têm contribuído para a formação de uma consciência crescente e geral das relações sociais de exploração através da focalização da linguagem.

2.6 As especificidades na condução das entrevistas

Segundo Tramontina (1996)⁶, os programas de entrevistas pela TV se sofisticaram e deixaram de ter como ponto de referência perguntas e respostas que preenchessem um tempo sem muita significação. A entrevista desenvolve-se fundamentalmente por meio de perguntas, mas a partir da direção que a elas é dada, num estilo próprio, com a perspicácia dos entrevistadores que se utilizam de estratégias variadas, obtem-se boas respostas. Um bom entrevistador pode conseguir a revelação de material secreto do entrevistado ou arrancar revelações íntimas, de forma sutil

As perguntas podem criar determinados efeitos e, por isso, é preciso selecioná-las com adequação. Há questões embaraçosas, por exemplo, que podem apresentar duas conseqüências inadequadas: desmonta o entrevistado a ponto de ele contar o que sabe ou provoca revolta, irritação. Os entrevistadores concordam em dizer que é possível criar uma emboscada; prepara-se uma pergunta cuja resposta já é conhecida e, então, entra-se com argumento forte.

⁶ Nessa obra, encontram-se depoimentos de jornalistas que atuam na TV brasileira, dentre eles, Garcia, Betting, Casoy, citados no presente capítulo.

Em entrevistas curtas, é possível que se comece com uma pergunta que deixe o entrevistado à vontade; partindo-se então para outra mais direcionada ao objetivo principal, finalizando-se com uma questão surpresa para arrancar a opinião necessária que mostre uma tendência, por exemplo. O entrevistador, tem, assim, o poder de ir mapeando o caminho que quer para a entrevista, direcionando o entrevistado.

Há técnicas que são empregadas para alcançar determinados objetivos. Há entrevistadores que dizem não deixar transparecer que estão bem informados e que direcionam a entrevista, para que o entrevistado sinta-se em situação de superioridade e, assim, participem com mais entusiasmo e promovam uma entrevista mais interessante. Já outros, buscam um maior envolvimento, conduzindo a entrevista para um formato intimista, conseguindo, com isso, que o entrevistado se envolva emocionalmente e desenvolva tópicos que revelem facetas nunca antes mencionadas.

O entrevistador precisa ser ágil, perspicaz, para que a entrevista transcorra da melhor maneira possível; os condutores sabem que o fracasso de uma entrevista repercute no entrevistado e muito mais no entrevistador. Este tem que torcer para que a entrevista seja um sucesso, não o entrevistado. O entrevistador tem que parecer neutro em relação ao entrevistado, mas também precisa se envolver com a entrevista para que consiga alcançar seus objetivos. Segundo Garcia (1996), há um jogo de atitudes, de interesses, aparentemente contrários que se misturam na entrevista e, por isso, o entrevistador coloca-se como um artesão que vai burilando suas peças para obter um bom resultado. Mas o trabalho é conjunto, embora o entrevistador não possa perder o comando da conversa.

O entrevistado tem também suas estratégias - desvia do assunto e, nesse caso, o entrevistador pode terminar o encontro sem ter conseguido fazer o entrevistado falar aquilo que tencionava.

Muitas vezes, o entrevistado teme o poder do entrevistador, já que a imprensa tende mais a criticar, do que a elogiar. Além disso, há entrevistadores que preparam armadilhas para o entrevistado, por exemplo, utilizando-se de declarações bombásticas de alguém que possa colocá-lo em situação incômoda ou documento que prove acusações que ele tem negado.

As opiniões se dividem quanto a esse aspecto, entre os entrevistadores da TV brasileira; muitos consideram que o entrevistado não comparece à TV para ser humilhado. Casoy diz que a melhor técnica é deixar o entrevistado à vontade, criando, antes da gravação um clima favorável. O bom entrevistador, para ele, é aquele que consegue captar as indagações do telespectador que é peça-chave e que pode interagir e ajudar a entrevista a crescer.

O entrevistado deve olhar para a câmera ou para o entrevistador? A câmera deve procurar o melhor ângulo para apresentar o entrevistado - alguns entrevistados mostram-se preocupados, envolvem-se bem com os dois lados (entrevistador e câmera); outros, preocupam-se só com o envolvimento com a câmera - que representa o telespectador, a meta a ser atingida, mostrando um envolvimento mecânico, prejudicado.

Betting (1996) considera a necessidade de que o entrevistador seja alguém bem informado e que se apresente para a entrevista com um pré-questionário para que

possa, com um roteiro, com um esquema nas mãos fazer uma abordagem diferente, incluir na hora questões mais interessantes. Iniciada a entrevista, é possível enriquecer o questionário original com novas indagações. A performance do entrevistador e do entrevistado são igualmente importantes. É preciso sinergia, empatia, para que fique tudo natural. A condução é do entrevistador, mas para ele, a qualidade da conversa depende do conteúdo do que passa o entrevistado. O assunto pode até ser corriqueiro, mas pode resultar numa boa entrevista. Há os entrevistados que fogem, ignoram as questões, obrigando o jornalista a proceder a repetições, o que se constitui num sério problema. A fuga declarada perverte o encontro e tornando-o desastroso. O bom entrevistado apresenta qualidades: é objetivo, por exemplo e dá respostas curtas.

Às vezes, ocorre ser tudo acertado antes da entrevista - com os políticos, por exemplo - mas na hora eles se deixam levar pela infantilidade e rompem qualquer contrato. Para alguns entrevistadores, destaca-se o fato de que a entrevista depende essencialmente do entrevistado, mas sabemos que há outros que imprimem marcas pessoais, principalmente quando percebem deficiências no entrevistado e incluem, por exemplo, o humor.

Os programas de entrevistas apresentam características próprias- enquanto uns fixam a proximidade física como marca intimista, um face a face, um olhar de perto, um contato com as mãos, uma cumplicidade, outros estabelecem o distanciamento, a formalidade, o caráter inquisitorial. Alguns programas só mostram meio corpo do entrevistado, outros o apresentam de corpo inteiro. Uns adotam a mesa redonda, outros a cadeira giratória, exigindo um continuo movimento do entrevistado para

acompanhar, olhar de frente quem lhe dirige a palavra. Uns abraçam e beijam os entrevistados, outros agradecem ligeiramente a participação.

A entrevista polêmica vira espetáculo, entretanto, se um entrevistador não promover uma interação dinâmica, ocorrerá uma entrevista sem entusiasmo, muitas vezes mediocre. O melhor é a novidade, as informações novas. Alguns assuntos são mais complicados para os entrevistados e alguns deles avisam com respeito, pedem licença; "vou ser invasiva se o Sr permitir", "não quero ser agressiva mas tenho a obrigação (por causa do público) de perguntar sobre um assunto delicado". Outros dirigem-se indistintamente ao entrevistado, chamando-o por "você", tratamento que pode deixar chocados alguns convidados.

Há entrevistadores que não perseguem a informação simplesmente, mas buscam a profundidade da resposta - assim se posiciona a entrevistadora Marília Gabriela para quem o bom entrevistador não pode assumir posições radicais; deve ser aberto às verdades dos outros; entretanto, há pessoas que não estão dispostas a assumir posições e são muito difíceis de entrevistar.

Grande parte dos jornalistas ligados a programas de entrevistas pela TV pregam o respeito ao entrevistado, já que todos têm o direito de expor sua idéias, mesmo que sejam contrárias às idéias do entrevistador. A verdade do entrevistado tem que aparecer. Impedir que o entrevistado fale ou tentar convencê-lo de que defende posições erradas é considerado um equívoco. São unânimes ao indicarem que um entrevistador experiente e cheio de informações pode ser considerado como fator de inibição ao entrevistado, pois este sabe diante de quem está e dos riscos que corre.

Tramontina salienta que a entrevista exige técnica e arte. O entrevistador deve saber selecionar os pontos a serem explorados: deve ser hábil. Não pode perder de vista a importância das relações entre ele e o entrevistado; o inter-relacionamento entre eles deve ocorrer de tal modo que os dois cresçam progressivamente durante a entrevista. Vale lembrar a indicação de Buber (1982:139), para quem,

"na conversação, o sentido não se encontra nem em um dos parceiros, nem nos dois em conjunto, mas encontra-se somente neste encarnado jogo entre os dois, neste seu Entre."

Não se deve considerar a entrevista como uma rotina de perguntas preestabelecidas e a respectiva obtenção de respostas. Além disso, é preciso ter em mente que excesso de orientação sufoca a entrevista, impedindo que as verdadeiras facetas do problema se apresentem, se esclareçam. Há muitos tipos de entrevista e em todas é essencial que o entrevistador evite impor sua posição ao entrevistado, procurando controlar seus sentimentos de antagonismo, quando estes aflorarem. Antes que proceder a julgamentos, precisa ajudar a compreender causas e deve, ainda, ser prudente, evitando generalizações (cf Garret)

Observa-se que o ritmo, a extrema velocidade em que se realizam as entrevistas pela televisão pode afetar a densidade e conduzir à superficialidade em relação à abordagem de alguns tópicos, além da matiz de espetáculo que modela a linguagem televisiva.

Não se pode esquecer que a TV forma opinião ou a reforça - este é o seu poder; ela exerce controle. A grande massa brasileira não lê; informa-se pela televisão e isso constitui uma grande responsabilidade para esse organismo controlador de poder.

2.7 Quando um político é o entrevistado

A maior parte das entrevistas trata de economia ou política e políticos, homens públicos aceitam facilmente ou se oferecem para participar das entrevistas. Sabemos das razões desse procedimento - homens públicos precisam fazer conhecer suas idéias; entretanto, muitos deles apresentam-se diante dos telespectadores imbuídos de extrema vaidade e não se envolvem tanto com o entrevistador, preocupando-se mais com a audiência. Nesse caso, o entrevistador pode aproveitar para tecer elogios e, a partir de então, consegue chegar onde quer com as questões.

Certos políticos tentam dirigir as perguntas para aquilo que mais lhes interessa. Então, o entrevistador não apenas organiza as perguntas, mas precisa ficar atento às respostas para que não saiam da direção que ele quer dar à atividade e ainda para que o entrevistado não assuma o comando da situação.

Além disso, há pessoas que conseguem adaptar máscaras diversas e, se percebe, o(s) entrevistador(es) pode(m) travar uma verdadeira batalha contra elas.

Enfim, cada papel desempenhado corresponde a uma função social específica com suas crenças, seus valores e seus ideais diversos.

A direção da pesquisa permite a formulação de questões que se tornam neste ponto relevantes:

Como se instaura um discurso polêmico (ou uma entrevista polêmica)? Em quais circunstâncias ? quais as fronteiras? qual sua dimensão em termos de relações de poder? trata-se do poder de indivíduos que refletem o poder de um grupo ou de uma classe dominante? será que o poder pessoal, com características da própria personalidade, explica as diferenças e as variações sociais para que seja decretado o poder na interação diária?

Na verdade, o tratamento de questões relacionadas a discurso e poder permite que se detectem possibilidades de ocorrência de conflito. Para que se possa melhor entender essa realização discursiva, torna-se necessário direcionar nossa atenção para esse tópico especificamente.

CAPÍTULO III

CONFLITO: POSSIBILIDADES DE

OCORRÊNCIA NO DISCURSO

“Les discours doivent être traités comme des pratiques discontinues, qui se croisent, se jouxtent parfois, mais aussi bien s'ignorent ou s'excluent.”

Michel Foucault

3.1 - As pesquisas existentes na área

Muitos pesquisadores já trabalharam com o conflito e com a conversação, entretanto não são numerosos os trabalhos em que se faz a junção de ambos. A conversação, na maioria dessas pesquisas, tem servido como instrumento para observação e entendimento dos vários tipos de conflito social, tangenciando ou não fazendo referência a elementos relacionados mais especificamente aos aspectos lingüístico-discursivos da questão.

Dessa forma, outras áreas do conhecimento, que não a Lingüística ou a Teoria da Enunciação, têm-se destacado quanto ao tratamento do tema. Esta indicação pode ser confirmada pela observação da vasta citação de trabalhos realizada por Brenneis (1988), relacionados à disputa, em que a linguagem é utilizada de forma a possibilitar o tratamento de algum aspecto de problema social e, nesse sentido, salienta-se o trabalho de Grimshaw (1990), na área da Sociologia, que se vem pronunciando sobre o assunto nos últimos trinta anos. Mais recentemente, nesta

década, podemos notar um direcionamento em suas pesquisas para as relações entre conflito social e discurso, tratando de casos específicos do discurso inglês da América do Norte.

É possível localizar a partir dos anos 80 a presença não só de sociólogos, mas ainda de antropólogos e lingüistas que procedem ao estudo das relações entre linguagem e conflito. Destacam-se os antropólogos Goodwin (1980), Gumperz (1982), Vuchinich (1984), os lingüistas Schiffrin (1985), Tannen (1986) e Erlich (1993), com trabalhos que focalizam diferentes situações interacionais em que ocorrem conflitos, encaminhando suas análises para ocorrências em língua inglesa ou francesa. Suas pesquisas serão motivo de reflexão no presente capítulo.

A observação do trabalho desses analistas permite detectar certos traços do conflito na fala, tais como: a utilização do discurso direto e indireto, as particularidades da seqüenciação e de outros traços, o emprego de narrativas, etc.

3.2- As perspectivas organizacionais

Segundo Hymes (1974), as pesquisas relacionados ao conflito têm apresentado uma variedade de orientações axiomáticas, de perspectivas e de noções conceituais que podem ser úteis na organização do fenômeno pelos analistas.

As perspectivas organizacionais variam consideravelmente em relação ao grau de abstração, à facilidade para identificação do fenômeno, à avaliação em relação ao

evento e à especificidade da relevância do conflito quando comparado com a fala em geral.

Perspectivas teóricas, métodos, focos de interesse em diferentes dimensões da fala, tipos de participantes, de interação e de tópicos podem ser indicados como responsáveis pelas possíveis direções que um trabalho sobre conflito pode tomar, sem que se esqueça de que podem ocorrer divergências quanto à natureza do *corpus* selecionado em que se examine material de áudio, vídeo, filmes, transcrições e textos dramáticos, por exemplo.

As pesquisas existentes agrupam-se por apresentarem orientações gerais ou específicas, conforme indicamos a seguir.

3.2.1 - Orientações gerais

Localizam-se trabalhos numa linha heurística ou interpretativa.

- Sob a orientação heurística, encontramos trabalhos como os de Hymes (op.cit.), que levam em conta elementos de linguagem em uso em contextos sociais específicos (cenários, finalização de eventos, participantes);

- Com a orientação interpretativa, ocorrem pesquisas que consideram um menor conjunto de noções, tratando alguns dos elementos da heurística de Hymes incorporados a um *frame*.

Grimshaw (1990) cita que, heurísticamente, pode-se pensar nos seguintes itens ao se tratar do conflito:

- as relações de poder e afeto e a natureza das marcas na determinação da ocorrência, intensidade ou outros aspectos do conflito;

- as diferenças na natureza e no curso do conflito em diferentes contextos com participantes diversos;

- os possíveis universais sociolinguísticos ou interacionais no conflito;

- os mecanismos sociolinguísticos considerados e empregados pelos participantes do conflito.

3.2.2- Orientações específicas

Localizam-se pesquisas orientadas para as variáveis sociológicas, para a Análise do Discurso, para as tipologias do conflito, ou para os atos de fala e as trocas interacionais:

3.2.2.1 - as variáveis sociológicas - segundo Grimshaw (op.cit.), essa noção, relacionada a aspectos de poder e afeto e à natureza da utilização (relativa à relevância e aos custos dos objetivos interacionais para os participantes), tem possibilitado melhores condições de interpretação dentre a variedade de estudos de ocorrências naturais do discurso. Embora rejeitada por alguns pesquisadores, tal

caracterização é aceita por outros, especialmente pelos estudiosos do discurso que são guiados por um ou mais conjuntos de perspectivas organizacionais¹.

A noção de variável sociológica utilizada por Grimshaw deriva de estudos germânicos sobre a interação na fala. Aponta para a importância de se considerar as questões sociológicas, ou os resultados dos trabalhos sociológicos, quando se trabalha com o conflito na conversação. Além de observar o papel desempenhado pelos interlocutores (locutor, ouvinte, auditório), esses estudos inter-relacionam-se com alguns do discurso, como o de Goffman (1981) em que se trata do *footing* (posição, alinhamento) e do *status* de participação.

3.2.2.2 - a posição dos analistas do discurso - Cada estudo nessa linha analisa uma variedade singular de conflito num quadro específico, levando em conta um aparato conceptual determinado. De um modo geral, têm sido analisados traços/dimensões da fala como as variações prosódicas/paralingüísticas, a organização seqüencial, o tema, a mudança de tópico; no nível analítico, têm apontado para a seleção de recursos sociolingüísticos específicos como discurso direto e indireto, formas de endereçamento, narrativa, silêncio, etc. Há muitos recursos e de diversas ordens passíveis de serem utilizados; certamente, nem os participantes, nem os analistas utilizam-se de todos os disponíveis na disputa; o que se verifica é uma seleção no momento de utilização desses recursos.

3.2.2.3 - as teorias dos atos de fala e das trocas interacionais - essas teorias têm trabalhado com idéias intuitivas e dedutivas e, por isso, têm recebido

¹ Para aprofundamento desse aspecto, veja-se Cicourel (1980).

críticas no sentido de que se devem aplicar a estudos de ocorrências naturais de fala, incluindo o conflito na conversação. Em suas pesquisas, Labov e Fanshel (1977:58-59), por exemplo, ressaltam a importância das

“ações que são realizadas pelos falantes por meio de seus enunciados” e observam que “ações cruciais não são os atos de fala tipo asserções e pedidos, mas trocas, defesas e retratações, que se relacionam ao *status* dos participantes, a seus direitos e obrigações e a sua mudança de relacionamento em termos de organização social”.

O trabalho com o conflito na conversação parece não poder prescindir da adoção de mais de uma linha teórica, sejam elas as que focalizam a atenção:

- a) nos recursos utilizados pelos participantes na interação (antigamente só falantes, hoje falantes e ouvintes, inclusive se destacando a importância da terceira-parte);
- b) nos recursos utilizados para que os analistas descubram o sentido no texto, em que se observam os aspectos cognitivos da questão;
- c) nas estratégias argumentativas como provedoras da consecução dos objetivos interacionais.

Essas três teorias apontam para a necessidade de conhecimento sobre interação, contexto, argumentação e cognição para a realização das investigações. À primeira, pertencem Gumperz com suas investigações sobre inferência conversacional; Halliday, Labov e Fanshel, Wittgenstein, Schutz, Garfinkel que tentam descobrir como os participantes dão sentido ao discurso produzido a partir do

conhecimento e do contexto específico do texto e da situação. A segunda, é representada pela análise crítica de textos de Althusser, Barthes e Derrida; pela análise conversacional de Sacks, Schegloff e Jefferson; pelas pesquisas dos atos de fala de Austin e Searle; e pelos estudos de Grice, os quais atentam para a descoberta do sentido referencial e da intenção pragmática dentro da organização sintática e/ou lexical da construção do texto. E à terceira, relacionam-se Ducrot, Moeschler, Plantin e Erlich, por exemplo, que observam mais de perto a questão da argumentação, embora nem todos se utilizem de um *corpus* natural.

3.2.2.4 - sobre as tipologias do conflito na conversação - uma classificação formal e também geral pode ser localizada entre as possibilidades de tipos e gêneros de conflito, que são utilizadas pelas pessoas comuns durante as disputas ou pelos estudiosos do assunto, mas essa classificação não se encontra, ainda, sistematizada. Algumas profissões reconhecem e empregam determinada terminologia para os tipos de conflito usados pelos participantes. Por exemplo, os advogados apontam a sentencição, a contestação, o julgamento, a mediação e a negociação e também reconhecem que podem ocorrer atividades, eventos que se encontram inseridos àqueles e que formalmente podem ser nomeados como altercações, argumentos, contensões, debates, disputas, dissensões, brigas, discussões, lutas, etc. Os próprios participantes podem reconhecer e nominar a ocorrência dos vários tipos de disputa. As tipologias indicadas nos trabalhos apresentam diferenças interacionalmente significativas em relação aos participantes durante situações em que se detectam conflitos e podem ocorrer de modo independente ou dentro de um evento discursivo mais amplo.

No nosso caso, como já se explicitou no início do trabalho, trataremos de associar essas linhas de pesquisa, descrevendo de que modo se relacionam discurso e conflito, observando os tipos de falantes envolvidos e o papel de cada um nesse evento discursivo (no caso, adultos com diferentes *status*), o modo como interagem ao negociar os tópicos e os argumentos que os envolvem, observando em que condições e/ou circunstâncias contextuais ocorre, as relações de poder que se instauram, para que, em seguida, se busquem as formas, ainda que não marcadas, sinalizadoras de um evento discursivo de tal tipo. Para tanto, é necessário que, primeiramente, estabeleçamos o que se entende por conflito.

3.3 - Conceituando conflito

A conceituação de conflito aparece de forma esparsa nas obras de referência. A observação dos verbetes dos dicionários permite-nos indicar que o *conflito* pode ser entendido como:

(do lat. *conflictu*) - s m 1 embate dos que lutam; 2. discussão acompanhada de injúrias, ameaças; desavença. 3 guerra . 4 luta, combate; 5. colisão, choque; 6. teat. o elemento determinante da ação dramática, a qual se desenvolve em função da oposição, luta entre diferentes forças, conflito dramático. (Ferreira, p.363)

- s.m. embate de pessoas que estão lutando; alteração entre duas ou mais pessoas, acompanhada de palavras injuriosas e ameaças; luta; conjuntura; momento crítico; pleito. Fig. luta, oposição ou tendência (jur.). (Caldas Aulete, p.800)

- 1. momento mais violento de um combate, momento em que o combate está indeciso. 3. choque ou situação permanente de oposição, desacordo ou luta entre pessoas ou coisas. (Moliner, p.719-20).

- derivado de *incha* (esp.) fam. ódio, inimizade.(Corominas, p.363)

- contradição, oposição ou luta de princípios, proposições ou atitudes (Abbagnano, p.188)

Ao procedermos ao levantamento de termos correlatos, localizamos os significados para os vocábulos:

debate - s.m. disputa, discussão em que se alega razão pró e contra: debates parlamentares e jurídicos; altercação; dúvida, contestação. (Caldas Aulete, p.945).
[do ing. *debate*] (Ferreira, p.421)

disputa - s.m. discussão acalorada entre duas ou mais pessoas; discussão, certame de espírito sobre alguma matéria literária, científica, etc; altercação, rixa, contenda.(Caldas Aulete, p.1124).

polêmica - (gr. *polemikos* - belicoso) s.f. controvérsia; disputa, debate oral. adj. próprio de polêmica; que pertence à polêmica ou que diz respeito. (Caldas Aulete, p.2864).

- referente à guerra. Acepção mais corrente data de 1843 e corresponde à controvérsia. (Corominas, p.593)

- s.f. arte em que se ensina os ardis que pode ofender-se ou defender-se qualquer praça; disputa renhida, por palavras; discussão agitada, debate oral ou por escrito. (Fontinha, p.1386)

discussão [do lat. *discussione*] - s.f. 1.debate, controvérsia, polémica. 2. altercação (Ferreira, p.481)

confronto - s.m.1. pensar ou fazer pensar sobre o que é difícil, desagradável; 2. permanecer em frente porque se quer brigar com, estar face a face com.

A pesquisa do verbete em dicionários de língua italiana, francesa e inglesa permite que se observe também essa correlação:

conflitto - s.m. scontro armato (sec. XIV, Secco de Miletto), contrasto, opposizione, (av. 1600, G.Bruno), nella Psicanalisi, opposizione tra desideri consi e inconsi (1964, B.A.T.T.). der. conflittuale, agg. 'pertinente a un rapporto di contraddizione e lotta fra classi sociali, individui, torie e simili' (1965, GARZ). conflittualità, s.f. 'stato d'agitazione intensa e continua, spec. in campo sindacale (1973, Zing.Min.). (Cortelazzo e Zolli, p.267)

conflit - 1. guerre ou contestation entre états; // contr. accord, paix; 2. rencontre d'éléments, de sentiments contraires, qui s'opposent. UV. antagonisme, lutte, opposition. conflit d'intérêts, de passions.(Robert, p.212)

conflict - 1.n. fight; struggle, quarrel; 2. (of opinions, desires, etc) opposition, difference; not agree. (Hornby, p.178)

argument - n. disagreement; quarrel. (Hornby, p. 40)

argumentation - n. quarrel; process of arguing (argue - persuade by giving reasons (for, against, in support of). (Hornby, p. 40)

polemic - n. (formal) dispute; argument; (pl) art or practice of carrying on (conduzir) arguments. (Hornby, p.646)

Pelo que se expôs, entendemos por conflito a situação discursiva - seja uma conversação de tipo diálogo casual ou entrevista, nosso objeto de análise - em que se observa desentendimento entre as idéias que estão sendo desenvolvidas pelos interlocutores; em que ocorre uma disputa entre as idéias e os argumentos apresentados por eles.

Além disso, tomamos as denominações *conflito*, *polêmica*, *discussão*, *debate*, *disputa*, como sinônimas dessa conversação em que ocorre controvérsia, em que se tenta convencer o interlocutor de forma diferenciada de uma argumentação "normal". Aquela é mais provocativa, mais tendenciosa, mais poderosa, mais veemente, podendo ser mais inflamada, mais irritada, senão irritante.

3.4 - Sobre as possibilidades de instauração do conflito

Se nos perguntarmos o que possibilita a instauração do conflito na conversação, podemos dizer que sua ocorrência parece arrastar consigo a questão da significação. Na verdade, um dos itens fundamentais na instanciação do conflito parece ser a própria característica da fala em possibilitar que diferentes significados se instaurem em contextos diversificados.

Muitos aspectos podem ser abordados que nos permitem detectar a presença do conflito na conversação, sem negligenciar a posição daqueles que salientam o fato de que toda situação discursiva pode ser considerada conflitante, indicando para isso a ocorrência de vários fatores. Ou, ainda, a possibilidade de que as pessoas (terceira-parte, analistas) não concordem em relação ao fato de que num determinado momento numa conversação esteja ocorrendo conflito; pode até ocorrer que esta posição se verifique entre os próprios participantes do evento discursivo.

Instaurado o conflito, observa-se que o indivíduo pode estar com a razão, mas se não souber usar argumentos fortes e adequados não vencerá a disputa. Treino de argumentação, conhecimento, habilidade para selecionar as melhores estratégias naquele momento determinado a partir do que ele sabe que pode derrotar seu interlocutor específico fazem do locutor um vencedor.

A respeito da existência de traços que delineiam o conflito, podemos salientar que, se tentarmos detectá-los, algumas respostas nos são possíveis até pela própria intuição de falantes: a altura da voz, o ritmo da fala, a entoação. Entretanto, essas marcas colocam-se como modos de dizer e, se existem, não são imprescindíveis para que se considere a ocorrência de conflito numa conversação, conforme destacaremos em nossas análises. Devemos, assim, considerar que o conflito pode não se caracterizar por apresentar marcas explícitas e prova disto são as sutilezas de que se utilizam, muitas vezes, os interlocutores.

Ao examinarmos o conflito na conversação, consideramos a possibilidade de ocorrência de escalas em que se observam desde pequenos conflitos, pequenos atritos na conversação diária até os grandes conflitos que acabam por desencadear uma violência física, uma luta corporal entre os interlocutores. É possível que se estabeleça, ainda, uma escala em relação ao conflito que ocorre entre as idéias do próprio locutor ou entre os interlocutores. Entre os interlocutores, já se pode prever a ocorrência de conflito antes mesmo que se inicie uma conversa, se eles já forem antagônicos por natureza, ou porque se reconheça que é normal a tais interlocutores que, quando se encontrem, desencadeiem uma polêmica.

Há que se considerar, também, as artimanhas, os subterfúgios, as estratégias discursivas selecionadas, as quais possibilitarão a instauração do conflito de forma mais sutil ou mais drástica, sem que se deixe de lado a questão de ser ou não o indivíduo autorizado a desencadear ou solucionar um conflito de acordo com seu *status* de participação. Estar ou não autorizado a dizer tal coisa pode desencadear um

conflito, ou seja, o conflito na conversação pode surgir motivado por uma necessidade de ajuste na participação dos interlocutores. Nesse sentido, as relações de poder e de afeto podem-se constituir-se em variáveis implicadas na determinação do início, andamento, conteúdo e final do conflito na conversação. Essas variáveis são utilizadas nos trabalhos de Grimshaw (op.cit.), e são destacadas como elementos que desempenham um papel importante.

Assim, detectar o conflito corresponde a apenas um dos pontos, mas há outros, tais como, observar o que o instaurou e como os interlocutores conduzem os argumentos, interagindo no sentido de (con)vencer seu interlocutor para que haja um retorno a uma possível calma. O conflito será, pois, observado como um processo interacional para o qual concorrem tópicos e estratégias argumentativas selecionadas para serem utilizadas na instanciação de um discurso os quais permitem compreender a situação como tal.

3.5 - Interação, negociação e conflito

3.5.1 - A interação

A interação corresponde ao espaço ideal onde ocorre a renovação do signo - essa foi a posição assumida por Bakhtin, já em 1929, em que destaca a língua como um fenômeno de interação verbal que se realiza por intermédio da enunciação.

A partir de então, a interação tem sido entendida como um jogo complexo em que intervêm as habilidades dos participantes da ação discursiva interessados em conhecer e/ou fazer conhecer seus anseios, suas intenções, suas propostas, levando-se em conta a perspectiva dos interlocutores.

Sabemos que durante o jogo interacional ocorre um envolvimento tal entre os participantes que os enunciados produzidos por um locutor vão-se articulando com os enunciados de seu interlocutor, de modo a se detectar a ocorrência de um processo de coordenação e de interpretação recíprocas em que interferem ou para o qual concorrem inúmeros fatores, dentre os quais se localizam os cognitivos, os sociais até os contextuais.

De acordo com Brait (1993:194),

"a interação é um componente do processo de comunicação, de significação, de construção de sentido e que faz parte de todo ato de linguagem. É um fenômeno sócio-cultural, com características lingüísticas e discursivas passíveis de serem observadas, descritas, analisadas e interpretadas".

O interesse por questões referentes ao conflito faz-nos considerar ser de extrema importância a abordagem dos procedimentos interacionais, já que eles possibilitam a ocorrência dos procedimentos interpretativos, o que nos remete aos aspectos cognitivos que envolvem uma formulação discursiva, pois é durante a interação que se processa a significação. Sabemos das dificuldades em se determinar as intenções dos interlocutores durante a interação, mas inúmeras marcas podem ser

detectadas as quais nos levam a uma direção possível em relação aos procedimentos interpretativos e às inferências que ocorrem durante o jogo interacional.

Segundo Erlich (1993:22), numa formulação lingüística não interessa apenas a informação transmitida, mas também as evidências da relação existente entre os participantes e que são expressas por essa mesma formulação e pela maneira como os participantes agem e interpretam os enunciados². Observa ainda que o papel dos participantes vai-se ajustando de acordo com o desenvolvimento da conversação em que estão envolvidos.

Alguns estudiosos, como Simmel já em 1955³, salientam que o conflito possui uma importante função, já que serve para organizar e, às vezes, para facilitar relações interpessoais. Então, se as partes estão se envolvendo em falas de conflito, elas precisam selecionar modos apropriados de formulação textual, utilizando-se de todas as variantes do código, do léxico e da prosódia, seguindo regras de seqüenciação para conseguirem atingir o objetivo a que se propuseram.

Observa-se que o número de ocorrências de interações em que ocorrem conflitos na vida diária nas mais diversas situações é elevado e que a conversação desempenha um importante papel nessa relações, já que se coloca ou como provedora, mediadora ou solucionadora desses eventos.

² Deve-se ressaltar que, para a observação e análise da situação discursiva, serão tomadas as formulações verbais e também as não-verbais.

³ Apud GRIMSHAW, A.D. (ed.) *Conflict talk. Sociolinguistic investigations of argument in conversations*. Cambridge.. Cambridge University Press. 1990.

Assim que se instaura, o conflito assume um papel centralizador em relação a toda a atividade enunciativa. Mais energias são concentradas, atinge-se o ápice em relação ao envolvimento, o que pode possibilitar a busca de estratégias adequadas, bem selecionadas para os propósitos que se determinam pelos interlocutores.

Acreditamos que os estudos nessa área contribuem para o entendimento das dimensões interacionais de questões relevantes sobre negociação. Quando nos perguntamos se há evidências de que o falante percebe que um conflito vai-se desencadear, observamos que elas podem ser detectadas pela própria formulação desse participante na atividade discursiva; assim como são perceptíveis pelo próprio contexto em que ambos os participantes identificam a situação como sendo de conflito, embora possam ocorrer casos em que um deles não queira se envolver e não reconheça ou não considere a situação como tal.

Grimshaw (op. cit) observa o impacto no relacionamento entre os interlocutores quando se evidencia o conflito e ressalta que os participantes podem experimentar e deixar transparecer satisfação ou insatisfação no desenrolar daquelas atividades interacionais, sendo possível que essa questão seja detectada na própria formulação, já que são decorrentes dos objetivos interacionais desses participantes.

O conflito pode ocorrer na conversação em eventos de vários tipos, desde as interações menos formais entre familiares, entre grupos de amigos, em encontros casuais, na relação médico-paciente, no discurso jurídico, no discurso empresarial, no discurso didático, no discurso político, nas entrevistas; desse modo, o foco de interesse pode-se situar em dimensões de fala diversificadas. Além disso, sua

ocorrência pode envolver diferentes tipos de participantes, em diferentes ocorrências de interação.

Algumas pesquisas realizadas com crianças, por exemplo, têm demonstrado que elas controlam uma considerável lista tanto de “rotinas” de conflito quanto de procedimentos/ estruturas/ mecanismos de conflito que podem ser usados de modo diverso em diferentes ocorrências, com interlocutores distintos e em busca de objetivos interacionais diversificados.

O conflito está presente em todas as partes e em vários lugares ao mesmo tempo na vida de todos. Gastamos, muitas vezes, grande parte de nossas energias em negociações na tentativa de chegar à resolução de conflitos, os quais podem ocorrer nos níveis intra/interpessoal, intergrupar ou internacional; por isso, é necessário entender como discurso e conflito interagem na vida dos seres humanos, no sentido de se observar a questão do ponto de vista de seu processamento cognitivo, em relação aos *frames*, por exemplo, e às estratégias linguístico-discursivas utilizadas nas atividades interacionais, já que é somente dentro dessas atividades que podemos analisar as operações cognitivas de forma adequada.

Ao questionarmos se o conflito pode ser entendido como uma forma de cooperação ou de competição, o exame do trabalho de Schiffrin (1990) auxilia-nos na localização da resposta. A pesquisadora salienta que o conflito tanto pode ser um modo cooperativo de fala, como competitivo, analisando a fala de membros da família e de amigos em que as “estórias” e as “opiniões” podem ser usadas para ajustar a participação no *framework* da fala. Demonstra que estes ajustamentos no

status de participação ou *footing* permitem aos participantes negociar, utilizando-se, por exemplo, de verdade e sinceridade, delineando o argumento. Ela aponta que as histórias podem servir para assinalar a responsabilidade pela verdade de uma posição, identificando posições.

As pesquisas nas diversas áreas apontam para o fato de que, se há diferenças consideráveis nas disputas envolvendo espécies distintas de participantes, de contextos e de objetivos interacionais, é preciso observar também que há similaridades significativas e dimensões subjacentes identificáveis em diversas situações em que o conflito ocorre.

Ao se trabalhar com a interação, é necessário atentar para o fato de que a conversação se constitui numa situação de intercâmbio verbal (cf. Erlich, 1993), cuja finalidade é a construção de um objeto discursivo. O jogo comunicativo possibilita a construção de enunciados que trazem implícita a situação enunciativa, para a qual colabora o interlocutor, ainda que a interação seja polêmica.

Essa afirmação permite dizer que cada enunciado construído não emerge apenas das ações de um falante, mas é produzido a partir de um processo interacional de colaboração mútua, colocando-se o interlocutor como um co-participante ativo. Durante a situação enunciativa, ocorre um significativo e amplo intercâmbio de ações, de idéias, de valores que não pode ser negligenciado e que nos conduz à questão da negociação.

3.5.2 - A negociação

Kerbrat-Orecchioni (1984) trabalha com a concepção de discurso como um processo interativo que se estabelece a partir de certos acordos aos quais se chega por intermédio de transações e negociações para as quais concorrem vários fatores, dentre os quais destacamos o próprio formato da interação, seu conteúdo ou a posição dos interlocutores, entendida de acordo com os processos argumentativos por eles utilizados.

Ao indicar que todo processo argumentativo leva à modificação do sistema de conhecimentos e crenças de um ou outro participante da situação discursiva, Erlich (op.cit.) entende que toda negociação tem origem em um conflito ou divergência que dá lugar a uma discussão com o objetivo de se chegar a um acordo. Essa parece ser também a posição dos que consideram toda conversação como conflitante, já que sempre se ajustam posições. Entretanto, entendemos ser muito abrangente esta conceituação e precisaríamos indicar todas as situações discursivas possíveis para, só então, chegarmos à generalização. Nem toda negociação parece ser conflitante, pelo menos quando se pensa no caso de duas pessoas que têm muita afinidade e que, numa conversação curta, resolvem negociar uma ida ao cinema sem que em nenhum momento se observem elementos verbais ou não sinalizadores de conflito. Consideramos que ele deva ocorrer em casos de negociação/ajuste de crenças, ideologias em que a manutenção de um posicionamento seja mais freqüente.

Por que considerar, então, toda negociação associada ao conflito? Goffman (1967) e também Roulet (1985) descrevem o processo de negociação da seguinte

forma: um conflito inicial dá origem a uma "iniciativa" a qual provoca uma "reação" que pode ser favorável ou desfavorável. Se favorável, haverá um "acordo", encerrando-se a negociação; caso contrário, continuam as iniciativas até que surja um acordo, ainda que "parcial", ou até mesmo um acordo sobre a impossibilidade de se chegar a um acordo.

Diríamos que, iniciada a atividade discursiva, entra em curso a negociação; esta compreende um imenso rol de possibilidades de ocorrência, o que nos impossibilita fixar um único quadro; grosso modo, poderíamos dizer que um tópico, um argumento inicial, por exemplo, pode originar um *frame* que será interpretado pelo interlocutor; se o argumento é forte o suficiente, há acordo e não ocorre ou cessa o conflito que se iniciara; mas se o acordo não é imediato, pode instaurar-se mais facilmente o conflito o qual só terá desfecho no momento em que se verificar um acordo, ainda que seja acordado o fato de que é impossível chegar a um acordo, conforme foi salientado anteriormente.

No esquema geral de troca proposto por Goffman (op.cit.), há a indicação de ocorrência de um contrato social entre os participantes que reproduzem um padrão de comportamento verbal ou não por meio do qual expressam posições, avaliam seu comportamento, bem como o de seu interlocutor. Os participantes vão atuando a partir de uma auto- imagem pública que criam e com a qual se identificam e, também, da imagem que os outros lhe atribuem. Goffman aponta para a possibilidade de se criarem, manterem ou alterarem imagens positivas e negativas, significando esta última a perda da imagem. Salienta que toda situação de interação representa sempre

uma ameaça real ou potencial à imagem; na verdade, a imagem (seja no aspecto de manutenção ou de alteração) está sendo negociada e, em razão disso, a delimitação de territórios e a atenuação de ameaças podem ser uma constante nas situações discursivas.

Quando se trata de situações de conflito, questionamos se realmente são uma constante as atenuações. Parece-nos que, muitas vezes, há o intento de desmontar uma imagem positiva ou mais de fazer manter uma imagem negativa publicamente.

Assinale-se que esses autores trabalharam com a questão da troca, em que ocorrem intervenções iniciativas, corretivas e avaliadoras, o que significa dizer que trabalharam com *os atos de fala*, proposta não utilizada em nossa pesquisa.

Embora possamos detectar negociações não conflitantes (da forma como indicamos à p.126), não podemos excluir, de modo algum, a possibilidade de ocorrência de negociações que resultam em conflitos na conversação, pois os próprios princípios de negociação apontam para a possibilidade de se chegar a acordos de diversos tipos.

Em discursos polêmicos, os falantes estão muito mais atentos à questão da negociação de acordos, chegando-se a detectar situações em que os participantes da interlocução não conseguem, muitas vezes, modificar suas posições iniciais.

Na verdade, não há lei que fixe o procedimento adequado em situações de conflito e observa-se que nem sempre vence quem está com a razão, podendo ocorrer situações em que alcance melhores resultados aquele que apresente maior

habilidade em relação à utilização das estratégias argumentativas adequadas a partir da negociação que se vai processando.

3.5.3- A participação do auditório nos conflitos

Durante uma situação interacional em que ocorre conflito, observamos que os participantes estão engajados em atividades direcionadas a solicitar a participação da terceira-parte - auditório - como aliado, suporte ou, até mesmo, aprovador ou entendedor de suas posições durante essas situações.

Assim, um dado que nos parece ser relevante tratar é a questão do auditório, ou seja, a contribuição da terceira-parte na direção das disputas. Dependendo do contexto e dos participantes, é, algumas vezes, indistinguível esse tipo de participação na forma, conteúdo e posição seqüencial no discurso dos disputantes e levanta-se a questão sobre como distinguir ou até que ponto considerar ser a atividade da terceira-parte interacional, exclusivamente em programas de entrevistas, debates pela televisão em que não lhe é dado, muito vezes, o direito à participação por meio de interferências com formulações lingüísticas.

O conhecimento prévio do auditório de quem se deseja obter a adesão é uma condição imprescindível a toda argumentação que se pretenda eficaz. Do ponto de vista retórico, Perelman e Olbrecht -Tyteca (op.cit:) definem o auditório como "o conjunto daqueles aos quais o orador quer influir com sua argumentação".

Quando se trata de situações em que se detecta conflito em entrevistas transmitidas pela televisão, é preciso que observemos a especificidade da questão, em que o auditório vai corresponder não só ao interlocutor que está face a face como participante do evento discursivo, mas também àqueles que participam à distância e que serão atingidos pelos efeitos da argumentação. Tomamos, assim, o termo auditório numa acepção mais abrangente, em que englobamos os dois significados.

Ao auditório cabem sempre os papéis de determinar a qualidade da argumentação e o comportamento do orador. Na situação de entrevista em que o auditório acompanha à distância, esses dois papéis também podem ser localizados.

3.6 - A organização do tópico, o contexto e o conflito

Ao tratar de questões relacionadas à fala no conflito, Goodwin destaca que se deve observar a maneira como a fala do momento constitui aqueles que estão presentes a ela, ou seja, como o que é dito em determinado turno, durante o desenvolvimento de determinado tópico, pode ter relevância particular na questão da auto-imagem pública, na identidade dos interlocutores, promovendo o conflito.

3.6.1 - O tópic discursivo

O funcionamento da linguagem tem-se mostrado como foco de interesse de muitos trabalhos elaborados por lingüistas, dependendo de alguma orientação teórica; seja especificando-a formalmente, seja em termos de suas funções pragmáticas. Nos trabalhos que examinamos em relação ao conflito, a tendência tem sido que se tome como unidade teórica de análise os atos de fala; a importância das pesquisas realizadas é inquestionável, mas parece-nos possível indicar também uma outra unidade de análise - o tópic discursivo - que mostra a direção apresentada em nossos estudos, quando tratamos de formulações de textos falados.

A concepção de linguagem como um conjunto de operações, lingüísticas ou não, entre interlocutores que estruturam suas atividades visando a atingir algum objetivo, implica necessariamente o estudo do texto falado como uma manifestação que se explica por fatores lingüísticos e por determinantes contextuais, levando-se em conta as circunstâncias de enunciação

Observado como processo que se materializa lingüisticamente, podemos descrever sua organização, assim como as estratégias e as marcas que comporta. A esse respeito, torna-se pertinente estudar o tópic, já que se trata de um dos principais elementos organizadores do discurso, cuja forma de encadeamento permite o estudo do conflito na conversação

Consideramos o tópic na acepção de tópic discursivo, conforme proposta do Grupo da Gramática do Português Falado no Brasil, subgrupo da Organização

Textual-Interativa (1992)⁴ que procedeu, recentemente, a um estudo exaustivo da questão.

Definimos o tópico como um elemento decisivo na construção do texto falado, servindo como peça-chave que conduz a organização discursiva, permitindo que se observe a ocorrência de uma interação centrada em que os participantes do evento discursivo estão envolvidos, num processo altamente colaborativo em que se *fala sobre* alguma coisa. Nessa perspectiva, várias circunstâncias são consideradas e concorrem para o estabelecimento do tópico, tais como: o contexto situacional, o conhecimento recíproco e partilhado pelos interlocutores, e seu *background*.

A descrição do tópico realiza-se tendo em vista os procedimentos de estruturação tópica, não só observando-se o que se fala, mas a maneira como se fala a respeito de determinado assunto, o que equivale dizer que essa orientação vai além do estudo do tópico observado apenas do ponto de vista de seu conteúdo.

Um outro aspecto delineado no estudo da organização discursiva refere-se ao fato de que se detectam relações de interdependência entre os tópicos. Já que os interlocutores podem falar sobre muitas coisas, vários segmentos podem ser identificados os quais se organizam em dois planos - linear e hierárquico. Ao primeiro, corresponde um plano de seqüenciação horizontal que opera em termos de adjacência na linha discursiva; ao segundo, as relações de dependência a nível vertical que se instauram pelo grau de abrangência do assunto.

⁴ In ILARI, Rodolfo (org.) *Gramática do português falado: níveis de análise lingüística*. vol.II, Campinas. Editora da UNICAMP, 1992: 359-439.

A partir da relação de adjacência também é que são delimitadas as categorias de continuidade ou descontinuidade tópica. Para aquela, destacam-se as condições de contigüidade e de esgotamento, as quais se observam, respectivamente, nos planos inter e intra-tópico; já para esta, há a perturbação seqüencial em que se detecta a introdução de um tópico antes de que se tenha esgotado um anterior, ocorrendo ou não retorno após a interrupção.

O fenômeno de superposição de tópicos, que corresponde à convivência temporária de dois tópicos num determinado momento da conversa, permite a observação de que um falante quer se sobrepor, fazendo prevalecer o seu tópico, sem levar em conta o que o outro diz. Nessa circunstância, podemos detectar a presença de conflito, já que se infringe à regra conversacional de falar um de cada vez, transgredindo-se as normas de polidez.

Faz-se necessária, neste ponto, a observação de que os laços coesivos não ficam afetados nas ocorrências de deslocamento, reintrodução ou mudança de tópico, como indicamos a seguir.

O segmento a seguir trata da conversação entre marido (L1) e mulher (L2) e ilustra o quanto o texto falado se organiza localmente, sendo impossíveis as predições. Além disso, permite que se observe a ocorrência de uma formulação em que o conflito pode-se instaurar porque um dos interlocutores (L2) percebe que o outro não age com sinceridade e a interação se desenvolve mais a partir deste aspecto do que sob o ponto de vista da polidez, como quer firmar L1.

Contextualização: O casal estava para sair e, mediante a demora da mulher (L2), o marido (L1) resolve chamá-la por meio de uma pergunta que ela interpreta como retórica. A mulher sente-se agredida e, além de não responder, formula outra pergunta, à qual o marido responde, utilizando-se de um enunciado que é percebido por L2 como correspondendo à falta de sinceridade; conseqüentemente, a seqüência final da fala de L2 é organizada de acordo com o que ela interpreta e o desencontro fica patenteado:

L1 perdeu alguma coisa?

L2 tá com muita pressa?

L1 eu só queria te ajudar...

L2 só se eu não te conhecesse...

((segue-se silêncio de ambas as partes))

(Conversação espontânea I)

Os enunciados de L1 são indicativos de não transparência enunciativa. Por não querer criar conflito é que esse enunciador acaba instaurando-o e o silêncio, neste caso, pode ser indicativo de que L1 foi reconhecido pela sua falta de sinceridade.

L2 entende que o enunciado de L1 (linha 1) não deve ser interpretado enquanto conteúdo lingüístico, mas em relação ao contexto imediato e, assim, não responde à pergunta, antes formula outra. L1, descoberto, tenta um acordo, mas insiste na manutenção de seu *frame*, ao que L2 o denuncia. Afinal, o conflito já se

iniciara com a demora de L2 ou com a impaciência de L1; o que houve, em termos de situação enunciativa, foi uma tentativa de acordo, e uma contenção de L1 em termos de polidez, mas o que cria mais conflito para o interlocutor - a falta de polidez ou a de sinceridade? Encerra-se a conversa, observando-se que L2 fica em situação de superioridade e, portanto, fortalecida.

3.6.1.1 - A mudança de tópico

Tanto é possível nos depararmos com mudanças locais - relacionadas ao subtópico - quanto globais - detectadas a nível de supertópico - na organização do texto falado. Observamos que os tópicos mudam com facilidade durante as conversações e que tal fato é permitido graças à propriedade que comportam de que um segmento não precisa estar ligado diretamente ao seguinte por meio de marcas lingüísticas específicas e, se estas ocorrem, representam traços utilizados pelos interlocutores para organizarem suas falas, não se constituindo em regras.

Não se verifica uma propriedade de transferência entre os tópicos ou entre os segmentos tópicos, razão de não serem imprescindíveis as marcas lingüísticas coesivas; os laços coesivos que se estabelecem podem ser de outra ordem.

A observação das relações inter-tópicas sob o prisma das mudanças possibilita-nos circunscrever estas últimas como estratégias de que os falantes se utilizam ao se envolverem conversacionalmente, interagindo e, muitas vezes, a elas recorrendo na tentativa de preservação de suas faces, quando estas estão ameaçadas.

Há evidências relacionadas ao fato de que quando o tópico muda, os participantes da atividade discursiva não só o percebem, mas também marcam suas seqüências, alertando para o efeito que essa mudança provocou. E, a partir do efeito por ela instaurado, podemos localizar a presença de um conflito.

A ocorrência da mudança de tópico associada ao conflito pode ser observada no segmento de conversação indicado a seguir⁵, correspondente ao relacionamento entre mãe e filho adolescente. Sob a denominação "L1", tem-se os enunciados formulados pela mãe e, "L2" os elaborados pelo filho.

Contextualização: Essa conversação ocorreu entre os interlocutores num domingo, no momento em que L1 preparava um almoço fora de hora (na concepção de L2) e L2 jogava bola contra uma parede próxima da qual foram plantadas algumas flores. O conflito ocorre no momento em que L2 formula uma pergunta e L1 não a responde, mas organiza uma seqüência que produz efeito e L1 elabora um enunciado em que se detecta indignação, como se pode verificar a seguir:

L1 F..... a bola...

L2 o almoço está pronto?

L1 malcriado...

(Conversação espontânea II)

Ao tratar-se da questão da mudança, antes de caracterizá-la como um processo de descontinuidade, devemos ressaltar sua importância como elemento de manutenção, progressão, possibilitando também a coerência discursiva. Essa

⁵ Trata-se de um segmento indicado em Aquino (1991).

coerência, pode, indubitavelmente ser explicada no plano cognitivo pela organização de *frames*, mais do que por marcas verbais ou não verbais, ou contextuais. Desse modo, podemos confirmar que os princípios que organizam a conversação não são de uma só ordem; a coesão e a coerência nesses textos podem-se ordenar por princípios culturais, sociais e não puramente lingüísticos e é essa a razão de não podermos privilegiar apenas um deles.

A aparente incoerência do texto pode ser detectada no momento em que mudar o tópico relaciona-se a dizer uma coisa passível de ser interpretada como outra.

3.6.2.2 - A digressão

O tratamento de questões relacionadas à mudança de tópico remete às possibilidades de ocorrência de desvio e de digressões na conversação. Grande parte da ocorrência das digressões encontra justificativa no processo de construção dos argumentos no discurso, dado seu valor funcional e expressivo (Andrade, 1995:63). Convalidando a afirmação, diríamos que essa é a razão de as incluirmos num trabalho sobre o conflito, já que ela pode servir para desencadeá-lo.

Os estudos relacionados à digressão ligam-se fundamentalmente às pesquisas de Dascal e Katriel (1979), Sabry (1989)⁶ e, mais recentemente, à de Andrade (1995), organizada de modo a correlacionar digressão e tópico discursivo.

⁶ Os estudos realizados por esse autor referem-se à digressão na Retórica Antiga.

Dascal e Katriel indicam a possibilidade de se localizarem três tipos de ocorrência do fenômeno:

- a digressão baseada no enunciado - em que se depreende uma correlação entre o conteúdo do tópico em andamento e o da digressão;

- a digressão baseada na interação - em que não se observam relações entre o seu conteúdo e o do tópico que se desenvolvia;

- a digressão baseada em seqüências inseridas - em que se detecta a presença de pares adjacentes que correspondem a atos de fala cuja função é corrigir, elucidar algum enunciado.

Andrade (op.cit.), por sua vez, aborda a questão a partir das categorias de campo, teor e modo indicadas por Halliday (1978) e procede a uma subdivisão da tipologia proposta por Dascal e Katriel, a partir da abordagem da configuração textual em que essas digressões ocorrem. A digressão é entendida por Andrade como uma mudança no fluxo conversacional, detectando-se, posteriormente, um retorno ao tópico que se vinha desenvolvendo originariamente. No caso, verifica-se um desenvolvimento tópico que pode ser considerado de relevância marginal em relação ao tópico que estava em andamento.

Para o locutor que se utiliza da digressão como um procedimento argumentativo, parece-nos que realmente a relevância deixa de ser marginal para assumir um aspecto central de monopolização do interlocutor para aquilo que interessa ao primeiro, distanciando-o da questão que se desenrolava e que agora é

considerada marginal. Conduz o interlocutor para onde quer ou interessa, voltando ao tópico que, nessa altura, já perdeu seu vigor, ou pelo menos parte de seu vigor.

Sabe-se que a digressão pode ser iniciada tanto pelo falante quanto pelo ouvinte. Em termos de procedimento argumentativo, nas situações em que ocorre conflito, não parece haver diferença quanto a ser introduzida por um ou outro participante da atividade discursiva, ou seja, sua utilização por um ou outro não parece interferir na situação que se apresenta. Porém, é importante registrar que sua ocorrência pode gerar conflito e, nesse instante, o interlocutor pode-se sobrepor, apresentando um discurso em que algumas marcas podem ser detectadas, tais como: "não adianta fugir à questão, isso só vai tumultuar a situação", ou "não adianta mudar de assunto".

Assim, muitas vezes, no discurso em que se detecta conflito, a digressão pode-se constituir numa atividade não autorizada, se perceptível ao interlocutor. Quando não, serve aos propósitos do locutor que consegue seu intento, qual seja o de enfraquecer o tópico que se desenvolvia e ao qual ele (talvez) retornasse.

Podem ser registradas também ocorrências de digressões com função manipulatória nas quais, conforme denominação de Andrade (id.p.280), "o locutor busca preparar seu parceiro para aceitar as colocações que fará em relação ao tópico em andamento". Trata-se de digressões persuasivas, empregadas de modo estratégico, constituindo-se num meio de consecução dos objetivos, pelo menos, de um dos participantes da atividade enunciativa.

O quadro apresentado no trabalho de Andrade (id.p.270) e reproduzido a seguir, é indicativo dos tipos de digressão, sua relevância e sua função na atividade discursiva:

TIPO DE DIGRESSÃO	RELEVÂNCIA	FUNÇÃO
1. lógico-experiencial	tópica marginal	demonstrativa exemplificadora ilustrativa
2. inter-pessoal incidental imediate	motivacional	participatória atributiva
3. retórica didática persuasiva	metalingüística ou metaconversacional	elucidativa manipulatória

de onde destacamos o tipo de digressão retórica, persuasiva, com relevância metaconversacional, cuja função é manipulatória, como o tipo passível, senão privilegiado, de ser localizado nas falas em que ocorre conflito.

As digressões manipulatórias podem ser detectadas por meio das pistas de contextualização lingüísticas ou paralingüísticas, entre as quais se destacam as perguntas ou série de perguntas associadas a um tipo determinado de curva entonacional. Parece-nos adequado dizer que somente o interlocutor atento, habilidoso se apercebe do fato de ser ou não a digressão manipulatória.

Pelo exposto, temos que não apenas o tipo de interação pode propiciar a ocorrência de conflito, mas a introdução de um tópico é passível de se configurar como elemento desencadeador de conflito na conversação; quando não, a mudança de tópico, ou a digressão, por exemplo, podem instaurá-lo. Torna-se, portanto, imprescindível analisar a organização tópica, mas importa também ampliar nosso campo de observação de modo a chegar à formulação dos argumentos alocados junto à estruturação dos tópicos, já que aqueles se colocam como mecanismos auxiliares do analista para que detecte o conflito na conversação.

CAPÍTULO IV

A ARGUMENTAÇÃO

E SUAS SUTILEZAS

*Palavra e astúcia caminham juntas;
palavra é dissimulação da dissimulação;
sem a astúcia a palavra é morta.*

P.Ricoeur

4.1 - Das razões em se associar argumentação e conflito

S

egundo Plantin (1990:13),

"La situation argumentative est une situation originellement conflictuelle"¹;

observamos, pela posição apresentada por esse autor, uma intrínseca relação entre argumentação e conflito; concordamos parcialmente com a idéia, pois preferimos reconsiderar a questão do "originellement", entendendo que essa situação é "potencialmente" de conflito. Um posicionamento na mesma direção por nós adotada pode ser localizado em Moeschler (1985:14), o qual salienta que, para atingir seus objetivos,

¹ "A situação argumentativa é uma situação conflitante em sua origem."

"... les interlocuteurs sont obligés de débattre, perdre ou gagner la face, marquer des points, négocier pour arriver ou non à une solution, confirmer des opinions ou polémiquer".²

É consensual a indicação de que a argumentação pressupõe adesão; entretanto, por inúmeras razões, não são raras as vezes em que se torna difícil conseguir tal adesão ou mesmo ocorrem momentos em que não a conseguimos e esse é o ambiente propício para se instaurar o conflito. Nesse sentido, a argumentação funciona como reguladora dos conflitos provenientes do domínio da ação, lingüística ou não, e que parecem ser gerados pelo confronto entre o sistema de valores - que se apresentam, muitas vezes, incompatíveis - dos diferentes participantes da atividade discursiva.

Ao trabalharmos com contextos dessa espécie, operamos com uma realidade em que se podem, também, detectar premissas incompatíveis que levam, por vezes, a decisões comuns. Trata-se de um paradoxo que a razão prática não consegue explicar (cf. Perelman) e, nesse sentido, inclui-se a argumentação como um procedimento que extrapola a retórica ou até mesmo a dialética e chega à pragmática dos valores.

Há casos em que a persuasão é velada, é dissimulada e não se localizam, na estrutura de superfície, os argumentos de forma explícita; nessas circunstâncias, os interlocutores precisam ser hábeis; um para ser capaz de construir uma formulação dessa ordem, outro para ser capaz de detectá-la e, para isso, é preciso que estejam muito atentos. Nos domínios da dialética - arte do diálogo em que não é necessário apenas persuadir, mas conhecer os argumentos - localiza-se a possibilidade de se utilizar a argumentação, seja de modo pejorativo, seja por meio de sutilezas e nesses

² "... os interlocutores são obrigados a debater, perder ou ganhar a face, marcar pontos, negociar para chegar ou não a uma solução, confirmar opiniões ou polemizar."

domínios vamos observar o conflito numa correlação entre a retórica e os seus preceitos.

Ao centrarmos nosso campo de observação na função argumentativa da atividade enunciativa, detectando o modo como os usuários do sistema lingüístico organizam suas falas de maneira a conseguir levar o interlocutor a trilhar os caminhos determinados por aquele, estaremos procedendo de acordo com as teorias pragmáticas. Alguns pesquisadores trabalharam nessa direção, embora o recorte tenha sido outro; Moeschler (1985), Van Eemeren , Grootendorst & Kruiger (1987), Plantin (1990), Erlich (1993) estão entre os que observaram a conversação e descreveram a organização dos argumentos, centrando seus estudos nos atos de fala, no sistema de trocas³.

4.2 - Os domínios da argumentação

A Argumentação pode ser entendida como função característica da língua que reestrutura as três funções primárias de Bühler (1934): *expressar quem sou; descrever o mundo; agir sobre o outro*. Apontada como um recurso utilizado em qualquer tipo de discurso, passível de observação pelo interlocutor, corresponde a todos os expedientes utilizados numa situação discursiva que arrasta o ouvinte a acreditar numa idéia, numa ação.

³ A possibilidade de se trabalhar com diferentes recortes deve ser ressaltada. Nesse sentido, Barros (1988), por exemplo, propõe um estudo em que observa o percurso narrativo no discurso argumentativo.

Destacamos a perspectiva de pontos de vista diferentes entre os interlocutores propiciam uma interação em que é preciso produzir uma realidade ou transformá-la para conseguir a adesão dos outros participantes, o que só é possível por meio de ação. Ação com tal carga de eficácia que provoca, incita, predispõe o interlocutor também a agir, mas numa direção determinada. Essas são as razões de não podermos desvincular a argumentação de uma atividade pessoal e situada; matizada de um teor intelectual, distante da relação de forças. Trata-se do melhor momento do jogo discursivo em que é preciso, antes de tudo, levar em consideração a reação do outro. A argumentação deve ser oportuna, justa e equilibrada para que se obtenha êxito; contamos com a força que um determinado argumento comporta e, nos domínios da argumentação, precisamos observar, administrar os usos de um argumento para saber de sua eficácia.

Um discurso argumentativo situa-se em relação a outro discurso argumentativo, implícito ou explícito; corresponde a defender um ponto de vista contra outro, o que significa, segundo Erlich (op.cit.), polemizar. Para Moeschler (op.cit), entrar em polêmica não é indicativo de que somente existe um desacordo, mas toda a possibilidade de ocorrerem contra-argumentos. Por tal motivo, a argumentação fica propensa a ser refutada, diferenciando-se, assim, do discurso demonstrativo, lógico, dedutivo que é irrefutável.

4.2.1 - Argumentação persuasiva vs. demonstrativa: o papel da Retórica

Argumentar é fornecer argumentos, apresentar razões - a favor ou contra - para alcançar uma ou outra conclusão. Corresponde à possibilidade de se detectarem técnicas que, empregadas estrategicamente, conduzem a adesão dos outros as nossas idéias. Assim dizendo, Erlich (op.cit) refere-se à argumentação de tipo persuasivo e não à demonstrativa, da mesma forma como procedem Perelman & Olbrechts-Tyteca (1983). Aquela não pretende provar ou mostrar a validade das razões em termos lógicos, já que se relaciona a normas e consensos pertencentes a determinada cultura e emprega as provas dialéticas em lugar do cálculo lógico, direcionando-se ao verossímil. A demonstrativa é universal, fundada em objetos do campo da Matemática, da Lógica e da Física; está associada à verdade que é mais propriedade da proposição e que, muitas vezes, se reduz a um cálculo, sem levar em conta a estreita relação sujeito/discurso.

É necessário, neste ponto, lembrarmos a questão do desenvolvimento do pensamento filosófico no que se refere à verdade e voltarmos nossa atenção ao papel da Retórica. Na Grécia Antiga, verdade opunha-se a erro, mentira; com Aristóteles, a questão toma outra orientação; considerado o maior expoente da Retórica Clássica, desvinculou a noção de verdade e propôs a noção de verossímil - não precisa ser, basta ter a aparência de verdade. Nessa perspectiva, temos que a verdade é mediada pelo discurso, pois entre a verdade absoluta e a não-verdade, há espaço para a verdade

possível que está sujeita a uma revisão contínua e que é construída no próprio discurso; dessa forma, entende-se que o sentido é construído⁴.

Podemos, assim, dizer que o verossímil não é mais do que a adesão a um sistema de expectativas compartilhado habitualmente pela audiência (cf. Eco, 1986); o verossímil corresponde à garantia da subjetividade que torna a circulação da palavra possível.

Não há como tratar de Retórica sem que se fale da função e da obra de Aristóteles, cuja influência continua presente até hoje. Antes dele, já se localizam estudos, embora não sistematizados, no Egito, por exemplo. Os primeiros mestres datam de V a.C. e surgiram devido a uma questão política, já que precisavam utilizar argumentos adequados, muito bem selecionados, fortes, para que conseguissem retirar certas pessoas de determinadas terras. Depois de Aristóteles, durante séculos, localizamos várias acepções para a palavra Retórica, sendo focalizada como a arte do discurso persuasivo ou considerada como a arte que dependia de ser exercitada, caracterizando-se por apresentar o conteúdo revestido pela forma, pelas figuras; durante um longo período, a Retórica voltou-se ao estilo, como ornamento, sendo sinônimo de rebuscamento, de excesso, de algo desnecessário, de engano e ostentação; só se pensou na expressividade, voltando-se os estudos a aspectos exclusivamente literários.

A Retórica revestiu-se de um teor pejorativo e chegou até mesmo a ser apontada por dialetologistas, no final do século XIX, como entrave à difusão de uma

⁴ Assim já se expressava Boggio na Apresentação da obra de Perelman e Olbrechts-Tyteca.

língua unitária, dada sua excessiva preocupação com a forma⁵. Considerada a ciência do discurso que comporta as regras que descrevem seu bom funcionamento, a Retórica reuniu, ao mesmo tempo, sistema de normas e eloquência; teoria e prática.

De Aristóteles vem a concepção de Retórica como possibilidade de descobrir em cada argumento o que pode persuadir, de participar e de adequar o discurso ao interlocutor; de descobrir e explicar as regras do jogo discursivo. Desse grande estudioso partem a indicação de que, em Retórica, raciocina-se sobre verossimilhanças e opiniões e, também, a idéia da arte de ver especulativamente em todo o dado, o persuasivo. Persuadir e convencer tornam-se palavras-chave cuja carga semântica merece ser observada. *Convencer* corresponde à apresentação de um tipo de raciocínio sólido que leva o auditório a pensar como o orador; há o apelo à razão, enquanto *persuadir* refere-se ao procedimento que afeta a inteligência e o sentimento, ocorrendo o apelo à emoção. (cf. Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1983:34-40) Sabemos que *razão, vontade e emoção* não se separam no homem; e é assim que a Retórica assume os dois papéis: convencer e persuadir⁶.

O patrimônio clássico coloca-se como um marco de referência para a Retórica de hoje, ou para a Nova Retórica. Da Retórica Clássica, destacamos as cinco seções da Arte Retórica: a *Inventio* que comporta as partes do discurso persuasivo e que engloba o exórdio, a narração, a argumentação, e o epílogo; a *Dispositio* - que trata da distribuição eficaz dos argumentos; a *Elocutio* em que se incluem todo o material

⁵ Ascoli, fundador da dialetologia, assim se pronunciou em 1873.

⁶ Kant já havia distinguido essas duas operações ao contrapor o juízo subjetivo sobre o qual se funda a persuasão, à verdade objetiva das crenças racionais que podem ser consideradas como convicções.

lingüístico e as virtudes da expressão, quais sejam os domínios da *puritas* e da *perspicuitas* e o *ornatus*, sendo que este último comporta a sinonímia e as figuras; a *Memoria* - elemento importante para o êxito na arte do falar em público e a *Pronunciatio* - que corresponde à arte de declamar.

A Retórica de Aristóteles compreende uma teoria da argumentação - seu foco central - que se articula com a lógica demonstrativa e a filosofia; uma teoria da elocução e da composição do discurso. Em seu primeiro livro, mostra as relações entre retórica e dialética; define retórica - sendo o primeiro a fazê-lo, indicando, inclusive, seu alcance- e trata das provas técnicas e extratécnicas. Em seu segundo livro, Aristóteles estuda as provas lógicas, morais e subjetivas, estas últimas relacionadas às paixões - *páthos* - em que as emoções se convertem em objeto de análise e em motivo de argumentação. No terceiro livro, aborda a questão das formas e artificios de expressão - *léxis* - e a disposição das partes - *oikonomia* - que está estreitamente relacionada à busca dos argumentos.

Aristóteles trata na *Tópica* da análise das provas dialéticas junto às analíticas, as concernentes ao verossímil junto às necessárias e as utilizadas na deliberação e na argumentação junto às demonstrativas. Na *Retórica*, descreve a aplicação dessas provas e indica que o centro de interesse é o auditório cujo conhecimento é condição primordial para o êxito da argumentação.

Assim, a argumentação transforma-se no ponto central do discurso persuasivo e não é entendida como uma forma implícita, derivada ou atenuada da Lógica. Nela (argumentação) se aduzem as provas (na *confirmatio* ou *probatio*) e se confutam as

teses do adversário (na *confutacio* ou *reprehensio*). No sistema aristotélico, localizam-se provas de dois tipos: técnicas (em grego *étechnoi*; em latim *artificiales*), que são produzidas mediante a aplicação da arte retórica, e não técnicas (*átechnoi*; *inartificiales*), consideradas artificiais, exteriores e independentes da arte. Indica ainda as possibilidades de se localizarem as provas lógicas (silogismos, analogias) que permitem um convencimento e as provas de evidência (como os fatos).

Um índice esquemático a respeito das provas, elaborado por Garavelli (1991:63), contém as seguintes indicações:

PROVAS			
não técnicas			
técnicas	de fato		por indução
	sigma		por dedução
	sigma	exempla	argumenta
	necessa riamen te ver dadeira	verossi mil	
		indícios	entimemas

Aristóteles já tratava do assunto no *Organon* - dos Tópicos e das Refutações Sofísticas - e na primeira parte da Retórica, indicando as diferenças entre demonstração - premissa maior, premissa menor que conduzem apenas a uma determinada conclusão e raciocínio dialético - procedimento argumentativo cujas premissas podem ser apenas de opiniões e cuja utilização permite a ocorrência de um avanço nas proposições, no fluxo informacional; não sendo, pois, tautológico.

Esse grande estudioso, na verdade, observa a analogia entre Retórica e Dialética ao lançar a idéia de que a função da Retórica não é persuadir, mas encontrar os meios de persuasão para qualquer argumento. Aristóteles afirma que o silogismo lógico proporciona uma verdade irrefutável e que o entimema chega a conclusões prováveis e refutáveis por conter um silogismo com premissas verossímeis. Nos entimemas, omite-se uma das premissas que passa a ser subentendida e a sua omissão faz com que se busquem, entre as idéias, as adequadas para constituir a base dos raciocínios. Essas idéias estão depositadas na memória coletiva e, para encontrá-las, recorre-se aos lugares (*topoi* - grego ou *locus* - posteriormente em latim) os quais vão permitir que se chegue às premissas dos silogismos.

Utilizam-se exemplos e estes se baseiam nos *topoi* que se caracterizam por não permitir discussão, tendo por finalidade a influência direta e penetrante nas decisões do interlocutor. Ao se referir aos *topoi*, Aristóteles indica que eles podem ser de dois tipos: os comuns - que correspondem a pontos de vista de aceitação geral e que se aplicam a argumentos diversos; os próprios - que são considerados específicos.

O *tópos*, relacionado ao lugar comum (ou aos lugares), permite descrever a conversação como uma forma de interação social. Ao questionarmos o porquê de se considerar lugar, localizamos o que disse Aristoteles - para recordar-se das coisas, basta reconhecer o lugar em que se encontram. "o lugar é, pois, um elemento de associação de idéias, de um condicionamento, de um adestramento, de uma mnemônica"; "os lugares não são, pois, os argumentos em si mesmos, senão os compartimentos em que estes estão colocados. Daí derivam as imagens que conjugam

a idéia de espaço, de reserva, de localização e de extração; os lugares, disse Du Mairsais, são as células onde todos podem ir buscar, por assim dizer, a matéria de um discurso e os argumentos sobre qualquer classe de temas” (Barthes, 1985: 123-4).

Há possibilidade de serem enumerados muitos *topoi*; como não é objetivo deste trabalho dar conta de todos, indicamos alguns entre os que mais ocorrem, tais como o lugar da quantidade, da ordem, da qualidade, do existente, dos contrários, das relações recíprocas, entre outros. Podemos dizer que os *topoi* foram utilizados por todos os grandes escritores que souberam revitalizá-los⁷.

Considerados premissas de caráter geral das quais derivam os Tópicos ou tratados dedicados ao raciocínio dialético, depósitos de argumentos, arsenal indispensável a quem quer persuadir, os *topoi* assentam-se sobre a estrutura da proposição, em que se observam as relações antes indicadas (oposição, reciprocidade, proporcionalidade, quantidade, etc).

Importa destacar que essas doutrinas apresentadas pelos gregos foram sistematizadas posteriormente pelos latinos, dentre os quais se destacam as obras de Cícero e de Quintiliano, este último influenciador das idéias retóricas na Idade Média. Neste período, a Retórica é tomada como um grande bloco greco-latino. No início de nosso século, a Retórica estava adstrita à teoria literária, conforme já destacamos, e se fazia necessária a retomada da teoria clássica e de sua matriz aristotélica. Perelman & Olbrechts-Tyteca procedem a essa retomada com a finalidade de construir uma teoria

⁷ Aristóteles indicou dezoito tipos para os entimemas reais e nove para as premissas aparentes. Sobre o tema vejam-se: Curtius (fundador da topologia moderna); Lausberg; Devoto; Arbusow, além de Ducrot que se tem ocupado do tema em trabalhos recentes.

do discurso não demonstrativa e de organizar os esquemas argumentativos. Ressurge a Retórica, ou melhor, surge a Nova Retórica.

De fato, se partimos do pressuposto de que todo acontecimento promove, provoca ação e que esta põe em prática a argumentação, precisamos observar as relações argumentativas as quais estão estreitamente vinculadas a laços retóricos, razão por que não se pode deixar de percorrer os caminhos da Nova Retórica.

4.2.2- A Nova Retórica

Maquiavel⁸, no século XVI, já dá indícios do que ressurgiria séculos depois ao tratar da manipulação, da dissimulação, da possibilidade de se criar um simulacro. Deixada adormecida durante séculos, a Retórica se revaloriza em meados do século XX com sua plena utilização nos estudos relacionados à linguagem em geral. A retomada da questão ocorreu a partir da visão de um novo enfoque em relação à argumentação que passou a ser observada como algo que todas as pessoas usam e o cotidiano revelou-se como foco de atenção merecedor de estudos mais aprofundados. Assim, a argumentação é tomada como elemento de base não só para a linguagem culta, mas também para o cotidiano, dado que, ao propormos algo, sempre estaremos fazendo uso da Retórica. A posição dessa disciplina hoje funda-se na possibilidade de ocorrência da persuasão a partir da habilidade em se trabalhar com o modo de pensar e de sentir ao mesmo tempo.

⁸ In *O príncipe* - escritos políticos.

Deve-se a renovação dos estudos sobre a argumentação em nosso século a Toulmin e a Perelman e Olbrechts-Tyteca, os quais, na mesma época, 1958, lançaram respectivamente, *The uses of argument* e *Traité de l'argumentation*⁹. Entretanto, o *Traité* tem-se destacado como motivo de consulta e de referência de todo trabalho relacionado à argumentação.

Plantin (1990) salienta que uma das maiores originalidades da obra de Perelman corresponde ao fato de haver integrado a Teoria da Argumentação à filosofia do conhecimento e à filosofia da decisão e da ação (filosofia do direito) de inspiração lógico-positivista. É assim que Perelman lança a máxima que funciona como uma meta-regra argumentativa "*...tous les êtres d'une même catégorie essentielle doivent être traités de la même façon*"(1972:26)¹⁰, propondo a intervenção da regra da justiça sobre a força de um argumento. Nesse sentido, três parâmetros essenciais circunscrevem a situação retórica - decisão, motivação, persuasão. A visão argumentativa de Perelman define-se em termos de influência mais ou menos forte que se exerce sobre o auditório e está, pois, muito distante dos trabalhos que abordam a questão a partir da noção de verdade, como na Lógica, em que sequer se pensava em auditório. Este se constitui em noção básica em seu trabalhos de tal sorte que orienta toda a atividade de fala - longe de ser tratado como um ouvinte passivo, o auditório é entendido como capaz não somente de atender as solicitações, mas também de testá-las, de avaliá-las.

⁹ Neste trabalho, estaremos utilizando a edição de 1983 do *Traité de l'argumentation*.

¹⁰ "... todos os seres de uma categoria essencial devem ser tratados do mesmo modo".

Do ponto de vista da análise argumentativa, o mérito essencial do *Traité*, segundo Plantin (op.cit.), corresponde ao fato de ter estudado uma multiplicidade de táticas utilizadas nos mais diversos domínios para legitimar as asserções e as pretensões, embora haja uma certa marca de sistematicidade e de obscuridade em alguns exemplos lá indicados.

É na indicação de auditório que reside a grande diferença entre os trabalhos de Perelman e Olbrecht-Tyteca e de Toulmin. A questão de que "*meaning is use*"¹¹ permeia toda a obra de Toulmin, com influências de Hare e Austin, entre outros. Numa análise descritivo-avaliativa, Toulmin articula a problemática modal à análise argumentativa, menos semântica do que pragmática, já que seu interesse reside num componente cujo critério depende mais do contexto do que do enunciado numa construção indicativa de possibilidade ou certeza, permitindo a inferência a partir de um processo argumentativo.

Toulmin situa-se na linha do empirismo baconiano que rejeita o silogismo como um modelo de raciocínio correto e considera a obra de pragmaticistas que interpretam as leis da Lógica, guias práticos para pesquisas. Observa que a validade formal não garante o valor de raciocínio e, assim, propõe uma extensão do campo da Lógica a qual passa a corresponder a um esquema metodológico, distante da Lógica como disciplina da Matemática. Indica a necessidade de uma Lógica aplicada, contextualizada e acaba por observar a argumentação sob o ponto de vista funcional, ou seja, estuda os aspectos interativos da argumentação e não mais a define como um

¹¹ " o significado é o uso".

conjunto de regras de proposições. O autor também trabalhou com a noção de lugar comum (*topos*).

Plantin indica que a importância do trabalho de Toulmin reside no fato de que é possível que se fale de uma célula argumentativa articulando todas as dimensões de um texto. A organização de tal célula não depende de uma forma ou de um elemento textual determinado e pode corresponder a qualquer extensão textual. A noção de célula argumentativa parece permitir uma operacionalização em três níveis de análise - sintático, semântico e pragmático.

Dos trabalhos posteriores, entre outras obras significativas que tratam da Argumentação, podemos destacar os estudos de Anscombe e Ducrot (1980:63) os quais apresentam sua teoria de Argumentação como um "*estruturalisme du discours idéal*"¹². Para esses estudiosos, o sentido de um enunciado comporta como parte integrante, constitutiva essa forma de influência que se denomina força argumentativa. Indicam que argumentar equivale ao sentido de um enunciado, aliado a sua orientação (intenção) e a sua força argumentativa e chegam ao postulado fundamental de que a atividade de argumentação coexiste à atividade da fala - posição aceita e difundida pela Lingüística hoje. Esses autores salientam que não há argumento bom ou ruim Lingüísticamente e, se um argumento é considerado mais forte, isto advém do lugar (*topos*) desse enunciado. Consideram os conectores pragmáticos como meio de ligação e de orientação, as mais diversificadas, que articulam as informações e os argumentos de um texto. O trabalho desses pesquisadores reporta-se à pragmática

¹² "estruturalismo do discurso ideal".

integrada e consideram o discurso como um conjunto de vozes em que se localizam enunciados que efetuam diversos atos de fala.; eles trabalham com a indicação dos lugares possíveis do sujeito no discurso.

Traçando um paralelo entre os trabalhos de Ducrot e Perelman-Olbrechts-Tyteca, observamos que Ducrot ataca o positivismo em relação ao fato de este circuncrever a tripartição metodológica do domínio lingüístico em níveis autônomos e hierárquicos: sintaxe, semântica e pragmática. Perelman ataca o positivismo de direita, aquele que reduz o racional ao demonstrável. Os dois trabalhos determinam a estrutura intencional das transações lingüísticas; o essencial nos dois estudos corresponde à observação não da verdade, mas das regras de finalização do discurso.

O que podemos dizer é que um dos grandes méritos do *Traité* de Argumentação reside na proposta de uma profunda renovação do conceito de Retórica, revitalizando essa disciplina. Concebida como teoria geral da argumentação, a Retórica tem no discurso persuasivo sua razão de ser, o que determinou de fato seu renascimento. Os estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca indicaram a estrutura do discurso retórico e indagaram a respeito das questões concernentes ao discurso lógico, no sentido estrito. Distanciam-se das teorias clássicas e de sua matriz aristotélica e, a partir de então, temos a Teoria da Argumentação que se interessa pela relação entre quem sustenta uma tese, hipótese, teoria e quem a recebe; atenta para os procedimentos discursivos que transformam ou não uma relação. A observação de alguns trabalhos indica que vários pontos de vista podem ser considerados, no tocante à argumentação. Além de Perelman e Toulmin que traçaram uma articulação entre

argumentação / conhecimento ou a conexão discursivo / cognitivo e racional, numa só obra, Borel, Grize e Miéville (1983) propuseram uma sistematização em que a argumentação pode se observar como *raciocínio*, apontando para as razões que provocam ou refutam uma tese; como *intervenção*, apresentando um conjunto de argumentos que se dispõem numa certa ordem e com determinada finalidade; como *interação*, delineando uma relação de ordem intersubjetiva.

Segundo o que postulam esses estudiosos, ao argumentar *raciocina-se* - conclui-se ou prova-se, na ordem do necessário e do verdadeiro ou do provável e das opiniões comuns; *intervêm-se* - para levar alguém a acreditar em alguma coisa, a agir ou a desejá-la, a partir da apresentação de um modo plausível, de fatos e valores; *interage-se* -antecipando-se às intervenções do outro, refutando-as ou retomando-as.

Essa distinção recobre a que é proposta por Habermas (1987) na Teoria da Ação Comunicacional em que a argumentação é entendida como produção, procedimento e processo; além disso, esse estudioso esclarece a respeito da noção de verdade por ele entendida como *consenso obtido por via argumentativa*.

Em seus estudos, Meyer (1986) assume a oposição entre lógica e argumentação. A lógica não autoriza nenhuma ambigüidade e a univocidade que é a sua regra não acontece nas situações reais de uso da linguagem; assim, é a argumentatividade da linguagem que se revela como uma efetiva racionalidade, uma vez que:

“...argumentar consiste em debater uma questão por meio de enunciados que, ao tratarem uma questão, não podem pretender resolvê-la de vez, e

em confrontar o interlocutor com esta questão, por uma inferência, muitas vezes implícita, que realiza enquanto ele próprio se ocupa da questão.”

(Meyer, 1986:233)

Assim entendida por Meyer, a atividade comunicacional tem uma competência própria: a argumentativa, que é fundada na verdade. Mas a verdade, para ele, corresponde a um consenso resultante dos argumentos e de sua força racional que decorre da verdade que os argumentos contêm; para esse autor, há um jogo argumentativo que conduz à racionalidade pensada na sua pluralidade.

É fato sabido que o cartesianismo dominou o pensamento filosófico durante três séculos, predominando a observação racional em relação à verdade. Perelman e Olbrechts-Tyteca procuram recuperar a retórica aristotélica abafada por anos, mostrando os meios discursivos de se obter a adesão dos espíritos, a partir da utilização de uma teoria que gira em torno da concepção social da linguagem a qual é entendida como instrumento de comunicação e de ação sobre o outro e, por isso, utilizam a idéia de auditório, partindo de uma concepção ampliada em relação aos participantes da atividade discursiva, em qualquer tipo de discurso, em qualquer situação.

Referem-se ao auditório como correspondendo ao conjunto daqueles que se pretende influenciar e apresentam-no como: - particular- que se caracteriza pelo fato de ser contextualizado e de requerer do comunicador uma adequação para conseguir persuadir; - universal- que se delinea pelo discurso de convicção, pelo uso de dados evidentes, de verdades filosóficas.

Em função dessa tipologia, esses autores retomam e discutem a distinção entre persuadir e convencer, reutilizando a atribuição à persuasão com uma validade puramente subjetiva. A argumentação dirigida a um auditório universal procura convencer os interlocutores da evidência das razões apresentadas e de sua independência de contingências locais ou históricas (As noções de real, de verdadeiro, de válido e de evidência mudam, não são fixas.). A argumentação apresentada a um auditório particular procura persuadir o ouvinte a realizar uma ação imediata ou futura, desenrolando-se essencialmente no plano prático. A distinção entre persuadir e convencer liga-se, portanto, ao auditório representado pela situação discursiva e relaciona-se aos dois tipos de manipulação descritos: a cognitiva e a pragmática. Convencer é levar o interlocutor a acreditar, persuadir é levar o interlocutor a agir.

Essa separação não se faz com rigidez, pois que, segundo eles:

" Le but de toute argumentation est de provoquer ou d'accroître l'adhésion des esprits aux thésis qu'on présente à leur assentiment: une argumentation efficace est celle qui réussit à accroître cette intensité d'adhésion de façon à déclencher chez les auditeurs l'action envisagée (action positive ou abstention), ou du moins à créer, chez eux, une disposition à l'action, qui se manifestera au moment opportun."¹³

(Op.cit.p.59)

Esses estudiosos chamam de persuasiva a argumentação que pretende ser válida só para um auditório concreto e de convincente a que se considera apta a obter a adesão de qualquer ser racional. Em decorrência do que expõem, observamos que a

¹³ "A finalidade de toda argumentação é provocar ou fortalecer a adesão dos espíritos às teses apresentadas a sua aprovação. A argumentação eficaz é a aquela que consegue aumentar a intensidade de adesão de modo a provocar nos ouvintes a ação pretendida (positiva ou de abstenção) ou ao menos criar neles uma disposição para a ação que se manifestará no momento oportuno."

orientação dada para o auditório determina os critérios de juízo e a base da argumentação, que ocupa a segunda parte do *Traité*, inclui os temas sobre os quais há acordo: os fatos e a verdade, as pressuposições, os valores, as hierarquias, os lugares.

A noção de fato está subordinada às situações e entende-se que os fatos podem ser observáveis, pressupostos, possíveis ou prováveis e adequados ou não. As verdades são sistemas mais complexos que concernem à relação entre os fatos, sejam eles teorias científicas ou concepções filosóficas ou religiosas que transcendem à experiência. As hierarquias estão relacionadas conceptualmente aos valores (sejam concretos ou abstratos). Para estabelecer valores e hierarquias, baseamo-nos em premissas muito gerais ou lugares e quanto a estes Perelman & Olbrechts-Tyteca propõem seis grupos os quais podem ser considerados em qualquer espécie de auditório: o lugar da quantidade, da qualidade, da ordem, da existência, da essência e da pessoa.

Mas não podemos tomar o interlocutor apenas como um depositário de nossa verdade. Estimulado emotivamente, ele poderá cair na rede e, uma vez que tal fato tenha ocorrido, seguirá facilmente as provas, os argumentos (Orvieto, 1981) e, assim, terá a impressão de que o sistema de valores que expõe o relato coincide com o seu.

A proposta dos dois tipos de auditório - o particular e o universal - aponta para a necessidade de um comportamento diferenciado quanto aos mecanismos de argumentação. Os tipos de auditório não são fatos experimentalmente comprovados, mas são representações ou construções do sujeito da enunciação diferente para cada cultura, cada país. A concepção de auditório e, mais especificamente, do tipo de

auditório é tão significativa que a mudança deste leva à alteração de certos elementos argumentativos, pois as estratégias de argumentação dependem da relação entre argumentador e seu público.

Conforme Perelman (1987:237),

"o orador deve ter de seu auditório uma idéia, tanto quanto possível, próxima da realidade, uma vez que um erro sobre esse ponto pode ser fatal para o efeito que se quer produzir".

Assim, não há como não levar em conta o auditório; não podemos ignorar o outro; não apenas no tocante à presença física, mas a tudo o que dele e do seu discurso fazem parte. Para argumentar, o ponto de partida situa-se no conhecimento das regras, das crenças, dos valores e dos ideais de determinada comunidade.

Assinalam a noção de contrato, bem próxima àquela que posteriormente foi retomada por Barros (1988), com a indicação de contrato fiduciário como condição prévia de argumentação, em que são constitutivos: a língua comum, o fato de manterem relações sociais, o desejo do locutor de entrar em comunicação e, em resposta, a atenção e o interesse do interlocutor¹⁴. As diferentes formas de argumentar e sua seleção resultam, por conseguinte, da observação de vários fatores que devem ser de domínio dos interlocutores.

¹⁴ Grice agrupou-os sob a denominação de *princípio de cooperação*, num primeiro trabalho de 1967 não publicado, mas publicado posteriormente, em 1975, sob a denominação de "Logic and Conversation". in: Cole, P. & Morgan, J.S. (orgs) *Syntax and Semantics*. New York. Academic Press. vol.3.

A argumentação, assim, organiza-se em função da qualidade desse auditório e tem nele seu principal ponto de interferência, já que nunca se espera daquele a passividade. Por conseqüência, as estratégias argumentativas serão selecionadas tendo em vista a observação de quem são os interlocutores a quem se dirige tal discurso.

O problema do auditório está unido tanto à adequação do discurso (Vico, 1986), como às opiniões dos ouvintes e seu nível cultural. Na verdade, estas correspondem a considerações pragmáticas nos estudos perelmanianos sobre as circunstâncias do discurso e dos elementos e fatores da situação comunicativa, o que justifica ainda mais a atenção que se dá à Nova Retórica nas pesquisas contemporâneas.

O discurso persuasivo carrega o auditório a sentir-se identificado com o comunicador e nisto reside a busca do acordo, a procura do ajuste. Parece-nos que não há melhor maneira de se conseguir a adesão que não seja por intermédio de um acordo; a argumentação depende de acordos entre os interlocutores e eles são colocados como condições de eficácia do discurso argumentativo, sendo considerados em relação às premissas da argumentação.

O estabelecimento de acordos sobre os sistemas de valores é condição para o exercício da argumentação e determina critérios de seleção e de apresentação dos dados e ainda as formas de argumentação. Em 1973, Ducrot já definira a argumentação como a tentativa do locutor de levar o interlocutor a transformar suas opiniões graças a princípios que reconhece. A teoria da argumentação assenta-se sobre a idéia de reconhecimento, dos acordos sobre os valores entre os interlocutores. Tal

fato encaminha para a questão do reconhecimento em que se destaca a formação de lugares no espaço. Coloca-se que essa formação deve partir do grau zero, já que não se pode exigir que o outro nos reconheça, antes é preciso criar condições para que isto ocorra; as próprias relações durante a interação podem ir concorrendo para que isto se verifique. Desse modo, podemos dizer que a palavra comporta uma autorização, ainda que implícita.

Esses acordos derivam de noções de confirmação e coorientação e podem corresponder ao equilíbrio que conduz ao encerramento de uma seqüência. Por outro lado, sugere Erlich (op.cit.), o acordo pode ser de natureza inferencial proveniente do conhecimento comum entre os interlocutores. Mas é preciso retomar a questão da interpretação caracterizada pela comparação do novo e do desconhecido ao já sabido ou acreditado, em que a adequação cognitiva não se confunde com a adequação da realidade referencial.

A falta de acordo faz com que surjam as considerações, o que leva à discussão, origina a necessidade de se pensar melhor na negociação. São importantes aqui as diferentes estratégias de negociação por permitirem que os participantes cheguem a acordos, atinjam o fim a que se propuseram.

O auditório pode não ser o mesmo do princípio ao fim de um discurso e o orador precisa estar atento para este fato. O auditório vai sofrendo transformações de acordo com a habilidade do locutor e, além disso, é preciso considerar que, muitas vezes, num discurso, ocultam-se desigualdades, neutralizam-se oposições e que inúmeros recursos podem ser utilizados para tal fim. Nesse sentido, torna-se

necessária a observação atenta do locutor no que diz respeito às estratégias empregadas por ele e pelo interlocutor; a direção argumentativa pode mudar e pode ser detectada a presença de certos recursos retóricos, das modalizações, dos abrandamentos para a consecução desse empreendimento.

Recurso utilizado em qualquer tipo de discurso, a argumentação instaura o jogo da interlocução em que ocorre o apelo do outro, da alteridade e, dessa forma, é passível de observação pelo interlocutor. Corresponde à consideração do discurso como algo que produz e transforma a realidade e, para isso, são utilizados todos os expedientes possíveis para que se acredite numa idéia, numa ação. Entram em jogo os fatores credibilidade e emoção o que nos permite dizer que a argumentação mexe com as paixões.

Para Perelman & Olbrecht-Tyteca (1983) discurso é ação e elemento modificador do meio. Nesse sentido, a argumentação age por meios discursivos provocando uma ação sobre o espírito dos ouvintes que se pretende modificar. Para Vigneaux (1976), a argumentação transforma e o indivíduo nunca sai o mesmo. Ela constrói, desconstrói, destrói e podemos dizer que, em situações de conflito mais exacerbadas, o interlocutor pode não conseguir se reconstruir, embora tente muitas vezes.

Se a argumentação age por meios discursivos, torna-se necessário considerar a importância da adaptação do discurso aos efeitos procurados e, nesse sentido, Perelman e Olbrechts-Tyteca (op.cit.) indicam que a organização do discurso se

processará em função desse ponto para o qual convergem a escolha, a apresentação dos argumentos, a amplitude e a ordem da argumentação.

A tarefa não parece ser de fácil execução, já que uma série de questões precisam ser observadas e colocam-se como imprescindíveis para que a argumentação ocorra numa escala mínima de ruídos de modo a não se deixar instaurar um discurso pleno de conflitos. É necessário lembrar que a presença de pontos de vista diferentes possibilita a ocorrência da argumentação, mas não basta que apenas o momento seja propício; além disso, a dificuldade de argumentar não está somente relacionada ao valor e à qualidade que um argumento deva apresentar para produzir determinado efeito, ao auditório que se tem ou à existência de divergências nesse auditório, mas ao fato de que as próprias palavras não têm uma significação estrita; acabam comportando em si mesmas uma plasticidade, uma pluralidade de significados capazes de suscitar diferentes significações. Há uma luta do homem com as palavras e isto se pode constituir num início de ambigüidade que conduz ao conflito.

Na argumentação, há o domínio da ambigüidade e do conflito porque, quando argumentamos, estamos entre a busca do acordo e a possibilidade de ocorrência de divergências. Isto cria um clima conflituoso, ambíguo que faz parte da essência do discurso argumentativo.

Segundo Ducrot (1973), a própria língua nos oferece os meios para poder argumentar. Ao tratar das marcas da argumentação, localizando os recursos próprios para isto, como as palavras conectivas, esse estudioso parte de duas convicções; a primeira, que entende a noção de linguagem enquanto forma de ação dotada de

intencionalidade e a segunda, que observa a concepção de argumentação enquanto atividade subjacente a todo e qualquer uso da linguagem.

Baseia-se na perspectiva dialógica e atenta para a questão de que há um componente retórico integrando-se à dimensão lingüística, indicando que a interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade.

4.2.3 - Os argumentos - elementos de um universo altamente organizado

Consideramos imprescindível que em uma pesquisa se investigue uma lista de fenômenos relevantes para a organização dos argumentos. Indicamos Goodwin (1992: 25), o qual inclui entre esses fenômenos:

- a organização diádica de uma troca argumentativa;
- a participação das tercciras-partes na troca;
- as ações no *status* de participação;
- a organização do enunciado pelo participante que, simultaneamente, constrói dois tipos de ação para dois interlocutores diferentes, e que recebe duas respostas simultâneas;
- a visualização possível de tais processos dentro da larga escala de atividades numa fala que incluem a organização interativa e reflexiva do contexto e

o modo como a estrutura emergente da fala reorganiza esse contexto.

A análise de tais fenômenos permite-nos investigar de modo pormenorizado como os participantes exploram dinamicamente, entre os argumentos, a organização seqüencial, a participação nos *frameworks* e a organização contextual como recursos criativos para a organização das atividades discursivas.

De um modo geral, as análises pragmáticas têm focalizado o modo como as ocorrências de fala estão inseridas numa ampla atividade em que os participantes estão engajados. Entretanto, muitas das análises (Goodwin, op.cit.) têm procedido à observação das seqüências como se elas estivessem desvinculadas das expectativas dos interlocutores, e estas expectativas, muitas vezes, podem ser identificadas, localizadas em termos da própria formulação dos enunciados desses interlocutores.

À indicação de Goodwin, incluímos a observação não das trocas em si, mas do tópico e seu desenvolvimento, em razão de considerarmos que não se pode, em análises sobre conflito ou mesmo em outros tipos de ocorrências de discurso, tomar como ponto de partida apenas uma parte de um turno de fala para observar o fenômeno. Parecem mais produtivas as pesquisas que apontam para a complexidade do evento discursivo, chegando a evidenciar a que os participantes estão atentos, como eles mudam de enunciado para enunciado e como o argumento, embora seja tratado freqüentemente como um comportamento disruptivo, está, na verdade ligado,

através de um processo de intrincada coordenação, entre as partes que estão em oposição.

Fisher (1988) também admite que, se tomarmos um trecho do discurso isoladamente, pode ser impossível a localização dos argumentos, destacando a necessidade de observação de um contexto amplo¹⁵. E se entendemos que os argumentos se articulam, interagem, podemos dizer que essa articulação ocorre tanto a nível local entre os enunciados recém - formulados, como a nível vertical, entre os enunciados do próprio locutor e deste com o de seu interlocutor. Tal fato remete à própria organização do discurso que tem como fio condutor o tópico discursivo.

Em seus estudos, Goodwin aponta para as razões de se indicar a organização seqüencial como um aspecto importante a ser considerado nas situações de conflito, e podemos dizer que ela mesma é responsável, muitas vezes, por instaurar o conflito, dado o efeito que promove. Isto sugere que, nas ações que estão sendo produzidas, os participantes podem estar atentando para: as particularidades da atividade em que eles estão engajados ou para o propósito das relações um com o outro; assim, a observação da organização seqüencial da fala pode ser indicativa dos propósitos sociais que são negociados por meio dessa organização.

Seria adequado dizer que os participantes percebem esses diferentes tipos de fenômeno ao produzirem suas falas? Algumas seqüências evidenciam que tal fato pode ocorrer e que os participantes não somente atentam para os eventos sobre os

¹⁵ Outros pesquisadores também se pronunciam nesse sentido. Veja-se Schegloff, E. A. "In another context". In: Goodwin e Duranti (orgs), 1992: 191.

quais estão falando em determinado momento, como também orientam ativamente a estrutura de seus argumentos até que as questões disputadas mudem.

Quando da produção dos argumentos, é preciso que consideremos a possibilidade de se localizarem os significados implícitos relevantes; é preciso que observemos como se estruturam os argumentos e, na medida em que se serve de uma linguagem, o discurso persuasivo pode ser focalizado em relação não só à estrutura, mas ainda ao uso e às funções discursivas.

4.2.3.1 - A estrutura dos argumentos

A estrutura interna de um argumento tem sido tema de pesquisas recentes e muito se tem mostrado a esse respeito. Há trabalhos que ressaltam como os argumentos começam (Adger,1984; Maynard,1985) e como terminam (Adger, Goodwin,1978-1982; Vuchinich, 1990). Este último, observa a seqüenciação das ações dentro do sistema de trocas, enquanto os outros autores, analisam a organização interna dos trocas oposicionais, observando como os argumentos se ligam a outras atividades num amplo processo social. Essas pesquisas ressaltam a importância que os participantes dão às circunstâncias locais (influências, acontecimentos, ocorrências), por exemplo, às palavras exatas faladas no momento imediato àquele evento e como se utilizam do conhecimento para construir a fala subsequente de modo adequado.

De acordo com Moeschler (1982:182), uma seqüência polêmica dá-se por terminada quando ocorrer um dos seguintes princípios:

- 1- da saturação cíclica, em que as intervenções opostas se repetem em seqüência;
- 2- de resolução autoritária, em que uma intervenção autoritária de um dos participantes encerra a polêmica;
- 3- de resolução externa, quando um terceiro, assumindo o papel de moderador, põe fim à seqüência.

Moeschler (id.ibid.) considera ser o ato argumentativo formado *pele menos* por duas proposições; uma representando uma asserção ou uma opinião e outra uma justificativa ou um argumento que embasa a opinião. Van Eemeren & Grootendorst (1983) também compartilham desse ponto de vista. Para eles, então, a argumentação corresponderia a um macroato lingüístico em que os dois enunciados estariam em estreita relação, ainda que o segundo estivesse implícito.

Fisher (id.,p.11) apresenta uma possível estrutura da argumentação, em que se localizam argumento de base # conclusão intermediária # conclusão principal e acrescenta que é preciso observar a relação entre o argumento e a conclusão. Por essa razão, mais uma vez indicamos que não se podem aplicar os pressupostos da Lógica, os quais apontam para o uso de raciocínios dedutivos rígidos, partindo de processos e conduzindo as análises de modo isolado do contexto, enquanto a argumentação não é

rígida, não é isolada do contexto, e necessita da presença do outro para que haja eficácia em termos de comunicação.

Um teste indicado para reconhecer argumentos corresponde a perguntar-se o quê faz com que tal conclusão que se apresenta seja possível ou o quê justifica a adesão à crença de que tal conclusão (ainda que aparente) seja possível. Além disso, podemos localizar marcas lingüísticas que nos orientam argumentativamente e os conectores argumentativos desempenham importante papel nesse sentido. Eles podem estar representados por um conector ou até um enunciado ou parte dele ("é a prova científica de que...") os quais servem de pista para que se localizem os argumentos. Cabe lembrar que as marcas não estão restritas aos conectores, já que existe um amplo rol em que se incluem as diversas possibilidades de modalizações, a instauração das relações, por exemplo, de causa, consequência, o estabelecimento de concessão, a ocorrência de repetições, pausas, silêncios, entre outras e pode, ainda, ocorrer que não identifiquemos uma marca lingüística explícita de argumentação.

4.2.3.2 - A orientação argumentativa

Um argumento tem por finalidade conduzir a uma conclusão em direção à opinião expressa. Possui, então, uma orientação argumentativa que pode aparecer marcada ou não, pode-se apresentar de modo positivo ou negativo, de acordo com a formulação lingüística ou com a inferência do interlocutor.

Muitas vezes, localizamos dois argumentos que apontam para uma mesma conclusão e, nesses casos, dizemos que estão coorientados; outras vezes, os argumentos apontam para conclusões diferentes e são denominados antiorientados. Além disso, a orientação argumentativa pode incidir sobre o encerramento ou o prolongamento da interação.

As estratégias são os auxiliares próximos da orientação argumentativa, já que é possível selecionar determinada estratégia com a finalidade de imprimirmos determinada orientação argumentativa ao enunciado.

4.2.3.3 - As estratégias argumentativas - considerações preliminares

Sabemos que um interlocutor não decodifica um enunciado, mas constrói o sentido, utilizando-se de um sistema de conceitos, crenças e convenções que compartilha com o outro participante da situação discursiva, ainda que seja parcialmente. A correspondência entre quem formula o enunciado e quem processa o significado nem sempre é biunívoca e a escolha de determinadas estratégias, nesse sentido, é básica. Normalmente, a seleção das estratégias é determinada pelo que se conhece a respeito do interlocutor e pelo que impõe a situação discursiva da qual fazem parte os falantes, mas nem por isso está garantida a significação que se pretende.

Ao tratar da questão, Erlich (op.cit.) também salienta a importância da utilização das estratégias e indica que são vários os recursos de que dispomos para

alcançar os objetivos conversacionais propostos. De fato, a observação dos esquemas argumentativos mostra a riqueza e a variação dos procedimentos de argumentação, o que torna impossível delimitar com precisão todas as estratégias que podem ser utilizadas durante o jogo comunicativo.

Outro ponto a ser considerado corresponde à impossibilidade de se prever o desenvolvimento de uma atividade discursiva; conseqüentemente, também não podemos indicar de antemão quais estratégias discursivas serão utilizadas pelos participantes dessa atividade, pois elas dependem da situação de interação e dos participantes da mesma, da relação que estes mantêm, dos conhecimentos de que dispõem, etc. Além disso, torna-se necessário apontar que a noção de estratégia utilizada opõe-se diametralmente àquela de lei, já que não operaremos com questões de modelo idealizador que comporte um sistema de regras, mas observaremos as regularidades do discurso que se processa a partir de uma rede de estratégias e que são reconstruídas durante a análise da linguagem em contexto.

São vários os estudiosos que abordam a questão das estratégias argumentativas. Entre eles, podemos citar Perelman & Olbrecht-Tyteca os quais estabelecem de forma exaustiva esquemas de argumentos, embora enfatizem o caráter arbitrário desse estudo, já que a argumentação se caracteriza pela interação constante e sobre vários planos dos elementos esquematizados. A combinação ou superposição dos argumentos leva em conta sua força argumentativa que, uma vez mais, depende dos auditórios e da finalidade da argumentação.

As estratégias argumentativas mesclam-se com as estratégias de negociação que são responsáveis pelos ajustes durante o processamento da interação. Conseguem-se o acordo ou não e, segundo Kerbrat-Orecchioni (1992), o discurso polêmico situa-se nesse espaço do processo de negociação em que se observam não o acordo, a aceitação, mas a refutação, a modificação das atitudes do(s) interlocutor(s) no sentido de se observar que ele(s) pontua(m) o discurso de forma mais veemente, já que mexeram com suas paixões.

Ao trabalharmos com as estratégias argumentativas, observamos a possibilidade de se tratar os argumentos em razão de sua estrutura formal ou segundo seu funcionamento e sua eficácia prática. Na verdade, essa divisão é apenas metodológica, já que na realidade esses elementos correspondem a um só bloco, relacionam-se intrinsecamente durante a atividade discursiva.

Autores como Moeschler (1982:172 e ss.) lançam mão de uma tipologia - que se coloca como macroestratégias - em que são indicadas três possibilidades de ocorrência, a saber: a *antecipada*, a *metadiscursiva* e a *metainteracional*. A primeira dessas estratégias argumentativas corresponde àquela em que se antecipam os contra-argumentos que poderiam sugerir nosso interlocutor, refutando-os; a metadiscursiva tem a finalidade de se evitarem desacordos advindos posteriormente ao que se está expondo; a última corresponde a uma avaliação sobre a pertinência ou não da colocação de nosso interlocutor.

Os estudiosos da Escola de Genebra indicam sob a denominação de estratégias de resolução, dois grupos de ocorrências - a positiva e a negativa, sendo que a positiva

pode ser satisfatória ou não satisfatória e negativa pode-se verificar de modo local ou global. Segundo Erlich (op.cit.), o debate polêmico ocorre a partir da instauração deste último tipo de estratégia de resolução, a qual pode culminar com o desacordo dos interlocutores e é com esse tipo de estratégia de oposição que a autora propõe seu trabalho.

Perelman & Olbrechts-Tyteca (op.cit.) já indicavam a possibilidade de ocorrência positiva ou negativa quanto aos argumentos utilizados. Segundo esses estudiosos, a argumentação pode ocorrer por *ligação*, ou por *dissociação*. Quando se estabelece por ligação, é considerada uma ocorrência positiva por possibilitar que se solidarizem as teses apresentadas pelo locutor com as do auditório; pode-se caracterizar pela apresentação de argumentos quase-lógicos, fundados na estrutura do real ou que permitem estruturar a realidade. Sua ocorrência por dissociação destaca-se como negativa, já que promove uma ruptura entre as teses apresentadas.

Os argumentos escolhidos durante uma interação polêmica refletem a imagem que se tem do interlocutor e da interpretação que se supõe que ele fará ao ouvir um enunciado. Cada estratégia tem uma função e um objetivo, independentes do fato de que se consiga ou não o intento proposto. Erlich (1993:45) indica a importância em se observar que

"... por lo general las estrategias no se presentan explicitamente. En efecto, el que interviene non dice lo que está tratando de lograr a través de un determinado comportamiento lingüístico."¹⁶

¹⁶ "...de modo geral, as estratégias não se apresentam explicitamente. Na verdade, o que intervém não indica o que está tentando conseguir com aquele determinado comportamento lingüístico."

Vale dizer que a interpretação da intenção é proveniente da interpretação do interlocutor e que a intenção pode ser aparente ou não.

A intenção no discurso polêmico situa-se num patamar significativo; corresponde ao exercício da influência sobre o sistema de crenças e assim, sobre o comportamento do interlocutor. Se a intenção não for explícita, estará dissimulada pelas estratégias argumentativas que compreendem uma relação razoável às quais nos reportaremos a seguir. Erlich afirma que, no discurso polêmico, o objetivo de cada participante é convencer, defender ou impor seu ponto de vista. As estratégias argumentativas não servirão apenas como argumento para indicar que existe um desacordo, mas para mostrar que, ao se opor, é possível fazer conhecer ao interlocutor um ponto de vista e, ainda, impor-se, chamando a atenção ao ocupar por mais tempo o espaço com a palavra.

Erlich salienta que, quando o tipo de interlocução polêmica ocorre diante de um público (terceira-parte), a intenção dos interlocutores, por certo, não é a de se convencerem mutuamente, mas de convencerem ao público. A intenção imediata de cada interlocutor seria a de valorizar sua imagem ou de fazê-la parecer melhor do que a de seu parceiro.

Diante de um discurso polêmico é preciso que, de antemão, os participantes do evento tenham a intenção de convencer a alguém, muito mais do que durante uma conversação não polêmica; que se sintam animados a se utilizarem das estratégias discursivas que conhecem/ dominam; que creiam ser possível alcançar seus objetivos,

convencendo o interlocutor com seus argumentos. Observa-se que, quando o propósito parte de um só dos interlocutores, não há oposição, não se instaura o conflito. Quando ocorrem ameaças ou se chega à violência, Erlich considera já não haver argumentação, apoiando-se na proposta de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1983), para quem a possibilidade de argumentar está condicionada a um acordo em se debater determinado tópico, associada à necessidade de se compartilhar um sistema de crenças.

Na verdade, os diversos argumentos interagem. Não ocorrem aleatoriamente, da mesma forma que nada na conversação é aleatório. Há escolha, ordem e amplitude na apresentação dos argumentos.

4.2.3.4 - A seleção dos argumentos

Na escolha dos argumentos, é imprescindível que se verifiquem sua pertinência e sua força e tanto uma quanto outra se medem por serem ou não refutáveis. Torna-se necessário que observemos, durante a operacionalização da seleção, a questão da pertinência, lembrando-nos de que se deve levar em conta não somente a relação tese vs. argumento, mas principalmente assunto vs. auditório. Uma vez selecionados, é possível observarmos de que maneira os argumentos interagem e, quando promovemos uma interação adequada entre eles, ocorre que nosso interlocutor é conduzido à conclusão que objetivamos; em casos em que tal ocorrência pode ser

verificada, temos o que se denomina de convergência entre os argumentos, a qual pode ser indicada como fator relevante na contribuição para que se fortaleça um argumento.

A) A Pertinência

Durante a situação discursiva, pode-se constatar o conflito caso um dos interlocutores considere o enunciado de seu interlocutor irrelevante para o momento. A questão da pertinência está intrinsecamente associada à aceitabilidade, à adequação contexto vs. auditório. A pertinência de uma afirmação pode ser contestada e, se isto ocorrer, a relação entre a formulação e o que ela supõe é abalada. O interlocutor pode, assim, recusar-se a efetuar um reconhecimento de que tal formulação seja pertinente. Quando a contestação ou a crítica agressiva ocorrem, observa-se a retirada de toda a validade de algo que se enunciou.

A apresentação de argumentos incompatíveis também pode ser percebida pelo interlocutor e isto se constitui num ponto de fragilização da imagem de quem os formulou. Além de estar atento a interação com o interlocutor, o locutor precisa considerar a interação entre ele mesmo e seus atos, observando seu papel e como se enquadra na instância do discurso, pois nisso resulta a impressão que o locutor revela de si e de seus propósitos. Há um ritual social que determina as circunstâncias de enunciação adequadas para que ocorra a pertinência. É necessário que observemos o

lugar - quem somos em relação a quem nos dirigimos e se somos autorizados a proceder a tal formulação.

O locutor pode querer decidir sobre o papel que o interlocutor vai desempenhar durante o discurso - o que certamente pode desencadear o conflito -, pode desqualificar o adversário mediante argumentos *ad personam* que atacam sua honra e credibilidade. Pode descaracterizar, assim, a hierarquia existente entre ele e seu interlocutor ao apresentar um comportamento de tal tipo; assim, não apenas o enunciado formulado mas a maneira de proceder durante a atividade podem-se transformar em fatores que conduzam o interlocutor a observar uma não pertinência daquela atividade.

B) A força dos argumentos

Na perspectiva clássica, a força de um argumento relacionava-se a sua possibilidade de se aproximar mais ou menos à verdade. Perelman não admite tal concepção e sua definição de força de um argumento funda-se sobre outros elementos provenientes da situação argumentativa. Considera estar a força de um argumento relacionada ao grau de adesão que promove; não a adesão pensada em termos de racionalidade, mas do valor do argumento para o auditório que o admite. Embora assim se coloque, não se encontra na obra desse estudioso nenhuma orientação relacionada aos critérios para que se considere a força de um argumento. A força de um argumento não parece, desse modo, estar associada ao argumento em si, mas ao

valor que lhe atribui o auditório e quanto maior for o auditório que o aceite, melhor ele será considerado (cf. Perelman).

À perspectiva apontada de que há argumentos bem selecionados e formulados de modo a arrastar consigo um grande número de ouvintes, devemos indicar que o interlocutor pode, num jogo enganoso, associar argumentos fortes, como, por exemplo o da citação, à generalização ou à conclusão lógica. Enquanto participantes do jogo discursivo, precisamos estar muito atentos para não sermos arrastados com facilidade diante de certas habilidades do locutor, além do que, devemos saber que há caminhos falsos quando se trilha a argumentação no discurso, e o exemplo indicado pode ser um deles. Um interlocutor ingênuo pode não se dar conta dessa estruturação, mas se descoberto, o locutor terá, certamente, sua imagem ferida por ser percebido como um falseador de argumentos.

4.2.3.5 - A ordem

A disposição dos argumentos pode ser considerada como elemento importante na determinação dos objetivos conversacionais. É tratada na *Dispositio* ou no *Método* de Aristóteles e são indicadas como possibilidades de ocorrência as ordens crescente, a decrescente e a nestoriana.¹⁷ Na verdade, há ordens quase impostas - a dos fatos, por exemplo, que é cronológica; há outras que se modificam em decorrência do próprio efeito do discurso; podemos, também, retomar a ordem do adversário, mas

¹⁷ Aponta-se como ordem nestoriana aquela que começa e acaba com argumentos considerados fortes.

antes de tudo essa organização procede do auditório, de sua adesão que ocorre de modo distinto; dele vai depender a escolha, a apresentação e a amplitude dos argumentos.

A importância que se concede à ordem na apresentação dos argumentos reporta-se à consideração de que ela é decisiva, já que "qualquer tomada de posição constitui-se num compromisso sem contrapartidas" (Perelman & Olbrecht-Tyteca, 1983). Os argumentos podem ser colocados de uma tal forma que estabelecem a conclusão, justificando-a, provando-a, dando-lhe suporte, demonstrando-a.

4.2.3.6 - A amplitude

Há limites sociológicos e psicológicos que determinam a amplitude da argumentação. Se nos utilizamos de muitos argumentos, podemos estar indicando que nenhum deles é forte o suficiente e nisto há riscos. Da mesma forma que, quando deslocamos o tópico para um ponto diferente com o fim de chamar o adversário para um outro espaço no qual nos sentimos mais fortes, implicitamente, damos a entender que somos frágeis em relação ao ponto do qual nos afastamos.

Por outro lado, é conveniente ao locutor lembrar-se de que a presença de argumentos que conduzem à mesma conclusão permite que ocorra um reforço em termos de argumentação.

4.2.3.7 - Dos recursos de que dispomos para a construção dos argumentos

Utilizada para persuadir de forma dissimulada, possibilitando, muitas vezes, a instauração do conflito, a figura retórica¹⁸ coloca-se não como ornamento, mas como argumento. Dentre as figuras, Perelman e Olbrechts-Tyteca (op.cit) citam as criadas com base no auditório: *figuras da caracterização* - nas quais se incluem a definição, a perífrase, a prolepse, a correção; *figuras da presença* - que intensificam a presença do objeto; e *figuras da comunhão* - que integram orador e ouvinte.

A utilização da figura de caracterização permite que se coloque, em primeiro plano, a realidade; definimos, damos a essência; além do que, toda caracterização é premissa da conclusão. Pode-se tomar o predicado de uma pessoa para defini-la, sem que se dê seu nome, ou ainda, insinuar-se que convém substituir uma qualificação por outra, mais voltada para a sensibilidade do que para a intelecção. Pode ocorrer a refutação antecipada de objeções que a audiência venha a fazer. Retoricamente, há ainda a possibilidade da correção -nega-se o dito, tornando-se possível a caracterização pela negação.

As figuras de presença englobam todas as figuras com idéia de repetição. Não se confunde com a simples tautologia - repetimos ou parafraseamos para levar o outro a aceitar o que queremos e aí se incluem todos os elementos lingüísticos utilizados

¹⁸ Indicamos as figuras retóricas entre os recursos argumentativos sem a intenção de proceder a uma apresentação exaustiva, por entendermos que não estamos compondo um Manual de Retórica.

para explicar, justificar, fundamentar os quais se podem constituir em estratégias argumentativas do discurso falado.

A utilização das figuras de comunhão resultam no perfeito entrosamento entre orador e auditório. Podem ser detectadas ao se empregar o pronome de primeira pessoa do plural, no lugar da primeira pessoa do singular em que a troca do "eu" por "nós", o que promove a identificação do auditório com o locutor; procedendo-se à aproximação para convencer.

Podemos dizer que a figura é argumentativa quando arrasta o auditório a uma mudança de perspectiva sem se deixar notar - parecendo normal¹⁹. Há ainda outros recursos que podem ser considerados retórico-estilísticos e que promovem a adesão. Entre eles destacamos o inter-relacionamento de campos lexicais, como um fator significativo, já que o conglomerado de palavras referentes ao mesmo campo lexical pode ajudar a transportar a intencionalidade, conduzindo à argumentatividade. Ocorre num eixo paradigmático e pode ser considerado como um dos fatores de coesão do texto.

Podemos indicar, também, a metáfora como recurso argumentativo a qual, num jogo ente a poética e a retórica, estabelece analogias num quadro de relações imprevistas, podendo ser utilizada para tecer paradoxos, para instaurar duplo sentido.

A repetição coloca-se como responsável não só pela estruturação, como também pela organização argumentativa do texto. Quando utilizada em demasia

¹⁹ Perelman & Olbrecht-Tyteca apresentam uma tipologia extensa a qual não será totalmente utilizada nesta pesquisa.

durante a formulação textual ou durante interação junto a um parceiro atento, pode ser motivadora de conflito, já que pode ser entendida como insistência quanto a um tópico que para o interlocutor deve ser deixado de lado, não sendo pertinente, por ser, por exemplo, comprometedor.

Nos estudos realizados em conjunto com Fávero e Andrade (1995) em que tratamos da correção como mecanismo de reformulação textual, destacamos as ocorrências e os respectivos efeitos dessa estratégia no discurso. No que se refere a esta pesquisa, observamos que a hetero-correção pode-se colocar como elemento que promove o conflito - os participantes podem não aceitar o fato de serem corrigidos ou a correção pode não ser adequada - ou como elemento que reformula, redireciona o segmento tópico - na auto-correção, por exemplo -, propiciando ou prevenindo o conflito.

Um outro recurso argumentativo consiste na utilização da paródia no conflito, que aponta para a questão da polifonia: emprega-se a fala do outro, introduzindo-se naquela fala uma intenção que se opõe diretamente à original. Após ter-se alojado na fala inicial, a segunda voz entra em antagonismo com a primeira, forçando-a a servir a fins diretamente opostos: a fala transforma-se num campo de batalha para ações contrárias, conflituais.

A linguagem parodística pressupõe dualidade de vozes, ocorrendo a transgressão do discurso do outro. Aponta para um texto primitivo, mas já o apresenta reestruturado e, muito mais que isso, negando o discurso do outro. (v. Fávero, 1994)

Na argumentação, ao se utilizar a paródia, dois projetos entram em disputa, são multidirecionais.

“A paródia permite uma variedade considerável. Pode-se parodiar o estilo do outro como estilo; pode-se parodiar o modo característico de observar, pensar e falar típico, social ou individualmente. Além disso, pode ser mais ou menos profunda, pode-se limitar a parodiar a superfície verbal, mas também pode-se parodiar até os princípios mais profundos da palavra do outro.” (Ricoeur, 1988:).

Assim utilizada, pode dar margem à instauração do conflito e seu uso nessas situações é análogo ao uso irônico ou a qualquer uso ambivalente das palavras de um outro emissor, uma vez que as palavras de outra pessoa são empregadas de modo a transmitir projetos antagônicos. Em nossa fala cotidiana é extremamente comum este uso das palavras do outro, especialmente no diálogo, em que, freqüentemente, um interlocutor repete de modo textual a afirmação de outro interlocutor, investindo-a de outra intenção e enunciando-a a seu próprio modo: com uma expressão de dúvida, de indignação, de zombaria, de ironia ou algo semelhante.

Spitzer (1922:175-6), ao tratar das particularidades da língua italiana, faz o seguinte comentário:

“Quando reproduzimos em nossa própria fala uma parcela do que disse nosso interlocutor, ocorre, inevitavelmente, uma mudança de tom, quando nada porque mudaram os emissores. As palavras do “outro” sempre soam em nossa boca como algo estranho, freqüentemente com uma entoação de zombaria, de exagero ou de troça [...] Gostaria aqui de notar, especialmente, a repetição engraçada ou irônica do

verbo da pergunta do interlocutor em nossa resposta subsequente. Assim fazendo, pode-se verificar como recorremos a construções não apenas gramaticalmente incorretas, mas até muito ousadas e por vezes completamente impossíveis, com o único fito de repetir de alguma forma parte da fala de nosso interlocutor, conferindo-lhe uma distorsão irônica”.²⁰

Ao nos servirmos do discurso do interlocutor, suas palavras assumem, inevitavelmente, uma nova significação, ou seja, tornam-se “palavras de duas vozes”. A retomada de uma afirmação do interlocutor sob forma interrogativa já é suficiente para provocar um choque de significações, já que não estaremos procedendo apenas ao questionamento da afirmativa do outro, mas a tornamos problemática.

Com isso não se quer dizer que sempre utilizamos a fala do outro para instaurar conflito. Nossa fala cotidiana está repleta de outras falas e, com algumas delas, nossa voz se funde por completo e nos esquecemos de quem eram, a quem pertenciam, torna-se consensual, a voz de todos. Contudo, muitas vezes, ousamos deixar transparecer nossas intenções de antagonismo, criando um clima de conflito ao parodiar a fala de quem acabou de enunciá-la.

A ironia corresponde a mais uma possibilidade de modelagem dos argumentos; ocorre um rompimento ao princípio de cooperação de Grice (1967), já que se comunica algo mais do que se está formulando. Há uma indicação considerada muito

²⁰ Apud Bakhtin, M. “A tipologia do discurso na prosa” In LIMA, L.C. (sel. intr. rev.) “. trad. Luíza Lobo. 2 ed. rev. ampl. São Paulo, Francisco Alves. 1983. vol.1: 462-84.

vaga de que a ironia comunica o oposto do que se explicita. Observando-se a indicação de Berrendoner (1982), a ironia enquadra-se na questão do valor argumentativo, em que uma proposição se refere a dois enunciados diferentes. A ironia infringe a lei da coerência discursiva e sua utilização permite reconhecer um locutor que se quer impor por sua astúcia. Pode também colocar-se como um meio de desprestigiar, de desvalorizar o interlocutor.

A ironia deve ser considerada uma estratégia argumentativa em que se manobram as regras de coerência, sem o receio de sofrer sanções, já que seu caráter ambíguo permite mais de uma interpretação. Quem dela se utiliza, ampara-se no argumento que melhor lhe convier para se defender. Ao ironizar, infringe-se também o princípio da sinceridade, pois a ironia é entendida como uma forma indireta de ataque. Seus usos são, assim, variados. O elogio irônico e a crítica, por exemplo, podem ser empregados como estratégias que, ao mesmo tempo, inferiorizam o interlocutor na escala hierárquica e tentam colocar o locutor num nível superior nessa mesma escala.

Brait (1996:58) afirma que a ironia pode ser entendida como "um discurso que através de mecanismos dialógicos oferece-se basicamente como argumentação indireta e indiretamente estruturada, como paradoxo argumentativo, como afrontamento de idéias e de normas institucionais, como instauração da polêmica ou mesmo como estratégia defensiva".

Ao tratar da ironia, não podemos deixar de mencionar a respeito da importância do gesto, pois que simboliza uma relação comportamental; corresponde a uma marca ou instrumento de uma atividade criativa; índice de emoção, imagem que o

corpo ou parte dele pode produzir juntamente com a palavra, comunica um sentido, é uma metáfora. O gesto não só indica, mas instaura relações (na direção de Kristeva, 1968:53); embora não nos aprofundemos na questão, trataremos de recuperá-lo em relação ao contexto nos quais se coloquem como elementos que instaurem (ou que ajudem a instaurar) conflitos.

Outro instrumento poderoso na estruturação do discurso corresponde à utilização do silêncio, já que ele pode ser tomado como meio de se administrar o conflito interpessoal. Tannen (1990) comenta que tanto o silêncio, quanto uma torrente de palavras podem assinalar grandes emoções. Para ela, a pausa marca o conflito entre os personagens e o silêncio, o clímax. O silêncio pode mascarar e, conseqüentemente, marcar fortes emoções negativas. Essa autora assinala que há preferências culturais no uso de determinadas estratégias; cita, como exemplo, a tendência entre os ingleses de usar o silêncio nas peças teatrais (Tannen focalizou esse aspecto em seu trabalho), enquanto os americanos preferem a raiva e as palavras em voz alta para marcar emoções negativas, quando representam.

De acordo com Maynard (1980: 280), o silêncio possibilita o apagamento do foco da fala, facilitando a instauração de um novo tópico. A ausência de elementos verbais durante a enunciação precisa ser analisada de acordo com o contexto de ocorrência e pode corresponder a momentos propícios para a instauração de conflitos. Assim, as ausências são, normalmente, muito significativas, seja em termos de pausas ou de silêncios.

As considerações a respeito desses recursos permitem observar que a linguagem opera a partir de uma incessante relação (de enunciação, de predicação) graças à qual os enunciadores, tecendo um jogo estruturado de referências, produzem inúmeros enunciados que identificam uma pluralidade de significações. Segundo Culioli (1973:86), todo enunciado é sempre e necessariamente modulado, é fenômeno único. Lembra-nos de que, se os enunciadores não têm as mesmas regras de modulação, a ambigüidade resulta como constitutiva da linguagem.

Os interlocutores tanto podem modalizar seu discurso de modo a deixarem transparecer a intenção de seus argumentos, como utilizarem-se do implícito. A vantagem na utilização deste último é que, por exemplo, uma acusação formulada implicitamente, torna mais difícil sua contestação. Além do que, a acusação é não dito; subentende obrigação e, nesse sentido, a dissimulação torna-se a melhor estratégia a ser empregada.

Segundo Habermas (1987), a argumentação é uma teoria que permite a compreensão das decisões coletivas e pessoais. Há o preparo para a ação e a argumentação permite reconhecimento da maneira como a atividade discursiva se processou. Desse modo, por exemplo, podemos identificar técnicas utilizadas para mascarar as intenções pretendidas.

Nesse sentido, assume um papel significativo a presença do abrandamento. Embora se utilize de atenuadores, o discurso falado está longe de se caracterizar como um discurso neutro e/ou simétrico. O abrandamento é utilizado na tentativa de reduzir impacto e apresenta-se vinculado à polidez. Estrategicamente, ele tenta arrastar o

interlocutor, persuadindo-o, sem deixar transparecer o que está ocorrendo, talvez, numa tentativa de evitar o conflito.

Há a presença dos modalizadores proposicionais - e discursivos- que se prestam a expressar as atitudes do falante em relação ao que diz, com maior ou menor subjetividade, podendo ser identificados por formulações do tipo: *é certo, é provável*, ou pela ocorrência dos auxiliares de modo, como *poder, dever, precisar, tentar*.

As *question-tags* - que se formulam com a inclusão de *né?* ou *não é?* - correspondem a um recurso auxiliar do ato comunicativo que tem como função a explicitação das intenções e posições de quem fala, sinalizando ou pedindo apoio quanto à relevância, trazendo o interlocutor para o nosso lado: *é bom, não é?*

As relações entre a negação e a afirmação também se prestam a auxiliar no estabelecimento da argumentação, cumprindo funções que vão além da sintaxe e da semântica. A negação²¹ coloca-se como elemento que efetua diferentes operações em diferentes contextos e o jogo que ocorre entre esse aspecto e o positivo pode ser detectado como um problema ligado à argumentação.

É importante, na atividade discursiva, o *status* que se dá ao tempo, modo, aspecto verbais, pois que enunciam atitudes do enunciador a respeito do que enuncia. A esse respeito, convém observar os estudos de Weinrich (1964) a respeito do emprego dos tempos verbais, considerando-os pertencentes ao mundo narrado e ao mundo comentado.

²¹ Lyons (1989) e Levinson (1989) estudaram as formulações negativas e indicaram seu papel nas pressuposições discursivas.

Roulet (1981) observa em suas pesquisas que o emprego do imperativo ou da negativa podem comprometer o relacionamento entre os interlocutores. Em lugar deles, podem-se empregar as perguntas como procedimento argumentativo que, entre outros, serve para preservar a face positiva, colocando o interlocutor em situação de superioridade.

A certos pares como pergunta / resposta, podem corresponder, por exemplo, diferentes possibilidades de realizações discursivas: ataque /ofensiva; argumento / contra-argumento; solicitação, declaração/ refutação. Ricoeur (1988), ao observar como joga a linguagem, destaca a busca da intenção, da direção no jogo argumentativo, indicando que a forma do enunciado é selecionada pelo jogo de P/R e pela situação, incluídas num jogo ainda mais vasto que é a própria interação. Durante o jogo da ação, alguns conceitos são ativados, como os de intenção e motivo e estão inseridos na estrutura proposicional dos enunciados.

Em pesquisa realizada conjuntamente com Fávero e Andrade (1996), indagamos a respeito do que propicia a seleção de uma determinada R pelo falante. Pareceu-nos que a escolha pode decorrer do processo de negociação entre os interlocutores, tendo como objetivo a continuidade tópica; além disso, as Rs são elaboradas graças ao conhecimento partilhado e aos fatores de contextualização. Verifica-se, assim, que a relação P/R não é uma questão meramente formal, pois há fatores mais importantes que determinam tal relação. Em se tratando do discurso polêmico, o papel que assumem P/R é fundamental e pode-se observar que uma gama de fatores se fundem, por exemplo, tanto a P quanto a R podem auxiliar na

instauração do tópico que promove conflito, como podem dar-lhe continuidade; em relação ao texto de entrevistas, P/R figuram como elementos que dão vigor, que modelam de forma peculiar esse tipo de evento.

Quando da ocorrência, por exemplo, dos pares adjacentes, os analistas da conversação têm notado que a primeira parte do par cria, muitas vezes, um campo de relevância que pode ser utilizado para interpretar o que acontece em seguida (Sacks, Schegloff, Jefferson, 1974). Assim, ao formular um pedido, um dos interlocutores pode construir dentro da interação do momento um lugar específico que cria uma relevância em que se evidencia se o outro participante da atividade conversacional o respeita, considera o pedido feito ou não, fato que se vai refletir publicamente, caso haja um auditório. Ou seja, ceder ou não a um pedido pode-se constituir num fato de conseqüências bem determinadas aos interlocutores.

4.2.3.8 - As possibilidades de ocorrência das estratégias argumentativas na visão de Erlich

Indicamos, a seguir, algumas das possibilidades de ocorrência das estratégias e dos possíveis efeitos que a elas se associam, apontadas por Erlich, com base em estudos de Perelman e Moeschler. Para aquela autora, no discurso, é possível que o locutor:

- antecipe objeções que possam surgir durante o desenvolvimento de determinado tópico para que se possa neutralizá-las. Ao adiantar-se, o

locutor pode invalidar de antemão as objeções que poderiam ocorrer. Além disso, a utilização desse tipo de estratégia permite mostrar ao interlocutor um amplitude de conhecimentos, de domínio do assunto por parte do locutor, já que consegue vislumbrar inclusive pontos de vista diferentes do seu e, com isso, fica favorecida a imagem positiva de alguém que tenta não só convencer com os argumentos que cria, mas também controlar o discurso do outro, antecipando-se. Quem se utiliza dessa estratégia pode ver prolongado seu turno de participação;

- evite ou retarde o enfrentamento, mudando o tópico de discussão, alterando o foco da discussão para algo que pode ser menos relevante, mas que para ele se constitui em algo mais seguro. O fato de se usar tal estratégia implica o reconhecimento de que o locutor conhece bem seu interlocutor, a tal ponto que supõe que aquele se verá obrigado a aceitar o foco de discussão atual, retardando, assim, o enfrentamento que se estava delineando. Pode ocorrer que o participante:

- despreze o debate, argumentando no sentido de convencer seu interlocutor em relação ao fato de que o tópico anterior merece ser abandonado por ser menos relevante do que o enfoque agora proposto. Para que se utilize desta estratégia, torna-se necessário conhecer o sistema de crenças, conceitos e valores do interlocutor;

- imponha um acordo, dirigindo-se ao seu interlocutor com expressões do tipo "comportemo-nos dignamente" ou "vamos tentar elevar o tom do debate" e , quando não se adere a essas sugestões, corre-se o risco de se ficar desprestigiado;
 - proceda a observações generalizantes, retardando o debate, mas que acaba criando uma imagem insatisfatória diante do interlocutor.
- recorde ao interlocutor algo que sabe, incluindo um discurso potencial daquele no discurso do locutor; ou recorde ao interlocutor o que ele poderia ter esquecido, arriscando-se a trabalhar com a suposição; ou finge recordar ao interlocutor um conhecimento que este, na verdade, não possui, colocando em relevo a ignorância deste.

Além dessas indicações, Erlich também salienta que, segundo a retórica aristoteliana, aquele que deseja persuadir dispõe de três recursos: apelar para o raciocínio do interlocutor, apelar para suas emoções, apelar para a imagem que seu próprio discurso oferece de suas virtudes. Do mesmo modo, num discurso polêmico, ao refutar-se, pode-se apelar para a razão, para as emoções ou para a imagem do interlocutor. Nesses casos, os estudos de Erlich apontam para as estratégias em que ocorrem:

- apelo à razão - à verdade - ao se proceder a uma refutação em que apele à razão, o locutor recorre a falácias que correspondem a declarações falsas referentes ao conteúdo ou à forma da proposição (ao ato de enunciação). Para refutar essas declarações falsas ou errôneas, é preciso conhecer a verdade. Normalmente, os participantes da situação discursiva querem dar a entender que estão de posse da verdade, ainda que relativa. Nesses casos, torna-se difícil ao analista saber quem está com a razão, mas importa muito mais conhecer o que se pretende com tal manobra:

a) desacordo com o ato enunciativo - em que se rechaça o ato enunciativo, desautorizando o interlocutor, com enunciados do tipo: "você não está autorizado a dizer isso agora"; ou refuta-se o pressuposto sobre o qual aquele construiu seu discurso: "um convite para jantar? como, se não tens dinheiro?"

b) desacordo com o conteúdo do enunciado - em que se apresentam quatro possibilidades e direciona-se ao conteúdo do enunciado do interlocutor:

- invalidação - elabora-se uma asserção, demonstrando estar em desacordo, mas sem apresentar um argumento: "não concordo";

- retificação - os enunciados mantêm uma relação de oposição e surge, muitas vezes, o conector "mas". Ocorre a expansão de um enunciado anterior, negado; ocorre uma correção do enunciado: "não é o nosso representante, mas o seu".
 - refutação - em que se rejeita um enunciado, apresentando-se uma justificativa de modo que um argumento apóie a negação.
 - concessão - em que primeira formulação não é anulada, mas superada pela segunda asseveração. O primeiro termo representa um acordo inicial, mas o segundo elimina qualquer possibilidade de se efetivar aquele acordo.
- ataque à imagem - corresponde a ataques a posições ou participações do interlocutor. Aproveita-se qualquer deslize cometido para se indicar falta de lógica, de precisão, má vontade, desinteresse, mau gosto, etc. Recorre-se a todos os recursos discursivos para atacar o interlocutor. Muitas vezes, esgotam-se os recursos lógicos, então apela-se às emoções;
 - apelo às emoções - certos argumentos podem ser formulados de modo a impedir que as pessoas (público) vejam as coisas com objetividade, com

racionalidade, induzindo o auditório, muitas vezes, a reações desfavoráveis, hostis, promovendo, por exemplo, certa irritabilidade, segundo o que se pretende. Os argumentos podem apelar não só para as emoções do interlocutor, mas também da terceira-parte e certos qualificativos prestam-se bem a essas finalidades, como: "imperdoável", "inadmissível". O silêncio também pode ser indicado, nesse sentido;

- apelo à habilidade /arte / talento - quando se pretende expressar desacordo, é possível a localização de enunciados sarcásticos, irônicos, conduzindo à ridicularização do interlocutor. Entretanto, se empregada em demasia, essa estratégia pode surtir efeito contrário, comprometendo a imagem de quem a utiliza;
- outros recursos utilizados com fins argumentativos. Esses outros recursos correspondem aos lugares da retórica clássica e são utilizados como princípios em que se baseiam provas e argumentos. Podem ser utilizados sozinhos ou de forma combinada:

a) relação de inclusão - a inclusão corresponde aos argumentos denominados semi-lógicos por Perelman e Olbrechts-Tyteca com base na retórica aristoteliana. Esses argumentos assemelham-se à forma de raciocínio formal, cuja credibilidade é absoluta. Aludem à inclusão da parte pelo todo, com base no princípio de que o que vale para o todo, vale também para a parte e que ao se considerar a parte é preciso lembrar o valor do conjunto;

b) relação de comparação - com esse argumento busca-se ressaltar semelhanças e diferenças, bem como gradações em termos de superioridade e de inferioridade. Numa interação polêmica, quando o locutor compara seu discurso ao do interlocutor, coloca-se numa posição de superioridade, segundo a escala de valores por eles compartilhada. Há um esforço em deixar transparecer que o discurso do interlocutor é falso, geral, confuso, inapropriado, enquanto o seu é verdadeiro, preciso, claro, apropriado. Os exemplos e as analogias correspondem a um subtipo dessa estratégia;

c) relação de causa e efeito - baseia-se na realidade e nas relações pré-existentes à situação discursiva que se supõem serem de domínio comum e pode ser utilizada para chegar a determinada conclusão. Nem todas são absolutamente lógicas, mas se situam no campo das probabilidades. Um dos interlocutores pode colocar em julgamento as asserções ou opiniões do outro, a partir de probabilidades ou de verificação da própria realidade e isto pode servir de ataque à imagem do interlocutor;

d) relação de coexistência - a noção de coexistência associa-se, segundo a filosofia, às questões de uma essência e suas manifestações. Quando se quer desprestigiar/ desqualificar o

interlocutor, buscam-se incompatibilidades nessa relação, por exemplo, faz transparecer a distância existente entre o discurso desse interlocutor e suas verdadeiras atuações. Ou assinala a contradição entre determinada idéia do interlocutor e a posição de alguém mais autorizado e aceito e à qual aquele deveria estar em sintonia;

e) relação de direcionalidade - corresponde, também, a um argumento baseado na realidade em que, uma vez iniciado um processo, há etapas esperadas que levam a sua finalização. Ressaltam-se as conseqüências que tal processo pode acarretar, num sentido funesto. O interlocutor destaca que, uma vez iniciada determinada ação, estão previstos resultados temíveis ou imprevisíveis;

f) argumentos baseados em testemunho - buscam-se fora do discurso as fontes para atestar determinado ponto de vista. Correspondem ao argumento de autoridade, às máximas e aos provérbios (cristalizados) e aos dados documentados. A *argumentação por autoridade* corresponde à autoridade polifônica de Ducrot (1984) ou às vozes no texto de Bakhtin (1929). Podem ser indicadas a citação, o provérbio, a gradação, a antítese, a reticência, o paralelismo de formas e de idéias.

É sabido que esse argumento tem muita força, ainda mais quando se acredita na infalibilidade da autoridade citada. Tal autoridade pode nem ser personificada, pois pode corresponder a uma doutrina, a um ponto de vista unânime, aos cientistas, por exemplo. Segundo convenha, essa autoridade pode ser valorizada ou desvalorizada;

Os provérbios e máximas -sentenciam, geralmente, sobre as ações do homem e produzem um efeito moralizante. Os efeitos desta utilização dependem de quem o utiliza e em que contexto, para que se possa dizer se fortaleceu locutor ou interlocutor;

As citações de fala, diretas ou indiretas, em que se move a fala de alguém de um ambiente a outro, segundo Tannen (1989), constituem-se em estratégias que visam a um enquadramento da informação para se persuadir o interlocutor. Dependendo de quem é citado, tem-se uma autoridade não questionada; além disso, ocorre a impossibilidade de transferência de responsabilidade: não se pode responsabilizar alguém pelo que foi dito por outrem.

g) argumento baseado nos dados - estes podem ser estatísticos ou não, fidedignos ou não e, por isso, correm sempre o risco de serem refutados;

h) formas interrogativas - as quais podem comportar função exclamativa. As estratégias opositivas estão relacionadas não só ao seu conteúdo, mas também à forma sintática como se apresentam.

i) perguntas retóricas -Ducrot (1983)²² tem salientado esse fato e diz ser necessário diferenciarmos esta forma de outras que são utilizadas para obter informações. Obriga-se o interlocutor a fornecer uma resposta prevista pelo locutor. Segundo, esse autor, casos como esse apresentam uma orientação argumentativa sempre negativa. Diante deste tipo de pergunta o interlocutor vê-se compelido a dar uma resposta que pode comprometê-lo Há várias reações, citadas por esse estudioso, a respeito das reações do interlocutor frente a uma pergunta retórica. Pode ser negativa ou positiva, indicar dúvida ou desconhecimento do tema ou referir-se ao ato comunicativo - assumindo um posição metacomunicativa - rechaçando, aceitando ou demonstrando indiferença.

A pergunta retórica pode equivaler a um desejo e, implicitamente, significar o receio de que algo ocorra em razão do como uma pessoa é. (Por exemplo: "quando é que deixarás de ser ansioso quando vai no carro?" Correspondente a: "se pudesses deixar de

²² Ducrot, O. "La valeur argumentative de la phrase interrogative". In: *Logique, Argumentation, Conversation*. Berna, Peter Lang, 1983.

ser ansioso..." ou a: "receio que um acidente ocorra por causa de sua ansiedade". Ainda pode ocorrer quando o adulto diz à criança: "vamos dormir?" Quando, na verdade, quer que apenas a criança durma;

j) perguntas assimiláveis à negação - Trata-se de um tipo de pergunta indicada por Ducrot (id.) no plano da função argumentativa como comportando, exclusivamente, uma negativa. Diante de questões assim formuladas, o interlocutor vê-se obrigado a responder se quiser resgatar sua imagem. Para esse autor, em casos como o indicado, ocorre uma asserção prévia (subentendida), uma dúvida e uma obrigação de resposta;

k) atitudes dos interlocutores - As estratégias de oposição, segundo Erlich (op.cit.), podem combinar-se com atitudes selecionadas pelos participantes, criando um efeito determinado. Pode-se, por exemplo, utilizar o acento, a entonação, a pausa, o silêncio, a repetição, a paráfrase, a paródia, a correção - para enfatizar determinados enunciados, para alarmar a terceira-parte, para ridicularizar o interlocutor, desvalorizando-o. Este pode também selecionar a atitude que tomará diante daquele do locutor, mostrando-se aborrecido, irritado, sereno, horrorizado, irônico, surpreso, etc.

4.3 - Uma possibilidade de reorganização das estratégias

Propomos, a seguir, uma possibilidade de reorganização das estratégias indicadas por Erlich, agrupando-as num quadro em que ocorrem *estratégias que fortalecem o locutor* em oposição *àquelas que o enfraquecem*:

Grupo 1 - Fortalecem o locutor -

- antecipar objeções;
- recordar ao interlocutor um conhecimento que este não tem ou uma ocorrência que não houve, deixando -o, às vezes, em dúvida;
- apelar à razão;
- refutar;
- formular concessão;
- entrar em desacordo com o ato enunciativo;
- atacar a imagem do interlocutor;
- apelar para as emoções;
- apelar para certas habilidades/ atitudes, como o uso da ironia (embora aja inversamente se empregada em demasia), da repetição, da correção.
- promover a relação de inclusão;

- estabelecer relação de comparação ou de analogia;
- proceder à relação de causa e efeito;
- observar a relação de coexistência;
- imprimir a relação de direcionalidade;
- utilizar argumento de autoridade;
- utilizar argumento baseado em dados documentados fidedignos;
- formular pergunta retórica;
- elaborar pergunta assimilável à negação.

Grupo 2 - Enfraquecem o locutor

- evitar (mudando-o) ou retardar o desenvolvimento do tópico;
- desprezar o debate;
- proceder a observações generalizantes;
- proceder a invalidação do que foi enunciado;
- fazer uso da retificação;
- impor um acordo;

- utilizar dados documentados não fidedignos.

Observamos que certas estratégias podem, mais facilmente, instaurar o conflito em decorrência de: ferirem a regra da pertinência; transgredirem a regra da polidez; romperem um acordo.

Segundo Erlich, é possível que o locutor consiga o efeito pretendido, mas pode pagar um alto preço, quando esse efeito ocorrer diante de um público que perceba esse jogo. A vítima poderá tornar-se simpática ao público por uma atitude forte provocada pelo locutor, acabando este desacreditado.

Ao analisarmos as estratégias argumentativas empregadas em situações de conflito, verificamos que há locutores que possuem marcas, rotinas que empregam quando se encontram em interações do tipo analisado, já que é possível a identificação do tipo de estratégia selecionada durante a conversação.

Assim, não só a observação dos elementos lingüísticos utilizados, do tipo de construção selecionada, mas também a análise das estratégias argumentativas empregadas devem ser motivo de atenção do analista durante situações em que ocorre conflito.

CAPÍTULO V

ANÁLISE DO *CORPUS*

A

o iniciarmos este capítulo, consideramos a necessidade de indicar as razões que nos levaram a não proceder às análises, nos capítulos anteriores, durante a apresentação das teorias que sustentam o trabalho. Entendemos que é preciso tomar o texto falado como um todo, não compartimentado¹, para que esse objeto de análise cumpra realmente sua função, sem que se proceda a sua fragmentação forçada e direcionada para certos aspectos das teorias apresentadas.

Observamos que um mesmo segmento se presta a mais de um tipo de análise a qual resulta da relação entre os diversos segmentos, entre os diversos argumentos que operam seqüencial e/ou hierarquicamente. A operacionalização no nível linear é importante, porém não dá conta das análises de forma mais completa já que nelas interagem diversos argumentos os quais ocorrem em vários momentos do processamento textual, possibilitando o desenvolvimento do tópico discursivo.

A análise do conflito no texto de entrevistas pede que se siga à risca o procedimento indicado acima, dado o objetivo desse encontro, transmitido pela TV, que é o de apresentar determinada face de alguma personalidade do meio político; entretanto, nas conversações espontâneas, pode-se apresentar desnecessário o exame dos tópicos desde o início de um encontro, bastando que se tome a atividade

¹ Da forma como indicaram Fisher (1988) e Goodwin (1992);v. p.168 deste trabalho.

discursiva a partir da instauração do conflito até o seu término, desde que os trechos anteriores e/ou posteriores não sejam significativos em relação ao estudo que se esteja realizando.

Uma outra razão da diferença quanto ao procedimento de análise refere-se ao fato de que, se há um grande número de tópicos a serem desenvolvidos durante uma entrevista, os mesmos ficam, de certa forma, circunscritos à própria atividade política do entrevistado; já nas conversações espontâneas, os tópicos tendem a multiplicar-se muito mais, tornando-se tarefa inócua - no nosso caso - analisar ocorrências em que não se observa conflito

Esse fato não nos autoriza a tomar turnos isolados; é preciso que se interpenetre na construção textual, que se observe essa teia a que denominamos texto, para melhor entendermos as atividades que nele se desenvolvem e que o constituem como um evento único no universo. O homem não consegue perpetuá-lo, a não ser por meio de aparelhos eletrônicos que lhe darão oportunidade não de atuar sobre ele como um participante, mas de apenas rever sua ocorrência.

5.1 Análise das entrevistas

5.1.1 Roda Viva - Paulo Salim Maluf

O texto de entrevistas, transcrito nos Anexos sob N.1, refere-se ao programa Roda-Viva, apresentado pela TV Cultura de São Paulo, em 16/10/1995,

em que foi entrevistado o então Prefeito de São Paulo, Paulo Salim Maluf e teve como mediador Matinas Suzuki. Observa-se que ocorre, primeiramente, uma apresentação do entrevistado, em que apenas se ouve uma voz feminina e imagens gravadas anteriormente pela emissora de TV², podemos dizer que essa apresentação já cria uma expectativa em relação ao texto que se construirá, pois aponta para a vida política de Maluf nos últimos treze anos e revela um prefeito oportunista, que cria polêmicas e que sofre acusações. Iniciada efetivamente a entrevista, após a apresentação do entrevistado (L2)³ e dos seis entrevistadores (L3, L4, L5, L6, L7 e L8), o mediador da entrevista (L1), em seu primeiro turno (lin. 1-12), correspondente à abertura da entrevista, convida a terceira-parte, no caso os telespectadores, a participarem por telefone ou por *fax*.

À introdução do primeiro tópico, em que L1 se refere à aparência de L2, iniciando seu turno com um elogio e com um ar risonho (lin. 14):

L1 ... o senhor parece muito bem disposto...

podemos dizer que, se este enunciado responde as regras da polidez, a observação de sua continuidade aponta para a transgressão dessas mesmas regras à medida que se detecta um pronunciamento num tom provocativo, irônico, criando uma expectativa de conflito para a entrevista que se inicia (lin 14-16)

L1 eu estava brincando... que.. se boa disposição ganhasse eleição... o senhor era um serio candidato às próximas eleições presidenciais...

² V. p.1 dos Anexos, *Corpus A*.

³ Utilizamos a abreviação L para indicar o locutor e lin. para nos referirmos à(s) linha(s) em que se localiza determinado segmento.

É notável a construção de L1 ao se utilizar de uma sintaxe em que os tempos verbais empregados correspondem ao mundo narrado, para serem atualizados pela própria enunciação em mundo comentado, possibilitando, assim, a L1 ter sua face preservada.

Além de se poder observar a utilização da forma condicional, em que só ocorre a segunda parte do enunciado caso a primeira também se realize, a presença do *ganhasse* aponta para a impossibilidade de que tal fato realmente ocorra, ficando a sugestão por parte de L1 de que L2 não ganhará a eleição presidencial.

Como no Exórdio, o entrevistador (no caso o mediador) atrai a atenção do auditório, indicando virtudes e defeitos do entrevistado, os quais permitirão ao auditório se situar, confirmar ou ampliar o que já sabia, induzindo-o, enfim, a seguir o que se apresenta como argumento. Assim, a maneira como se apresenta o entrevistado já pode dar indícios de como transcorrerá a entrevista, constituindo-se numa orientação argumentativa. Podem-se assinalar os efeitos que têm, sobre os interlocutores, inclusive a terceira-parte, os primeiros enunciados e como eles orientam e determinam a continuidade da entrevista, pois já se espera que o entrevistado seja questionado em relação àqueles tópicos apresentados.

Observa-se, ainda, que o poder se inscreve na palavra dos interlocutores: L1, como o condutor da entrevista, tem poder maior sobre os demais participantes (inclusive sobre o prefeito); Maluf tem poder institucional.

Maluf não corresponde à provocação, antes agradece (lin.17) com um simples

L2 obrigado

acompanhado de sorriso e gesto de confirmação, indicando à terceira-parte que recebeu a crítica como um elogio, como algo positivo, tentando alterar, assim, a orientação argumentativa anteriormente apresentada por L1. Observa-se que o fato de aceitar ou não a orientação argumentativa de um enunciado corresponde a fazer perceber ao auditório algo inusitado - a quebra da expectativa, pois L1 pode ser percebido como provocador, enquanto L2 dá indícios de que o enunciado para ele só apresenta o lado melhor. Ingenuidade de L2? Pelo conhecimento que tem a terceira-parte a respeito desse locutor, seguramente podemos afirmar que não. Antes aponta para a capacidade que tem Maluf de operar com o jogo positivo vs. negativo, em que transfere para o outro enunciador (L1) a falta de polidez, a tendenciosidade, mostrando-se L2 como educado, pacífico, polido.

L1 reforça sua posição tentando novamente mexer com a face positiva do entrevistado, ao indicar em seu segundo turno (lin.18):

L1 é.. prefeito... embora nosso programa seja transmitido nacionalmente... eu acho que para o senhor isso seja muito bom...

Por que seria bom a Maluf uma transmissão nacional, não fosse em razão de uma candidatura às eleições presidenciais, como nos indicou uma voz feminina antes da entrevista?

L1, mostra, em seguida (lin.19), um prefeito que cria um decreto e provoca uma grande polêmica junto à população, um governo que se considera democrático,

mas que não consulta seu povo, provocando uma divisão entre as camadas sociais em relação à aceitação ou não dessa medida, dessa ordem.

L1 é:: em São Paulo... o grande assunto da cidade é... um dos grandes assuntos em que atravessa algumas semanas as conversas da cidade é a respeito da... do polêmico decreto sobre a::... a::... proibição de fumar nos restaurantes... prefeito...

É possível selecionar técnicas adequadas para passar impressões específicas e os efeitos são cumulativos. As perguntas podem bem se constituir em estratégias nesse sentido e, no segmento à linha 23, associadas à forma indireta como L1 organiza seu enunciado ("o senhor não acha"), evitam uma acusação explícita, escondendo o poder que um entrevistador tem, conforme indicamos no cap.I à p.92:

L2 o senhor não acha que exagerou um pouco na dose... que essa proibição é radical demais?

em que "proibição/radical/exagerar" encaminham para a apresentação (ou confirmação?) de um Maluf dominador, radical, embora o próprio prefeito não concorde, contestando por meio de uma negação acompanhada da repetição de parte do enunciado de L1 (lin.25)

L2 não ... não acho que exagerei

procedendo à explicação da resposta de modo organizado, com uma enumeração ... *em primeiro lugar*... introduzindo um conector argumentativo causal, para, em seguida, suspender a causa e incluir uma lista de interlocutores que abrange não só protestantes, mas católicos, cinéfilos, usuários de ônibus, trazendo, desse modo, para

ajudá-lo na defesa da questão, um número significativo de cidadãos (a terceira-parte que assiste ao programa), tentando inserir numa mesma relação contextos diversificados que não se podem comparar.

O conhecimento enciclopédico, auxilia-nos, nesse instante, pois sabemos que na igreja não se fuma em sinal de respeito, não só aos homens, mas a Deus; no cinema não é permitido fumar dada a necessidade de se manter o recinto totalmente fechado, isento de ruídos externos, por uma questão de manutenção da acústica necessária à boa reprodução do som e dos efeitos luminosos; nos ônibus, por precaução, para que não ocorram riscos de se queimar um passageiro num ônibus repleto, por exemplo. Pelas razões apresentadas, esses contextos não se somam, não mantêm pontos de contato, pois o que serve para uma situação não pode servir para todas, ocorrendo, assim, um falso entimema (lin.25-8):

L2 em primeiro lugar... porque... quando você vai numa igreja você não fuma... quando você vai num culto evangélico... você não fuma... quando você está num ônibus você não fuma... quando você vai num cinema cê fica duas horas sem fumar...()

O contexto se constitui a cada evento de enunciação. Diversos papéis subsistem e se cruzam em cada discurso. Maluf coloca-se como alguém que determina onde o cidadão pode ou não praticar determinadas ações; um prefeito - dono das vontades dos cidadãos, mas que não se vê assim, diz que não está proibindo e, nesse momento, formula seu enunciado em primeira pessoa do singular, para alterar, logo a seguir, com o emprego da primeira pessoa do plural, firmando a voz

do governo, escondendo-se por trás dessa fala, já que ele não proíbe, mas o governo, como se pode verificar à linha 29:

L2 (...)então... eu não estou proibindo ninguém de fumar... quem quiser fumar... pode fumar na sua casa... pode fumar na rua... quem quiser fumar no automóvel... pode...

(...) o que nós pedimos...

a repetição da mesma estrutura do enunciado faz mostrar seu *status*- Maluf indica, dá a direção de onde o cidadão *pode* ou não agir, incluindo nessa relação o próprio local de trabalho do entrevistador - problemática que será retomada e que se pode constituir em base geradora de conflito - como se observa à linha 31:

L2 ()...pode fumar nas redações dos jornais... pode fumar no seu escritório de trabalho...

Maluf coloca-se como todo-poderoso ao enunciar à linha 47:

L2 eu posso lhe garantir que todo indivíduo que fuma vai morrer de câncer no pulmão...

Sabemos que o simples fato de selecionar um verbo indicativo de ato perlocucional não garante que ele o seja. Maluf não tem poder para isso - não é médico - além do que, não organiza seu discurso com formulações que permitam uma orientação argumentativa adequada, com argumentos fortes. Não apresenta dados concretos, afirma para depois retroceder, quando, nesse caso, a concessão

antecipada poderia ajudar a convencer o(s) interlocutor(es), fortalecendo-o (cf.p. deste trabalho).

L1 refuta (lin.50):

L1 não necessariamente... prefeito

porém Maluf insiste, utilizando-se da repetição como recurso, e confirma (lin.51):

L2 vai morrer de câncer no pulmão... TODos que fumam vão morrer de câncer no pulmão... (...) está comprovado hoje cientificamente...

sem apresentar qualquer dado comprobatório. A fragilidade do argumento utilizado, em que se observa a generalização, incita L4 a apresentar uma orientação a L2:

L4 o senhor colocou a questão... fumo faz mal à saúde... é óbvio... ninguém vai dizer que o fumo não faz mal à saúde... o que se discute... é uma questão de bom senso... (lin.26-2)

O segmento acima permite observar que L4 procede à avaliação da fala de L2 (Maluf é alguém que fala sobre o óbvio) e infere-se que ocorre ali a acusação de que faltou bom senso ao prefeito quando da colocação da medida.

Num determinado momento da entrevista (lin.75-80), L2 inclui um segmento de tópico em que cita a redação do jornal A Folha de S. Paulo, local de trabalho de L1; este vê na formulação de seu interlocutor algo provocativo e esclarece de que lugar se deve falar naquele momento:

L2 mas você aceita que se vá nA Folha de S.Paulo...

L1 eu gostaria de lembrar ao senhor o seguinte... eu estou aqui como mediador do Roda Viva... não sou ... () o diretor executivo dA Folha de S. Paulo...

e demarca o espaço - tem *status* para isso - mostrando a L2 a direção que deve dar ao discurso. Maluf não formula comentário a respeito e prefere infringir o pedido, logo mais e por várias vezes. Torna-se imprescindível destacar, neste ponto, o jogo que faz L2, se observarmos não só hierarquicamente o desenvolvimento ou a retomada do segmento de tópico por Maluf, a respeito de indicar insistentemente A Folha de S. Paulo, mas se também analisarmos a questão do ponto de vista do desenvolvimento linear: ao ser chamado a atenção, L2 propõe a retomada de um item do tópico anterior para incomodar L1, logo em seguida, com a mesma questão - o jornal onde L1 trabalha. E encaminha seu enunciado para mostrar que, embora L1 trabalhe numa empresa jornalística, é mal informado, tocando a face positiva de Matinas. Observe-se, para tanto, a linha 117 no momento em que L2 comenta a respeito de um decreto dos Estados Unidos:

L2 vou lhe dar uma informação se você quiser...

repetindo logo mais (lin.123):

eu vou lhe dar uma informação...

L2 mostra, também, que está atento à terceira-parte (lin.123-4):

uma informação que toda população saiba...

e ainda, às linhas 138-141, aponta:

L2 segundo pesquisa do seu jornal...

Ao que L1 contesta e demonstra seu *status*, seu poder como entrevistador, ou melhor ainda, como mediador da entrevista, ameaçando (lin. 151-7) :

L1 senhor... eu eu fui muito claro... eu insisto prefeito pra não criar um clima ruim entre eu e o senhor... eu sou o mediador do Roda Viva...

Maluf, logo a seguir, retoma a afirmação (lin.162), mostrando-se incansável quanto a provocações:

mas como eu leio A Folha... o seu jornal diz que...

Assim, novamente, o prefeito, com seu discurso, parece considerar os entrevistadores ingênuos; na verdade, firma-se a indicação da vaidade do político frente às câmeras (p.102 deste trabalho) - Maluf participa de um espetáculo, estar diante das câmeras é um prazer e sua expressão facial remete a isso; não se constrange, considera-se em posição superior- está diante de jornalistas que não lêem, mesmo que trabalhem para o jornal citado por Maluf; tenta impor um *frame* em relação aos jornalistas, indicando que são mal informados e a insistência quanto a isso promove conflito, confirmando o que salientamos à p.46.

Veja-se, ainda, o que diz o prefeito a L3 no segmento às linhas 1330-36, no momento em que quer desviar o foco de atenção, quer firmar como relevante outro tópico, deixando implícito: os jornalistas me atacam, mas não sabem direito das coisas, são mal informados:

L2... eu li na Folha...

(...)

L2 você leu ou não leu?

Aliás, registram-se outras ocorrências com essa mesma direção (lin.471, 1504, 1572) e podemos afirmar que todos esses fatores repercutem de forma a debilitar a imagem de Maluf que parte de argumentos tão frágeis, pois sabemos que um jornalista não é mal informado.

Mas também Maluf recebe muitas acusações. L5, por exemplo, questiona o prefeito (lin.365), apresentando-o como um administrador que deixa questões importantes para tratar de outras irrelevantes (observação corroborada por L6, mais adiante, à linha 404):

L5 prefeito... o senhor acha que essa questão ((a da proibição de fumar em restaurante)) ... que essa questão é relevante?... nós tamo vivendo numa cidade com problemas teRRíveis...

A seguir, L5 faz acusações a Maluf (lin.380) e este muda os papéis, passando de entrevistado a entrevistador:

L5 (...) às vezes eu sinto que o senhor tem prazer de proibir as coisas...
sabia?
L2 por exemplo...
L5 proibir... sabe... quer dizer... ditar normas de comportamento pessoal...
[
L2 por exemplo além de fumar... o que mais foi proibido?

Maluf solicita exemplo e o entrevistador o apresenta, com uma seleção lexical em que prevalecem nomes genéricos ("negócio", "aquilo"), já desvalorizando o tópico que se inicia e falando em nome de muitos da terceira-parte. Antes, L5 ordena

ao prefeito - observe-se verbo no imperativo - com fisionomia de indignação (lin.387):

L5 deixa a pessoa fumar... () o negócio do cinto de segurança... eu... eu..
num posso.. eu tenho que andar com aquilo me amarrando?... () prefeito

Maluf não responde diretamente, mas por meio de justificativa (lin.390):

L2 eu acho que salva tua vida..
L5 mas isso eu posso decidir... sobre isso... não posso prefeito?

Nesse momento, o prefeito passa de acusado a acusador (lin.395):

L2 eu acho que você não deve decidir sobre isso... e eu vou dizer porquê...
porque se você decidir sobre isso... você tá pregando a anarquia... não um estado de direito... um estado de anarquia...

de onde se infere que L2 está preocupado com a terceira-parte; não é conveniente para Maluf que se alerte a população a respeito do que se deve ou não aceitar em termos de ordem do prefeito...

A estrutura emergente do enunciado do falante e os detalhes do modo como é falado constituem aspectos do contexto em que os interlocutores estão ativamente envolvidos e atentos e que são imprescindíveis para a organização das ações subseqüentes. Ao fazer projeções sobre o futuro curso que um enunciado - neste caso, uma pergunta - pode tomar, o interlocutor reorganiza suas ações, redireciona a conversa. Assim é que, ao ser apontado como alguém que abusa do poder, um infrator aos princípios que regulam a ação aceitável, às leis, às normas etc, Maluf

tenta reverter o jogo, acusando L5 de infrator- naquele instante é L5 que ocupa espaço na TV para promover a anarquia.

Se destacarmos os turnos de L2, nos segmentos às linhas 404-55, observamos um Maluf que insiste em pedir a vez para falar, que tenta dar direção ao tópico, detectando-se sobreposições (em **negrito**) que parecem educadas (Maluf pede licença para falar, questiona por espaço), contrastando com a acusação lançada pelo entrevistador (em *itálico*), num segmento repleto de sobreposições (lin.404-448):

L1 *o senhor anda a trezentos quilômetros... o senhor faz um teste com um carro a trezentos quilômetros por hora... o senhor não vai proibir isso?...*
 {
 L2 **dá licença**
 {
 L1 por que o senhor não proíbe teste com carros?
 {
 L2 () **espera...**
 {
 L1 *isso é perigoso.... pessoas morrem...*
 {
 L1 **então espera um pouquinho eu fiz...**
 {
 L2 *e o senhor no entanto o senhor pega o carro do senhor por prazer*
 {
 L1 **dá licença... não senhor...**
 {
 L2 *e é a mesma relação... é a mesma relação*
 {
 L2 **então é bom você... não**
 {
 L1 *é a mesma relação que tem com o cigarro... entendeu?... a pessoa vai lá...*
 {
 L2 **não não senhor... perdão**
 {
 L1 *o senhor deveria proibir também...*
 {
 L2 **você tá arg!... você tá tergiversando... vamos falar em primeiro lugar sobre o álcool**

Conforme já observamos⁴, o estudo do contexto tem-se apresentado como um foco produtivo de trabalho e entendemos que não se trata de uma definição simples, precisa, já que o significado do termo é abrangente. Entretanto, podemos delinear as análises no sentido de revelar como contexto, interação e perguntas operam no sentido de organizar o texto conversacional de entrevistas. Destacamos a posição de Goodwin e Goodwin (1992), para quem é viável a localização do contexto relevante, modelado por atividades específicas que estão sendo realizadas naquele momento, propiciando uma organização diferenciada para as ações dentro da interação.

A entrevista com Paulo Maluf aponta para esse fato. A pergunta cria uma situação em que não só se formula um pedido (de informação, por exemplo), como também se constrói um lugar específico na interação em que uma questão, um problema, uma posição pode ser publicamente estabelecida. Esse jogo ocorre em duas direções, pois os traços da fala do entrevistado (Maluf) também revelam que o entrevistador (Matinas) está tumultuando a entrevista, conduzindo-a mal, como já apontamos à lin.450, onde ocorre uma avaliação:

L2 você está tergiversando

Há uma expectativa de que um entrevistador saiba e conduza bem uma entrevista e a observação de Maluf pode indicar mudança no alinhamento e isto orienta argumentativamente, na tentativa de desqualificar o adversário que é apontado como um infrator, já que imprime um ritmo a seus enunciados que impede

⁴ V. Capítulo I, item 1.6.

o entrevistado de responder ou defender-se, é como alguém que apresenta uma versão irreal, alterada dos fatos.

O redirecionamento do tópico por parte de L2 permite inferir que o prefeito se sente com poder para assumir a direção da entrevista, mas aponta para o fato de que houve fuga, já que não convém, ou não há como explicar as questões de L1 que promoveu mudança no alinhamento ao indicar que Maluf não age com coerência como se espera de um governo democrático. Podemos, ainda, afirmar que ocorre coação por parte de L1 quanto à identidade social de L2, da forma como indicamos à p.93 deste trabalho.

No segmento seguinte, L2 inicia uma narração que lhe permite ocupar por mais tempo o turno (lin. 459-81) e que se pode constituir numa estratégia para evitar, de certa forma, que os outros o afrontem, já que ninguém pode criar expectativa em relação ao que não imagina que vai ser enunciado; além disso, o turno longo aponta para a falta de objetividade do entrevistado e também o enfraquece -já que na TV o tempo é valioso:

- L2 pois bem... muito bem... eu estava numa estrada na França... à noite... tinha um comando... comando me parou... eu tirei os documentos... ele disse NÃO... me deu um bafômetro... os documentos não interessavam a ele... ele quis saber se eu tinha bebido e se estava guiando estrada... de maneira que eu acho que se as autoridades brasileiras fosse quem sabe um pouco mais severas pra fiscalizar os motoristas nas estradas pra saber se bebem ou não bebem... provavelmente alguns acidentes não teriam acontecido... ninguém sabe se esse acidente de anteontem no Rio de Janeiro... que matou quinze pessoas... se o motorista não tinha bebido antes... inclusive há um decreto... aqui... no Estado de São Paulo... que é proibido os bares a... a... vender à beira de estrada de vender álcool que eu acho que tá perfeito... agora... sobre trezentos quilômetros por hora... primeiro lugar você precisa ler o seu jornal A Folha de S. Paulo que não foi trezentos... foi duzentos e trinta... em segundo lugar é bom que se diga onde foi...
- {
() ((risos))

foi num lugar onde tava sendo feito um racha público pela Federação Paulista de Automobilismo... onde era... cada... cada motorista isolado... aonde?... na pista do aeroporto de São José dos Campos que é de quatro quilômetros... então era motorista a motorista cada vez... com célula fotoelétrica vendo a sua velocidade... então não foi nada que atentasse em absoluto contra a segurança de ninguém numa estrada... numa cidade...

|
((sobreposições de vários locutores)) ()

Observa-se que a participação da terceira-parte, por meio de perguntas, também apresentam a orientação argumentativa dada pelos entrevistadores (lin.675-708):

- L1 () temos outras coisas pra perguntar pro senhor também... dona Marisa Valentini de cinquenta anos... que é moradora de Interlagos... perg/... diz o seguinte... como fumante... gostaria de saber... se... se... do senhor prefeito... se a fumaça jogada por caminhões e ônibus na cidade que afeta fumantes e não fumantes faz menos mal que a fumaça do cigarro dos fuma/fumantes em restaurantes... local onde só vai quem quer...
- L2 olha... nós temos esse dado... medido cientificamente por um laboratório inglês... a fumaça do cigarro... faz QUATRO vezes mais mal do que a fumaça dos caminhões...
- |
- L1 bom... mas isso é um é uma amostra um pouco viciada porque os carros ingleses são melhor controlados do que os carros brasileiros...
- |
- L2 não... nós estamos falando sobre caminhões... caminhões .
- L1 carros e caminhões brasileiros são muito menos controlados...
- |
- L2 então é um problema de controlar aqui também não é?
- |
- L1 exato .
- L2 começar a controlar aqui também

A terceira-parte continua a participar com perguntas instigantes e infere-se, pelas respostas, que Maluf não consegue dar conta de solucionar problemas

relacionados a sua vida familiar; então, que direito tem de interferir na vida do cidadão?

L1 é:... o José Roberto Dias de Santa Cecília pergunta se o senhor já tentou proibir a sua esposa dona Sílvia de fumar...

L2 eu posso garantir pra você que em restaurante ela não fuma...

L[] e à mesa em casa?

L1 certo... e a

Daniela Franco do Morumbi... aqui em São Paulo... pergunta pro senhor o seguinte... o que o senhor achou da declaração do secretário do senhor que disse que toda mulher que fuma fica com bafo de tigre louco...

L2 olha... eu respeito o direito... dele de fazer qualquer declaração... mas é uma declaração que eu não faria... e que não estou de acordo...

Podemos detectar um Maluf que não quer considerar a pergunta instigante, provocadora, mesmo que mexam com sua esposa, agindo como um homem bem comportado, que não se envolve em conflitos, que não entra no jogo dos interlocutores; mas nosso conhecimento de mundo permite inferir que é aí que o conflito reside, não se revelando de modo explícito, mas nesse jogo de interlocução. Maluf não deixa transparecer que se sentiu agredido com o enunciado de seu interlocutor, nem mesmo quando se apresenta uma questão que comporta um silogismo e uma verdadeira agressão a sua esposa.

O exame dos segmentos citados, permite indicar que o mesmo tópico é retomado em momentos diversos da entrevista e esse desenvolvimento entrecortado, com as retomadas da forma como ocorreram, auxiliam na observação do conflito na entrevista.

Além dos tópicos indicados, os quais apontam para as medidas polêmicas tomadas pelo prefeito, os tópicos que se seguem, pelo que nos permite nosso conhecimento de mundo, são passíveis de indiciar conflito: pois referem-se a ações inadequadas do administrador relacionadas a gastos com obras excessivas; com prospecções inadequadas; com propaganda eleitoral, como se pode observar no segmento à linha 1089 e ss:

L1 prefeito... o: o:... senhor tam,bém organizou... a prefeitura também organizou uma maratona recentemente... é há uma contestação de que o senhor teria pago é:: mil dólares à Rede Globo de televisão quando qualquer evento esportivo é a emissora que paga pela transmissão e não o contrário..é como o senhor responde a essa questão...

A face positiva de Maluf é sempre atingida, já que o prefeito, em suas respostas, não consegue apresentar argumentos adequados ou fortes, utilizando-se de evasivas, muitas vezes.

Os recursos retóricos constituem-se em ações eficazes junto ao contexto discursivo e permitem a ocorrência de uma dinâmica no âmbito da significação. Assim é que um conjunto de ações que envolvem perguntas, insinuações, ironias, cria um contexto em que se observa um desequilíbrio de forças entre os interlocutores, em que a força do poder da palavra no nível da ação linguística rompe o equilíbrio na relação estabelecida a nível discursivo

Sabemos que toda interação verbal pressupõe negociação e certas ações engajam-se no processo de interação verbal para que os interlocutores atinjam os objetivos visados - L2 quer mostrar-se organizado e como alguém que não foge aos

questionamentos; invertem-se os papéis e L3 pede ao entrevistado permissão para falar; um espaço que Maluf não dá, pois quer falar a respeito do que mais lhe interessa - obras. O segmento é marcado por risos irônicos (destacados em **negrito**), num jogo em que os entrevistadores marcam pontos perante a terceira-parte, confirmam opiniões, atacando a face positiva de Maluf (lin.1240-77).

- L2 agora sobre as
obras que ele falou...
|
- L3 posso falar ou não?...
- L2 não... perdão... eu ainda não respondi ao Matinas...
|
- L1 não... eu... eu...
|
- L2 você perguntou se passou sobre obras...
|
- L1 não...
porque pas/ no trajeto passou... mas...
|
- L[] ()((sobreposições de vários locutores))
L2 eu quero dizer a você o seguinte... eu não fiz o trajeto... evidentemente
você hão de acreditar que não é função do prefeito foi feito pela Globo
com a secretaria de esportes... agora...
|
- L1 evidentemente sem o menor compromisso
((risos))
- L2 eu não fiquei triste... eu não fiquei triste não... eu fiquei muito alegre
((risos de Matinas)) que passou no túnel Ayrton Senna...
- L1 coincidência... né prefeito? **((risos))**
- L2 fiquei muito alegre... e ainda hoje... como disse almoçando na Veja... me
fizem a mesma pergunta e eu disse o seguinte... se passasse aqui em
frente à Veja na marginal... ia ter que passar numa obra minha... porque
essa obra fui eu que fiz quando fui prefeito da outra vez... então... se
você andar quarenta...
|
- L1 prefeito...
L2 quilômetros na cidade de São Paulo você vai passar em algumas dezenas
ou centenas de obras minhas e eu me orgulho disso que São Paulo tem
obras pra...
|
- L[] mas não novinhas em folha... não novinhas em folha...
|
- L2 mostrar... graças à Deus...

O entrevistador precisa estar atento para não deixar o entrevistado fugir do assunto que a entrevista quer firmar como relevante, sendo, inclusive, persistente para conseguir a resposta, utilizando-se, por exemplo, de repetições, como se observa no segmento das linhas 1278 - 1341, em que, com a introdução de um novo tópico (destacado em negrito), fica subentendido que Maluf não é digno de confiança, pois não devolve dinheiro público do qual se apropriou; detectam-se acusações a Maluf (em itálico) que na verdade são freqüentes:

- L3 desculpa prefeito... **o juiz Wilson Gomes de Melo...** da quarta vara de
fazenda pública... **determinou que o senhor devolva aos cofres**
públicos esse dinheiro... o senhor vai devolver?... é uma liminar... é a
justiça...
- L2 e eu vou te perguntar... você entende alguma coisa de direito?...
- L3 alguma coisa...
- L2 eu quero dizer então claro pra você... como é que chama esse juiz?...
- L3 chama-se Wilson Gomes de Melo... da quarta vara...
- L2 sabe... eu tenho todo respeito pela justiça... já tive sete desembargadores
trabalhando comigo nos meus governos... mas eu se fosse... um
examinador de uma banca pra juiz... com essa tese ele seria reprovado...
porque não tem liminar onde o indivíduo...
- L3 |
a liminar é boa quando favorece o senhor...((indignado))
- L2 |
não... mas pera um pouquinho...
- L2 mas o que eu digo eu mantenho...
- L3 |
a justiça é boa quando lhe favorece..((indignado))
- L2 |
não tem liminar que possa entrar no mérito e
obrigar uma ação... ele poderia obrigar a devolver no final da ação
popular... depois de transitado e julgado... eu tinha direito ai a... ahn...
ahn... ahn... a... a... ir ao superior tribunal de justiça teria direito de ir
até o supremo... como foi no caso dos automóveis... tá certo:: então... eu
quero dizer o seguinte... essa sentença é absurda... devo de dizer o
seguinte... pagou... tem que devolver antes de entrar no mérito de uma
liminar...
- L3 |
bom... é a justiça ()
- L2 |
não tenho dúvida de que vai cair... porque
- L3 |
mas não caiu
- L2 |
essa liminar é
absolutamente ilegal...
- L3 |

L2 indica a força de seu governo (lin.133-4), o que entende por poder, o seu poder:

L2 existe na constituição um preceito que é uma cláusula pétrea...
ou seja... existe autonomia municipal...

Maluf quer construir, durante a interação, uma imagem de homem polido, educado a todo instante e, para isso, insere, em seus enunciados, formulações como as que se indicam:

espera... você vai me deixar falar... (lin.205)

perdão... (lin. 213)

perdão... me deixa explicar... (lin.234)

um minutinho... (lin.345)

dá licença... (lin.354)

perdão... perdão...(lin.786 e 1527) entre outras.

mas, observadas num outro enfoque, na verdade, correspondem a marcas de quem não quer perder ou entregar o turno, pois parece não interessar a Maluf tratar de outro tópico; mudar de tópico pode constituir-se em algo ameaçador para um político; é preferível continuar com aquele que já está sendo motivo de ataques.

Maluf apresenta-se como alguém disposto a passar horas para responder a todas as perguntas que quiserem, sem pressa, sem se negar a responder a qualquer uma. É assim que, à indicação de L4, Maluf aproveita o espaço pra demarcar sua

imagem e insere um comentário aparentemente irrelevante, mas nosso conhecimento de mundo permite que reconheçamos, nesse locutor, uma pessoa que foge do assunto, que engana, que apresenta subterfúgios:

L4 eu queria fazer uma pergunta (lin.246)

L2 eu quero responder a todos ... é só me darem tempo... com muito prazer...
(lin.247)

E, em outros enunciados, durante o transcorrer da entrevista, podemos observar a insistência de L2 em querer manter a imagem que cria (ou quer criar) com essa entrevista:

nesse programa eu não me nego a responder nada... (lin.499)

olha Matinas... eu não tenho prazo aqui... tenho tempo à vontade... (lin.672)

eu estou aqui até as três da manhã...(lin.1144)

eu não tenho problema de limite...eu fico aqui até as três da manhã... (lin.1877)

olha Matinas... se vocês puderem prorrogar o prazo aqui eu tô às
ordens... (lin.2216)

artifício para dizer: não me interrompam ou para indicar ao telespectador: se algo não for esclarecido, não tenho culpa, mas eles, os entrevistadores, sim.

Maluf não perde tempo ao indicar as grandes obras que fez em São Paulo - túneis, viadutos, projeto Cingapura, marginais Pinheiros e Tietê, minhocão, aeroporto de Cumbica, estação rodoviária Tietê, metrô, indo contra, novamente, o jornal A Folha de S.Paulo (lin.1408-26)

L2 eu me sinto muito honrado...

L3 { não... não duvido

- L2 e me sentiria envergonhado... se qualquer maratona nessa cidade... não tivesse nenhuma obra minha... se você andar nas marginais... Pinheiros e Tietê são obras do Paulo Maluf... e o seu jornal disse há vinte e cinco anos atrás que eram obras faraônicas...se você andar no minhocão que foi TÃO criticado... é obra sim...
- [
- L[] senhor prefeito...
- L2 do Paulo Maluf...
- [
- L[] prefeito...
- [
- L2 se você entrar na Estação Rodoviária do Tietê... que diziam... que era faraônica... hoje ficou pequena... se você vier de avião pelo Aeroporto de Cumbica... de Guarulhos... que todo mundo dizia que era faraônica... também é obra do Paulo Maluf junto com a aeronáutica... se você andar no metrô...
- [
- L6 se investigar a Eletropaulo... não se descobriu uma gota de petróleo nesse Estado... né prefeito?... pelo amor de Deus...
- [
- L2 perdão... estamos falando por enquanto da maratona... já... já respondo pra você... se você andar de metrô na cidade de São Paulo você lembra

Nesse segmento indicado, L6, atento, num dos vários momentos de sobreposição, tenta mudar para um tópico problemático para Maluf, pois que contrário às obras viáveis - a Paulipetro (lin.1428), mas Maluf não permite a mudança.

À (lin.1553) formulação irônica de L6, em que se observa o uso da construção condicional; Maluf toma como elogio:

- L6 se o espírito do senhor é tão público... o senhor podia financiar pro Estado...
- [
- L2 eu agradeço esse elogio... agradeço MESmo...

Os entrevistadores estão atentos à direção que querem dar à fala de L2. Quando ele retoma o tópico Paulipetro, chega somente a anunciá-lo e já há

sobreposição e o questionamento revestido de um contorno entonativo de provocação (lin.1707):

L2 agora sobre a Paulipetro... e sobre a exploração do petróleo...
 []
 L6 quanto o senhor gastou?... pra começar...
 quanto o senhor gastou?

Maluf tenta mudar o *frame* que se cria a respeito da Paulipetroe e, apontando para um contexto relevante, direciona o tópico para a flexibilização; mas L4, atento, chama a atenção de L2, não deixa escapar o que é relevante, não permitindo que Maluf conduza a entrevista. L3, assalta o turno para informar, ao mesmo tempo, a terceira-parte - por meio de metáfora - que o prefeito não fala a verdade (lin.1676):

L6 (...) sobre a exploração de petróleo...
 []
 L[] Paulipetro... Paulipetro...
 L2 pois muito bem... hoje eu tô muito alegre e muito feliz... mas numa alegria brutal...
 []
 L6 quanto o senhor gastou na Paulipetro?...
 L2 perdão... eu quero dizer pra você que eu tô alegre e muito feliz... numa alegria (butral)... porque há dezesseis anos atrás... eu tentei flexibilizar o monopólio do petróleo... fui criticado por gregos e troianos... quem mais que me criticou foi o governador que me sucedeu... Franco Montoro... eu vejo que depois de dezesseis anos... quem lutou pela flexibilização foi... Fernando Henrique Cardoso... tucano... companheiro de Montoro... e Montoro votou agora a flexibilização... então... veja... com dezesseis anos de diferença eu estava certo...
 []
 L4 () é... mas ninguém tá discutindo a flexibilização...
 L2 com dezesseis anos de diferença eu estava certo...
 []
 L4 () ((sobreposições de vários locutores))
 L2 então o que era a Paulipetro?... se não a flexibilização?...
 L3 não senhor... era gastar dinheiro onde se sabia que ia ter nada...
 ((segue-se um trecho marcado por sobreposições de vários locutores))
 []
 L2 não senhor... não senhor...
 não senhor...
 []
 L3 era essa a discussão...

- L2 [não senhor... não senhor... não senhor... não era essa a discussão não senhor...
- L3 [era sim senhor...
- L2 [tanto por que na Bacia do Paraná...
- L3 [o senhor pode fazer... o senhor pode dar um chantilly na história... o senhor pode dar um chantilly na história... mas não era essa a questão que tava em jogo...
- L2 [eu tô disposto a responder a tudo... mas vamos cada um falar no seu ponto...
- L1 [*eu quero que o senhor responda mais uma também... o senhor fez uma grande declaração de amor a São Paulo... por que o senhor queria levar a capital então pro interior?...*
- [
 ((risos))

Observando-se, já nesse último enunciado, um questionamento de L1 (lin.1684 em itálico) que, aproveitando formulação anterior de Maluf, tenta ferir sua imagem, atingir sua face positiva, mostrando desencontro entre a fala e a ação de L2.

Já que ninguém o elogia, ele mesmo se enaltece (lin.1056), comparando-se a outros, para mostrar-se melhor:

- L2 olha Matinas... realmente... a transferência de votos não é uma coisa... que a população brasileira accite muito... veja... no AUge da popularidade do Juscelino... ele teve uma derrota tão grande com o... com o... o Lott... o Marechal Lott... se você vê no caso das prefeituras de São Paulo... por exemplo... nunca ninguém elegeu seu sucessor... ()... então... esta é uma coisa relativa eu tenho uma pesquisa... que pode ser válida hoje pode não ser válida... que diz ao contrário... que vinte e cinco por cento da população gostaria de votar num candidato apoiado por mim... que o próprio Datafolha... o último indica o seguinte... quarenta por cento da população acha Maluf ótimo e bom... e quarenta e um regular... ou seja tem oitenta e um por cento de aprovação quando Jânio Quadros no FIM dos quatro anos teve sessenta e um... e Luiza Erundina... no FIM dos quatro anos teve sessenta e sete... então eu tô feliz que eu estou com oitenta e um e não completei ainda três anos... vou tentar conquistar até um pouquinho mais... agora... se isso a gente vai transferir ou não.. pro meu candidato... eu não sei... mas que eu

- L1 [mas prefeito..
- L2 gostaria... que eu gostaria Matinas... que o futuro prefeito de São Paulo continuasse o Cingapura... o PAS... as laqueações... as... vasectomias... que... continuasse com o projetos de São Paulo cidade saudável... os projetos sociais... os projetos urbanísticos... que eu gostaria que o meu sucessor fosse alguém... que não jogasse tudo na lata do lixo... como fizeram e pararam as obras... que fosse alguém que continuasse esta obra que está sendo feita... e eu gostaria que o meu sucessor continuasse a minha obra...

Um entrevistador (L3) acusa Maluf quando trata do tópico relacionado à maratona, à lin.1396 e seguintes, formulando seu enunciado de modo a enfatizar com marca de intensidade sua indignação, além de apresentar uma concessão, já para antecipar uma possível objeção por parte do prefeito.

L2 aproveita para ressaltar sua ação, suas obras (em itálico):

- L3 (...) pra qualquer cidadão com o Mínimo de bom senso... ficou Absolutamente evidente que a transmissão daquela maratona tinha uma finalidade de propaganda da administração do senhor... quer o senhor diga que... que não teve e et cetera... mas o senhor pode fazer uma pesquisa aí com qualquer pessoa que assistiu a maratona pra ver se aquilo lá teve ou não a finalidade de pura propaganda...
- L [] não... tanto que a comparação que o senhor faz é essa... quer dizer... o que ganhou com a transmissão da Globo... é essa comparação que o senhor faz...
- L3 quer dizer que não adianta
- L [] prefeito...
- L2 eu me sinto muito honrado...
- L3 [não... não duvido
- L2 *e me sentiria envergonhado... se qualquer maratona nessa cidade... não tivesse nenhuma obra minha... se você andar nas marginais... Pinheiros e Tietê são obras do Paulo Maluf... e o seu jornal disse há vinte e cinco anos atrás que eram obras faraônicas...se você andar no minhocão que foi TÃO criticado... é obra sim...*
- L [] senhor prefeito...
- L2 *do Paulo Maluf...*

Importa ao prefeito firmar o *frame* de que ele é ação e utiliza-se da comparação com outro governo, para se colocar em posição superior (lin.1622):

L2 (...) mas eu quero dizer o seguinte... eu nasci pra trabalhar... governo não foi feito pra reclamar foi feito pra resolver...

[
L5 o senhor tá falando do... do... do governador Mário Covas?...

L2 tô dizendo que o governo não foi feito pra reclamar... governo foi feito pra resolver...

ou, ainda, ataca, apresentando críticas diretas ao governo Covas, querendo mesmo criar um *frame* melhor para si, como fizera à linha1561. Entretanto, nosso conhecimento prévio, alerta-nos para o fato de que, embora se utilize de uma estratégia argumentativa, Maluf não consegue adesão ao agir desse modo, pois encontra-se em situação de inferioridade em termos de comparação com outro político; afinal, durante todo o tempo que durou a entrevista, seus argumentos permitiram que reforçássemos aquilo que já conhecíamos a seu respeito e Maluf sai enfraquecido:

L2 (...) se o governador Mário Covas me procurar... de maneira SÉria...

Quase ao final da entrevista, Maluf procede a uma avaliação quanto ao programa, em que se pode detectar, novamente, uma tentativa de mudança do *frame* que o programa permitiu a todos os participantes (inclusive à terceira-parte) formular (lin.2222):

L2 eu tô achando o debate muito esclarecedor...

Ao encaminhar para o encerramento da entrevista, Matinas dirige-se aos telespectadores - terceira-parte - e lê a avaliação enviada por eles, via *fax* ou telefone, em que criticam a maneira como interagem os integrantes da banca entrevistadora, qualificando-os de exagerados e, portanto, considerando-os desequilibrados, e retrógrados; criticam, também a técnica por eles utilizada - entrevista polêmica - e os efeitos objetivados com a entrevista e que parece terem sido atingidos: a ridicularização de Maluf (linhas 2290-7):

a banca entrevistadora exagerou na questão do fumo...

...esses jornalistas que estão tentando ridicularizar o Maluf estão agindo como imbecis...

... essa técnica estúpida da polêmica...

...bando de fumantes mal-educados...

...é como amarrar cachorro com língua

As marcas que se detectam nesse segmento do programa Roda-Viva, durante a participação da terceira-parte, poupam, de certa forma, trabalho ao analista, que não precisa proceder a uma análise mais rigorosa, nem apresentar argumentos mais fortes, pois, ao participar, a terceira-parte dimensiona esse discurso.

A linguagem molda o real e o produz. As formas lingüísticas podem, de certa forma, guiar nossa compreensão e os indivíduos podem concordar ou se afrontar sobre a compreensão de determinado enunciado. Matinas toma como afronta a indicação da terceira-parte e responde, ficando com a última palavra (lin.2299):

L1 (...) posso ser imbecil... mas defendo o direito de quem quiser fumar inclusive em restaurante...

Maluf não intercede e, ao dirigirem a ele a palavra, faz o jogo do inverso: aquilo que dão importância ele relega a um segundo plano, deixando sem resposta, e dá relevo ao que não tinha. Questionado a respeito da relação entre a mudança de visual e a necessidade disto para ser Presidente do Brasil, o entrevistado se atém somente à primeira parte da pergunta relacionada ao implante de cabelo e à plástica, comentando que esta se realizou por indicação médica e acrescentando que *sua mulher gostou*, encerrando sua participação de uma forma inusitada, já que tudo caberia ali, menos a indicação da apreciação da mulher. Maluf confirma sua imagem de um ser fugidio, de alguém que só responde ao que lhe interessa (lin.2301 e ss.):

L1 [...] e a... o () que o senhor puder responder é rapidamente aqui da Aclimação acha que o senhor mudou o visual... e que se isso é necessário pra ser presidente do Brasil...

L2 olha...

L1 |
o senhor fez plástica perfeito?... implantou cabelo?...

L2 |
não... na/ não... é bom implantei já fazem nove anos... foi em oitenta e seis... implantei aqui alguns fios... o que fiz realmente... que todo mundo sabe... por recomendação médica... eu troquei os óculos... até recomendo a você Matinas ((Maluf ri)) por lente de contato...((riso)) e fui obrigado... que eu tinha um papo aqui... a fazer uma pequena cirurgia... mas minha mulher gostou... ((riso))

É digna de nota a intromissão de Maluf (lin.2311) nas decisões pessoais de L1, quando aquele (L2) indica a Matinas que troque os óculos por lente de contato:

L2 ... até recomendo a você Matinas pôr lente de contato..

Maluf quer assumir um poder para o qual não está autorizado - o de ser médico e ultrapassa, dessa forma, o espaço que lhe é determinado. Nosso conhecimento de mundo informa-nos a respeito da existência de casos em que é

inviável a utilização de lente de contato. Portanto, parece ingenuidade da parte do prefeito proceder a uma indicação como essa, sem saber qual o tipo de lente que o entrevistador utiliza.

Sabemos que os interlocutores envolvidos numa atividade enunciativa realizam ações que se combinam, se complementam na produção de um tecido textual único, original; numa atividade discursiva em que ocorram polêmicas, observa-se mais a presença de reações do que propriamente de ações harmônicas. De fato, o discurso polêmico é menos harmonioso, é mais agitado, contém mais expectativas do que um discurso distenso.

Assim, é comum a presença de inúmeras sobreposições, comentários avaliativos, risos que não ocorrem por ser a situação engraçada, mas inadmissível, ridícula; todos esses elementos concorrem para a indicação desse discurso como polêmico e observa-se que em nenhum momento Maluf combateu a esses risos, a essas declarações, ao apelo à emoção por parte dos entrevistadores, tais como as que ocorrem às linhas 2128-36:

	L 1	é inacreditável... ((risos))
	L1	 é brincadeira ((risos))
	L1	 é um (palhaço) ((risos))

Podemos afirmar que nosso conhecimento prévio a respeito de Maluf permite que se compreenda melhor o texto analisado e os enunciados do prefeito auxiliam a confirmar essa posição, do modo como apontamos à p.30 do capítulo I deste trabalho.

5.1.2 - Opinião Nacional - Paulo Salim Maluf

A análise do texto de entrevista, transcrito nos Anexos sob N.2, que contou com a participação de Paulo Salim Maluf no programa Opinião Nacional, transmitido pela TV Cultura de São Paulo, não se distancia dos moldes já apresentados na análise do texto anterior.

A emissora apresenta fatos, reportagens em que se descreve um quadro desolador, num texto formulado a partir de sintagmas nominais selecionados, os quais contêm uma carga significativa que comporta um tom de situação irremediável para a cidade, cuja culpabilidade é da prefeitura, ali representada pelo seu chefe maior Paulo Salim Maluf. *Prejuízo, calamidade pública, estado de emergência, situação ruim, desabamentos, desabrigados, enchente, apreensão, pesadelo* são alguns dos vocábulos utilizados pelo repórter, para emoldurar o quadro da cidade de São Paulo na data da entrevista.

Ao formular à linha 29:

L2 o pesadelo provocado pela chuva já é um velho conhecido dos moradores... uma historia que sempre se repete...

o entrevistador indica que nenhum governante resolve, não adianta acreditar, todos são iguais em relação ao fato que se apresenta, promovendo a expectativa de como se desenvolverá a entrevista assim iniciada e salientando a imagem que se tem desse prefeito. O mesmo se comprova à linha 51:

L6 (...) o paulistano...cansado de pedir providências aos governantes

L2 reporta-se a um outro contexto para iniciar suas questões, em que Maluf apresenta críticas ao governo estadual e a o governo federal, omitindo-se da responsabilidade pela enchente que ocorre na capital; ao mesmo tempo, esse entrevistador retoma um trecho da fala de outro político - o governador Mário Covas - que afirma ser a responsabilidade não só dele, mas da prefeitura e do Governo Federal também a questão da enchente no Rio Tietê. Apresentam-se fatos; não há espaço para contestação. Ao promover a comparação entre Covas e Maluf, o entrevistador procede a um desnivelamento em que o primeiro fica em estado de superioridade, de pessoa equilibrada, que não se omite, enquanto o segundo não aceita culpabilidade, transferindo-a (lin.67):

L2: prefeito... o governador tá dizendo então... que não há um jogo de empUrra e que a responsabilidade seriam de todas as autoridades... no caso do governo do Estado... a responsabilidade pelo Rio Tietê... eu ouvi o senhor fazer uma critica ao Governo Federal dizendo que a construção de CAsas populares seria de responsabilidade também do Governo Federal...Prefeito qual é a responsabilidade da PREfeitura... não é... além do Governo do Estado e do Governo Federal?...

Maluf, desta vez, parece não ter como se livrar e o início de seu turno é marcado por uma retomada de tópico que, entretanto, não responde à questão, passando, de imediato, a se auto-enaltecer, observando-se pontos positivos na continuidade de um discurso que apontava para uma imagem negativa do prefeito (lin.74):

L3: começando pelo que eu falei... e que eu sustento... que o fundo de garantia de tempo de serviço... em vez de... cumprir sua obrigação legal... de voltar para a construção de

casas populares... na minha administração durante dois anos... e eu não me recordo nos últimos quatro anos... projetos que tenham vindo... do fundo de garantia de tempo de serviço ou seja do FGTS para construir casas populares... então é muito importante... que... se sabe que os projetos da cidade de São Paulo como o projeto CINGapura... e outros que nós estamos fazendo são projetos que têm... somente e tão somente recursos DO orçamento da administração direta... ou seja... esse dinheiro que São Paulo contribui... que são Bilhões e Bilhões de dólares... DO trabalhador... que você Heródoto... PAgã... que você Rodrigo... PAgã... que que aqui a Televisão Cultura PAgã pra todos os seus funcionários...

Maluf é solidário aos pobres e infelizes, mas o governo federal não, deixando implícito que, por essa razão, ele precisa ser eleito presidente (lin.86):

L3 (... o dinheiro...) ... tinha que retornar em casas principalmente pra aqueles que moram em enCOStas... que não moram em encostas porque desejam... é porque não têm onde moRAR... eles vão... invadem terrenos particulares... constroem casas em lugares onde infelizmente não tem nenhuma garantia de segurança...

coloca-se como um político bom, essa é a imagem que quer passar, é o *frame* que quer que se emoldure, um prefeito que começa obras importantes, às quais outros governantes não dão continuidade(lin.104):

L3 (...) quem começou o projeto de aumento da calha do rio Tietê foi o Governador Paulo Maluf... e em seguida os outros governadores já deveriam ter terminada esta obra como uma porção de outras obras deveriam ter sido terminadas e não foram...

Nessa mesma direção, Maluf apresenta cinco itens - utilizando-se de enumeração - para mostrar que ele é um bom prefeito e que as pessoas - representadas nesse instante pelos órgãos de informação, inclusive a emissora em que agora se apresenta - gostam de criticá-lo sem motivo; inverte a questão, explicitando que os outros são os maus administradores (lin.114). Realiza o jogo do contrário.

L3 (...)então... o que é que a prefeitura de São Paulo está fazendo?... a nossa parte tamos fazendo... e bem... primeiro... o piscinão do Pacaembu... o próprio... a Televisão Cultura e quase todos os jornais disseram... essa solução não vai dar certo... pois bem... o Pacaembu deixou de ser um rio... como sempre foi... segundo lugar... em frente o MUSeu do Ipiranga... sempre quando tinha chuva tinha dois metros d'água na avenida Ricardo Jafet na avenida Água Funda e em todos os baixios do Ipiranga... NÓS canalizamos o Rio... ampliamos a largura das pontes não deu ABSolutamente nenhuma enchente... terceiro lugar... aqui na zona sul... avenida Carlos Caldeira Filho... córrego Morro do S... era antigamente um rio só... passei por lá de helicóptero... tá perfeito... não teve nenhuma inundação... quarta obra... Córrego Mongaguá... existente aqui na Zona Leste Ermelino Matarazzo... perdão... não deu nenhuma enchente... quinta obra... Córrego Jaguaré... veja que eu só tô há dois anos na Prefeitura... começamos e entregamos... Córrego Jaguaré... avenida que contruímos que demos o nome de avenida Escola Politécnica... ligando a Raposo Tavares até a marginal esquerda... marginal direita do Rio Pinheiros... ao lado da Cidade Universitária... não deu nenhuma enchente no Córrego Jag/Jaguaré... Córrego Uberaba... e Córrego Uberabinha

Ao ser interrompido, não aceita; quer mostrar obras, é um prefeito que faz, já que aciona sempre seu *frame* "o homem é ação" (lin.133-6):

L3 (...)perdão... cê me perguntou deixa eu responder... porque senão parece que eu não fiz obra nenhuma...

e aproveita, nesse instante, para criticar novamente a emissora, na tentativa de resgatar sua imagem (lin.137):

L3 (...) acontece que nem sempre a Televisão Cultura tá lá com sua equipe cobrindo... tem outras televisões que cobrem... ontem quem cobriu foi o SBT no Aqui Agora...

Oportunista, Maluf, ao observar a colocação de L1, formula um enunciado em que mostra acordo entre ele e o entrevistador (lin.145-6):

L1: por exemplo... o Aricanduva...

L3: exatamente... esse tava na minha cabeça... falamos por telepatia... Aricanduva...

Há poucas intervenções dos entrevistadores e, quando ocorrem, correspondem a questões curtas (lin.182):

L1 uma parte dessa dinheiro vai indenizar as pessoas?...

Maluf quer somente de obras e quer, também, mostrar que não perde tempo (lin.147):

L3: assumi em primeiro de janeiro de noventa e três... fomos a Washington em começo de fevereiro com um projeto pronto... para o BID... o Banco Interamericano do Desenvolvimento... fazer eventualmente... o financiamento... que nós precisamos desses recursos há vinte anos de prazo... e a juros baratos... pois bem agora no dia dez de janeiro... assinei com o senhor Henrique Iglesias... presidente do BID... presente... o embaixador brasileiro... Paulo de Tarso Flecha de Lima... e a obra já está em concorrência... são cinco piscinões...

mas o repórter o interrompe, numa sobreposição, para retomar o que é mais pertinente para a entrevista em termos de tópico (lin.156):

L1: agora e nessa enchente que houve agora?...

Maluf não aceita e se sobrepõe, utilizando-se de comparações que o colocam em posição de superioridade e indicando, novamente, o *frameo* homem é ação - os outros não fizeram, mas ele faz (lin.158):

L3: perdão... são cinco piscinões... (...) perdão... se durante vinte ou trinta anos os prefeitos que me antecederam não fizeram... nós tamos fazendo...

O repórter também persiste com a questão, e Maluf o ignora, continuando a salientar suas obras, ou seja, os aspectos positivos de sua administração (lin.164-188):

- L1: sim... mas e o socorro que a prefeitura vai dar agora pra essas áreas inundadas?...
- L3: mas então... só pro Aricanduva eu vou dizer... são cinco piscinões... e MAIS... a abertura da calha... que vai desde o Arincanduva até o Rio Tietê... onde nós temos que alargar veja... a prefeitura vai ter alargar... uma PONte ferroviária da antiga Central do Brasil... porque a rede ferroviária federal que é um órgão federal aqui... tem a ponte estreitando... então... não é só o Córrego... Aricanduva não... é o Córrego de Itaquera... é o Cabuçu de BAIXo... Cabuçu de
- L2: ()
- L3: cima... o Mandaqui... perdão... o Mandaqui...
- L2: ()
- L1: uma parte desse dinheiro vai indenizar as pessoas...
- L3: Machados... heim?...
- L1: prefeito... uma parte desse dinheiro...

L2 vence pela repetição, pela insistência em relação ao questionamento a respeito do atendimento às vítimas; Maluf cede e al informa que muitas creches e escolas foram colocadas à disposição como forma de socorro (lin.190-6):

- L3: então você quer essa palavra... indenização... perfeitamente... o que eu acho é o seguinte... quando existe... uma culpabilidade... da prefeitura... nós não fugimos... Absolutamente de ir ao encontro dos interessados... você viu agora uma notícia inclusive que o Rodrigo deu... que pessoas... invadiram uma creche... nós estamos colocando creches à disposição... esCOLas à disposição... alunos que deveriam estar hoje em aula... mas sabe uma emergência... tamos abrigando... damos colchões... damos comida...

Mas à colocação de Maluf, L2 contrapõe, apresentando fatos de uma invasão em uma creche realizada pelos desabrigados, vítimas das enchentes do Rio Tietê e cuja remoção estava sendo negociada. Fica, então, implícito que não há creche à

disposição, já que os desabrigados estão sendo removidos e que o Administrador Regional é mais capaz do que o Prefeito (lin.199-221):

L2: prefeito... vam/ vamos assistir essa matéria sobre essa invasão da creche... a gente tá com ela aqui na ponta da linha... são os desabrigados pela chuva... eles ...

L3: [vamo...

L2: [invadiram hoje uma creche em Ermelino Matarazzo... na zona leste de São Paulo... os invasores... são favelados da região... entraram na creche ainda de madrugada...

((entra a reportagem))

L4: por causa das chuvas desta semana... onze casas foram soterradas no Parque Buturussu... Zona LEStE da capital... quatro pessoas moRRERam... a defesa civil interditou outras quaREnta casas... porque havia risco de novos desabamentos... desde segunda-feira... cinqüenta e uma famílias estavam abrigadas numa iGREja do bairro... mas nesta madrugada decidiram invadir a creche Delson Domingues... o único segurança que estava aqui não resistiu... e os desabrigados ocuPARam a creche...

((aparece o repórter falando de dentro da creche))

L4: o espaço na creche ficou pequeno pra tanta gente... durante a noite... o pessoal teve que tentar dormir assim mesmo... sentados... colchões... só pras crianças... muitos foram colocados no chão... e tem várias crianças em cada colchão... muitas delas estão doentes...

Inclusive, L2 entrevista um desabrigado que confirma a invasão (222-231):

((o repórter entrevista desabrigado))

L4: se a prefeitura quer/quiser... ahn... levar vocês pra outro lugar... vocês accitam sair daqui pra outro lugar?...

L7: vai depender deles... né?... eles não podem tirar a gente daqui... vai por a gente aonde... no meio da rua?... se eles tirar a gente daqui... a gente vai ter que resistir... porque a gente não vai pro meio da rua...

L4: então o que que vocês esperam que seja... conseguido pra vocês se acomodarem?...

L7: é... pelo menos uma área pra gente/ o pessoal voltar a construir suas casas de volta...

e mais, o administrador lança proposta para a retirada do pessoal da creche, indo contra, sem o saber, à fala do prefeito quanto à colocação de creches e escolas à disposição (lin.232):

((o repórter continua))

L4: no final da manhã... o administrador regioNAL de Ermelino Matarazzo... trouxe uma proposta para retirar os desabrigados da creche...

((entra o administrador regional))

L8: é... nós temos um local que é um centro esportivo... CDM... ele fica bem próximo aqui... em local amplo... em local adequado... que não oferece nenhum risco... nós

vamos propor ahn... a remoção do pessoal que ocupa:... que ocuparam essa creche... para esse local... para que a creche tenha continuidade de prestação de serviço à comunidade local...

Maluf desconversa, não se deixa abalar e aponta para a boa ação do administrador (lin.248):

L3: veja...((pigarreou)) no que eu vi aqui... o administrador regional de São Miguel Paulista agiu corretamente... porque se tem crianças na creche... e tem crianças que você não pode desalojar... são crianças de dois três ou quatro anos... ele ofereceu outra alternativa... que é um centro DESportivo... que com certeza é muito maior do que a própria creche... os centros DESportivos têm ginásios com dois três mil metros quadrados... diversas vezes maiores do que a creche... e esse caso nós vamos encontrar uma solução...

mas não diz qual é essa solução e já retoma o que lhe é pertinente, destacando, deixando explícito em seu enunciado a questão da *ação* correta da Prefeitura. Dessa forma, Maluf não dá atenção e continua a fuga, em sobreposição à fala de L2, tecendo altos elogios a sua administração (lin.262):

L3 (...) agora o que é importante é o seguinte... que ontem... eu tive o prazer de falar ao vivo aqui na hora do almoço... e justamente na Televisão... Cultura... se dizia olha... os comerciantes exigiram... e lá... na/no Rio Tamanduateí foi feita uma obra MUITO boa... que o senhor tem a dizer... prefeito?... eu disse... olha eu agradeço porque eu que fiz essa obra quando era governador do Estado de São Paulo... então eu quero dizer o seguinte... problemas existem... mas ninguém nessa cidade tem dúvida que ninguém está trabalhando mais... fisicamente do que a nossa equipe... olha a/o CET... a Secretaria dos Transportes... as administrações regionais... os nossos administradores regionais tão com oito mil pessoas na rua... o CET doutor Gilberto Lefeld me informou hoje que teve PERmanentemente oitocentas pessoas na rua...

Durante a formulação desse segmento, ocorrera que L2, ironicamente e em sobreposição, retomara o segmento de crítica feita por Maluf a respeito da TV Cultura (lin.251), indicando que foram ao local, registraram o fato, apresentando uma dupla contradição: oposição àquela fala do prefeito e, ainda, oposição à fala de Maluf a respeito das medidas tomadas a favor dos desabrigados.

L2: o senhor viu que a gente mostrou... né?... a gente () (a equipe tava lá)...

Também em sobreposição, L1 coloca-se contra a fala de Maluf (lin.275):

L1: agora não se achou o pessoal do CET na rua nos dias de congestionamento prefeito... andamos aí mais de cem quilômetros e não se achava UM... ninguém do CET...

Maluf não aceita e continua a garantir sua verdade. Nesse segmento, observa-se a ocorrência de um jogo de acusações em que L1 indica a L3: você mente e L3 faz o mesmo: é você, L1, o mentiroso, observando-se sobreposições. Veja-se o segmento (lin.279-303):

L3: ele... ele me dis... ele me disse que sim... eu sobrevoei e eu vi...
 |
 L1: () o senhor viu de lá de cima o pessoal trabalhando?...
 |
 L3: eu vi...
 |
 L1: porque nós também acompanhamos vários telejornais de televisão e...quilômetros e..
 |
 L3: eu vi pessoas... ah eu vi...
 |
 L1: quilômetros ((sorri)) e não vimos ninguém da prefeitura na rua...
 |
 L3: a... eu vi... (...)
 |
 L1: mas segunda-feira segunda-feira eles não estavam na...

L3 encerra esse segmento tópico de desacordo, dizendo que não aceita aquela crítica (lin.294):

L3 (...) não olha... se é um órgão que funciona bem... eu me permito não aceitar crítica... e eu não sou responsável... responsável é o doutor Gilberto Lefeld... mas eu tenho que dar meus cumprimentos a ele... ao CET... e à diretoria... doutor Fernando Toledo... doutor Nelson ()... eles têm trabalhado nesta cidade a tal ponto que todos os CET's do Brasil inclusive de... de prefeituras petistas... de Brasília... de Ribeirão Preto... de Porto (...)Alegre... têm pedido inclusive auxílio ao nosso pessoal sobre tecnologia sobre tudo o que nós tamos fazendo... em tecnologia de ponta em termos de sinalização...

Em seguida, L3 muda o tópico, retornando ao segmento "obras de Maluf" e o Prefeito, ao ser questionado por um telespectador, inverte o problema e passa-o para a responsabilidade da população (terceira-parte): "eu faço a limpeza, mas a população não coopera"... Assim, não responde diretamente e, no final do turno, avisa que o sucesso depende da ação da terceira-parte (lin.309-29):

L1: prefeito... o senhor tava falando agora a respeito das:: das obras e do trabalho do senhor... o senhor Orestes... Bandoli manda uma pergunta ao senhor... é o seguinte... o senhor afirmou na campanha que o problema das enchentes seria a falta de limpeza dos córregos... e ele quer saber se o senhor está fazendo isso em São Paulo...

L3: olha... eu aproveito a... a pergunta pra fazer um apelo... você que me está ouvindo e mora ao lado dum córrego... num jogue colchões velhos... num jogue pneus velhos... num jogue lixo... nós temos limpado os córregos... temos gasto um diNHElro em coleta de Lixo... em varrição... mas ainda outro dia eu tava escutando às seis horas da manhã... o Zé Paulo de Andrade da Rádio Bandeirantes no pr/... no programa Pulo do Gato... ele fez uma fiGUra que eu até gostei e me permito repetir a autoria é dele... que muitos brasileiros acham... que a melhor LAta de Lixo DEle é a janela do seu automóvel... quer dizer então nesta matéria de limpeza eu faço um aPElo... vamos todos colaborar não vamos sujar a cidade... não vamos permitir que aquilo que a gente joga na cidade vá pras bocas de lobo... entupindo as galerias ou seja este é um problema de todos nós... o que eu posso garantir à cidade é o seguinte... vamos fazer uma obra de combrate a enchentes que não tem paralelo na história da cidade agora... precisa a população colaborar esses por exemplo dos córregos... não jogar sujeira nos córregos para não entupir os córregos...

Podemos observar a transferência de responsabilidade de L3 que deixa implícita a culpabilidade do povo quanto à enchente. Além disso, o desenvolvimento dos tópicos não ocorre de forma harmoniosa e o telespectador fica sem resposta para a questão: afinal, enchente é problema de falta de vazão do rio ou de bueiros entupidos?

L2, no único turno longo de entrevistador, procede a uma acusação a respeito de utilização de verba, apresentando fatos (lin.330):

lhe L3: neste minuto não tem casas disponíveis na cidade de São Paulo... mas eu posso garantir... que ninguém fez... está fazendo e vai fazer MAIS do que a nossa administração para que se tenha vagas nas residências novas...

Há uma interrupção para que sejam entrevistadas outras personalidades e são introduzidos tópicos completamente diferentes daqueles que se desenvolviam. Nenhum diz respeito a Maluf, entretanto, talvez para não perder a oportunidade de estar diante das câmeras, intromete-se em sobreposição à fala de L10, pedindo o turno num momento em que não estava prevista sua participação (lin.432):

L3: posso dar um palpite aqui?

Mas L10, atento, aproveita a oportunidade para deixar transparecer ao prefeito que seu palpite não merece crédito, mexendo com sua imagem, pois aponta Maluf como um mau analista, fato absurdo para quem quer ser presidente (lin.444-50):

L10: mas viu prefeito (...) deixa eu só entrar nesse assunto.... o senhor não pode medir pelo custo de vida porque o que está sumindo é a verdura é o corte de cabelo são os alugueis e isso não entra no/na exportação e não entra/ não PEsa na exportação

O entrevistador retoma o tópico direcionado à problemática das enchentes e do socorro às vítimas (lin.471 e segs.):

L2: (...) agora voltando pra aquela questão aqui... aqui de São Paulo... a:: questão da... do socorro que é dado às pessoas... às vítimas das enchentes... no Japão a gente vê... eles têm um esquema preparado pra... socorrer no terremoto é claro que ninguém pode prever as catástrofes... na Holanda também o esquema pra... socorrer no caso de enchentes num tava na hora de São Paulo... tanto a Prefeitura como o Estado terem um plano de emergência melhor formado pra esses casos... porque se sabe TTodo começo de ano chove e inunda a cidade... não é?...

Maluf aproveita a situação e a comparação para indicar que graças a Deus somos mais felizes, tentando novamente redirecionar o foco de atenção dos aspectos negativos para os positivos (lin.480):

L3: olha... eu não quero em absoluto fazer um paralelo... sobre o que aconteceu no Japão... e o que aconteceu na Holanda... porque.. Infelizmente acho que Deus os castigou de uma maneira muito pior... não é?... a Holanda dizia... fizemos diques para nunca termos enchentes... e fizemos os diques há cinquenta anos bem calculados... e o que nós vimos foram... DUZENTas mil pessoas desabrigadas... ou seja... Deus os castigou infelizmente... pior do que nós...

Direcionando sua fala, a partir do conector " agora", para a questão da ação do funcionalismo público perante a enchente, que foi ótima, que funcionou porque ele é austero (v.negrito), Maluf tenta apagar o que foi colocado durante toda a entrevista quanto à falta de assistência dada às vítimas, finalizando seu turno com a indicação de que a enchente não é costumeira e que só esta chuva foi terrível (lin.486):

L3 (...) agora... eu quero dizer a você que ninguém é mais severo com o funcionalismo público... ninguém é mais (selene)... perfeccionista na execução das coisas... mas eu tenho que cumprimentar... que o funcionalismo público da prefeitura... os homens das regionais... o CET... eles funcionaram ainda como mostrou a própria televisão há pouco... o próprio administração regional de São Miguel Paulista dando... o nosso centro desportivo para (serem abrigados)... ou seja... a nossa defesa civil funcionou... infelizmente houve desabrigados por razões... que... não somos culpados... foram construções clandestinas... em: áreas de risco... algumas delas até... como recentemente aqui no Parque Real... nós obrigamos a desocupação porque podia ter... uma desgraça tipo favela Nova República... nós tamos dando TODa assistência possível e imaginária... Acho que a prefeitura e o seu funcionalismo funcionou de acordo nesta crise porque passamos... que foi a maior chuva dos últimos cinquenta anos...

Com esse procedimento, com essa estratégia, Maluf tenta não permitir que se estabeleça o *frame* cultivado pelos entrevistadores durante toda a entrevista - teria ele percebido que o programa se aproximava do término?

O repórter apresenta, em seguida, fatos que comprovam as inverdades de Maluf e nem lhe dão a palavra, mas também ele não a requisita (lin.501):

L1: temos outro exemplo aqui prefeito... já no município da grande São Paulo... no município de Franco da Rocha... um dos mais pobres da grande São Paulo... mais de quinhentas pessoas estão desabrigadas... a cidade... tem muitos morros e o que mais preocupa atualmente a prefeitura são os DE- sabamentos...

((entra repórter))

L6: até agora já aconteceram sessenta desabamentos em Franco da Rocha... os alojamentos da prefeitura receberam poucos desabrigados... a maioria está indo para casas de amigos ou parentes... praticamente um terço dos cento e vinte mil habitantes do município mora em áreas de risco... e MUITos deles não querem deixar a casa onde moram... embora o RISco de desabamento... seja MUIto grande...

L9: eu não tenho pra onde... ir aqui nesse lugar... tô desempregado tô fora da firma eu... tô doente... por causa disso que eu tô aqui... não tem condições...

Formulam uma última pergunta a Maluf, indicando uma participação da terceira-parte, alguém com o mesmo *status* que o prefeito - engenheiro (lin.516):

L2: "ok"... prefcito... a gente tem muita pergunta aqui de telespectador em relação às enchentes... o Roberto que é do Tatuape e é engenheiro como o senhor... ele pergunta o seguinte o senhor falou agora há pouco daquela obra no Tamanduatei ali perto do mercado... não é?... e ele diz o seguinte não aumentou a vazão do Tietê quer dizer ampliando o... vazão do Tamanduatei acabou aumentando também a vazão do Tietê e:... isso não acaba... gerando também a enchente... só que a enchente em vez de acontecer no Tamanduatei acontece no Tietê'...

Maluf, entretanto, não se entrega e, num sorriso sarcástico, irônico, de quem sabe muito mais do que a terceira-parte, coloca-se da forma seguinte, negando a posição do telespectador (lin.524):

L3: bom... não é bem assim... ((sorriso de entendido))

L2 enfatiza, surpreso:

L2: NÃO É?

Mas Maluf continua com formulações que só comprovam que a terceira-parte estava certa (lin.525-9):

L3 (...) nós aumentamos a vazão do Tamanduateí e a vazão do (...) Tietê não aumentou o volume de água... que foi... para o Tietê...

assim, ele mesmo traça o caminho para mostrá-lo como um ser imensamente contraditório, que nega por negar e que supõe que as pessoas se esquecem facilmente do que acabaram de ouvir, como se observa (lin.539):

L3 (...)o engenheiro diz... muito bem... vai mais volume de água pro Tietê... evidentemente... o Tamanduateí... comporta cento e vinte metros cúbicos cento e quarenta cento e cinqüenta metros cúbicos por segundo... o Tietê comporta setecentos... então nós temos que jogar... as águas dos córregos e dos rios menores no rio maior... o que acontece... precisa aumentar a carga do Rio Tietê

Novamente retoma que é um homem de ação e que tudo o que acontece não é culpa dele; é do empréstimo que virá do Japão; é de Covas (lin.545):

L3 (...) é nós começamos em oitenta a ampliação da carga do Tietê... que tem que ir de Osasco abaixar cinco metros... até... Santana do Parnaíba... o Governador Mário Covas inclusive diz nos jornais de hoje que ele está pronto pra fazer essa obra tá pra receber um empréstimo do Japão... Deus permita que este empréstimo venha logo... para que não tenhamos enchentes no Rio Tietê...

Em seguida, o tópico é alterado pelos repórteres, para outro problema que pedia a participação da prefeitura (lin.551):

L1: prefeito... também temos aqui algumas perguntas a respeito da explosão que nós tivemos em São Paulo o senhor disse que é um prefeito rigoroso o senhor disse que o senhor demitiu até o administrador regional... agora prefeito o que sig/... que quer dizer isso... o senhor reconheceu publicamente que a responsabilidade Era da Prefeitura e nesse caso as pessoas vão ser indenizadas pela explosão na casa de fogos?...

Maluf formula seu enunciado de forma contraditória, dizendo que só vai dizer mentiras, deixando, assim, o entrevistador sem possibilidade de proceder a interrupções (lin.557):

L3: veja... vamos contar bem o que aconteceu... e você... por favor... se eu não estiver falando alguma coisa que não corresponda exatamente à verdade... você tem direito a um aparte..

L3 encerra sua participação também de forma contraditória, já que sabemos que ele é a própria personificação da fuga e da falta de assistência às vítimas das enchentes ou de outras questões problemáticas que ocorrem na cidade (lin.580):

(...) agora nós não fugimos a nenhuma responsabilidade muito pelo contrário...
TAmos dando toda assistência àqueles que infelizmente foram vitimados...

E, assim, durante toda a entrevista, o prefeito não consegue alterar o *frame* que os entrevistadores criaram e que, certamente, firmaram junto à terceira-parte.

Disraeli,⁵ no sec XIX, já dizia "há mentiras, mentiras mal ditas e mentiras estatísticas, as mais elaboradas". As mentiras enunciadas por Maluf, nem conseguem se classificar como essas últimas, pois que são mal formuladas, são mal ditas.

⁵ Benjamin Disraeli - Primeiro-ministro Britânico que viveu de 1804 a 1881.

5.1.3 Roda Viva - **Ciro Gomes**

Passemos à descrição do texto transcrito sob N.3 nos Anexos, referente à Entrevista com o Ministro da Fazenda **Ciro Gomes** no programa Roda Viva.

Da mesma forma que no Exórdio, utilizado na Retórica Clássica, a abertura do programa anuncia o entrevistado, delineando-o a partir de seu cargo, suas atividades políticas, sua personalidade. É assim que **Ciro Gomes** é apresentado como um ministro jovem, ágil e o mediador (L1) cria um contexto em que se projeta uma imagem de força e agressividade ao estabelecer uma comparação entre **Ciro** e um veículo forte, preparado para enfrentar adversidades:

a vida corre rápida para **Ciro Gomes** (lin.11)

apesar da velocidade... se o ministro fosse comparado hoje a um veículo... a imagem mais apropriada seria não a de um fórmula um... mas de um trator (lin.12)

costuma ser FIRme em suas opiniões (lin.14-15)

o ministro vai precisar desta energia... nos sessenta dias que ainda terá no seu posto... para enfrentar... por exemplo... as críticas que são feitas às medidas de restrição ao consumo que acabam de ser adotadas (lin.19)

de algo rude, imagem promovida por sua característica formulação de enunciados em que procede a uma seleção lexical informal e, muitas vezes, grosseira, acrescida de um contorno prosódico em que se enfatiza não somente o seu dizer (tem NOjo dos políticos), mas o contexto anterior em que esse enunciado ocorreu (PUBlicamente):

já declarou PUBlicamente ter NOjo dos políticos (lin.15)

Ou o mediador deixa de utilizar a expressão empregada pelo entrevistado num outro contexto, marcando um segmento de seu enunciado (aliás a expressão não foi bem esta) - que indicamos em itálico no trecho destacado - com um contorno prosódico indicativo de parêntese, permitindo inferir, pelo contexto imediatamente anterior, que a seleção lexical na formulação de *Ciro* fora inadequada, grosseira para ser utilizada por alguém que ocupe sua posição, já que até mesmo um entrevistador (*Heródoto*) não tem coragem, recusa-se a repetir tal segmento do modo como foi formulado pelo entrevistado:

afirmou que daria quatro pancadas... *aliás a expressão não foi bem esta...* para derrubar a inflação...e ainda classificou de *Canalhice* a atitude de empresários que cobram ágios e aumentam preços (lin. 16-19)

E L1 avisa que as medidas adotadas - as quais apontam para as ações do ministro - provocaram reações negativas na população:

desagradaram a todos empresários e também aos consumidores (lin.22-23),

conferindo a L2 uma imagem de pouco prestígio, correspondente àquela que o telespectador tem em relação ao ministro no momento da entrevista, colocando-se o entrevistador (L1) como portador da voz da terceira-parte nesse instante.

O *frame* apresentado por L1 sugere que não é adequado a um ministro aquele proceder; seus enunciados podem ser tomados como uma crítica à atitude de L2 e só este fato seria suficiente para que se instaurasse um contexto denotador de conflito. Pela reação de *Ciro*, por sua seleção lexical, entretanto, não é isto o que se observa,

já que se coloca não como um político interessado em agradar a alguém, mas como um ministro que sabe o que faz e que não perde tempo:

L2 eu já marquei imediatamente como procuro fazer sempre (lin.52-53)

(as medidas) tem que ser tomadas por um imperativo de responsabilidade
(lin.57-58)

um Ministro que se põe diante do perigo, do touro bravo (a inflação) para dominá-lo, para acabar com ele

e... o que aconteceu fundamentalmente é de que nós toureamos fizemos o limite
do possível (lin.54-56)

e que prefere ser criticado hoje para receber elogios amanhã pelo domínio da situação, tentando uma alteração do *frame* de L1 e da terceira-parte (telespectadores) ao indicar que o papel de um ministro não é o de agradar, antes precisa enxergar mais adiante e consertar agora para garantir o que é melhor para a população em dias futuros:

prefiro ter a humildade de se aceitar todas as críticas que se queiram fazer hoje e dar ao país a confiança de que o plano real continua com o seu sucesso [...]do que amanhã... [...] ser acusado de entregar o país com o fracasso (lin.58-64)

Observa-se uma formulação em que L2 joga com o elemento temporal hoje e amanhã, indicando que não existe conquista sem sacrifícios, fazendo-se porta-voz, ele sim e não L1, da terceira-parte, alterando os papéis e indicando que

e isso é a percepção clara que a população tem (lin. 60-61)

uma coisa que é um grande sucesso que o povo tá percebendo que é um grande sucesso que é o plano real (lin.171-3)

L1 entende que não tomar as medidas significaria fraqueza:

por uma ou outra omissão por uma fraqueza de caráter inclusive não tomando as medidas preventivamente HOje pudesse amanhã ser acusado de entregar o país é:: com o fracasso (lin.61-64)

Ciro Gomes coloca-se como alguém tão forte que se considera capaz de curar algo dificilmente curável, dado o tempo da doença:

melhor oportunidade que nós temos de curar o câncer da inflação de nossa convivência social (lin.64-66)

O ministro conhece e quer que seu interlocutor compartilhe, aceite que é preciso cooperar, que é preciso sacrificio para colher vitória; utiliza-se, para isso, de um marcador de assentimento - não é?, o qual não é comum em seu discurso:

isso não será feito sem sacrificio... não é? (lin.66-67)

Ciro não considera a vitória possível, mas certa:

eu vou fazer... com ajuda de Deus e da população... vou fazer... vou entregar o governo... ou o presidente Itamar Franco vai entregar o governo ao presidente Fernando Henrique Cardoso... com a inflação ABSolutamente controlada

(lin.337-344)

e conta com a ajuda da população, numa formulação em que se observa entonação enfática:

o consumidor preCisa continuar denunciando (lin.408-9)

pode denunciar que nós estamos acompanhando (lin.436-37)

L3, ao ser indicada para iniciar a participação dos entrevistadores, formula seu enunciado utilizando-se de uma comparação para dizer o contrário e um questionamento em que se evidencia uma agressividade sutil em relação ao estilo Ciro Gomes, o que é possível de ser observado pela presença de uma pergunta formulada a ela mesma, retórica, com um contorno prosódico denunciador de que uma asserção revestiu-se sob a forma de pergunta, para parecer mais forte:

L3 eu gostaria de começar perguntando a respeito desse seu estilo a:: de trator... será que ele é eficaz? o:: Ministro da Fazenda no México... Pedro (Aspi) no tempo do: governo de Sallinas de Gortalli que promoveu uma estabilização com sucesso... costumava éh:: ser conhecido pelo fato de PREnder oito empresários por semana... e não fazer nenhuma declaração contra eles... a público... o senhor parece que adota a posição contrária gosta de a:: do estilo agressivo... mas eu me pergunto se não é oco esse discurso... se ele realmente

L2 [olha
L3 leva a alguma coisa

insistindo, logo mais:

L3 mas agredir funciona alguma coisa?

Ciro demonstra ter consciência em relação à imagem agressiva que passa, reconhece (humildemente) que é assim, mas também observa que não ocorre um defeito moral e se mantém firme ao dizer que não quer mudar, que sabe o que quer e como quer ser identificado:

L2 eu tenho sofrido uma crítica sobre esse ponto de vista adjetivo... que volto a dizer que tenho muita humildade para aceitar... eu não quero dizer que isso é o certo não... quero dizer que isso sou eu... é: um defeito que é eventualmente... para muitas pessoas me parece ser uma virtude para outras tantas pessoas... não sendo um defeito de prinCípios morais eu não quero corrigir... porque::: seria falso... eu digo o que eu penso... quer dizer eu tenho o hábito da franqueza e sei que o hábito da franqueza às vezes é: pouco::

educado... é pouco: leve... é pouco: ah::: enfim como é que eu digo... pouco NObre em certas rodas aristoCRÁTicas do Brasil... esse estilo nunca foi muito bem aceito... agora eu peço desculpas a essas pessoas mas peço perdão pra continuar sendo o que eu sou

identifica agressividade com franqueza, com defesa da inflação em nome do país, idéia subentendida a partir de uma formulação indireta que ocorre por meio de exemplificação concreta às linhas 87 e 94:

L2 NÃO eu nunca agredi ninguém sabia?... eu nunca agredi ninguém... o encaminhamento é porque algumas pessoas aDORam pinçar uma palavra... que é fora do jargão branco... aristocrático e ficar usando essa palavra como se fosse uma aPOlogia... de um discurso não é... o que eu disse... um repórter me perguntou... no dia em que eu acabei de votar... deposei meu voto disse ministro... o::: alguns empresários estão dizendo que passada a eleição vão poder aumentar preços... eu disse olha eu considero o que que o senhor acha disso?... eu acho isso uma canalhice... me veio assim... é o que eu penso... eu lamento MÚlto... mas nunca soube na minha vida que eleição... fosse item de custo de qualquer mercadoria... e você dizer num país que já tá suRRAdo de sofrer como o Brasil... que passou a eleição vai aumentar preço... eu acho uma canalhice MIL perdões... eu acho isso mesmo

Ao enunciar:

L2 suponha que o governo não fizesse nada... a gente pode não fazer nada... pode não fazer nada... então vai estourar... ágio do carro popular (lin.600-2)

L2 ativa o *frame* de governo brasileiro - trata-se de um governo que não faz nada e o povo se cala -, propondo uma alteração do mesmo, ao dizer "a gente pode não fazer nada", colocando-se como o oposto, pois sabemos que ele faz, afinal estão ali reclamando porque ele faz, porque é correto, porque é responsável; então, reclamam inadvertidamente, desequilibradamente e, nesse caso, Ciro fica, realmente, em relação de superioridade.

L4 coloca em cheque a forma como algumas medidas foram tomadas pelo governo, utilizando-se de palavras com uma carga significativa de desrespeito, ditatorial por relacionar-se a atitudes tomadas pelo ministério, remetendo para a questão da ação de L2:

essas medidas foram tomadas assim de... sem aviso prévio sem consulta quer dizer eles evitaram evidentemente a palavra ... pacote... mas eu acho que foi um pacote (lin.115-7)

e já antecipa a possível objeção de L2:

eu sei que o senhor também vai dizer que não é um pacote... mas a FORma como as medidas foram jogadas assim ... (lin.117-9)

para demonstrar que a medida ou a agressividade com que se colocaram as medidas não foi boa para a sociedade e que esta foi desrespeitada:

assustou muito... (lin.119)

e tenta prevenir-se, bem como à terceira-parte, ou seja, devemos alterar nosso *script* para atitudes adequadas ou esperadas provenientes de um ministro em relação ao povo, questionando:

isso é uma forma nova que o senhor vai implantar ou... (lin.119-20)

Ciro não foge a nada do que foi explicitado e esclarece negando, apontando para uma noção diferente do que é administração:

não é forma nova... não é pacote... é administração (lin.125)

anunciada de muito tempo, utilizando-se de entoação enfática exatamente para marcar o que lhe interessa - que não há novidade no que faz:

QUANdo [...] ANtes das eleições... (lin.127-8)

está atento ao que é bom para a sociedade e precisa vigiar, ser firme sempre, pois

se nós permitirmos o desequilíbrio... o descompasso... ainda que momentâneo... entre a capacidade que as pessoas têm e o poder de que têm hoje de comprar ... e a capacidade que nossa indústria tem de oferecer na mesma proporção esses produtos... nós já sabemos como é que acontece isso... (lin.132-6)

e continua, num turno longo, sem permitir a sobreposição de L4, utilizando-se da gradação para se mostrar experiente, conhecedor, seguro, contra os desequilibrados e colocando-se como protetor da sociedade:

[...] dá o ágio... dá o desabastecimento... dá a pressão do preço e dá o fracasso do plano... e nós não podemos deixar que isso aconteça... (lin.140-2)

não é isso eu estou tentando proteger o conjunto da sociedade (lin.151)

L9 questiona, pedindo informação, após um relato pleno de justificativas, se realmente dá para confiar no fato de que vai ser mantido o controle da inflação nos meses subseqüentes:

o plano está absolutamente sob controle... ou não?... (lin.572-3)

e encerra seu enunciado deixando no ar dúvida em relação à confiança no plano quanto à inflação:

porque até setembro está e de repente outubro

Entretanto, pela resposta, é possível observar que Ciro continua firme e que o plano não está simplesmente sob controle, mas:

L2 - o plano está sob absoluto controle... (lin.575)

respondendo em sobreposição, já que sua ação é firme e contínua, observando-se que a ênfase na entoação de *Todo* e a repetição da estrutura *todo dia*, auxiliam a carregar a significação do argumento:

o Doutor Dalari trabalha TOdo dia... as pessoas não sabem é meio invisível... mas TOdo dia um empresário bota a cabeça e tenta aumentar um preço... TOdo dia a gente recebe uma denúncia ... TOdo dia a gente chama... TOdo dia a gente volta atrás... quantas alíquotas não reduzi pra ZERo... para pra incrementar então isto tudo antes era esquecido... (lin. 586-91)

Interessa, neste ponto, notar como Ciro formula seu enunciado ao se referir a seus adversários (lin.162-3), utilizando-se de figura retórica:

L2 () candidato a Presidente da República que já devia ter posto a viola no saco... que não entende patavina desse assunto...

Indagado por L10 a respeito do prognóstico da inflação para 95, coloca-se, o ministro, como alguém que demonstra ter confiança no que faz:

L2 () a de 94 eu garanto ao senhor que não passará de três... ao mês... não é? que é o limite extremo que não deve acontecer... a de 95... terá condição de se sustentar nesse mesmo patamar... OU cair...(lin.700-2)

e, após falar das reformas estruturais necessárias ao país, encerra se turno confiante:

eu sei que é isso o que vai acontecer (lin 713)

L4 havia introduzido um tópico (lin 119-20) a respeito das medidas adotadas pelo ministro e pergunta :

(...) isso é uma forma nova que o senhor vai implantar ou...

ao que L2 elabora um longo turno, promovendo um desvio do tópico; L4 percebe, tenta interromper, mas L2 pede para não ser interrompido; quando tem oportunidade, L4 redireciona o tópico - e o faz de modo explícito, indicando o que lhe é pertinente, utilizando-se de entoação enfática para marcar o que mais lhe interessa- mostra a L2 que este se distanciou e convida-o a um retorno ou redirecionamento, assumindo, desse modo, seu papel de entrevistador:

L 4 mas ministro é:: não tou querendo entrar NESTa pergunta... exatamente na:
na:: no:: conteÚdo das medidas eu digo sobre a FORMa...(lin.174-5)

ocorrendo, em seguida, sobreposições de L2 e de L4, em que L2 nega várias vezes, explicita a negação e encerra sua formulação negando o discurso do outro:

L2 tamo... não é verdade... não é verdade
|
L4 todas as medidas que foram discutidas
|
L2 não é verdade ... não é verdade
|
L4 com os setores interessados
|
L2 não é verdade... não é verdade
|
L4 e desta vez chegou a coisa não houve assim a discussão
|
L2 não é verdade... eu pessoalmente... estive na FIESP... EU pessoalmente... secretários meus por VÁrias vezes... tiveram na FIESP... e nós estivemos o tempo inTEIRO insistindo na necessidade de garantir esse equilíbrio... o tempo inteiro ... eu pessoalmente eu não tenho saído de São Paulo... basicamente fazendo o quê?... encontrando empresários... encontrando lideranças sindicais... explicando... discutindo e falando... não é verdade isso de forma nenhuma

(lin.192 a 210)

fato que se verifica mais de uma vez e sempre com sobreposições:

não é verdade... não é verdade... não é verdade... (linhas 304, 309)

olha é muito difícil a gente participar de uma discussão dessa natureza...(lin.314)

sumiço não... sumiço não... pára com isso... não tem sumiço (lin.510)

não é bem verdade isso (lin.926)

não é também uma informação fiel à realidade (lin.938)

esse é o raciocínio falacioso(lin.850)

É assim que nessas ocorrências, no momento em que L6 chega à compreensão adequada e a ultrapassa, elaborando formulações em que demonstra ter tomado um caminho desviante, distorcendo o que L2 quis dizer, observa-se que Ciro percebe, toma a fala de L6 como ataque, interrompe-o, detectando-se uma reação do ministro que se pronuncia com firmeza e sem alteração na altura da voz, embora se utilize de uma entoação, de um cortorno prosódico sugestivo de indignação. Ocorre um trecho significativo de negociação em que L6 vê-se obrigado a concordar dado seu *status* de participação, seu poder menor do que o do ministro:

L6 - mas ministro olha é::: o senhor por várias vezes foi à televiSÃO deu entrevistas... e disse pro consumidor o seguinte... ó::: adie as tuas compras... se comprar agora você vai se dar mal você é até otário... né? ... é::: deixa pra depois...

L2 - a::: por favor você é otário... eu nunca disse

L6 - otário? é

L2 - o que eu disse foi o seguinte éh::: essas palavras usam... que se começam a usar para todos os outros contextos... o que eu disse é que:::... as pessoas não se deviam permitir de ser tratadas como otários...

L6- otários

L2- porque quem é obrigado a pagar 70 a 100% de ágio e aceita se deixar roubar assim... aí ... é otário

L6 - tá bom mas

- L2 - é bem... bem... claramente um parêntese
 L6 - tá certo... perfeito
 L2 - (pequeno) que vale... pra muito pouca gente (lin.229-53)

Desse modo, temos que, no momento em que um dos participantes percebe o percurso inadequado que tomou seu interlocutor, observa-se a instauração de conflito.

L2 mostra-se, às vezes, paciente e permite que o entrevistador ocupe um espaço significativo com uma pergunta que será respondida por L2 com poucas palavras, de modo claro, seguro e objetivo, com contestação, em que se infere "não o interrompo, não me sobreponho, sou paciente, equilibrado e aguardo para dizer com firmeza":

- L1 ministro... o sr:: o senhor citou as pessoas que estão nos vendo e eu estou aqui com uma série de enormes perguntas... queria destacar aqui o senhor Elias Sampaio de Salvador da Bahia .. dona Patrícia aqui de São Paulo e também o senhor Moisés Pontes Lima que é do interior de São Paulo... em Bauru... e ele diz o seguinte ministro ele diz que em nome do emprego de milHARES de pessoas se o senhor não poderia rever... as medidas que impedem a formação de novos grupos de consórcio .. segundo ele muita gente tá perdendo o emprego por causa dessa medida tomada recentemente pelo governo
 L2 pode ficar tranquilo que ninguém está perdendo emprego por causa disso não... (lin.346-357)

Ciro está sempre atento para não cair nas armadilhas que os entrevistadores criam, na tentativa de atingir sua face positiva e de mudar, ou de criar uma imagem pública que não é a que ele quer; nesses instantes, procede de mais de uma forma: com paciência, mas contestando; com indignação; com negativas peremptórias, como

se pode analisar no segmento a seguir em que participa L7 quando se tratava do tópico desequilíbrio dos bancos (linhas 804-13):

- L7 mas quem paga essa conta?
 L2 quem paga essa conta... por enquanto ainda é o contribuinte brasileiro
 L[] | ministro
 L7 e vai continuar pagando por quanto tempo mais?
 L2 bom isso:: é o senhor que tá perguntando ((risos do Casado)) porque na nossa estratégia... não mas quando eu digo que o senhor está perguntando na verdade o senhor está querendo dizer alguma coisa... e o que eu quero mais ou menos afirmar para serenar o merCAdo... porque se o senhor pode especular... eu não posso

A postura de Ciro é de quem está à vontade, sentado e com aspecto tranqüilo, voz suave, pausada, com ritmo distenso, mãos com movimentos suaves, mas com a fisionomia séria de quem exige respeito, como quem diz que não veio ali para brincar ou passar tempo, está atento, controlando a situação de modo a não deixar escapar nada que lhe desagrade, clamando por precisão, como observamos em (lin.820-841).

- L4 ministro a semana passada... as medidas que o senhor anunciou na semana passada... são medidas que podem ser até consideradas... TECnicamente corretas... quando se quer:: abafar uma inflação que tendia a crescer por falta... de oferta de produtos
 L2 | não abafar não... não permitir que aconteça
 inflação
 L4 |
 L4 perfeito
 L2 não perfeito não é ... a diferença é essencial
 L4 | não eu sei...
 L2 porque abafar parece
 L4 | impedir o crescimento...
 L2 que a coisa existe e você põe o congelamento em cima/
 L4 impedir o crescimento de uma
 L2 então vamos esclarecer bem por que(...)
 L4 impedir o crescimento de uma inflação e::
 L2 | impedir o nascimento da inflação
 L4 perfeito... uma inflação de 2% também é inflação... não é? ministro?...

Veja-se também as ocorrências a seguir, em que se detecta conflito maior. L7

faz algumas acusações em relação L2 (lin.1517-20):

L7 - ministro... neste programa até agora o senhor usou... as seguintes expressões
alGUMas das que eu anotei aqui... a respeito dos especuladores... ((mudando o
tom de voz e o ritmo)) nojentos... canalhas... safados... ()

Ciro não aceita e corrige em sobreposição à fala de seu interlocutor -
momentos bem conflitantes da entrevista (lin.1522-3):

L2 - espera um pouquinho eu não falei nem nojento nem canalha... isso foi o
senhor que falou

L7 continua afirmando e rindo, ironicamente (lin.1524-5):

o senhor falou canalha ((rindo))... mas tudo bem... de qualquer maneira...

L2 corrige, não aceita, acusa e torna a acusar - certamente preocupado com a
imagem (lin.1526-48).

L2 - não é possível pois... na verdade... o senhor está querendo desqualificar
minha opinião

L7 - não não pera aí não é nada disso...

L2 - o senhor não está preocupado com as minhas palavras
está preocupado em desqualificar minha opinião

L7 - não não... MUIto ao contrário... eu queria/

L2 - mas o senhor não pode dizer que eu falei canalha porque eu não falei

L7 - o senhor mencionou aqui/

L2 - não eu não falei não... eu expliquei pra ele eu expliquei pra ele em que
contexto eu tinha usado

L7 - quando explicava o episódio dos... dos otários

L2 - a expressão canalhice
 [

L7 - sim sim

L2 - daí ao senhor dizer que eu usei aqui em relação aos

[

L[] - especuladores a palavra canalha...

Num trecho em que se observam muitas sobreposições, L7 pede desculpas, mas continua afrontando o ministro (lin. 1550-1584):

L7 - tudo bem o senhor me desculpe
 L2 - o senhor desculpa eu também por
 [

L7 - sim

L2 - que eu estou meio comovido com isso... as pessoas abandonaram minha
 opinião...
 [

L7 - perfeito
 L2 - abandonam minhas providências... e querem desqualificar minha
 posição... e eu conheço isso ó:... ((estala os dedos)) de longa data ficando
 numa palavra assim... parece que o cara é um destemperado
 [

L7 - não não... muito pelo contrário... não me parece não... isso não teve essa
 pressão
 [

L2 - que não pensa no que está falando...
 [

L7 - não
 [

L2 - só repito pro senhor ... um cidadão dizer que vai aumentar
 preço porque passou a eleição pra mim é uma canalhice... foi nesta hora e
 neste contexto que
 [

L7 - perfeito
 L2 - eu usei e usarei até a morte
 [

L7 - perfeito
 L2 - pedindo desculpas por quem se choca com isso
 [

L7 - não não eu não me choco
 [

L2 - mas por favor não desqualifique minha opinião
 L7 - mas eu gostaria... de aproveitar a oportunidade... e lhe pedir... os nomes
 dessas pessoas... quais são... que segmentos da

É preciso estar atento, pois o inimigo pode contra-atacar; L2 reage, avalia, entende que L7 quer mesmo é criar conflito e pede para ser mudado o entrevistador - comandando a entrevista, alterando os papéis -, pois o que é inadequado ou a quem é desequilibrado não se deve atender (lin.1586-90):

L2 - ah:: companheiro
 |
 L7 - sociedade... quais são essas pessoas...
 L2 - eu acho isso uma provocação e passo à pergunta seguinte... quem é?
 ((risos do Casado))

Há que se observar o movimento giratório de Ciro com sua cadeira, deixando de olhar de frente, quebrando o envolvimento com L7, num gesto de desprestígio em relação a esse interlocutor a quem, surpreendido, só resta rir.

Também L1 tenta mudar, por meio de citação da fala de um telespectador, o teor de uma colocação de L2 e este o corrige imediatamente (lin.1901- 10):

L1 eu tenho uma pergunta de um telespectador pro senhor... que diz o seguinte...
 "se cem reais é muito pro trabalhador o que que o senhor tem ()
 |
 L2 não não
 |
 L1 a dizer a respeito do salário?"
 L2 quem falou isso?
 L1 desculpe
 L2 eu disse que cem reais é muito pouco

e novamente, às linhas 1618- 1631, ocorre em relação a L4:

L4 mas os aposentados não merecem cem reais também?
 L2 merecem... claro... tô falando é da vinculação do salário mínimo com o benefício do aposentado da:: da previdência social... que não suporta... quebra é concreto... como também outro setor... a administração pública... os estados e municípios
 |
 L9 prefeitura

L2 mais pobres do país... que inCHArAm suas folhas de pagamento..com... com um empreguismo desbragado no passado... e que por cima disso tiveram em 88 a estabilidade funcionária... então se você manda pagar cem reais de salário mínimo... não permite na constituição gastar mais de 65% com o ((risos)) com o pessoal... não permite demitir... e deu estabilidade pra prefeituras de cinqüenta mil habitantes que têm cinco mil sete mil funcionários... cê tá pedindo pra morrer

Mais adiante, (lin.1655-69) L8 retoma esse segmento tópico, mostrando a L2, num turno sem interrupções, que há uma outra versão que precisa ser considerada:

L8 voltando ao problema da previdência... nós temos:... uma SÉrie de pessoas que se aposentaram com salários altos... com quarenta e dois anos de idade... quarenta e três anos de idade... e Esses no fundo são os marajás da aposentadoria... e esses no fundo é que causam o rombo na previdência... não é o fulano de sess... de cem reais... mas es:: as pessoas que trabalham quatro anos no governo... por exemplo... e aí tem direito a aposentadoria até o RESto de suas vidas... apesar de... nos quatro anos não terem criado o fundo actuarial... para permitir sua aposentadoria... você acha que tem direito adquirido... mas NÃO aceitou

L2
L8 | mas não aceitei
por razões éticas... e nem pode né?... porque no a:: você não criou fundo pra sua aposentadoria... há... infelizmente... tem uma série de pessoas... INclusive no goVERno... no sentido no:: no congresso... que já são aposentadas... então...

e lança a pergunta a L2 (lin.1669-74)

L8 - quais são as chances de a gente realmente conseguir uma solução... correta... para a: a previdência? que é... quer dizer... todo mundo... só pode se aposentar

L2 - quer dizer... eu acho que nos

L8 - |
equivale ao fundo actuarial que tem

A resposta de L2 é bem objetiva, a partir da análise da situação previdenciária atual e de sua projeção num futuro próximo, incluindo em seu turno a citação de um mito nordestino - o padre Cícero (lin.1676-89):

- L2 tinhamos que ter coragem... e objetividade em relação a esta questão... coragem pra repartir com a população a consciência plena do problema... qual é a consciência plena do problema... como está/... nós estamos dizendo a quem tem trinta e cinco... trinta e sete... trinta e oito... quarenta anos hoje que nós não teremos previdência dentro de dez vinte anos... porque ela quebra... ela não suporta... e nessas bases actuariais em que se encontra... ela não suporta projecção o futuro... quando há um perfil de envelhecimento... gradual... da média da sociedade brasileira ... e assim sendo é preciso urgentemente fazer uma reforma da previdência social... em que alguns conceitos têm que ser feito acho que a gente pode até fazer pra não dar polêmica e o Brasil tem essa tradição... deixar assim... éh::: como o Padre Cícero dizia... foi o Padre Cícero que disse... quem matou não mate mais... quem roubou não roube mais ((risos))... tá certo?... então deixe assim como está

finalizando, L2 indica uma saída necessária e corajosa (lin.1693-701):

- L2 faz... faz o direito adquirido pra essas pessoas aí... e vamos consertar lá pra frente... em que base?... primeiro... a previdência pública é para as maiorias pobres... quem quiser uma previdência maior... vai concorrer em planos previdenciários privados... com a previdência privada concorrente que nósdevíamos ter coragem de assumir... com transparência... que isso é uma possibilidade... e uma necessidade... segundo... FIM da aposentadoria por tempo de serviço... todas as apoden... aposentadorias deveriam ser por idade... e aí acharíamos qual é a idade mais razoável

Ciro Gomes estabelece comparações entre o plano real e os anteriores e assim a eles se refere, por meio de provérbios, em vários segmentos durante a formulação de seus enunciados:

o povo brasileiro como gato escaldado tem medo de água fria... o povo brasileiro já sofreu muito amargo... muito amargamente decepções no passado... com esta mistificação de planos mirabolantes que congelavam tabelavam e não preparavam o país pra uma coisa séria estruturada e logo mais viraram o que eram... mentiras... não é? as pessoas então têm uma insegurança baseadas no mal exemplo do passado (lin. 455-61)

em que tenta alterar, mais uma vez, o *frame* em relação ao trabalho de um ministro; para ele, até então, brincavam de trabalhar, mas ele trabalha seriamente.

todo mundo se acostume que acabou a brincadaira... (lin.)

O plano real está seguro, Ciro Gomes garante e promove a concentração de poder, utilizando-se de entonação enfática (lin.492-7):

[...] to tomando providências... concretas... maDUras... FRlas...[...] a inflação não sai do controle até 31 de dezembro desse ano... garanto EU:....

O ministro é preciso em suas colocações e traz provas, colocando-se contra L9 em formulações como (lin.548-62), corrigindo-o:

- L9 - [...] o IPCR foi a 2% e talvez o índice da FIPE vá a três... há explicações do governo
 L2 - o IPCR é um ponto oitenta e seis
 L9 - não eu acho que é um pouquinho mais... um ponto oitenta e nove/
 L2 - não um ponto oitenta e seis ((risadinha))
 L9 - ainda bem que(...)
 L2 - ((rindo coloca a mão no bolso e retira um papel e faz menção de mostrá-lo)) não... não... mas... por favor... por favor... isso é muito importante... o IPCR do mês de outubro foi um ponto oitenta e seis por cento
 L9 - tá perfeito e o da FIPE parece que vai ser de três por cento
 L2 - não isso é o senhor que está dizendo mas eu tô topando apostar hoje que nenhum índice dá três ((risos))

É possível descrever as repetições nas formulações de L2 que ocorrem mais de uma vez, em que as estruturas sintáticas são recorrentes:

L2 todo dia... todo dia... todo dia... todo dia... todo dia...

L2 nós precisamos proteger... nós precisamos proteger... nós precisamos proteger...

L2 um novo patamar... um novo patamar... um novo patamar...

L2 é em nome... é em nome... é em nome...

A um pedido de esclarecimento de L1, L2 responde utilizando-se dos mesmos elementos lexicais, de modo tautológico, alterando apenas a entonação (lin.1012-16):

L1-ministro... ministro o senhor já usou várias vezes... a expressão demagogia eleitoreira... a quem o senhor está se referindo exatamente?
L2 - a todos os demagogos eleitoreiros ((risos))

de onde se pode inferir: "não quero citar nomes", fugindo da questão, com uma resposta indireta que provoca a reação dos entrevistadores - risos - talvez por detectarem um entrevistado que percebe tudo e tem saídas espertas, nesse caso, a ironia desvaloriza o entrevistador, mas Ciro tenta reverter, de certa forma, a situação no segmento subsequente, afinal ele se colocara como alguém humilde.

L1 tenta introduzir um novo tópico, mas L2 retoma o segmento tópico anterior e o continua, procedendo a explicações, em que faz prevalecer sua força, sua superioridade e ignorando a fala de L1 (lin.1017-23):

L1 - ministro o senhor Nilo Araújo pergunta ao senhor o seguinte... ele diz que trabalha numa gráfica e
|
L2 - sabe porque eu não falo nome?... porque não se tripudia sobre os vencidos... senão eu dava os nomes aqui ((risos))
L1 - se o senhor quiser dar .
L2 - não... não é ético. porque eles estão vencidos já

A partir das explicações, é possível inferir que o ministro não foge às respostas, simplesmente considera que inimigo derrotado não deve ser mais humilhado; justifica-se e ironiza. (lin.1013- 1023)

L2 faz acusação a L7 quanto à pergunta por ele formulada, a qual L2 entende como provocação, especulação, algo ruim para o mercado financeiro (lin.808-14):

- L7- e vai continuar pagando por quanto tempo mais?
 L2 - bom isso:: é o senhor que tá perguntando ((risos do Casado)) porque na nossa estratégia... não mas quando eu digo que o senhor está perguntando na verdade o senhor está querendo dizer alguma coisa... e o que eu quero mais ou menos afirmar para serenar o merCAdo... porque se o senhor pode especular... eu não posso
 L7 - não estou não estou... estou perguntando mesmo

L2 questiona uma palavra de L4, e quer precisão, realizando três operações de correção seguidas - estratégia que o deixa fortalecido(lin.820-40):

- L4 - ministro a semana passada... as medidas que o senhor anunciou na semana passada... são medidas que podem ser até consideradas... TECnicamente corretas... quando se quer:: abafar uma inflação que tendia a crescer por falta... de oferta de produtos
 |
 L2 - não abafar não... não permitir que aconteça inflação
 |
 L4 - perfeito
 L2 - não perfeito não é ... a diferença é essencial
 |
 L4 - não eu sei...
 L2 - porque abafar parece
 |
 L4 - impedir o crescimento...
 L2 - que a coisa existe e você põe o congelamento em cima/
 L4 - impedir o crescimento de uma
 L2- então vamos esclarecer bem por que(...)
 L4 - impedir o crescimeno de uma inflação e:
 |
 L2 - impedir o nascimento da inflação

L2 analisa, avalia a fala de L4, elaborando uma crítica em relação ao raciocínio desse interlocutor (lin.845-50):

- L4 o senhor sabe também que (...) quando o senhor faz um aperto de:: de:: crédito...o senhor também imPEde a médio PRAzo... o crescimento da oferta porque... as fábricas... as indústrias... ficam com dificuldades de se::: financiarem pra haver o crescimento pra aumentarem suas instalações pra aumentarem o seu... ()

[
L2 esse é um raciocínio falacioso...

incluindo, logo a seguir, as razões de estar criticando a posição de L4:

porque o que nós estamos fazendo é de uma proporção tão modesta em relação a uma consequência dessa natureza... que esse argumento só se justifica para as pessoas que não querem discutir de frente o problema (lin.850-3)

Em seguida, observa-se um trecho significativo de sobreposições, de tentativa de ajustes, de negociações, de desacordos, embora Ciro tenha conseguido manter por mais tempo o turno, por duas vezes consecutivas, do que seus entrevistadores que mal conseguem se colocar e, quando o fazem, discordam (lin.855-957):

L4 - mas não há progresso nisso
[
L2 - você fala
[
L4 - hoje... hoje por exemplo
[
L2 - é muito modesto
[
L4 - o que se tem aqui no mercado
[
L2 - o nível de endividamento deixa eu dar um dado pro senhor
[
L4 - não teve nenhum financiamento hoje
[
L2 - deixa eu dar um número...
L4 - ninguém conseguiu financiar nada hoje
[
L2 - deixa eu dar um dado pro senhor ... a::: esse momento é atípico... as pessoas ainda estão estudando as consequências... a profundidade... em parte... e pagam pra ver... os próprios bancos pararam um pouco pra dar uma olhada... nas consequências totais... mas eu a gente quando estuda isso quando faz isso procura saber do que está fazendo... o nível de endividamento médio da empresa industrial brasileira hoje não é superior a 20%... se nós::... imaginamos que a providência foi... a mais:: drástica que gerou a maior polêmica... e é contra os bancos... nesse caso
[
L4 - de 15%
L2 - não é ... foi obrigar um compulsório não é empréstimo... um compulsório de 15% sobre o X que foi emprestado... nada com o consumidor... é uma res... uma... res uma restrição no ataque... na oferta geral do crédito... então... 15% pra cada 100

emprestado... se o nível de endividamento médio é esse... você quer... faz matemática mais fácil... 15% sobre vinte... dá o quê?

- L4 - [mas não é 15% tem outro
- L2 - [dá:: três
- L4 - [outros compulsórios... têm compulsórios
- L2 - [não... só um minuto... eu estou falando desta providência... companheiro
- L4 - [mas ela se soma a outras
- L2 - [o senhor tá falando ((olhando de lado)) a:: a:: bom... se soma a outras
- L4 - [o crédito já estava curto
- L2 - [não foi esta
- L4 - [os juros estavam alto ()
- L2 - [então não foi esta... isso só prova minha tese central ... de que nós já tínhamos () feito 100% de compulsório sobre o depósito à vista... pra administrar uma política restritiva sob o ponto de vista da emissão monetária... isso é coerente com o plano... só estou querendo provar isto...
- L5 - [mas olha aí ministro tem um outro problema é que
- L2 - [nós agraVAmos conceitos que já tinham
- L5 - [é que a empresa brasileira... ela não está endividada justamente porque ela não está invesTINdo... porque vem de dez doze anos ()
- L2 - [não é bem verdade isso
- L4 - [o senhor acha que a oferta de produtos vai aumentar
- L2 - [o nível de investimento
- L5 - [aí ela não precisa tomar emprestado pra investir porque não quer investir... agora se quer investir aí precisa tomar emprestado e aí ficou mais complicado
- L[] - [capital de giro
- L2 - [não é também uma informação fiel à realidade... porque o nível de investimento hoje no Brasil já em setembro... estava em 16% do PIB que é o REcorde... nos últimos dez anos... e ainda temos outubro e novembro e dezembro ()
- L5 - [é baixo
- L[] - [é baixo
- L5 - [é baixo... e () está saindo... já está saindo
- [

- L3 - ministro
 {
 L5 - para uma recessão... tudo bem
 {
 L3 - ministro o senhor acredita... ainda dá
 {
 L2 - eu também acho baixíssimo... () com 50% do PIB... estou só dizendo que isso é o maior dos últimos doze anos ()
 L[] - ministro
 L2 - (...) só isso

Conforme indicamos à p.176 (cap.IV), as estratégias argumentativas utilizadas não indicam apenas desacordo, mas fazem conhecer, ao mesmo tempo, o ponto de vista de L2 que se impõe até pelo fato ocupar turnos mais longos e que apresenta informações precisas, ganhando a desão dos entrevistadores que são obrigados a concordar .

Ocorre avaliação em outros momentos da entrevista, como, por exemplo, às lin.291-316, em que Ciro indica ser difícil participar de uma discussão em que a todo instante precisa chamar a atenção dos entrevistadores e reconduzir o que se diz, porque daquela forma se instaura a mentira, a distorção dos fatos e ele não pode admitir que isto ocorra, por implicar a fixação de idéias enganosas que podem derrubar o plano real:

- L6 - o que me preocupa é digamos é a palavra do ministro que de repente é:: fica subs:: não digo suspeita... mas o pessoal começa a desconfiAR... se o ministro vai à televisão e começa dizer... olha... adie tuas compras
 {
 L2 - não permanece avisando a mesma coisa... não tem que ter razão pra se preocupar
 {
 L[] - sim mas de repente... a:: essas decisões todas foram tomadas para inIBIR o consumo... então Essas pessoas ... eu até sinto já ouvi VÁrias pessoas me falando nisso... se sentiram é:: passadas pra trás... lesadas
 {
 L2- não é verdade... não... não é verdade...
 {
 L6- enganadas porque de repente queriam comprar e não compraram

- L2- [não é verdade... não... não é verdade... não... não é verdade
- L6 - [porque o ministro pediu para adiar a compra e de repente acontece isso
- L2 - [olha é muito difícil a gente participar de uma discussão dessa natureza... porque as pessoas que tão nos assistindo tão aí fora e podem ser consultadas como EU faço sistematicamente ()

Ao falarem sobre o PIB (lin.1069-80), Ciro explicita que algumas pessoas querem milagre, ou seja, a terceira-parte quer que um humano realize o impossível: querem milagre e o ministro deixa bem evidente que é claro que ele (representado no turno por Dalari) não faz milagre, formulando esse enunciado repetidamente:

- L2 - não vê o trabalho que ele fez... semana passada reduziu em 20% a tentativa de aumentar preço em têxteis... éh:: o feijão aí:: o:: caiu 16% em 10 dias... e foi o Dalari que achou os estoques especulativos... funciona... é só dar a indicação... que a gente faz
- L3 - mas ministro
- L2 - [é claro que ele não faz milagres
- L3 - [((hum... hum))
- L2 - [claro que ele não faz milagre

Alguns empresários são contra a ação do ministério porque são cegos, esta é a posição de Ciro. As evidências estão implícitas no enunciado a seguir:

- L2 - repare nós temos aí... o reconhecimento da comunidade internacional de que es... o Brasil é um dos meLHO.res mercados emergentes do mundo... na atualidade... isso só alguns POUcos brasileiros aqui na avenida Paulista não querem ver (lin.968-71)

Mas o entrevistador quer as informações explícitas, já que comprometem mais, porém Ciro o ignora:

L[] esses da avenida Paulista... é a FIESP
ou: a: (FEBRABAM) ? (lin.974-5)

Ao ouvir a informação de L9, seguida de um pedido de esclarecimento:

L9 - mas desde que o senhor assumiu::
o ministério... a bolsa já caiu 35% como é que se explica isso? (lin.972-7)

Ciro indica que não há como explicar algo que não existe:

L2 isso é o senhor que tá dizendo (lin.979-80)

em que se entende: isso não é verdade, porque não é a verdade de Giro, então é absurdo.

L9 dá evidências de que o ministro percebe o jogo e ri, enquanto Giro indaga:

L[] - estou perguntando ((risos))

L2 - tem o mesmo endereço né?

[

L3 - agora éh:: e:: c:: o:: alguns empresários da avenida Paulista... não estavam...
nesta federação comercial de:: a Federação do Comércio do Estado de São
Paulo tá prevendo que as vendas de:: do Natal continuam éh:: aquecidas
(lin.981-7)

A posição de Giro Gomes pode ser entendida por sua explicitude lingüística,
em que se apreende que os verdadeiros serão eleitos, enquanto os mentirosos não
merecem crédito e perderão as eleições:

L2 - não... a::: todo mundo percebe que nós estamos fazendo um esforço honesto...
que às vezes pode ser amargo... mas um esforço honesto... de manutenção da
conquista que o povo brasileiro tem... e que... quer ter como definitivo que é
uma economia estável... com salários valendo alguma coisa depois que o
cidadão recebe... e todo MUNdo tá percebendo que isso é concreto... e quer que
isso seja protegido... o que nós precisamos realmente... é sair um pouco
desses... saraiVAda de pressões de grupos muito específicos... de interesses
poderosíssimos... pra ver se o povo consegue entender as nossas razões... e é a

esse esforço que estou me dedicando... trabalhando caTORze... dezesseis horas por dia... todos os dias... a consequência eleitoral disso não é minha tarefa... não foi mesmo naquele momento... quanto mais agora... num/ não é minha tarefa... agora... as pessoas que falam a verdade no Brasil serão eleitas... as que mentem que mistificam perderão as eleições (lin. 1134-47)

Podemos destacar um segmento, às linhas 1333-41, em que L2 fala, L7 contraria, L2 ironiza:

- L7 - o senhor está
 {
 L2 - no carro popular
 {
 L7 - propondo isso?
 L2 - quer dizer não porque não estão nos ouvindo todos... né?... infelizmente os trabalhadores já estão dormindo numa hora dessa ((risos))... e as pessoas que estão me ouvindo até uma parte delas deve ter mais raiva de mim do que... do que confiança

L2 ignora o que L7 enuncia em sobreposição e continua seu tópico à linha 1343-52:

- L7 - o senhor pode prop::/ começar a propor aqui ()
 {
 L[] o senhor pode convocar uma cadeia de televisão e:
 {
 L2 - e o terceira providência... a terceira providência... é:: repressão... essa é a menos eficaz mas também está sendo feita... nós há autuamos TREzentas concessionárias no país... disso estão derivando procedimentos PENais... infelizmente eu não divulgo os NOMes porque por uma dessas coisas... a lei brasileira PROibe... que até que a culpa seja formada a gente divulge quem que tá fazendo isso

Também em sobreposição L1 dirige-se ao entrevistado, formulando um enunciado em que toma ao contrário a fala de L2, linhas 1354-9, ao que o ministro ironiza:

- L1 - olha ministro... nós temos gente nos vendo no país inteiro
 L2 - ah:: pois é... pois vamos fazer isso

- L1 - [Celso
 L2 - [(desperta) todo mundo

No momento em que L2 faz que não ouve a intervenção de L7 e de L [] em momento de sobreposição, continuando seu tópico, convivem temporariamente dois segmentos tópicos e Ciro faz valer o seu. Infringem-se regras de polidez e o momento pode ser tomado como sendo de conflito.

Uma possibilidade de alteração dos papéis - entrevistador e entrevistado - pode ser apreendida, linhas 1415-8, quando L2 assume o papel de entrevistador e lança uma pergunta a L5:

- L5 - ele ia ter que entrar na fila... esperar ele compra no preço normal e aí
 L2 - [o senhor acredita mesmo nisso?

L2 indica a L6 que a idéia dele é ruim, é contra a política industrial do país (lin.1452-1491):

- L6 - por que que não se::... éh:: o senhor não permite éh:: a redução da alíquota sobre o carro popular importado... até... resolver esse problema... ou então por que que o senhor não permi
 L2 - [porque isso é contra a política industrial do país
 L6 - mas por que o senhor não permite a importação de carro... uSAdo (...)?
 L2 - [porque essas duas coisas são (...)
 L6 - [temporariamente
 L2 - [(...) contra a política industrial do país
 L6 - mas eu vi membros da equipe econômica defendendo essa posição
 L2 para - mas eu sou contra
 L6 - por isso... o senhor é contra (...)
 [

- L2 - sou
 L6 - (...) mais éh:: por que que não temporariamente se é que:: o ó::
 |
 L2 - porque isso é contrário ao esquema oficial do
 país... política industrial você não faz assim... mudando de humor todo
 dia... política industrial não... você faz até política tributária
 |
 L6 - mas não é política industrial
 L2 - não
 L6 - é uma questão
 |
 L2 - não
 |
 L6 - conjuntural que o senhor está dizendo não por causa do consumo
 L2 - olha seria o primeiro país... que tem aspirações a serem desenvolvidas do
 mundo... que iria importar bem esse tipo de consumo durável... usado... seria
 a primeira vez... no mundo... e eu não quero isso pro meu país... e ... em
 segundo lugar você... tirar... completamente as barreiras... éh:: você aí sim...
 vulnera... os planejamentos estratégicos da indústria brasileira... e isso não
 tem cabimento...

Podemos dizer que **Ciro** é o que ele faz, não se importa com o que digam a seu respeito; sabe o que quer e o que é bom para seu país e para a maioria do seu povo. Podemos observar a presença do operador **mas**, aqui utilizado como argumento que arrasta à tese que **Ciro** quer defender - de homem sério, honesto:

- L2 [...] estou tentando proteger o **conJUNto** da sociedade brasileira... de um desarranjo...
 que:: poderia se grave (lin. 151-2)
 L2 houve chiadeira mas eu tava seguro... eu tava fazendo uma coisa honesta...

ou à linha 2168-9, em que salienta:

- L2 o plano é um sucesso por quê? ... porque nós estamos fazendo tudo o que tem que ser feito **SÉrio**... desde o começo

Destaca-se, à lin. 1134, a imagem que quer fixar:

- L2 todo mundo percebe que nós estamos fazendo um esforço honesto

Inclui concessões a respeito de como podem ser sentidas certas restrições governamentais, representadas pelo seu poder institucional, dada a finalidade maior que é a de manutenção de conquista de uma economia estável:

L2 que às vezes pode ser amargo

Tenta impor seu *frame* à linha 1146:

L2 as pessoas que falam a verdade no Brasil serão eleitas... as que mentem que mistificam perderão as eleições

Ciro posiciona-se contra os especuladores à linha 500:

[...] então todo se acostume que acabou a brincadeira

Não aceita que tratem de sua vida particular - formulando respostas curtíssimas, quando o tópico toma essa direção (lin. 1702-9).

L1 - ministro... eu gostaria de saber do senhor o seguinte... Caso o senhor seja convocado pelo presidente eleito Fernando Henrique Cardoso para ficar no Ministério da Fazenda o senhor aceita?

L2 - não

L1 - não aceita?

L2 - não

L1 - o senhor não troca Harvard pela continuidade em Brasília?

L2 - não

ou esclarecendo com algo surpreendente para quem está consciente de que está fazendo muito pelo país, sendo verdadeiro, correto e honesto, demonstrando que não é ganancioso politicamente (lin. 1719-23):

L3 - éh:: qual é o seu projeto pessoal? a:: ministro se o senhor vai pra Harvard ()

|

L2 - todos os meus projetos pessoais... foram satisfeitos... já... eu quero só viver com meus filhos num país que seja digno da gente viver

À pergunta longa de L9, ocorre uma resposta curta de L2, seguida de avaliação, em que, ao lado da significação referencial, aparece um segundo significado com orientação para a palavra do outro, correspondente à polêmica secreta: (lin.1892-9)

- L9 - mas o senhor concordaria com uma mudança na alíquota do imposto de renda? ((risos))
 [

L2 - manchete do jornal dele amanhã o... Ciro Gomes prevê aumentos (no imposto de renda) não
 [

L1 - ministro
 L2 - não faço comentários sobre isso ()

L2 preocupado com sua seleção lexical, formula enunciados, dirigindo-se a todos os entrevistadores; essas formulações podem ser tomadas como um procedimento irônico (lin.1935 e 1937) e apontam para as metamensagens:

L2 fui moderado? não fui? ((risos))

L2 fui elegante desta vez?

L2 faz uma avaliação a respeito de L7 por duas vezes, salientando seu papel (lin.1950-90):

- L7 - com todas essas essas posições que o senhor:: vem colocando aqui... sou contra isso também . fic/ fica a seguinte dúvida éh:: me parece que e:: é muito difícil ser Ministro da Fazenda tá? sem poder realizar algumas de suas próprias idéias... é isso mesmo?
 L2 - não... eu acho que não... o senhor
 [

L7- que o que lhe impede por exemplo
 [

L2 - é um repórter muito:: instigante ((risos)) pra num... a palavra instigante é melhor do que provocador... não é? ((alterando o tom de voz))

- L7- () intrigante
- L2- o senhor tá aqui me fazendo perguntas a mim sobre questões estruturais... sobre concetos eu não quero mentir... então
- L7 - veja o senhor tá
- L2 - eu vou dizer o que eu penso
- L7 - o senhor está dizendo que é contra a estabilidade()
- L2 - eu sou contra a estabilidade muito bem
- L7 - o senhor pretende... mandar um projeto... pro Congresso
- L2 - não
- L7 - não... por quê?
- L2 - porque não é meu papel
- L7 - não é seu papel?
- L2 - não... é claro que não é... você acha que é meu papel... papel do Ministro da Fazenda mandar projetos?
- L7 - o senhor é governo
- L2 - não isso aí... isso aí é uma FICÇÃO o que o senhor tá fazendo... eu sou MINISTRO da Fazenda
- L7 - sim
- L2 - modestamente Ministro da Fazenda ... só

em que **Ciro Gomes** altera o tom de voz. O entrevistador indica a **Ciro** qual o papel que espera que ele assuma. Utilizando-se de questões retóricas ao que **L2** responde negativamente e questiona com indignação, a qual se confirma com a ênfase relacionada à avaliação de **L7**.

Observa-se o conflito do homem com ele mesmo, ou melhor, conflito de poder entre o homem **Ciro Gomes** e o Ministro **Ciro Gomes** (lin.2036-8):

- L2 - eu:: eu:: sou a favor de meter na cadeia ... quem pratica ágio... CLARAMENTE... agora a lei não permite... agora eu sou a favor

ou seja, L2 gostaria de ir além, (como homem) mas não pode (como ministro).

Se L2 deixou de dizer alguma coisa, o erro está nos entrevistadores, não nele
(lin.2070-6):

- L8 - ministro... agora ministro um dos problemas do Brasil é que:: não se tem
uma visão de LONGo prazo... nesse país nós tamos aqui há uma hora
e... o senhor não falou muito desse longo prazo e o que tem que ser feito
[
L2 - eu só falei o que perguntaram
L8 - não... mas o senhor é MInistro o senhor tem autoridade pra falar o que que
nós precisamos fazer a longo prazo?

L2 mostra que é um interlocutor atento à menor imprecisão, ao corrigir L1,
dá mostras de que sabe, indicando conhecimento, com justificativas que compõem
um longo turno (lin.2103-29):

- L1 (...) eu tenho aqui um FAX de Novo Hamburgo... Rio Grande do Sul...
dizendo pro:: pro senhor o seguinte... que o setor atacadista exportador do
país está amargando a pior CRise... com essa defasagem que () cambial
[
L2 - calçadista... não é atacadista não
L1 - perdão... calçadista... e diz mais... já causou o desemprego indireto em mais
de vinte e duas mil pessoas... além de outros milhares de desempregos
indiretos... o senhor tem conhecimento disto?
L2 - tenho... eu tive lá pessoalmente... discuti com eles o assunto... eles tem em
boa parte razão... porque:: eles tão sofrendo um problema estrutural
agravado por um problema conjuntural... o problema estrutural é que:: são
dez mil empresas... de calçados... no Brasil... QUAtrocentas delas
trabalham praticamente só para exportação... e aquelas que trabalhavam
com calçados mais populares... têm o problema de uma concorrência
proFUNDamente agressiva da China... e conjunturalmente da Espanha e de
Portugal que depreciaram falar seus câmbios e ficaram competitivos
também nos principais mercados... com isso eles... ficaram muito estreitos...
e a margem de lucro deles desceu pra qualquer coisa ao redor de 3%... e
como houve uma apreciação do câmbio o real que se apreciou frente ao
dólar... eles passaram por uma faixa de prejuízo... eu tô proFUNDamente
sensibilizado... como tô procurando revelar aqui no detalhe... o
conhecimento do problema e estamos trabalhando pra ver o que podemos
fazer pra ajudá-los talvez o caminho seja uma linha de financiamento que
nós estamos tentando criar... para ajudar trans:... a:: ta a:: a:: atravessar
esse momento... até que ele se reconvertam e se adaptem ao novo quadro do
mercado

Ciro ousa falar de si (lin.2153-69), dizendo-se generoso, não sovina, correto, não explorador e indicando que não passa os outros para trás. Com tudo isso, pode-se salientar que o plano é um sucesso porque Ciro é sério. Observam-se formulações em que há repetições enquanto estratégias que acumulam o valor significativo, no caso, positivo à imagem do ministro, correspondendo a uma pista que orienta argumentativamente e a uma marca desse locutor.

L2 - eu gosto é de ser popular rapaz... eu gosto de ser geneROso
 L4 - | então
 L2 - | eu gosto é de dar as
 coisas
 L4 - | então... então vou/vamos dar a oportunidade pro senhor ser generoso...
 qual é a:: a:: a::
 L2 - | é verdade eu gosto mesmo... agora o que que eu posso fazer?... vou ser
 generoso com o chapéu alheio e deixar o plano se afundar? não vou
 deixar não
 L4 - | mas ministro
 L2 - | o plano é um sucesso porquê?... porque nós estamos fazendo tudo o que
 tem que ser feito SÉrio. . desde o começo

L2 coloca-se como uma pessoa correta, deixando implícito que L4 é mentiroso. L4 ocupara um longo turno (lin 108-23) com uma pergunta que não foi respondida satisfatoriamente por L2. L4 a retoma, redirecionando-a, ao que Ciro não aceita (lin.124-210) e corrige:

L2 isso é o senhor que tá dizendo

O mesmo tópico continua, embora mude o interlocutor - agora é L9-, mas Ciro afirma o mesmo, com repetição, (lin.2356), como já fizera com esse mesmo

interlocutor (à lin.979), observando-se o uso do subentendido como estratégia argumentativa, para querer dizer que não é consensual o que está sendo anunciado:

L2 isso é o senhor que está dizendo

L2 procede de forma análoga (lin.1982-87), em relação ao que disse L7:

L2 - não... é claro que não é... você acha que é meu papel... papel do Ministro da Fazenda mandar projetos?

|

L7 - o senhor é governo

L2 - não isso aí... isso aí é uma FICÇÃO o que o senhor tá fazendo... eu sou MINISTRO da Fazenda

A terceira - parte é agressiva e Ciro brinca, ironiza, como se ele não o fosse (lin.2394-7):

L1 (...) Dona Marlene Rosa... por exemplo... diz "nós estamos dando a maior força... é isso aí pau neles... nos especuladores"

L2 - que é isso dona Maria... calma ((risos))

Observa-se (lin.2420-42) que L1 e L2 estabelecem comparações - num segmento extenso em que falam de uma coisa para querer dizer outra, provocando um efeito de ironia:

L1 - isso não é mais ou menos a mesma coisa que ir pra praia e não poder tomar banho no mar ministro?

L2 - só um pouquinho... enquanto a maré se assenta ((risos))... não é... porque às vezes

|

L3 - mas

|

L2 - a maré está tão brava que o salva-vidas proíbe o: o: cidadão de tomar banho... pra ele tomar cuidado ali tem um tubarão que vai passando vai passar rapidamente daí a pouco tá normal e ele toma o banho normal

|

- L3 - agora
 [
- L2 - é só isso
 [
- L3 - acho que tem ... aqueles que já estão no mar é que preocupam
 um pouquinho
 [
- L2 - isso
 [
- L3 - porque
 [
- L2 - tem que tirá-los de lá porque o tubarão

Durante o fechamento da entrevista (lin.2529), em seu último turno, L2 reforça, confirma o que formulara no início da entrevista, ocorrendo a repetição de estrutura inicialmente utilizada:

L2 [...] humildade de aceitar todas as críticas... (lin.69)

L2 [...] receberemos com toda humildade todas as críticas que queiram fazer...
 (lin.2529)

Observa-se, com isso, unidade, coerência nesse texto, domínio, poder por parte do entrevistado que não se perdeu, não promoveu, nem permitiu distorções.

Além disso, requisita a participação da terceira-parte, pedindo aliados, em que se observa a presença da figura de comunhão (nós):

L2 [...] pedimos a compreensão das pessoas (lin.2523)

L2 [...] pedimos ao povo brasileiro MAis uma vez... e quero dizer que temos tido
 toda:: toda compreensão... para seguir protegendo o plano real é um
 teSOUro que nós conquistamos (lin.2527-32)

Detectamos, também, mudança na forma de tratamento empregado pelo ministro: de *senhor* (mais formal, com maior distância -lin.1551, por exemplo), para *rapaz* (irônico e mais agressivo, lin.2153) e *companheiro* (igualando-se, 1586).

Ciro coloca-se como o responsável maior pelo sucesso que deve ocorrer em relação à economia do país, mas precisa de aliados para que o sucesso pleno seja alcançado.

O ministro dá indícios de identificação da atividade que está sendo desenvolvida pelo seu interlocutor, ao elaborar enunciados com comentários indicativos de interpretação a respeito das formulações daquele:

o senhor não está preocupado com as minhas palavras está preocupado em desqualificar minha opinião (lin.1531-2)

manchete do jornal dele amanhã o... Ciro Gomes prevê aumentos (no imposto de renda) não [...] não faço comentários sobre isso () (lin.1895-9)

o senhor é um repórter muito:: instigante ((risos)) pra num... a palavra instigante é melhor do que provocador... não é? ((alterando o tom de voz)) (lin.1954-60)

o senhor tá aqui me fazendo perguntas a mim sobre questões estruturais... sobre conceitos eu não quero mentir... (lin.1964-5)

Correspondem às metagensagens, assim denominadas por Tannen (1987), que podem ser detectadas nos momentos de conflito, que funcionam como verdadeiros argumentos desencadeadores de conflito e que acabam por desarmar um dos interlocutores, revelando que suas intenções foram descobertas. (cf cap. III)

As estratégias argumentativas utilizadas por Ciro serviram para fortalecê-lo e a correção colocou-se como uma de suas maiores marcas cuja função foi a de manter sua imagem de busca de precisão.

5.1.4 Roda Viva -Luiz Antonio Fleury Filho

Em seguida, passamos à descrição e análise da transcrição do texto em que o Governador Antonio Fleury Filho participa como entrevistado no programa RodaViva, correspondente ao N4 dos Anexos..

O governador Fleury, que na época estava a menos de uma semana do término do mandato, é apresentado por Heródoto como alguém inexpressivo "um completo desconhecido nos meios políticos", como um oportunista ingênuo, um fantoche, um testa de ferro de Quércia, "seu padrinho", que "era lançado para concorrer ao governo de São Paulo... em pouco tempo esse candidato saiu do ZERO nas intenções de voto... foi para o segundo turno e ganhou a eleição... (...) ele bateu pesos pesados da política".

A primeira questão, lançada pelo próprio mediador, já pode ser considerada como bem provocadora, dado o caráter da acusação(lin.42-48):

- L1 governador... inicialmente nós gostaríamos que o senhor dissesse pra gente o seguinte... governador a:: pelos artigos que estão sendo publicados nos jornais e pelas reportagens que a população tem tomado contato... a impressão que se tem é o seguinte é que o senhor estaria deixando o estado de São Paulo falido... procede isso governador?... é fato que o senhor está deixando São Paulo

falido?... essa essa essa cifra que nós citamos aqui de trinta e dois Bilhões de dólares corresponde à realidade?

Entretanto, a formulação não parece ter surtido efeito avassalador no então governador, pelo que se observa da resposta elaborada num longo turno (lin.49-87):

L2 bom... em primeiro lugar é:: preciso esclarecer o seguinte... o:: quando eu assumi o governo do estado... a dívida do estado era de vinte e um Bilhões de dólares... e hoje... a dívida... é em torno de trinta e um trinta e dois bilhões de dólares... se você disser por que que a dívida cresceu... é muito simples é pela alta taxa de juros não houve dívida Nova feita em meu governo... o que foi feito... ao contrário do que a gente vê as últimas afirmações ... o que eu fiz foi pagar dívida e paguei MUITO... paguei Rigorosamente as dívidas que o estado tinha... o que ocorreu também... foi que:: dívidas... que antes não apareciam com transparência eu fiz questão de mostrar à opinião pública e de pagar essas dívidas eu vou dar um exemplo da dívida do governo do estado com o Banespa... éh:: até 1992 essa dívida era empurrada com a barriga... em 92 nós CONSOLIDAMOS a dívida do estado com o Banespa e passamos a pagar... e tamo pagando vinte e cinco bilhões de dólares por mês... a dívida do estado com o Banespa... portanto... essa afirmação de que o estado tá falido... não corresponde à realidade... ao contrário o que o que eu deixo é um estado com as dívidas... TODAS elas colocadas em cima da mesa não tem nenhuma dívida escondida do estado... tá certo?... não há nenhum balanço é:: é:: eventualmente das empresas estatais ou do próprio estado... que não esteja sujeito às regras do Conselho toda CVM... tá certo? que foi uma decisão que eu anotei em 1991... então... o que aconteceu foi que... dívidas que não eram nem Pagas nem noticiadas... nós fizemos questão de deixar claro... e tamos pagando essas dívidas... agora... o novo governador... ele vai ter que renegociar essas dívidas e por quê?... porque:: os acordos das dívidas foram feitos ANtes do plano real... e o plano real trouxe uma nova realidade à:: à:: situação econômica do país... então éh:: não... não é difícil as propostas que eu tô vendo que tão sendo feitas são propostas que em 1991 eu levei a:: ministra Zélia... depois levei... ao ministro Marcílio... depois levei aos Olto ministros da fazenda que nós tivemos no meu período... quer dizer nós temos que federalizar a dívida mobiliária... tá certo? e o estado pode pagar essa dívida mobiliária... com parte dos próprios ativos não há dificuldade nenhuma quanto a isso... temos que ampliar o prazo... do:: da dívida do Banespa isso o Conselho... éh Monetário Nacional... já fez... agora... semana a possibilidade da renegociação da dívida do Banespa pra vinte anos... e não pra doze anos como o que foi permitido... quando nós fizemos o acordo em 92... e rediscutir o pagamento da dívida... com o próprio governo federal não há dificuldade nenhuma isso vai inclusive possibilitar que sobre dinheiro para investimentos

Nenhum dos entrevistadores o interrompe, ficando sem questionamento suas primeiras colocações.

Em seguida, L3 elabora um turno contendo duas acusações (lin.91-105).

- L3 (u...) ULtimamente o senhor inaugurou várias obras inacabadas... pra citar duas... a Rodovia Carvalho Pinto(...)
- |
- L2 e me orgulho de ter organiza::: éh:: éh:: inaugurado e vou explicar por quê
- L3 é:: eu gostaria que o senhor explicasse (...)
- |
- L2 pois não... a Rodovia Carvalho Pinto
- |
- L3 (...) como o senhor se orgulha... de inaugurar por exemplo... uma rodoviária (...)
- L2 sim
- L3 (...) que... três túneis tão não não foram perfurados e fez um desvio e um presídio em que no na primeira rebelião... um presídio classificado de segurança MÁxima... os detentos arrancaram as GRAdes do presídio governador... o que aconteceu?

A resposta de Fleury formula-se de uma maneira que será freqüente em seu discurso: um marcador de início e um de enumeração (*bom e vamos falar primeiro*), além de uma pergunta retórica (lin.106-9):

- L2 bom vamos primeiro falar... da da Rodovia Carvalho Pinto sabe quantas pessoas... passaram pela Rodovia Carvalho Pinto neste final de semana? cento e cinquenta mil... cento e cinquenta mil veículos passaram pela Carvalho Pinto neste final de semana...

O entrevistador continua apresentando aspectos negativos à imagem do governo do estado:

- L3 os técnicos di/os técnicos dizem... os técnicos dizem que a estrada não apresenta segurança... não tem telefone... não tem os:: as defensas

(lin.133-5)

A defesa de Fleury é frágil, incluindo uma justificativa operacionalizada por meio de uma comparação que estabelece entre a estrada recém-inaugurada e as demais já existentes no Brasil:

L2 bom... o:: as defensas existem... telefone não tem... realmente não tem... mas 95% das estradas... federais do Brasil não tem telefone e nem por isso elas deixam de ser utilizadas (lin.137-9)

Observa-se que a comparação é utilizada outras vezes por Fleury, sempre aliada à resposta em que se vê desfavorecido.

O entrevistador lança uma pergunta em que fica implícito o fato de que o governador muda de opinião de acordo com sua conveniência em assuntos políticos de interesse da sociedade:

L4 o senhor assinou um artigo no jornal... O Estado de São Paulo... no dia 9 de julho de 93... intitulado... "Revisão Indispensável"...o senhor cita:: tem seguinte trecho no seu artigo aspas... como terceira grande reforma... impõe-se dentro da revisão constitucional... temos a reforma previdenciária... e impõe-se uma ampla revisão... sem temor de abordar temas ALtamente polêmicos... como idade mínima para aposentadoria (...) o senhor mudou depois de opini:: opinião? (lin.168-75)

A resposta de Fleury é equivocada - o que ele iria fazer era ingênuo, infrutífero, além do que ele simplesmente exerceu um direito como qualquer cidadão e é nesse sentido que sua atitude deve ser entendida, não como o entrevistador quer:

L2 não não mudei eu exerci um direito meu se é isso o que você quer dizer... eu exerci um direito meu porque não mudaram a constituição... porque houve um momento em que só três pessoas acreditavam na mudança da constituição nesse país... o Nelson Jobim... o Nelson Jobim... a velhinha de Taubaté e eu ((risos do R.F.)) tá certo?... a velhinha de Taubaté que todos sabem... é um personagem... faMOso... né::? aquele que é uma pessoa que acredita em tudo... eu fui pra revisão... LUtei pra que isso fosse mudado e não mudaram... entendeu?

(lin.177-85)

Um entrevistador contra-ataca:

L4 mas como se o senhor agora... com que legitimidade defende reformas... na previdência que a tornem auto sus:: auto sustentável [...] se o seu exemplo é um exemplo de uma aposentadoria que não () ? (lin.187-93)

Fleury não responde, age novamente desviando para o pólo contrário, demonstrando indignação, formulando uma série de questões ao entrevistador:

L2 qual é o meu exemplo?... não dá licença... qual é o meu exemplo?... com quatorze anos o que cê tava fazendo na vida?

(lin.195-6)

Não aceita a resposta em sobreposição de L4, não lhe interessa, sua pergunta fora retórica , então a complementa de modo irônico (lin197-9):

L4 na:: eu... trabalhava

L2 jogando bolinha de gude gude provavelmente eu tava trabalhando (...)

L4 tenta redirecionar para o que lhe é pertinente mostrar: que Fleury é um oportunista e que opera em favor próprio:

L4 não governador eu me refiro ao seguinte (...)

L2 (...) entendeu?

L4 (...) com o que o senhor contribuiu?

(lin.201-5)

Mas ao governador isso não interessa e tenta mostrar que L4 está querendo desviar do assunto, quando nós sabemos que não:

L2 não deixa eu terminar... deixa eu terminar... então vamos esclarecer de uma vez por todas essa questão da aposentadoria primeiro... não... eu não me aposentei como governador... eu me aposentei como procurador de Justiça... com TRINta anos de serviço público... tá?... contando o tempo de academia militar... onde eu ingressei com quatorze anos... então... contando esse tempo agora... não foi pro Fleury que contou esse tempo... conta pra TOrdos os integrantes das Forças Armadas (...) (lin.207-14)

Fleury deixa transparecer, na continuidade de seu discurso, novas colocações que denunciam atitudes inadequadas, incorretas e o entrevistador questiona, já que Fleury deixa espaços em seu discurso (lin.215-9):

L[] o governador a academia não é um período de estudos governador?
 {
 L2 bom é

e tenta imediatamente consertar, formulando uma pergunta:

L2 (...) e não conta o tempo de estagiário?... pra:: pra:: pra:: aposentadoria de advogado?... conta.... e um tempo de estudo também

Fleury não dá atenção à sobreposição e dá continuidade, formulando nova comparação. Na verdade, ele não assume, foge sempre, comparando-se a outros, numa atitude de quem ainda não amadureceu (lin.220-9):

L[] o governador
 {
 L2 então veja... então deixa eu terminar... então não houve privilégio nenhum na minha aposentadoria... me aposentei... como se aposentam... os procuradores de justiça com trinta anos... como se apose/se aposentam os oficiais da polícia militar com trinta anos... então não houve... favorecimento nenhum... um direito que eu exerci... FIZ questão de exercer esse direito como governador

poderia ter esperado... poderia ter esperado... talvez politicamente fosse mais correto mas eu procurei fazer de uma forma absolutamente aberta

Entende que sua aposentadoria é especial

- L2 tá certo? quer dizer então veja só éh:: éh:: isso não impede... entendeu?... que eu entenda que nós temos que rever a questão da aposentadoria e se e se houver uma revisão... entendeu?... que possa atingir inclusive quem tá com a aposentadoria especial (lin.233-6)

O entrevistador continua acusando, pedindo esclarecimento ou demonstrando indignação, formulando uma pergunta (lin.241-50) :

- L4 todos que o senhor citou são justamente o que desequilibram as contas da previdência porque o que o senhor vai receber agora... é muito mais... do que o senhor... arrecadou durante a sua vida profissional... é isso que não encaixa nas contas... por isso é que falta dinheiro para pagar aposentadoria (...) então como é que o senhor pode defender a partir do momento que o senhor a:: goza esses direitos?

A defesa do governador não se sustenta novamente, apela para os direitos de cidadão e demonstra que o valor é menor do que o publicado (lin.251-71):

- L2 bom mas pera lá o direito é meu... eu trabalhei para isso... entendeu?... quer dizer é um direito que eu exerci e e não vejo dificuldade nisso e outra coisa... não é o valor que publicaram... não é aquele valor... e outra e não vai ter reajuste em janeiro também

L[] [qual é o valor governador?

L[] [oito mil reais

L2 é não é oito mil reais e não será de doze mil?

L[] [doze mil foi publicado

L2 olha aí... tá gente falando que é doze mil/

L[] e quanto será?

L2 a:: a:: a:: tá certo?... é em torno de (...)

L[] [e quanto será?

L2 (...) seis mil e novecentos reais

- L [] e quanto será em janeiro então?
 L2 entendeu? não há aumento em janeiro

Os entrevistadores tentam a retomada do subtópico "tempo de estudo e aposentadoria", o que desqualifica o governador (lin.271-87):

- L [] bom governador... o absurdo não é considerar o tempo de estudo como cálculo?
 L2 licença... hein?... pois
 L [] o absurdo não é de considerar também o tempo de estudo de academia como (cálculo pra aposentadoria)
 L [] também ()
 L2 então vamos então vamos... vamos eliminar (...)
 L [] a se estender
 pra todo mundo
 L2 (...) isto não não é estender pra todo mundo
 L [] então... não o absurdo

Fleury intenta nova comparação (lin.290-308):

- L2 a:: a:: veja só .. esse é um procedimento... que existe em relação a TOdos os oficiais das Forças Armadas... todos
 L4 então é uma regalia é um privilegio?
 L [] sem exceção
 L2 na não é um privilegio ()
 L [] porque ele (...)
 L2 é um sistema... é um sistema de aposentadorias especiais contra os quais eu me bati... fui e:: sabia que poderia me prejudicar(...)
 L [] mas a governador (...)
 L2 (...) aGOra a partir do momento em que não foi feita a revisão... em que não se mudou esse aspecto... porque que eu vou deixar de exercer MUIta pior ... é a aposentadoria que existe... PArá governadores... que existe no Brasil inteiro... só não existe em São Paulo

Os entrevistadores continuam com a acusação, mas Fleury apenas nega, sem apresentar argumentos, fragilizando-se mais uma vez:

L3 governador o senhor (não mudou) um deCREto se beneficiando
 L2 |
 L3 nesse caso da aposentadoria ? tá certo
 L2 |
 L2 não não não é verdade... não é verdade (...)
 (lin.310-5)

L5 lança uma questão instigante em que várias acusações são feitas e Fleury tenta responder a uma delas mas L5 e L1- o mediador- dão a direção e o governador não pode fugir (lin. 445-79)

L5 eu queria saber me parece que houve uma mudança no pensamento do senhor a respeito desse assunto... eu tenho a informação que há mais ou menos seis sete meses... o senhor conversava com dois interlocutores e o senhor disse... olha... olha só que absurdo como é que é... a legislação previdenciária... EU com a minha idade... se eu quiser... eu posso me aposentar daqui a pouco
 L2 |
 L2 exato
 L5 e o que os... a informação que eu tenho é que os se:: seus interlocutores (me) disseram o senhor não VAI fazer isso? e o senhor disse não não vou fazer... e depois... seis meses depois... aparece o senhor... pleiteando esses direitos... ao mesmo tempo o senhor... ahn::: como o Gamberini já citou... concluiu ahn:: entregou obras não concluídas... e:: mandou um projeto de aumento salarial cuja a conta vai ser paga pelo seu sucessor
 L2 isso não é verdade... vamos falar desse assunto agora (do famoso) pacote de fim de ano
 L5 |
 L5 (eu queria sabe do se)... depois o senhor dá um esclarecimento sobre isso eu queria saber só (...)
 L2 |
 L2 não não mas que não... mas eu acho que a gente não pode deixar isso no ar (...)
 L5 |
 L5 na... o senhor o senhor fala na seqüência
 L2 |
 L2 (...) entendeu?... então eu vou falar
 L1 |
 L1 no no em principio eu queria saber se isso não é o:: que que aconteceu... que o senhor mudou de opinião... e se o senhor não encerra o seu governo::: éh... tomando conta quer dizer... tomando atitudes de maus costumes políticos?
 L2 não eu não o acho que não são de maus costumes polí/ exercer um direito... eu acho que... exercer (...)

L5 |
 o senhor disse que não iria exercer

O governador instiga L5:

L2 eu disse pra quem?... onde é que eu disse? (lin.480)

E L4 mostra que foi num artigo que ele tem ali e o governador fica novamente sem saída, completamente na mão dos entrevistadores (lin.481- 630) até o momento em que entra em acordo, como o observaremos a seguir.

L2 formula uma crítica à imprensa, invertendo, assim o que estava acontecendo e passando de réu a acusador (lin.341-44) - fato que, aliás, ocorre de modo repetitivo às linhas 2407-8:

 o que tá acontecendo... é que ultimamente... pra começar... ninguém me ouve... as notícias são publicadas a meu respeito sem que... a imprensa se dê ao trabalho de ouvir o governador... essa essa é uma realidade... primeiro

Segue-se longo trecho de acusações sem saída para Fleury; que realmente fica nas mãos dos "algozes":

L5 eu queria saber me parece que houve uma mudança no pensamento do senhor a respeito desse assunto... eu tenho a informação que há mais ou menos seis sete meses... o senhor conversava com dois interlocutores e o senhor disse... olha... olha só que absurdo como é que é... a legislação previdenciária... EU com a minha idade... se eu quiser... eu posso me aposentar daqui a pouco

 |
L2 exato

L5 e o que os... a informação que eu tenho é que os se:: seus interlocutores (me) disseram o senhor não VAI fazer isso? e o senhor disse não não vou fazer.... e depois... seis meses depois... aparece o senhor... pleiteando esses direitos... ao mesmo tempo o senhor... éh::: como o Gamberini já citou... concluiu éh::: entregou obras não concluídas... e:: mandou projeto de aumento salarial cuja a conta vai ser paga pelo seu sucessor

L2 sua verdade... vamos falar desse assunto agora (do famoso) pacote de fim de ano
 |

- L5 (eu queria sabe do se)... depois o senhor dá um esclarecimento sobre isso eu queria saber só (...)
- [
- L2 não não mais que não... mais eu acho que a gente não pode deixar isso no ar (...)
- [
- L5 na... o senhor o senhor fala na seqüência
- [
- L2 (...) entendeu?... então eu vou falar
- [
- L1 no no em principio eu queria saber se isso não é o:: que que aconteceu... que o senhor mudou de opinião... e se o senhor encerra o seu governo::: éh... tomando conta quer dizer... tomando atitudes de maus costumes políticos?
- L2 não eu não o acho que são de maus costumes políticos poli/ exercer um direito... eu acho que... exercer (...)
- [
- L5 o senhor disse que não iria exercer
- L2 eu disse pra quem?... onde é que eu disse?
- L4 ah tem um artigo do senhor escrito aqui que onde o senhor condenou essa (...)
- L2 não (...)
- L4 (...) aposentadoria mínima
- L[] () governador
- L2 não só condenei... não só condenci... como fui brigar contra... agora... cadê o congresso? (...)
- L[] mas governador o senhor não pretende continuar ()
- [
- L[] ()
- L[] (...) entendeu?
- L[] governador
- L6 é:: onde os exemplos acabam vindo de cima e não contrário
- [
- L2 não não vem de cima... porque
- de cima (...)
- [
- L6 como é que
- [
- L2 porque de cima?
- L6 o senhor vai ter argumentos pra defender uma coisa sendo beneficiária dessa coisa?
- [
- L2 ma/ ma/ mais eu sou beneficiário de uma lei... tá certo ?(...)
- L6 então como é que a ...
- L2 (...) de uma de uma de um sisTEma ... que é um sistema que tá aí... (...)
- [
- L6 então... que o senhor critica e como é que haverá argumentos?
- [
- L2 tá certo?... que se eu... que eu critico... que eu critico... é tive a coragem de ir CONtra(...)
- [
- L6 sim
- L2 (...) entendeu?
- L6 mas eu quero discutir essa questão politicamente... como é que a entidades de CLAsse... aceitarão... éh:: uma revisão na constituição... na no sistema previdenciário.... se...
- [

- L2 ah... mais... o::a:: as entidades de classe sempre vão se
 L6 [quem acaba sempre criticando
 se beneficia?

marcando-se por uma questão retórica por parte de um dos entrevistadores que sinaliza para o absurdo em termos de atitude de um governador. Os entrevistadores mexem com a imagem de L2.

L5 tenta retomar os subtópicos "aposentadoria" e "mudança de idéia durante o governo" e Fleury o aceita, continuando a mostrar fragilidade:

- L5 só:: só:: esclarecer governador(...)
 L2 |
 é isso
 L5 (...) a informação que eu tenho é que o
 senhor não pretendia tomar essa medida houve uma mudança no seu?
 L2 houve... houve uma mudança
 L5 |
 o que que (fez) o senhor mudar?
 L2 o:: o::de idéia?
 L5 é
 L2 eu achei que se eu fosse me aposentar depois de deixar o governo... ah:: poderia
 haver uma uma grita ainda maior... esperou sair do governo para se aposentar
 na calada da noite... eu fiz questão de fazer de uma forma absolutamente
 transparente todo mundo sabe que eu me aposentei... que eu tinha o direito... de
 me aposentar... que eu TEnho trinta anos de serviço tá (...)
 L[] agora governador ()
 L2 |
 o que falar de mim... que:: que eu não deveria ter me aposentado... vamos
 mudar a lei... vamos mudar a constituição

O entrevistador observa o alinhamento, a relação de poder, o *status* pela estrutura ou pela forma como modaliza seu enunciado, entretanto, o conteúdo é extremamente forte em termos significativos e detecta-se uma tentativa de mudança de enquadre, de poder, de imagem pública e de insistência na manutenção de um *frame* que se intentou criar desde o início da entrevista:

- L8 (...) a de mudar a legislação previ/... previdenciária... o senhor não acredita que... éh:: mesmo que seja um direito... gozando desses direitos... o senhor... perdeu cacife... pra defender essa idéia... uma vez que o senhor está se beneficiando dela?
- L2 veja bem...como eu disse... eu defendo a mudança inclusive sem manter direito adquirido... pra atingir inclusive situações como a minha... pronto
- L[] ok... o senhor abriria a mão então?
- [
- L2 tá certo? (...) eu abriria... eu abriria mão... se mudar a legislação... eu mudo mão... e:: eu abro mão

L2 encerra o desacordo, finalizando seu enunciado com um *pronto*, para indicar *está acabado, resolvido* etc. À questão seguinte do entrevistador, Fleury também não se sai bem quanto ao desenvolvimento desse tópico:

- L[] governador em relação a esse pacote?
- [
- L[] ficou faltando esclarecer uma coisa
- [
- L[] uma curiosidade aqui governador
- [
- L7 com relação aquele pacote o senhor
- [
- L2 vamo falar do pacote
- [
- L7 o:: governador o:: elcito
- Mário Covas esteve aqui na semana/
- L2 sim
- L7 passada e foi um dos temas mais abordados foi esse... quer dizer (...)
- [
- L2 foi
- L7 (...) desse pacote ele disse que no seu lugar ele não faria da mesma forma
- L[] enfim de governo
- L7 segundo ele... não:: na... apagada as luzes do governo

Fleury interrompe e nega, para mostrar logo em seguida que o entrevistador estava com a razão, obsevando-se contradição:

- L2 não houve nada de apagada as luzes... o:: os projetos foram enviados pra as:: assembléia... tem projeto de junho... tem projeto de agosto (...)
- L[] a maioria é de novembro... não é governador?
- [
- L2 (...) tem projeto de setembro não é não senhor... na maioria não é de novembro não... a mínima... o:: o:: de de novembro se tem três projetos e eu lhe digo

quais são os três... você tem o projeto que você tem de novembro... você tem um por cento de ICM de casas populares... você tem a redução pra doze por cento dos Carros populares... tá?... e tem o reajuste da política militar são os três projetos... de novembro... o restante é de outubro pra trás

L1] governador

L2 então não tem pacote de final de ano... não tem pacote de final de governo... porque que não foi votado antes... porque os deputados estavam... em campanha eleitoral... tá certo?...então acumulo pro final do ano

Seus esclarecimentos são sempre de quem está autorizado a tomar determinada medida, atitude:

L5 não seria um gesto de gentileza por exemplo o senhor deixar... pro governador eleito (tomasse) essa medida no começo do do ()?

L2 não por que? o meu mandato termina no dia 31 de dezembro até lá eu exerço o meu mandato com todos os:...

Há inclusive aconselhamento acompanhado de justificativa quanto à auto-imagem pública da parte do entrevistado para o governador:

L5 justamente pra não ficar essa imagem que o senhor deixou uma conta de pagar

Observa-se na prática discursiva de Fleury que, quando um entrevistador sugere um tópico, ele formula seu enunciado, repetindo em vários turnos o seguinte :

vamos agora falar sobre ...

A questão posterior, Fleury responde, repetindo várias vezes a mesma estrutura. Pelo conhecimento enciclopédico, a terceira-parte pode resgatar que o

governador não age corretamente com os funcionários públicos, sem que seja preciso um aviso do entrevistador:

- L1 governador eu queria que o senhor respondesse... antes do: Rui Xavier...
 nossos telespectadores... tem vários deles aque... o senhor Orioswaldo Martins
 de São Paulo... Lázara Santos... São Paulo... Sérgio Ramos... Mogi das
 Cruzes... Cecília... Santos... São Paulo... governador agora... todos aqui querem
 saber... a respeito do pagamento do décimo terceiro salário... o pessoal não
 recebeu... e quer saber...
 [
- L2 recebeu... dia vinte três todo mundo recebeu... (...)
 [
- L1 a segunda parcela...
 L2 (...) a segunda parcela recebe dia vinte nove
 L1 todo mundo recebe dia vinte nove
 [
- L2 todo mundo recebe dia vinte nove não vai haver problema nenhum...
 L1 ok... Rui Xavier

O entrevistador tenta, mais uma vez retomar o tópico da aposentadoria:

- L9 governador... o:: o:: na semana passada eu queria fazer uma pergunta
 ((tosses)) também sobre essa questão ((tosses)) da aposentadoria
 L2 pois não
 L9 éh::: mas queria passar de passagem porque eu acho que essa outra questão a
 que... é mais... relevante pra pra população de São Paulo... mas não tem o
 senhor não tá sofrendo um desGASte eXAgcRAdo com essa questão da da da
 aposentadoria o senhor preClisa dessa aposentadoria?
 [
- L2 preciso... eu preciso dela... eu vivo do meu salário
 [
- L9 ela vai fazer falta?
 [
- L2 faz falta

Ao que se observa certa ironia por parte do entrevistador:

- L9 (...) o senhor é um homem... jovem ainda... tá na política(...)
 |
- L2 sim
 L9 vai continuar na política quer dizer... isso daí não tá criando um problema que
 o senhor vai colher uma uma uma:: coisa que o senhor vai colher () daqui a
 um ano... ou dois anos sei lá?
 L2 não... eu acredito que não... e o:: veja bem o:: o desgaste que... eventualmente
 eu possa... ter sofrido... entendeu?... é um desgaste... que por outro lado mostra

isso que eu falei... eu preciso... eu realmente preciso eu vivo de salário...
entendeu?... eu vivo de salário... e preciso desse dinheiro pra viver... é isso

L[] [hum hum

L[] [tá bem

O entrevistador elabora um enunciado, pensando na situação da terceira-
parte, mas Fleury foge, formulando uma resposta que toca em apenas um dos vários
itens problemáticos citados por L9, à lin.851 e ss.:

L9 agora governador ()

L2 [então então vejam (...)

L9 uma... coisinha só (...)

L2 pois não

L9 (...) como é que fica o cidadão de São Paulo... que vive aqui em São Paulo
enfim o cidadão paulista(...)

L2 ahn ahn

L6 (...) éh:: ele assiste na segunda-feira... se ele assiste os dois programas ele vai
fundir a CUca... porque vem o governador eleito diz que... tamos vivendo no
CAos... o governador que tá saindo diz que tá tudo bem

L2 e tá

L9 como é que é esse (negócio)

L2 [não não tá... não tá... o o veja bem eu diria que tá

L[] [não não tudo bem ()

L2 [tudo bem... agora... essas
informações... por isso que me preocupou éh:: éh:: simples... vamos lá vocês
são jornalistas... e tão convidados amanhã... a visitar comigo Taquaruçu...
Rosana Três Irmãos vamo lá... vamo ver... eu mostro... dá pá tocar... botar a
mão... é turbina... tá lá (...)

Fleury mostra quem são os culpados quando acusado de ter deixado crescer
a dívida interna em 50%:

L2 por que... por que eu não tive... por parte do governo federal... uma atenção...
que:: eu espero que que o:: o:: governador Mário Covas tenha

Registra-se, também, brincadeira por parte dos entrevistadores, num tom extremamente irônico:

- L9 o senhor sabe que o:: que o:: que o governador () este governador eleito... deu nota ao seu governo né?... o senhor viu aquela parte?
 L2 não não vi
 L3 disse que o senhor ficou de recuperação ((risos do Rui Xavier e outros))
 L9 o senhor daria que nota ao governador Fleury?
 L2 a eu... eu eu acho que eu fui aprovado
 L[] foi aprovado? ((risos))
 L[] com média sete ou média cinco governador?
 []
 L[] (governador será que o senhor)

Fleury tenta reverter:

- L2 não não eu eu acho eu acho que... que... existem... nós a até agora falamos de de de dúvidas que surgem... a gente pode falar de realização também
 L1 governador (...)

Com as promessas que fez durante a campanha eleitoral que o elegeu, o governador cai num círculo vicioso, deixando de cumprir boa parte de promessas importantes, numa longa explicação que explicita um político sem visão adequada:

- L1 (...) dá pro senhor citar se foi aprovado ou não governador?... eu tenho aqui um FAX... da dona Maria Tereza que é nossa telespectadora em Pirajui... interior de São Paulo... ela pergunta ao senhor o seguinte... se o senhor tem ressentimento pessoal contra os professores do estado de São Paulo para remunerá-los tão mal?
 L2 não não tenho... essa... eu aproveito pra falar pra dona Maria e até gostaria de esclarecer... essa é a grande frustração do meu governo... entendeu?... eu não consegui... não consegui... resolver o problema salarial dos professores... não que tivesse faltado vontade... faltou dinheiro mesmo (...)
 L[] governador... agora
 []
 L2 (...) entendeu?... faltou dinheiro eu gostaria de ter resolvido... problema não é só de salário... precisa ter uma colaboração dos professores... também... tá certo?... eu propus pra APEOESP... uma redução no número de professores pra eu poder pagar mais... isso não ocorreu... tá certo?... a:: agora esse... é é uma frustração que eu tenho ()
 L1 governador foi uma promessa que o senhor fez na campanha (é isso)

- L2 [é eu não consegui
fazer isso
- L1 [cumpri essa promessa
- L2 [não consegui... em razão da queda da arrecadação
- L5 [governador eu tenho uma
informação de que o senhor te... teve uma chance de resolver esse problema...
e:: a solução... não: não foi encaminhada... éh:: eu soube que o secretário da
educação Fernando Moraes... sugeriu ao senhor que se adotasse um sistema
parecido com o que existe pra habitação e este foi um dos setores que o
senhor realizou (...)
- L2 sim
- L5 (...) habitação... justamente porque o senhor tinha recursos carimbados...
né?... e... a informação que eu tenho... o senhor pode me desmentir... é que o
secretário Fernando Moraes... que é o conhecido autor do "Chatô" é:: fez uma
sugestão (assim) vamos criar... um mecanismo semelhante... quer dizer se se
aumentar o imposto de determinados... contribuintes se: eu tiver errado éh::
cigarro... e:: bebidas me parece e em troca vai fazer um fundo de aplicação
em educação que seria um caminho para resolver esse problema (...)
- L2 [mas... éh::
- L5 [o senhor me parece que não concordou com a solução
- L2 [não eu não o concordei não com com
a idéia... entendeu?... mais... realmente essa conversa houve com o Fernando
Moraes... só que... o o problema do do:: do salário do professor não não se
constrói... não se consegue resolver através de um fundo pra educação (...)
- L5 [por que que esse fundo(...)
- L2 [o fundo de educação... éh:: éh:: ele poderia... por que não há necessidade de
tantos investimentos na área física da educação... entendeu?... o fundo serviria
pra investimentos na área física... não resolveria o problema do salário
- L5 aquilo que o senhor tá gastando na área física o senhor poderia gastar em
salário
- L2 não... porque aí... aí você tem uma série de vinculações... entendeu?... uma
série de vinculações
- L5 [porque que o senhor não concordou com esse () acordo governador?
- L2 por... por uma razão muito simples... porque ele vinha na contramão de tudo
aquilo que a gente tava fazendo... em termos de redução de impostos... não de
aumento
- L[] governador ()
- L5 [mas governador...cigarros...bebidas esses impostos não podem ser taxados
- L2 [não... ahn:: ahn::... ahn::... não não... fo... (ahn bom) é
taxado em vinte cinco por cento... tem uma... uma curva... eu não sei o que os
economistas falam... em termos de arrecadação (...)
- L[] Laffer
- L2 (...) éh::éh:: como é que chama?

- L[] [Laffer
- L[] [Laffer
- L2 [curva de Laffer... tá certo?... quer dizer que... a partir de um determinado momento se aumentar o imposto... cê diminui a arrecadação... e não aumenta
- L[] essa declaração... governador
- L[] [vale pra bebida e cigarro... isso?
- L2 [vale pra bebida e cigarro
- L[] [não é () governador?
- L2 [vinte cinco por cento... a::
- a:: a:: alíquota desse mês

L4 lança uma afirmação que traz apenas a marca de pedido de assentimento:

- L4 (...) bom... o senhor disse que vive de salário... né?
- L2 exato

para poder, em seguida, questionar as ações de Fleury que o colocam como pessoa que engana, que não age com transparência, embora seu discurso seja marcado inúmeras vezes com a expressão "tudo será ou foi feito com a maior transparência":

- L4 (...) o senhor antes de se mudar para o Palácio dos Bandeirantes... morava num apartamento de três quartos... no bairro de Cerqueira César... o senhor já convidou seus secretários... para acompanhá-lo quando saírem do Palácio... pra uma nova casa que o senhor vai morar... uma casa grande... no bairro do Pacaembu um bairro nobre... e o senhor vai viajar pra Europa... o senhor tem despesas com escolas de crianças evidentemente (...)
- L2 [tenho
- L4 (...) com carros... talvez motorista pra... prá dona Ica... seis mil dóla/ seis mil reais... que é o que o senhor disse que é a sua aposentadoria... dá pra pagar tudo isso?

Esta questão de L4 possibilita uma série de colocações instigantes e irônicas por parte dos entrevistadores:

- L4 o aluguel duma casa daquela... seguramente come... comeria sessenta por cento da aposentadoria do senhor... uns quatro mil reais (se pode pensar) (...)
- L2 [por aí... por aí... por aí
- L4 (...) isso... inclusive não sei se se poderia loCAR... porque inclusive acho que pra locação... teria que ter... uma renda:: superior a essa eu imagino...o senhor ganha seis e ganha quatro ((riso irônico))
- L2 [ué... vai conversar com o inquilino... não comigo... entendeu?... se ele já alugou... tá assinado... o contrato de aluguel eu mostro pra você a hora que cê quiser (...)
- L[] o fiador é bom?
- L2 [(...) tá certo?
- L[] é muito bom
- L2 [ah:: ah:: não há problema nenhum (...)
- L[] [governador
- L2 [agora... o que acontece é que ele confia em mim e sabe que eu vou pagar
- L[] cê tem bons (fiador/)
- L[] [o senhor tem um bom fiador... hein governador?
- L2 [não... não é isso não... eu acho que eu tenho um bom não é...
- L[] [governador
- L2 [e:: respeito das pessoas é isso

Quando atacado, tenta se organizar discursivamente e inclui elementos como *primeiro*, ocorre 16 vezes; *vamos deixar bem claro*, ocorre 7 vezes; *é preciso transparência*, 4 vezes - formulações inadequadas para um discurso tão vazio.

Quando questionado a respeito de qual é a marca de seu governo, Fleury tenta dizer que foi a habitação e que entregou cento e vinte mil casas, o que provoca uma verdadeira guerra de perguntas:

- L1 mas o senhor prometeu quinhentas mil casas
 L2 eu não prometi
 []
 L1 o senhor não prometeu quinhentas mil?
 L2 não prometi eu quero que cê me mostre um documento meu falando quinhentas mil... aliás eu não costumo colocar quantitativamente nada... tá certo?... por que se eu tivesse prometido quinhentas mil e tivesse feito quatrocentas e noventa e noventa e nove mil... novecentos e noventa e nove... a manchete seria...
 []
 L3 esse hábito
 []
 L2 Fleury não cumpriu o prometido
 []
 L3 esse hábito... adquiri/ esse hábito de não prometer quantitativamente nada o senhor adquiriu depois de chegar ao governo?
 L2 não ... éh:: éh:: eu já durante a campanha eleitoral... eu já... eu fiz questão... de não falar em quantidades de NAda... porque essas coisas realmente são ()

Quando L3 tenta mudar o tópico, Fleury não concorda; para ele não é pertinente, conveniente trocar agora para um assunto até mais problemático.

- L3 e na privatização governador?... o senhor(...)
 []
 L2 acho que a gente... tava falando das casas populares

L5 mostra como a terceira-parte vê Fleury:

- L5 mas governador essa marca é um fato... olha só a última pesquisa do IBOPE... por exemplo... diz que quarenta e sete por cento da população... acha o senhor um governo regular... quer dizer quem acha que é regular é porque não consegue... se::: se...
 []
 L[] se identificar
 []
 L5 se identificar se definir... olha (ele fez um bem)

e este reage dizendo com a acusação contra os analistas:

- L2 mas aí que tá aí que tá... veja veja... como às vezes o raciocínio dos PRÓprios analistas... é um raciocínio viciado... se ces... se ces me permitem... tô diante aqui de grandes analistas... grandes jornalistas
L[] obrigado

Quando a terceira-parte o questiona a respeito de outra promessa eleitoral não cumprida, Fleury novamente não assume responsabilidades e indica de quem é a culpa:

- L1 (...)eu quero... que o senhor por favor responda aqui a dona Maria Aparecida... que é do Tucuruvi... governador o senhor também prometeu na sua campanha... eu me lembro bem disso... levar o metrô até Guaianazes (...)
L2 |
 o metrô na zona norte... é verdade... é verdade
L1 |
 e mandar ()
também e parece que o metrô não chegou a nenhuma dessas ()
L2 |
 não chegou e eu digo por que... eu li até o jornal... que ele se orgulha disso... o senhor Pécio Arida... declarou no jornal que se orgulha de ter veTAdo um empréstimo do BNDS... pro pro metrô de São Paulo... e o metrô de São Paulo... éh::: só tem condições de ir adiante... com financiamentos que não sejam os próprios financiamentos do tesouro do estado... ((tosse)) existe um financiamento que éh::: desde noventa e dois ficou parado no BNDS... para o término da linha norte do metrô e término da linha leste do metrô
L[] saiu pra Brasília
L2 saiu pra Brasília... e não saiu pra São Paulo
L[] a governador ()
L2 |
 e o senhor Pécio Arida se orgulha disso... então... minha senhora... o culpado disso cham... tem Não e endereço telefone... o senhor Pécio Arida

Pode-se dizer que Fleury percebe a importância, ou a problemática que envolve um *frame* que é lançado e formado a respeito da imagem de alguém, em que se deturpa essa imagem:

- L2 por que ultimamente eu tenho di/... eh eh esse é um assunto que se a gente for entrar... nós va/... é um é um assunto que mereceria uma Roda Viva... entendeu? que é a questão é a questão de de do do que acontece muitas vezes em termos da versão e o fato... entendeu? (...)
- {
- L() governador o senhor sempre reclama que não fez mais
- L2 que se a gente quiser... a gente pode conversar sobre versão e fato... por que... muita coisa é versão e não é fato... muita coisa (...)
- L1 governador talvez (...)
- {
- L2 que acontece e depois da manchete meu amigo... entendeu? o Celso Hungria já dizia... que quando você éh:: lança uma pecha a respeito de alguém... é como se você tivesse lançando as a:: as penas de um travesseiro... de um edifício de dez andares... cê nunca vai conseguir recuperar todas as penas

Mais acusações sobre o BANESER ocorrem e uma delas refere-se ao processo de contratação de funcionários - sem concurso e de parentes. O segmento é longo, o governador não apresenta respostas objetivas, mantém o tópico, mas não apresenta argumentos fortes e os entrevistadores vão entrecortando seu discurso, pleno de sobreposições:

- L9 e:: o Barros Munhoz... claro que ele não não... quer dizer... o senhor pessoalmente é contra... eu queria fa::zer fazer duas perguntinhas... o senhor pessoalmente é contra é a favor do Baneser o que que há no Baneser de fato(...)?
- {
- L2 ah: vamos falar sobre o Bancser
- {
- L9 porque dizem dezoito mil pessoas que não trabalham
- L2 não ah... que é isso... ah isso é isso é um absurdo essa é a versão
- {
- L9 não isso é o que falaram
- L2 ((risos do Fleury)) tá vendo?... é o que eu falci da versão e do fato... cê deu um exemplo exato... com o Bancser (...)
- L7 o governador Mário Covas disse que vai acabar com o:: com o Baneser o senhor concorda com isso o senhor acha que pode afetar alguma área?
- {
- L2 (bom) eh eh eu não vou eu não Vou ... éh: em hipótese alguma criticar o: qualquer atitude que o governador Mário Covas... esTEja anunciando ou esteja deixando de anunciar ... tá certo?
- {
- L7 ele disse que tem mecânico(...)

- L2 (...) tá certo? não ... oh... bom(...)
- L7 empregado do Baneser que não deveria estar lá... (bem uma série de de de (funções) não caberia no Baneser
- L2 (...) é vamos... vamos... vamos agora falar sobre o Baneser... eu acho que é importante... é esclarecer a questão Baneser que é uma questão... é fundamental... primeiro lugar... o Baneser ele levou essa pecha em razão... de: problemas que foram detectados... que foram apontados... em mil novecentos e noventa e dois... maio de noventa e dois... tá certo?... houve uma reportagem sobre o Baneser... dizendo que o Baneser era um cabide de empregos... naquela ocasião... é:: poderia até existir esse tipo de coisa... poderia... mas eu digo pra vocês com muita tranquilidade... a partir daQUEle momento... muita gente foi mandada embora do Baneser... e hoje o Baneser... PRESta... alguns serviços... que são serviços essenciais... essenciais mesmo... por exemplo... ah: fala-se em dezoito mil funcionários do Baneser... não sei se o número é esse... talvez seja menos (...)
- L[] contratados nas duas últimas gestões
- L2 (...) né?... é não uh uh uh mas vamos pegar como como parâmetros... dezoito mil... pra gente falar sobre isso... por que que eu utilizei o Baneser?... utilizei... uh numa série de contratações... exatamente por que existe algumas funções que:: se você for criar o cargo... e efetivar com a estabilidade do funcionário público... depois cê não tem como dispensar... então eu vou dar um exemplo pra vocês... segurança escolar... hoje nós temos quatro mil e novecentos... se não me falha a memória... é:: contratados pelo Baneser... que fazem segurança das escolas de São Paulo... tá?... como é que é feito isso?... é feito uma seleção... ch:: se o sujeito não se aDAPta... ele é mandado embora... se ele fosse funcionário público... e tivesse sido contratado no início do meu governo ele já seria estável... e não podia ser mandado embora (...)
- L[] mas há pareceres do governo contra
- L2 (...) dá... dá licença... deixa eu terminar... deixa eu terminar... então... esse... é um exemplo de atividade do Baneser... todos os programas do menor em São Paulo... TODos... são feitos com gente do Baneser... todos eles... são são pessoas também ... que tem... uma atividade que se for incompatível cê tem que demitir (...)
- L5 governador existe uma lei obrigando ao concurso público(...)?
- L2 (...) tá certo?... deixa eu terminar
- L5 (...) o senhor defende
- L2 calma
- L5 essa lei arduamente na questão do da aposentadoria
- L2 calma... eu vou eu vou ... nós vamos chegar lá... nós vamos chegar lá... é... são são dois aspectos... do Baneser... você tem ...

- cerca de sete mil funcionários do Baneser... que trabalham no Banespa... e que fazem funções específicas... o Baneser é uma emPREsa de prestação de... de terceirização (...)
- L6 [mas mesmo esse objetivo governador de evitar que:: (...)
- L2 [de prestação de serviços
- L6 [(... se:: ganhe estabilidade está sendo contestado por pareceres do tribunal de contas do estado... onde... éh:: essa o feitiço está virando contra o feiticeiro por que... muitas dessas pessoas que são contratadas para serviços de terceirização ou de são (...)
- L[] [estão sendo integradas
- L6 [(... inte:::: ou lo/ lotados em outras secretarias via Baneser... tem entrado na justiça...e:: tem ganho:: direito adquirido de estabilidade ((várias vezes ao mesmo tempo por vários turnos))
- L[] [tem uma burla provando que é uma burla
- L[] [duvido que ele não ganhe esta estabilidade
- L2 [estabilidade... mas é estabilidade do direito ao trabalho(...)
- L[] [é direito ao trabalho que é regularmente
- L2 [(... que é diferente da estabilidade estatutária... cê não pode confundir as duas coisas (...)
- L[] [sim
- L2 [(...) uma coisa é estabilidade(...)
- L[] [há uma
- L2 [(...) não não não não mas aí ele pode ser mandado embora é de uma forma muito mais fácil do que o funcionário estatutário(...)
- L6 [sim mas não fo/
- L2 [(...) que aí só pode ser mediante... mediante processo administrativo e assim por diante
- L5 [governador a lei não diz que tem que haver concurso público"
- L2 [não ah:: ah:: lei fala que tem que haver seleção... tem que haver ah:: e é feito seleção no Baneser
- L9 [mas o concurso público é uma coisa consagrada
- L2 [vou falar vou falar... vam/ vamos falar... vamos falar uma outra coisa (...)
- L9 [não é consagrada o concurso público?
- L2 [(...) tudo bem... oh oh vamo terminar de falar o que faz o Baneser
- L9 [hum hum

- L2 é o Baneser hoje... tem duzentos e quatro... ex-atletas... contratados pelo Baneser... que atende cento e vinte mil crianças... no estado inteiro
 [
- L9 e tem uma orquestra sinfônica
- L2 hein?
- L[] a orquestra sinfônica do:: do::
 [
- L2 tem a orquestra sinfônica jazz sinfônica... os co/ os corais de São Paulo... que diga se de passagem eram mantidos pela Fundação Padre Anchieta... anteriormente... o tribunal de contas decidiu que a fundação Padre Anchieta não podia mantê-los... tá/... e aí nós ((tosse)) encaminhamos... foram contratados pelo Baneser... fizeram a sua seleção lá... o sujeito que toca... fez a sua seleção
 [
- L[] hum hum
 [
- L4 agora governador tanto essas contratações... sem concurso... quanto o que a gente já discutiu aqui... a falta de ordem cronológica no paga/ nos pagamentos... essas coisas geram... uma grande dose de subjetividade na ação do governo o governo decide de maneira não objetiva mas... de acordo com a sua vontade(...)
 [
- L5 subjetividade que deve-se à contratação de parentes
 [

Fleury interroga para não responder e, em seguida, foge ao subtópico:

- L2 não mas que parentes?
 [
- L[] e acontece... acontece distorções visíveis... éh:: por exemplo funcionário do Bancspa em campanha
 [
- L5 o senhor sabe que parentes do do ex-governador Orestes Quércia estiveram contratados do Baneser
 [
- L2 estiveram e foram demitidos
- L5 sim existem parentes de... deputados... enfim
- L2 ah:: ah:: aí o problema é o seguinte... éh:: éh:: eu diria pra você que... em termos ah:: ah::...
 [
- L5 a mulher do do do deputado Fábio Feldman por exemplo é uma delas
 [
- L2 em termos de Baneser... se você tiver... do do dezoito mil... funcionários... entendeu?... noventa e cinco por cento deles tem contrato::...éh:: ou melhor tem ah:: ()

Outro conflito ocorre, agora sobre a posição de Fleury quanto aos jornais - criticando-os, no momento em que L9 lança uma questão:

- L9 o senhor vai ser presidente da... Embratel... eu da Telebrás (...)?
 [

L2 não... não... não... não não
 L[] não pleiteou?
 L2 só vi isso
 L[] não pleiteou?
 L5 ah:: mas o seu secretário do governo
 foi a Brasília indicar o seu não é?
 L2 de jeito nenhum... que é isso (...)
 L5 foi publicado no jornal
 L2 (...) mas não acredite em tudo o que o jornal
 publica Milton... o senhor acredita com todo respeito tão acreditando
 muito no que o jornal publica
 ((vários falam ao mesmo tempo))
 L9 o senhor tá falando muito mal do
 jornal
 L2 eu não tô falando mal
 ((vários falam ao mesmo tempo))
 L[] ()
 L2 eu não tô... eu não tô... eu não tô generalizando... desculpe

mas Fleury sempre se mostra frágil, assume e se desculpa sempre, fato que não o fortalece perante seus interlocutores e perante a terceira-parte.

O governador apresenta como marcas características de seu discurso:

- de assentimento: *tá certo?*

- de início de turno: *bom*

- de enumeração: *em primeiro lugar* ou *vamos primeiro falar*

Em relação a essas últimas, verificam-se várias ocorrências - às lin. 45, 126, 344, 412, 906, 1754, entre outras - embora sejam marcas específicas de enumeração,

nunca se observa continuidade, o governador não chega ao segundo item, enfraquecendo-se diante dos interlocutores.

Podemos afirmar que o exame das formulações de Fleury, apontou para um discurso frouxo, sem conteúdo profundo, sem discussões proveitosas; as discussões serviram apenas para confirmar o político que hesita, que foge, que não se compromete, que não faz, que não é sério, que não sabe se defender, que não apresenta argumentos fortes, que quer se mostrar calmo, que não sabe de nada, que não é esperto, que não consegue nem mesmo influenciar seu adversário, ainda que temporariamente; apenas preenche o tempo, deixando-se acusar mais e mais, sem apresentar dados esclarecedores para alterar nenhuma das inúmeras acusações que lhe foram feitas durante o programa pelos entrevistadores. Pelo discurso que elabora, Fleury confirma que entrou, assim como sairá, de forma inexpressiva do governo de São Paulo.

Não arrisca nada em termos de conteúdo tópico, mas sabemos que nesse caso, não "arriscar nada é arriscar tudo".⁶

⁶ Cesare Cantú - historiador italiano do sec.XIX.

5.2 Conclusão das análises dos textos de entrevistas

Pelas análises, observamos que as entrevistas não se colocam como meros roteiros de perguntas e respostas. Os participantes, ao organizarem suas ações de modo a alcançarem os fins a que se propuseram no início da interação, utilizaram-se das perguntas não como meio de obterem informação, mas como elemento responsável pela modificação das relações entre os interlocutores, o que imprimiu às entrevistas um caráter vivo. Foi necessário que os entrevistadores estivessem atentos para que, por exemplo, Maluf não assumisse o comando; ele bem o tentou várias vezes.

O programa Roda Viva apresenta o entrevistado como se estivesse no centro de uma arena - cercado - para ser bombardeado por perguntas formuladas por especialistas convidados e, em razão disso, o entrevistado sabe que corre riscos. Como atestam as teorias apresentadas no cap.II deste trabalho, p.101, há um caráter inquisitorial em que se mantém o adversário à distância. O entrevistado vê-se obrigado a girar a cadeira para olhar de frente para o entrevistador, em compensação, torna-se mais fácil com um gesto rápido (como o fez Ciro Gomes) cortar a participação ou o envolvimento com determinado entrevistador mais inoportuno.

No programa Opinião Nacional, aparece praticamente só meio corpo do entrevistado e dos entrevistadores os quais se encontram mais próximos fisicamente, mas a marca também não é intimista e observa-se, por exemplo, que os

entrevistadores agradecem ligeiramente a participação do entrevistado, tanto num como no outro programa.

A maneira como se dirigem ao entrevistado ocorre num tom cerimonioso, de respeito e de distanciamento, pelo título que lhe dá *status*, que marca seu papel social (prefeito, senhor prefeito, governador, ministro e nunca Maluf, Fleury ou Ciro), servindo, inclusive como estratégia para lembrar ao telespectador o papel dos ilustres entrevistados.

O entrevistador desempenha o papel de ajudar a terceira-parte a compreender as causas dos tópicos problemáticos que se levantaram, mas o percurso das entrevistas com políticos tende a ser polêmico e o que era programa acaba por se transformar num espetáculo.

O bom entrevistado formula respostas curtas, mas nem sempre é isso o que ocorre, pois demorar-se significa estar por mais tempo diante das câmeras - o que é aconselhável no caso dos políticos.

Ocorre, por vezes, que o entrevistador explora a vaidade do político, elogiando-o ao iniciar a entrevista - como ocorreu com Maluf - e essa é uma técnica para se chegar onde se quer com as questões.

Os argumentos utilizados durante a polêmica refletiram a imagem do entrevistado que já conhecemos e este fato permitiu o aprofundamento da análise e possibilitou que se chegasse à intenção do texto com mais facilidade.

Na verdade, antes do que buscar um método de análise, interessou-nos mais conseguir um recurso alternativo, mas poderoso, para a compreensão do homem através de sua linguagem e observamos que os entrevistados, ao formularem seus enunciados, disseram ou confirmaram quem eles eram e assumiram um compromisso com a sociedade para permanecerem os mesmos.

A C A = A assume Compromisso com A.

Ciro Gomes, por exemplo, =L2 = A = Eu sou assim (e não como eles, entrevistadores, querem que eu seja) e me comprometo a continuar dessa forma.

B - A Q A+ = B apresenta A e Quer que A continue assim.

B = mediador, entrevistadores - Maluf é do jeito que o conhecemos e é isso o que queremos mostrar, confirmar.

O mesmo ocorre quanto a Fleury, em relação aos entrevistadores.

A - B Q A + MAS A - C = culpado

A visão que Fleury tem de si, poderia ser assim delineada: "sou assim, poderia ser ou fazer melhor, mas os outros não deixam, eles são os verdadeiros culpados de eu não atingir o sucesso".

Quando formulamos um enunciado, ele é relevante e nos preocupa, senão não o formularíamos. A entrevista quer apresentar um Maluf como alguém fracassado, que colecionou uma rotina de perdas, algo costumeiro e que não deve mudar, a repetição dos fatos. Mas o entrevistado não aceita o jogo, dada sua característica de

ser otimista, ousado, organizando um discurso de vencedor, chegando a dizer-se candidato a sucessor de FHC, negando, assim, a sua própria história de vida, de tantas perdas acumuladas.

A velocidade da fala, o ritmo são indicativos de clima tenso. Nos enunciados de Maluf não se detectam muitas pausas, pois é preciso ocupar todo o espaço falando, esclarecendo, firmando-se sem deixar brechas para os outros participantes da atividade discursiva.

Nos enunciados de Ciro, há um ritmo distenso, sem alterações do início ao fim da entrevista: ele mantém realmente o equilíbrio, sendo coerente tanto na fala como nas ações governamentais.

No jogo da manipulação em que estão envolvidos enunciador e enunciatário, observou-se que a persuasão opera cognitivamente e pragmaticamente. Temos um *script* para atuação de político - seja prefeito, governador, ministro - e Maluf, ao tentar alterá-lo, cria o conflito. Criamos um *frame* para Maluf, como os entrevistadores o têm, e a tentativa de alteração deste é sentida como problemática. Relutamos em manter *frames* que apresentamos e queremos firmá-los como verdadeiros? A entrevista com Paulo Maluf parece provar a questão.

Temos um *script* para ação do governo, ministros da fazenda e inflação; Ciro Gomes quer quebrá-lo, alterá-lo e isto provoca conflito. Há disparidade entre os *frames* dos entrevistadores e dos entrevistados; esses *frames* convivem todo o tempo, chocam-se numa luta verdadeira para se firmarem.

A linguagem molda o real e o produz e, desse modo, as formas lingüísticas podem, de certa forma, guiar nossa compreensão. As perguntas formuladas nas entrevistas colocaram-se mais como elementos de confirmação daquilo que o entrevistador e a terceira-parte já conhecem a respeito das ações dos entrevistados, do que como pedidos de informação propriamente ditos; elas estão apenas revestidas com o formato de pedido de esclarecimento. Confirma-se o fato de que realmente elas se colocam como elementos que apresentam efeitos cumulativos, já que sua recorrência - carregando consigo também a retomada de tópico - permite a exposição da face do entrevistado de forma ameaçadora.

Constatou-se também que o interlocutor reorganiza suas ações, redireciona os tópicos a partir da percepção ou da projeção de que uma pergunta pode tomar um curso inadequado quanto a sua imagem pública, muitas vezes cortando a participação, ainda que momentaneamente, do entrevistador. Isto realmente ocorreu várias vezes, pois sabemos que o condutor da entrevista conhece as técnicas de manuseio de poder e aproveita de formulações do tipo citado para dominar a conduta dos participantes; entretanto as perguntas mostraram-se como bases geradoras de conflito, nos casos em que o participante detectou não apenas o conteúdo do enunciado, mas o que ele pôde significar naquele contexto, em todas as entrevistas analisadas.

Observou-se a ação dos entrevistadores com as perguntas que forçam a continuidade ou a retomada de um tópico que parece inconveniente, nos momentos

em que examinamos as formulações do Prefeito Paulo Maluf, no programa Opinião Nacional, por exemplo.

Detectamos que os indivíduos podem concordar ou se afrontar sobre a compreensão de determinado enunciado. Ciro não foge, Ciro enfrenta, corrige, desmente, esclarece. Maluf e Fleury fogem, desmentem aquilo que nosso conhecimento de mundo aponta-nos ser mentira.

A requisita B para uma ação.

B explicita porque não pode atendê-lo.

Se A compreende, não ocorre conflito.

Se A não compreende, ocorre conflito.

Se pudéssemos separar convencer e persuadir, diríamos que Ciro Gomes tenta convencer e seus entrevistadores tentam persuadir. Ele apela sempre para a razão e seus entrevistadores tocam a emoção, afetam o sentimento. (v.cap.IV, p.149)

Ciro fala a verdade. Quem fala a verdade irá ganhar a eleição diz ele. Apresenta fatos. E contra fato não há argumento.

Maluf faz o jogo do contrário: apresenta fatos que se identificam com verdades que escondem mentiras. São fatos que parecem verdades, mas não são.

Ciro Gomes diz que a situação antiga (da inflação) era amarga. Joga mais amargor na situação atual para melhorar, fazendo lembrar a regra matemática:

$$(-) + (-) = (+)$$

Ele não troca o ruim pelo bom; conserta o que estava ruim.

Fleury aceita o jogo dos entrevistadores; não tem força, não tem argumentos para lutar contra as inúmeras acusações que lhe são feitas. Assim, os acordos não são muito demorados.

Mas, de qualquer modo, o poder manifesta-se na entrevista com políticos, ainda que seu discurso seja fugidio, pois é possível detectar o controle ou a insistência no controle da sequenciação tópica, como ocorreu com Fleury.

Há a possibilidade de que a polidez impere bem menos do que em conversações espontâneas, pois muito mais elementos estão em jogo e mesmo quando ela ocorre, serve apenas para revestir a polêmica.

A questão de quem tem mais acesso ou não (cf. cap II) colocou-se da seguinte maneira nos textos sob análise: o mediador é quem detém maior poder, permitindo ou não acesso aos demais entrevistadores, cortando ou não a participação do entrevistado, redirecionando o tópico, persistindo em algum tópico que considere mais relevante, permitindo o acesso à terceira-parte, encerrando o programa. Entretanto, em alguns momentos, seu poder vê-se ameaçado por sobreposições de vários entrevistadores ou porque o entrevistado investe-se de poder local e impõe o seu poder político, já que tem *status* para isso, assumindo o papel de entrevistador - seja cortando o direito à palavra (como o fez Ciro Gomes), seja dando a direção ao tópico (o que fez Fleury), seja organizando perguntas para serem respondidas por

quem era entrevistador (como ocorreu com Maluf), em todos os casos mudando a orientação argumentativa.

O exame do discurso de Maluf, no texto N1, permitiu observar que não só a seleção dos tópicos, mas sua organização linear e, principalmente, hierárquica auxiliaram na construção dos *frames*, adicionando-lhes um número maior de elementos e propiciaram a construção do discurso polêmico.

Além disso, nos quatro textos analisados, detectamos que a mudança de tópico, enquanto estratégia discursiva, muitas vezes, possibilita inferências que geram conflito.

As estratégias, que muitas vezes são marcas do falante, contribuíam para a construção do discurso polêmico. A polidez de Maluf, por exemplo, que pode reduzir o impacto, funcionando como atenuador ou a organização discursiva que

apresenta Fleury, podem arrastar sem deixar transparecer. Detectamos, também, que podem mudar enquadre e alinhamento e isto pode-se constituir em estratégia do locutor para persuadir seu interlocutor

O papel dos entrevistadores, nesses programas, parece estar marcado pelo formato instigante, criador de conflito, cabendo ao entrevistado estar atento para conseguir construir um discurso de vencedor (como Ciro o fez), se não quiser acabar derrotado (como ocorreu com Maluf e Fleury).

Em relação ao que atestam vários estudiosos do discurso (v.p.78, Cap.II), ao indicarem que modificar a opinião do outro é o principal objetivo do discurso, temos a observar que, nos textos de entrevistas sob análise, ocorreu esse objetivo quanto aos entrevistadores, mas em relação aos entrevistados detectamos a exceção- **Ciro Gomes** apresentou o objetivo de manter a imagem que já conquistara junto à terceira-parte.

É preciso assinalar, ainda, que o apelo às emoções, principalmente pelo uso da ironia como estratégia, apresentou-se de modo freqüente em todos os textos de entrevistas analisados.

5.3 Análise de conversações espontâneas

5.3.1 Conversação Espontânea N5

Transcrita nos Anexos, *Corpus B*, identificada como N5, da qual participam amigos, adultos, essa conversação se desenvolve totalmente em clima de conflito para L1 e L2, entretanto, para os demais participantes tudo não passa de uma grande diversão e, quando interagem, só querem brincar, atrapalhando.

O tópico discutido dizia respeito à Portaria baixada pelo Prefeito de São Paulo, Paulo Salim Maluf, relacionada à questão da obrigatoriedade do uso do cinto de segurança em automóveis e à proibição de fumar em restaurantes.

Destacamos somente os enunciados de L1 e de L2, pois eles não estavam interessados em interagir com os demais interlocutores, ou seja, os demais estavam presentes, formulavam enunciados, mas não tinham acesso, constituindo-se em ouvintes relatados. Destacamos o segmento em que só participam L1 e L2, praticamente, com um mínimo de turnos em que se observa a participação de L7:

[...]

- L2 o cinto... o cinto eu não acho... o cinto eu acho certo... cigarro não
 L1 a questão não é a lei mas o princípio... com o cinto é a mesma coisa
 L2 cinto eu acho...cigarro não...
 L1 cigarro não ... é numa boa... usar o cinto é a mesma coisa
 L2 não não não... atrás é obrigado usar cinto ou não?
 L1 você é maior de idade...
 L2 seu filho é menor de idade ele usa cinto ou não? seu filho é menor de idade...
 L1 não interessa...
 L2 você responde por ele na morte ou não?
 L1 não interessa... não interessa... não interessa
 L2 quer dizer que se seu filho morrer sem usar o cinto de segurança você Não é o responsável?
 L1 não interessa
 L2 a vida pessoal é a mesma o R. a história é a mesma... o cinto salva?
 L7 deveria ser obrigatório também no banco traseiro...
 ((L2 aceita a colocação de L7 a respeito de ser obrigatório o uso do cinto aos passageiros do banco traseiro))
 L2 deveria ser obrigatório... você está analisando o... tudo bem poderia ser o...uso obrigatório... melhorou? melhorou... é uma lei boa? é... é t truculenta? é... foi bom? foi... há uma imposição? há
 L7 mas quando você tem um povo que não tem cultura suficiente pra entender...
 L2 aí eu acho que não é o mesmo
 L1 é o mesmo princípio...
 L2 doutor... sabe o que você faz? aí você pega a sua carta de habilitação... RASga...
 L1 aí você já está entrando num problema pessoal...
 L2 não... não não...
 L1 está se intrometendo na sua vida pessoal...está se intrometendo na sua particular

- L2 não... tudo bem R... quando vence sua carta de motorista?
 L1 já venceu
 L2 já venceu? NÃO RE -NO -VE ... não... não renove... você é habilitado
 você sabe que é habilitado você não quer renovar
 L1 precisa obrigar você tem visão... o cinto de segurança...
 L2 quem lhe dá o direito de dirigir um veículo automotor? é o Estado...
 L1 teoricamente é o governo...
 L2 sim teoricamente...
 L1 não teoricamente não...
 L2 teoricamente você pode dirigir mas...
 L1 não não... porque teoricamente ninguém lhe dá o direito a não ser um
 exame feito pelo Estado que por sinal é comprado
 L2 é comprado não...
 L7 você tem que pagar pelo exame
 L2 o Estado homologou
 L1 o Estado cria uma regra
 L2 agora... você está se rebelando contra quem/ que o Estado cria uma regra?
 L1 você está pensando socialmente...
 L2 total/
 L1 você não aprendeu na auto-escola
 L2 aprendi totalmente a legislação escrita... de placas... eu não dei dinheiro
 nenhum...
 L7 mas se você não pagar a taxa você não pode nem prestar o exame...

Os interlocutores não chegam a um acordo em relação ao tópico que iniciou o conflito. L2 elabora, na maioria de seus turnos, perguntas as quais L1 responde com formulações negativas que se apresentam repetidamente - estratégia para reforçar sua posição: *não interessa* ou *não...não...não...*. Entretanto, não vêm acompanhadas das razões necessárias para fortalecer sua oposição.

Quando L7 inicia o subtópico relacionado ao problema cultura, L1 e L2 continuam com posicionamento oposto. L1 introduz um operador (*porque*) para tentar conseguir a aceitação por parte de L2.

L2 é o único a se utilizar de ênfase, é quem se apresenta - pelo tom de voz elevado - mais irritado durante esse evento.

Logo a seguir, L2 avalia a participação de L1, ao enunciar:

agora você está se rebelando contra quem?

L1 deixa seu interlocutor mais irritado ainda quando deixa subentendido que aquele pagou pelo exame:

L2 aprendi totalmente a legislação escrita... de placas... eu não dei dinheiro nenhum...

L7, que arriscou participar, utiliza-se de um tom irônico ao formular:

L7 mas se você não pagar a taxa você não pode nem prestar o exame...

porém, L2 não faz nenhum comentário e logo a seguir interrompem com a chegada da sobremesa. Nesse segmento analisado, observa-se negociação intensa, entretanto, os participantes não chegam a um acordo.

5.3.2 Conversação espontânea N6

Em outra ocorrência de conversação espontânea, transcrita nos Anexos, no *Corpus B*, identificada como N6, em que se encontram os mesmos sete amigos, desta vez num restaurante, observa-se que o conflito ocorre determinado pelo contexto e não pela conversa que se desenvolvia. Num determinado momento, um dos interlocutores (L1) chama a atenção dos demais para o que está acontecendo com os garçons que recolham as toalhas das mesas, numa sugestão de que queriam encerrar

as atividades e que ali deixavam implícito o convite de retirada dos clientes; este fato, pode-se dizer, marca o início de um conflito, promovido pelo contexto, no final de um encontro entre amigos.

L1 lança uma observação a respeito do que ocorre no contexto, utilizando-se de expressão que mistura constatação e preocupação:

L1 parece que estão querendo fechar...

Um dos interlocutores (L2) faz uma observação a qual é corroborada por outro participante (L3):

L2 ah:... por favor.... não preocupe com isso se ... elcs são obrigados a ficar até o último cliente...

L6 eles que esperem...

A estrutura do enunciado de L2 pode ser considerada passível de instaurar conflito, já que dirige a L1 um pedido acrescido de uma informação desnecessária, tendo em vista o fato de L1 conhecer restaurantes e andamento dos mesmos tanto quanto L2.

Entretanto, L3 avalia:

L3 às vezes eu penso que não adianta insistir muito nessas situações

A ocorrência ativa a memória de L1 que estabelece uma comparação entre contextos:

L1 me faz lembrar a chinesa do Esmeralda lá das Perdizes... só falta a gente pedir café e vir o de cedo

((risos))

L4 o LOU::co...

Embora tivesse participado apenas como ouvinte relatado, L5 aproveita o referente introduzido e enuncia:

L5 bom... vamos aproveitar pra pedir café... boa idéia... ((chama o garçom que já levantava as cadeiras e as colocava sobre a mesa)) por favor... sete cafés...

O garçom, imprimindo a sua fala um ritmo mais acelerado:

L8 a conta também?
L5 não... somente os cafés
((o garçom distancia-se))

Constata-se a observação de L1 - como está indicado no enunciado de L7, mas registra-se apenas o comentário de L5 a respeito do contexto mais imediato:

L5 viram que petulância?
((todos riem))
L7 estão mes::mo com pressa...
((aproxima-se o garçom muito agitado; com movimentos rápidos tenta colocar o açucareiro sobre a mesa mas, ao dobrar-se para alcançar o centro da mesa, derruba o bule com o café quente nos braços dos dois mais próximos - L3 e L5 - espirrando, ainda, em L6 e L2))
L8 os senhores me desculpem ((juntando xícaras e passando o guardanapo nos braços dos atingidos))

Registra-se a indignação, o conflito:

((ninguém diz nada))

L8 ((repetindo diversas vezes, em tom já de clamor)) os senhores me desculpem

Todos silenciam por algum tempo, até que :

L7 ((aflita por ninguém se manifestar diante do pedido do garçom)) tá desculpado... acontece...
L8 querem outro?

L5 aceita e impõe condição:

L5 queremos sim... se você não derrubar de novo...

Seguem-se comentários relacionados à ocorrência:

- L6 olha... chegou até aqui ((indica a manga da blusa - e ri))
 L2 pegou em mim também...

Nesse momento, L1 retoma o tópico inicial e constata:

- L1 quando eles querem fechar... parece que não adianta mesmo insistir...
 L3 bom... neste não venho mais... pra tomar banho de café...

((garçom volta com mais café))

Finalizando, L5 ordena, avalia a ação de L8, acusa e torna a avaliar:

- L5 você precisa tomar mais cuidado... isso não pode acontecer... você
 queimou a gente... manchou nossa roupa de café... é inadmissível...

Observamos, com esse segmento de conversação que o contexto foi motivador de conflito.

5.3.3 Conversação espontânea N7

Transcrita nos Anexos, no *Corpus B*, identificada como N7, em que participam dois adultos do sexo masculino. L1 é dono de uma moto. L2 é companheiro de fins de semana. Convém salientar a data da ocorrência desse encontro: véspera de feriado comemorativo da fundação de São Paulo - 24/01.

No texto N7, um dos interlocutores (L1) revela sua intenção de ir à praia e quer companhia, para tanto, lança mão de um convite, observando-se um contorno prosódico diferenciado, na espera de uma resposta afirmativa:

L1 escuta ... vai pintar um show do Chitãozinho e Xororó amanhã na PRAia cara vamos? ((animado))

Entretanto, fatores contextuais - as condições do tempo (chuvoso) e o veículo utilizado (moto) - não ajudam L2 a corroborar o convite com resposta afirmativa e este reluta, incluindo pedidos de esclarecimento em que se detecta desinteresse e impossibilidade, pela entoação utilizada:

L2 onde? ((sem muito interesse))
 L1 lá no Boqueirão...
 L2 amanhã? ((já com um ar de impossibilidade))
 L1 é:... vamo embora logo cedo?

L2 não se esforça para chegar a um acordo, indica a impossibilidade acrescentando um argumento que não convence L1:

L2 não dá cara... tô cheio de serviço.... até a cabe::ça...
 L1 ah ... faz o possível pra dar conta pelo menos até a hora do almo::ço...

L1, por sua vez, demonstrando indignação, marcando sua fala com entoação específica (ah...), pede ao interlocutor que se esforce e, nesse momento, L2 indica o que o preocupa:

L2 mas tá choven::do....

Se, pela lógica, entendemos a precaução de L2 em não viajar de moto com chuva, podemos dizer que ele abrandou a questão, pela própria seleção dos argumentos utilizados, deixando a resolução do caso para mais tarde:

L2 vou pensar ...

ou que ele não tratou do problema com sinceridade, escondendo de L1 o quanto ele considerava perigoso viajar nas circunstâncias delineadas. Os argumentos de L2,

nesse caso, constituem-se em fuga, em evasiva, geram conflito, porém num nível mais fraco na escala das probabilidades. A utilização da oposição poderia atingir a face de L1 que poderia desentender-se com L2.

Interessa observar os argumentos de L1:

L1 qual é cara? no Ano Novo eu descí na maior CHUva e lá fez
um sol legal... deu pra aproveitar a praia ... e:: chuva faz bem
chuva dá SO::Rte cara... vamos lá...

que tenta mudar o *frame* de L2 quanto a viajar com chuva ou ir à praia com chuva, reforçando o convite no final de seu turno.

O evento se encerra com outro argumento de L1 que inicia o turno com uma aparente concordância (tá bom), já que inclui uma ressalva (mas ó...) e faz uma análise negativa do procedimento de L2 (você só traba::lha...):

L1 tá bom mas ó... dá um je::ito... vamos lá:: pô... você só
traba::lha ... qual é::?...

5.4 Resultados da análise dos dados de conversações espontâneas

Nas conversações espontâneas ocorreram jogos diversificados, em que os integrantes da atividade discursiva participam dos conflitos de modo diferente: não há hesitação, nem muita sobreposição, os enunciados são mais curtos, e é preciso saber o limite que se pode atingir, em qualquer sentido, para não se perder o amigo.

Embora não se indique a presença de terceira-parte, normalmente, nas conversações espontâneas, registramos sua ocorrência nas conversações analisadas e detectamos que os envolvidos com o tópico e com a problemática que se instaura não se mostram preocupados com esses possíveis interlocutores ou ouvintes relatados, conforme Goffman..

Em N5, L2 utiliza-se de formulações em que ocorre o par pergunta-resposta, conduzindo os interlocutores a deduzirem o que Ele quer. Mas L1 não aceita seu jogo, e a oposição se verifica.

Observam-se escalas nos conflitos. E ainda, graus nessas escalas.

No texto de conversação espontânea entre amigos, verifica-se a dificuldade dos participantes dessa atividade discursiva para chegarem a um acordo. Ocorre um jogo de poder para se firmar um *status* que se tem ou se quer ter junto a esses amigos.

No texto N5, L1 debate-se quase a sós, organizando seu texto com perguntas (retóricas) com respostas que ele conhece, acredita e quer que sejam não somente a sua verdade, mas a do outro (L2). Este é seu *frame* que, na opinião de L2, precisa ser imposto a L1, porque é o correto; mas L1 não aceita seu jogo e utiliza-se de estratégias mais sutis, em que seleciona termos mais abstratos para organizar seus argumentos e uma fisionomia de tranquilidade, de quem domina o assunto e está mais acima. Sua posição é de superioridade.

No texto N6, o final do encontro entre os amigos resulta em conflito motivado por circunstâncias do contexto situacional e por um participante que não pertence ao grupo. Pela observação dos enunciados iniciais desse segmento, tem-se que o conflito poderia ser evitado, já que o próprio contexto denunciava aquilo que estava por se instaurar. A situação e o *status* do garçom determinaram o desfecho - ninguém o desculpava e àquele restaurante não voltariam. Há também desencontro quanto ao *frame* de um participante e de outro no tocante ao desfecho da situação: um (L1) considerando o convite à retirada e outro (L2) indicando que não se deve dar importância, naquele momento, ao que ocorre no contexto.

No texto N7, os *frames* de um participante e de outro são diferentes, chocam-se: para L2, viajar com chuva e de moto é perigoso; e para L1, viajar com chuva e de moto não é perigoso. Há desacordo. L1, mais audacioso, tenta impor seu *frame*, fato que gera conflito. L2 não aceita a modificação do seu, mas também não tenta impor o seu *frame* a L1. Por essa razão, o conflito mostra-se leve, enfraquecido. Nota-se ausência de sobreposições e um ritmo da fala mais ameno.

Observa-se que, nas conversações espontâneas, opera a proximidade, a polidez muito mais do que nas entrevistas; segue-se a regra: quem fala a verdade perde o amigo. Os argumentos apresentam-se mais sutis, menos diretos; os conflitos tendem a ser mais internos - é melhor o que fica por ser dito; os encontros não têm (necessariamente) a finalidade de especular sobre a vida particular ou profissional do interlocutor para apresentá-la ao mundo (à terceira-parte). Dependendo de alguns traços pessoais - de personalidade, de equilíbrio emocional -, tem-se que, às vezes,

algum dos interlocutores tenta se impor (impondo suas idéias) e pode ocorrer de vencer não quem está com a razão, mas quem apresentar argumentos mais fortes ou mais convincentes.

5.5 Conclusão das análises -

A imposição de *frames* num e noutra tipo de discurso parece ser uma motivação para o conflito.

No caso da entrevista em que participa Paulo Salim Maluf, os interlocutores, de um modo geral, criam *frames*, tentam convencer os outros participantes a aceitá-los, fato que gera desacordos mais intensos, sobreposições, colocações de vários argumentos, o que insere o texto numa escala mais elevada em relação ao conflito.

Podemos afirmar, tendo em vista as análises efetuadas, que no jogo da manipulação em que estão envolvidos enunciador e enunciatário, a persuasão opera cognitiva e pragmaticamente.

Quais são as fronteiras entre um discurso polêmico e um não polêmico?

Pode-se dizer que nem todas as situações são caracterizadas por apresentarem conflito. Das análises efetuadas, depreende-se que, observados os *frames*, num espaço de negociação, caso eles se combinem, não há razão para a ocorrência do conflito; por outro lado, o conflito impera no momento em que os *frames* são dispares e, conseqüentemente, os interlocutores tentam impor cada qual o seu *frame*.

Como se coloca a questão do envolvimento e da alienação no discurso polêmico? Observa-se a aceitação ou não de certas regras, de certas estratégias discursivas - o que é permitido por regras ou não - as quais vão indicar maior ou menor envolvimento entre as partes. Apresenta-se um *frame* e investe-se nos argumentos que, mais frágeis ou mais fortes, permitirão mantê-lo, perdê-lo ou impô-lo. Além do que, um *frame* pode servir como argumento.

Maluf forma o *frame* o homem é ação. A todo instante sente necessidade de mostrar que realiza obras. Esperto, está sempre atento. Ambicioso, tenta galgar o poder pela ação, tentando criar uma imagem positiva para chegar ao posto mais elevado - a Presidência da República. Os entrevistadores o vencem, pois mostram somente ações inadequadas de Maluf. Seu discurso é frágil; ficam os *frames* dos entrevistadores.

Fleury compõe o *frame* o homem é lassidão. Ele representa a própria inércia do funcionalismo público; representa um mundo sem dono em que tudo pode, tudo é fluido, emperrado. Fleury aproveita-se do cargo público para conseguir vantagens. Fragiliza-se com a utilização de comparações: nosso país é assim, vejam como agem

todos os políticos; por que eu devo agir de modo diferente? Os entrevistadores vencem.

Ciro apresenta o *frame* o homem é retidão. Ciro é contido, é forte e defende-se bem. É correto; é patriota - se depender dele, o país melhora. Os entrevistadores não vencem, embora consigam, impor, fixar alguns *frames*.

Pelas análises, pudemos concluir que o conflito pode-se instaurar durante a atividade discursiva - e neste caso, relaciona-se à presença de oposição de idéias e sua negociação correspondente, ocorrendo tanto no início, durante ou no final do encontro - ou pode ter origem anterior ao evento comunicativo, promovido por ocorrências contextuais.

O jogo de poder pôde ser verificado nas conversações espontâneas em que ocorre conflito, entretanto, nas entrevistas, as relações de poder são detectadas em outra perspectiva, já que se trata não de um participante tentar-se impor ao outro, mas estão ali representadas instituições das quais fazem parte. Tem-se, como resultado, um jogo diferenciado de poder.

Questões relacionadas às diferenças entre faixa etária ou posição social merecem ser verificadas, descritas, analisadas. Sabemos, portanto, que a pesquisa não se esgota somente num trabalho. O conflito, na verdade, corresponde a um universo todo que merece ser identificado, reconhecido, desvendado, compreendido e descrito em todos os seus contornos, em todos os seus matizes. Desvendar o conflito corresponde a interpenetrar não só no mundo do discurso, mas do próprio homem, (re)conhecendo os seus jogos, se enredando nele e com ele.

O estudo do conflito no texto falado permitiu observar que a inter-relação linguagem e poder se constitui em algo rico e complexo para o qual concorrem diversos elementos - contextuais, interacionais, lingüísticos (revestidos pelo contorno entonacional e pelas estratégias argumentativas) por meio dos quais o analista, auxiliado pela teoria da cognição, pode desvendar não só a complexidade da compreensão discursiva, mas entender melhor o papel do homem na sociedade.

CONSIDERAÇÕES

FINAIS

N

o decorrer deste trabalho, a linguagem foi tomada como um espaço em que é possível desenvolver-se um jogo polêmico, para o qual concorrem diversas estratégias que se revelam com certa facilidade aos olhos do analista, especialmente quando se leva em consideração o papel desempenhado pelos conhecimentos adquiridos, tão úteis, não só em relação à compreensão das ações dos políticos, mas também quanto ao entendimento das interações entre amigos.

Privilegiamos as estratégias argumentativas, acompanhando o percurso que descrevem durante a ocorrência de toda a formulação textual, contribuindo para que se tome a interação como palco na determinação de uma interação polêmica. Convém salientar que não tivemos por objetivo esgotar todas as possibilidades de ocorrência de estratégias argumentativas que pudessem ser utilizadas, mas observar algumas possibilidades em eventos reais de discurso.

Desse modo, não nos interessou analisar uma atividade ou uma estratégia isoladamente como fenômeno passível de ocorrer no discurso, mas o conjunto dessas atividades realizadas pelos interlocutores por serem sinalizadoras do processo de compreensão de ocorrência de conflito

Ao darmos relevo à argumentação enquanto estratégia que visa arrastar o interlocutor à conclusão que o locutor tenciona, destacamos os processos cognitivos como elementos fundamentais para a consecução dos resultados propostos com o jogo

discursivo. Ressaltamos os *frames* ou a tentativa de alteração dos *frames* como responsáveis, entre outros, pela instauração do conflito.

Ao focalizarmos a interação verbal, deparamo-nos, muitas vezes, com situações de tensão, de conflito. Indicado por algumas disciplinas como aspecto constitutivo da linguagem, o conflito que orienta o discurso polêmico foi por nós estudado para mostrar de que modo os falantes organizam argumentativamente seus discursos, a partir de uma série de atividades, dinâmicas por excelência, em que é preponderante o caráter dialético.

A caracterização da língua por seu aspecto de complexidade, permite que observemos, realmente, uma dialética interna, em que se atraem os vários percursos argumentativos, às vezes antagônicos, os quais se explicam por essa possibilidade de polivalência da língua tão distante da neutralidade, conforme observou Foucault.

Pelas análises efetuadas, pudemos constatar que a organização do discurso está longe de se constituir num jogo de explicitude lingüística. O discurso envolve intenções perceptíveis pelas ações que comportam as atividades argumentativas. Além disso, cada enunciado carrega consigo uma multiplicidade de significações e, assim, não faz sentido atribuir apenas uma interpretação para que seja tomada como verdadeira, mas como uma interpretação possível.

Propusemo-nos à descrição da atividade conversacional em encontros entre amigos e em entrevistas apresentadas pela televisão das quais participam políticos, examinando como se organiza o texto falado, quais os elementos que o compõem

para que possamos considerá-lo como texto polêmico, enfim, indicando como foi formulado, quais suas características básicas, quais as propriedades definidoras.

O exame do texto permitiu que fossem explicitados os caminhos percorridos em sua organização, em que se utilizaram recursos oferecidos e permitidos pelo próprio sistema da língua. A complexidade que se observa na constituição das relações discursivas determinou que utilizássemos mais de uma linha teórica como suporte para as análises, já que é preciso atentar não só para o fundamento lingüístico das estratégias discursivas, mas também detectar as inter-relações entre os elementos lingüísticos, paralingüísticos e metalingüísticos, os quais se colocam como tipos de pistas utilizadas na construção do sentido e que permitem inferir se a situação é de conflito.

Sabemos que uma só teoria não pode dar conta de um fenômeno a ser analisado; desse modo, foi necessário integrar teorias, cognitivasprimeira , pragmáticas e sociolingüísticas, as quais permitiram uma melhor compreensão de questões relacionadas ao conflito na conversação. Além dessas, a teoria da argumentação possibilitou que observássemos as estratégias utilizadas durante a atividade discursiva e as conseqüências, os efeitos dessa seleção sobre os interlocutores.

A negociação, os jogos interacionais tiveram lugar de destaque, ressaltando-se que o princípio que orientou o trabalho foi o da identificação do recurso e de sua função, tendo em vista ampliar a questão da compreensão textual, a partir da observação dos procedimentos de que se vale o interlocutor na aproximação de sentido do texto.

Além de termos considerado a linguagem como lugar de interação, acrescentamos o fato de a entendermos como possibilitadora de ação sobre o outro, de transformação do poder. Não se pode negar a relação de forças que existe durante muitas entrevistas, mais marcada do que no texto entre amigos. Naquelas, a posição dos participantes já está definida, preestabelecida institucionalmente. As pessoas podem e exercem poder no jogo das relações sociais e a linguagem empresta aos usuários os recursos não só para lidar com o poder, mas para tentar vencer o poder que o quer submeter.

Não pretendemos uma caracterização abstrata da língua ou da linguagem, mas uma caracterização da atividade da linguagem, pois que a pesquisa foi impulsionada por algumas inquietudes - a relacionada à necessidade de desnudar uma das faces desse organismo, vivo por excelência, a que denominamos discurso, a segunda, por sentirmos que essa atividade cotidiana comporta poderes e perigos potenciais num jogo que envolve lutas, vitórias ou derrotas, dominação ou servidão.

Somos arrastados pelo dinamismo do pensamento em movimento - caráter especificamente dialético da linguagem que tem na argumentação seu ponto-chave. Assim, as várias instâncias de ocorrência do discurso precisam ser observadas, mas sabemos que a estrutura discursiva, por excelência, nos oferece materiais de estudo reveladores das relações entre os participantes da atividade discursiva.

O exame dos papéis discursivos do ponto de vista interacional permitiu que equacionássemos a hipótese de que, se existe uma tendência de certos participantes da situação discursiva à não transparência enunciativa, constituindo-se, por vezes, em

marca desse participante, o analista, pelos recursos de que dispõe, pelo conhecimento que as diferentes teorias propiciam e pelo que conhece em relação a fatos semelhantes de ocorrência no discurso, tem os meios para desvendar aquela tendência.

Buscamos descrever como se organiza uma conversação em que se detectam pontos de conflito; observando o que ocorre linguisticamente e o contexto que propiciou a identificação da conversa como tal, atentando-se para a questão do poder, do controle, do *status*, mais marcados na entrevista, na relação de forças entre os jornalistas (entrevistadores) e políticos.

Observamos, muitas vezes, um jogo tenso na tentativa de controle de ações e de reorganização do pensamento do interlocutor. Nesse sentido, os entrevistadores colocam-se como um grupo poderoso que tenta controlar todos os estágios da entrevista, estabelecendo sobre os participantes e a situação os parâmetros a serem seguidos. O político, por sua vez, mostrou-se como quem quer firmar-se perante a terceira-parte e, para tanto, aciona várias estratégias para manter ou não permitir alteração de sua imagem pública.

Quem é admitido para falar, quem ouvirá ou poderá ouvir, quem precisa ouvir de quem, quem pode engajar quais atos de fala, quem pode abrir ou fechar quais tópicos, qual estilo é permitido por quem e assim por diante, são os muitos meios de controle e acesso que apareceram na reprodução do poder discursivo.

Importa tomar a língua pelo viés de sua complexidade, pela sua distância da neutralidade, pelo seu potencial dialético que direciona ao conflito, uma vez que, em

diversas circunstâncias da vida diária os antagonismos afloram e a negociação apresenta-se como uma marca constante para que se toque, ainda que suavemente, no ajuste, no acordo. Foi possível observar que a formulação dos enunciados imprimem colorido especial às relações interativas.

Bakhtin (1983:67) já destacava que "na vida cotidiana a sensibilidade nos permite escutar distintamente todas as nuances da fala das pessoas a nossa volta; e nós mesmos trabalhamos com essas cores de nossa palheta verbal. Estamos prontos a detectar o mais imperceptível desvio de entoação, o mais ligeiro contraponto de vozes em qualquer coisa de interessante que outra pessoa nos diz. Todos esses relances verbais, reservas, derivativos, insinuações, impulsos não escapam a nossa audição e não são alheios a nosso próprio uso. A orientação da palavra entre as palavras, a sensação diversa provocada pela palavra do outro e pelos diferentes meios de reagir a ela são problemas cruciais da linguagem. De nenhum modo a instância da significação escapa de toda refração."

O percurso realizado com a pesquisa permitiu a confirmação de que nada é preditivo em relação às ocorrências; nem em termos de formulação linguística, nem em termos de resultados das análises, os quais se alteram de acordo com um certo número de elementos, dentre eles o *corpus* selecionado e as variáveis contextuais.

Diante das observações efetuadas, podemos dizer que o conflito é contrário à acomodação. O conflito agita, dá vida ao evento discursivo, ao mesmo tempo que impulsiona o indivíduo ao crescimento, incitando-o a organizar suas idéias com

habilidade, fazendo jorrar uma estruturação/formulação discursiva que pode encobrir ou desnudar sua face, manter ou romper laços. O conflito é envolvente.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- ABNT. **Referências Bibliográficas**. Procedimento NBR 6023.ago 1989.
- ALTHUSSER, L. **Lenin and Philosophy and other essays**. New York: Monthly Review Press, 1971.
- ANDRADE, M. L.C.V.O. **A digressão - uma estratégia na condução do jogo textual-interativo**. Tese Doutorado em Língua Portuguesa). FFLCH, Universidade de São Paulo, 1995.
- ANSCOMBRE, J. C., DUCROT, O. "Voulez-vous dériver avec moi?". **Communications**, 32. Paris: Seuil, 1980.
- AQUINO, Z. G. O. **A mudança de tópico no discurso oral dialogado**. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa): Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991.
- ARISTÓTELES. **Organon**. trad J.Tricot. Paris: J. Vrin. vol. V, Topiques. vol. VI, Les réfutations sophistiques. 1950.
- _____ **Rethorique**. trad. M.Dufour. Paris: Les Belles Letres, 1932. 2 v.
- ATKINSON, J.M., HERITAGE, J. **Structures of social action: studies in conversation analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- AULETE, C. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. 5.ed. Rio de Janeiro: Delta, v.2 e 4, 1970.
- AUSTIN, J. **How to do things with words**. Oxford: Clarendon Press, 1962.
- BAKHTIN, M. (VOLOSHINOV, V.N.) **Marxism and the Philosophy of language**. Trad. Matjeka e I.R. Titunik. New York. Seminar Press.1973.

- Original russo,1929. Trad. M. Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec,1981.
- BAKHTIN, M. The dialogic imagination.** ed M. Holquist. Austin: University of Texas Press, 1981.
- BAKHTIN,M. "A tipologia do discurso na prosa".** In LIMA, L. C. sel.introd. e rev. téc. **Teoria da Literatura em suas fontes.** São Paulo: Francisco Alves, 1983.p. 462-84.
- BARROS, D.L.P. Teoria do discurso.** Fundamentos semióticos. São Paulo: Atual Editora, 1988.
- _____ **Entrevista: texto e conversação.** In: *Anais do XXXIX Seminário do GEL-SP*, Franca, 1991.p.254-261.
- BARTHES, R. Elements de semiologie.** Communications, 4. 1964
- _____ **"L' ancienne rethorique".** In: *L' aventure sémiologique.* Paris: Le Seuil, 1985.p.123-4.
- BATESON, G. Steps to an ecology of mind.** New York: Chandler,1972.
- BEAUGRANDE, R., DRESSLER, M. U.Einführung in die textlinguistik.** Tübingen: Max Niemeyer. Trad. ingl. **Introduction to text linguistics.** London: Longman, 1981.
- BERRENDONER, A. Eléments de pragmatique linguistique.** Paris: Editions de Minuit,1982.
- BOREL, M.J., GRIZE, B., MIÉVILLE (eds) Essai de logique naturelle.** Berne: Peter Lang, 1983.
- BRAIT, B. "O processo interacional".** In: Dino Preti (org.) **Análise de textos orais.** São Paulo: FFLCH/USP, 1993.p.189-214.

- BRENNEIS, D. "Language and disputing". In: *Annual Review of Antropology*, 17. 1988.p. 221-237.
- BROWN, G. e YULE, G. *Discourse Analysis*. Cambridge: Cambridge University, 1983.
- BUBER, M. *Do diálogo e do dialógico*. Trad. Marta. E. S. Queiroz e Regina Weinberg. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- BÜHLER, K. *Teoria del lenguaje*. 2. ed. trad. Julián Mariás. Madrid: Revista de Occidente,(1934) 1961.
- CICOUREL, A. V. *Language and social interaction: philosophical and empirical issues*. Documents de travail et prépublications. Urbino: Centro internazionale di Semiotica e di Lingüística, 96. 1980.
- COROMINAS, J. *Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico*. Madrid: Gredos, V.4,1992.
- CORSARO, W. A. *Sociological Approaches to Discourse Analysis*. [s.l:s.n.].1979.
- CULIOLI, A. "Sur quelques contradictions en linguistique". *Communications*, 20. p. 83-91.1973.
- DASCAL, M., KATRIEL, T. "Digresson: a study in conversational coherence". In: Petofi,J.S.(ed.). *Text vs. sentence*. Hamburg; Busk.vol 29. 1979: 76-95.
- DE DOMINICIS, A. *Intonazione e contesto*. Uno studio su alcuni aspetti del discorso in contesto e delle sue manifestazioni intonative. Torino: Edizioni dell'Orso, 1992.
- DERRIDA, J. "Signature événement contexte". In *Marges de la philosophie*. Paris: Minuit, 1972.

- DUCROT ,O., ANSCOMBRE, J.C. "L' argumentation dans la langue". *Langages*, 42. Paris: Didier-Larousse, 1976.p.5-27.
- DUCROT, O. **La preuve e le dire**. Paris: Mame, 1973.
- DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Rev. tec. da trad. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.
- DURANTI, A., GOODWIN, C. (eds.) **Rethinking context**. Language as an interactive phenomenon. Studies in the social and cultural foundations of language n.11. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- ECO, U. **Lector in fabula**. Trad. Atillio Cancian. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- ERLICH, F. D. **La interacción polémica: estudio de las estrategias de oposición en francés**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1993.
- FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. 14. ed. New York:Longman,1992.
- FÁVERO, L. L. **Coesão e coerência textuais**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Ática, 1995. Série Princípios.
- FÁVERO, L.L., URBANO, H., ANDRADE, M.L.C.V.O. e AQUINO, Z.G.O. "Perguntas e Respostas na Conversação". In: CASTILHO, A.T. **Gramática do Português Falado**. V.3 As abordagens. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1993. p 75-97
- FERREIRA, A.B.H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. [s.d.]
- FISHER, A. **The logical of real arguments**. Cambridge: Cambridge University Press,1988.
- FONTINHA, R. **Novo Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Porto: Editorial Domingos Barreira. [s.d.].

- FREDERIKSEN, C. H. "Inference in preschool children's conversation - a cognitive perspective". In: GREEN, S. L., WALLAT, C.(eds.) *Ethnography and language in educational settings*. Norwood: Ablex, v. 5, 1981.
- FREGE, G. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: EDUSP/Cultrix, 1978.
- GARAVELLI, B.C. *Manual de Retórica*. Madrid: Cátedra, 1991.
- GARFINKEL, H. *Studies in ethnomethodology*. Englewood Cliffs: NJ. Prentice-Hall, 1967.
- GARRET, A. *A entrevista - seus princípios e métodos*. 10.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1991.
- GOFFMAN, E. *Interaction Ritual*. New York: Pantheon Books, 1967
- _____ *Frame analysis*. New York: Harp e Row, 1974.
- _____. *Forms of talk*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981.
- GOODWIN, C., GOODWIN, M.H. Assessments and the constuction of context. In: DURANTI, A., GOODWIN, C. (eds.) *Rethinking context*. Language as an interactive phenomenon. Studies in the social and cultural foundations of language n.11. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p.147-90.
- GRAMSCI, A. *Selections from the prision notebooks*. ed. e transc. por Q. Hoare: G. Nowell-Smith, 1971.
- GRICE, H. P. Logic and conversation. In: Cole, P. e Morgan, J.L. (eds.) *Syntax and Semantics III: Speech Acts*. New York: New York Academic Press, 1975.
- GRIMSHAW, A.D.(ed.) *Conflict talk*. Sociolinguistic investigations of argument in conversations. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

- GUMPERZ, J. **Discourse strategies**. Cambridge: Cambridge University Press: 1982.
- HABERMAS, J. **Théorie de l' agir communicationnel**. Paris: Fayard, 1987.2 v.
- HALLIDAY, M.A.K. **Language as social semiotic - the social interpretation of language and meaning**. London: Edward Arnold, 1978.
- HATCH, E. **Discourse and Language education**. New York: Cambridge University Press,1992.
- HERITAGE, J., ATKINSON,J.(eds) **Structures of social action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- HORNBY, A.S. **Oxford Advanced Dictionary of Current English**. Oxford: Oxford University Press.[s.d.]
- HYMES, D. **Foundations in Sociolinguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.
- HYMES, D. **Language in culture and society**. New York: Harper and Row, 1964.
- ILARI, R. (org.) **Gramática do português falado**. V.2: Níveis de análise lingüística. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992. p.357-98.
- JACKENDOFF, R. **Semantics and cognition**. 2.ed. Massachussets: The Mit Press, 1985.
- JOHNSON-LAIRD, P. N. **Mental models**. Cambridge: Cambridge University Press,1983.
- KALLMEYER, W. **Verstaendigungsprobleme in Alltags Gespraechen**, *Der Deutschunterricht*, 29:52-69. 1977. In: Marcuschi, L. A. **Atividades cooperativas e processos de compreensão em contextos interacionais**.

Material utilizado em aula durante curso ministrado na UNICAMP de 7 a 18 / 01/ 1991, no XI Instituto Brasileiro de Linguística promovido pela ABRALIN.

KATO, M. A. O aprendizado da leitura. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

_____ **No mundo da escrita.** Uma perspectiva psicolinguística. São Paulo: Ática, 1986. Série Fundamentos.

KENDON, A. "Some emerging features of face-to-face interaction studies". IN **Sign language studies**, 22. p.7-22. 1979.

_____ **Conducting interaction.** Patterns of behavior in focused encounters. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

KERBRAT-ORECHIONI, C. "Les négociations conversationnelles". In: **Verbum**. Tomo VII. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 1984.

KOCH, I. G. V. et al. "Organização tópica da conversação". In: **Gramática do Português Falado**. V.2: Níveis de análise linguística. Rodolfo Ilari (org.) Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

KOCH, I. G.V. **A inter-ação pela linguagem.** 2.ed. São Paulo: Contexto, 1995.

_____ **Atividades e estratégias de processamento textual.** Comunicação apresentada no XI Encontro Nacional da ANPOLL. João Pessoa, 2-6. jun.1996.

LABOV, W., FANSHEL, D. **Therapeutic discourse: psychotherapy as conversation.** New York: New York Academic Press,1977.

LAKOFF, G. **Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind.** Chicago: University of Chicago Press, 1987.

LAUSBERG, H. **Elementos de retórica.** Madrid: Gredos, (1949) 1983.

LAVANDERA, B.R. **Variación y significado.** Buenos Aires: Hachette, 1984.

- LINDSTROM, L. Context contests: debatable truth statements in Tanna (Vanuatu). In: Duranti, A e Goodwin, C. (eds) **Rethinking context: language as an interactive phenomenon**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p.101-124.
- LIMA, L.C. **Teoria da Literatura em suas fontes**. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Francisco Alves, 1983.
- MARCHESE, A. e FORRADELLAS, J. **Dicionário de Retórica, crítica y terminología literaria**. Ariel: Barcelona. 1989. p. 407.
- MARCUSCHI, L. A. **Lingüística textual**. O que é e como se faz. Recife: Univ. Fed. Pernambuco, Série Debates, V.1, 1983.
- _____ **Análise da conversação**. São Paulo. Ática. 1986.
- _____ **Atividades interpretativas e processos de compreensão em contextos interacionais**. Material utilizado em curso ministrado na UNICAMP durante o XI Instituto Brasileiro de Lingüística promovido pela ABRALIN, de 07 a 18 jan. 1991.
- MARKOVÁ, I. e FOPPA, K. (eds.) **Asymmetries in dialogue**. London: Harvester Wheatsheaf, Barnes e Noble Books, 1991.
- MEDINA, C. A **Entrevista - o diálogo possível**. São Paulo: Ática, 1990.
- MEYER, M. **Logique, language et argumentation**. Paris: Hachette, 1982.
- _____ **De la problématique**. Bruxelles: Mardaga, 1986.
- MINSKY, M. "A *framework* for representing knowledge". In Winston, P. **The psychology of computer vision**. New York: MacGraw-Hill, 1975.
- MOESCHLER, J. **Dire et contredire**. Pragmatique de la négation et acte de réfutation dans la conversation. Berna: Peter Lang, 1982.

- _____ **Argumentation et conversation. Éléments pour une analyse pragmatique du discours.** Paris: Hatier-Crédif, 1985.
- MOLINER, M. **Diccionario de uso del español.** Madrid: Gredos, V.1, 1979.
- O' DONNEL, K. "Difference and dominance: how labor and management talk conflict". In: Allen D.Grimshaw (ed.). **Conflict talk.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.p. 210-240.
- ORLANDI, E. **A linguagem e seu funcionamento.** 2 ed. rev e aum. Campinas: Pontes, 1987.
- ORVIETO, P. "La retorica antica dalle origini al Rinascimento e la sua attualità". Clotilde Pontecorvo. **Discurso e retórica.** Turin: Loecsher, 1981.
- PARRET, H. **Le language en contexte.** Amsterdam: Benjamins,1980.
- PÊCHEAUX, M. **Analyse automatique do discours.** Paris: Dunod, 1969.
- PERELMAN, C., OLBRECHTS-TYTECA, L. **Traité de l'argumentation. La nouvelle rhétorique.** 4.ed. Bruxelles: Éditions de l' Université de Bruxelles, (1958). 1983.
- PERELMAN, Ch. **L'empire rhétorique.**Rhétorique et argumentation. 2.ed. Paris: Vrin,1988.
- PIERCE, C. S. **Collected Papers.** V.2. Cambridge: Harvard U.P,1960.
- PLANTIN,C. **Essais sur l'argumentation.** Introduction linguistique a l'étude de la parole argumentative. Paris: Kimé,1990.
- PRETI,D.e URBANO,H.(orgs). **A linguagem falada culta na cidade de São Paulo.** V.3: Entrevistas (Diálogos entre inform/doc.). NURC/SP. São Paulo: T.A.Queiroz/ FAPESP,1988.
- RICOEUR, P. **O discurso da acção.** Portugal: Edições 70, 1988.

ROULET, E. "Echanges, interventions et actes de langage dans la structure de la conversation". *Études de Linguistique Appliquée*, 44.p. 7-39.1981.

_____ *L'articulations du discours en français contemporain*. Berna: Peter Lang, 1985.

RUMELHART, D.E. "Schemata: the building blocks of cognition". In: SPIRO, R. et alii *Theoretical issues in reading comprehension*. New Jersey: Erlbaum, 1980.

SACKS, H., SCHEGLOFF, E.A., JEFFERSON,G. A simplest systematics for the organization of turn-taking in conversation. In: *Language*, 50. Baltimore. Linguistic Society of America, 1974.

SCHANK, R.C. The role of memory in language processing. In: Charles, N. *The structure of human memory*. San Francisco: W.H.Freemon, 1975.

_____, ABELSON, R. P. *Scripts, plans, goals and understanding*. New York: Erlbaum, 1977.

SCHIFFRIN, D. *Sociolinguistic approaches to discourse: toward a synthesis and expansion*. Austin: University of Texas, 1987.

_____ *Discourse markers*. New York: Cambridge University Press,1987.

_____ The management of a co-operative self during argument: the role of opinions and stories. In: Allen D.Grimshaw (ed.). *Conflict talk*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.p.241-259.

SCHUTZ, A. *Collected papers: the problem of social reality*. V.1. The Hague Martinus Nijhoff, 1962.

- SCHWITALLA, J. Conversational analysis of political interviews - a diachronic survey. In: T.ENSINK, A. van ESSEN, T. van der GEEST (eds.) **Discourse Analysis and Public Life**. Dordrecht: Foris, 1986.
- SEARLE, J.B. **Speech Acts**. London: Cambridge University Press, 1969.
- SPERBER, D. **Relevance**. Cambridge: Harvard University Press, 1986.
- SPERBER, D. e WILSON, D. "Irony and use-mention distinction". In: Cole, P. **Radical Pragmatics**, 1981.
- TANNEN, D. "What's in a *frame*? Surface evidence for underlying expectations". In: Freedle, R.O. (ed.) **New directions in discourse processing**. V2. New Jersey, 1979, p.137-181.
- _____ **Coherence in spoken and written discourse**. New Jersey: Abex Publishing Coporation, 1984.
- TANNEN, D. e WALLAT, C. "Interactive *frames* and knowledge schemas in interaction: examples from a medical examination/ interview". **Social Psychology Quaterly** 50, n.2, 1987.
- _____ **Talking voices**. New York: Cambridge University Press, 1989.
- TARSKI, A. La concepción semántica da la verdad y los fundamentos de la semántica. Buenos Aires: Nueva Vision, 1978.
- TAYLOR, T. J. "Do you understand? Criteria of understanding in verbal interaction". In: **Language e Communication** 6, n.3,p.171-80, 1986.
- TOMMOLA, J. Expectancy and speech comprehension. In: KohonenV., Enkvist, N.E. (eds.) **Text linguistics, cognitive learning and language teaching**. Turkey, 1978. p. 49-67.

- TOULMIN, S.E. **The uses of argument**. Cambridge: Cambridge University Press, (1958).1969.
- TRAMONTINA,C. **Entrevista**. São Paulo: Globo,1996.
- VAN DIJK, T. A. **Cognição, discurso e interação**. São Paulo:Contexto, 1992.
- VAN DIJK, T. A., KINTSCH, W. **Strategies of discourse comprehension**. New York: New York Academic Press, 1983.
- VAN DIJK, T.A . **Cognição, discurso e interação**. Ingedore V.G. Koch (org.). São Paulo: Contexto,1992.
- VAN EEMEREN, F., GROOTENDORST,R., KRUIGER, T. **Handbook of argumentation theory**. Dordrecht: Foris, 1987.
- VICO, G.B. **Les principes de la science nouvelle**. Paris: Nagel, 1986.
- VIGNEAUX, G. **L'argumentation**. Essai d'une logique discursive. Genève: Droz,1976.
- VIGOTSKY, L.S. **Thought and language**. Hanfman, E., Vakar, G. (orgs. e trads.) Cambridge: Massachussets The MIT Press,1962.
- VUCHINICH, S. **The sequential organization of closing in verbal family conflict**. In: Allen D.Grimshaw(ed.). **Conflict talk**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.p.118-138.
- WITTGENSTEIN, L. **Philosophical investigations**. Oxford: Blackwell, 1953.